



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Luisa Tavares

**O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação
e a atualização de práticas convencionais**

FLORIANÓPOLIS
2019

Luisa Tavares

**O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação
e a atualização de práticas convencionais**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestre em
Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tavares, Luisa

O jornalismo das periferias de São Paulo entre a
experimentação e a atualização de práticas convencionais /
Luisa Tavares ; orientador, Jacques Mick, 2019.
180 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Jornalismo das periferias. 3.
Sociologia do jornalismo. 4. Michel Foucault. 5.
Governamentalidade. I. Mick, Jacques. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

Luisa Tavares

**O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação
e a atualização de práticas convencionais**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Alexandre Bergamo Idalgo, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fabio Henrique Pereira, Dr.
Universidade de Brasília

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Jacques Mick
Orientador
Florianópolis, 30 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

À educação pública, gratuita e de muita qualidade a que tive acesso desde a graduação, com a esperança de que resista nos próximos anos.

Aos jornalistas das periferias (e às jornalistas da Énois), pelo tempo concedido, pelas perspectivas e pela perseverança.

Ao Jacques, por se empenhar tanto na construção de coletividades na pesquisa, pela parceria e cinco anos de “toca ficha, que eu banco”.

À família, pelo amparo, e por me ensinar que somos exatamente aquilo que conseguimos ser – o que talvez esteja de bom tamanho.

Ao Pe, pelo chão em vários momentos, e por me lembrar que escrever é muito massa.

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 1984)

RESUMO

Esta pesquisa explora como as práticas adotadas pelo jornalismo das periferias de São Paulo são construídas na tensão entre o que é convencionalmente produzido no jornalismo e a experimentação de novas maneiras de fazê-lo. Os veículos estudados, *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* e *Periferia em Movimento*, são grupos das regiões periféricas da cidade que se colocam em um lugar de disputa das narrativas sobre essas comunidades, contrapondo à ausência de cobertura ou a reportagens majoritariamente estereotipadas da grande mídia uma produção feita com olhar de seus próprios moradores. A partir da ideia de saber-poder em Michel Foucault, discuto sobre como a forma jornalística das empresas de mídia tornou-se referencial padrão da atividade, contestada por experiências jornalísticas historicamente marginalizadas, como as imprensas negra e operária. Realizo então um estudo multidimensional do jornalismo dos veículos de periferia escolhidos, baseado em entrevistas com grupos de profissionais. Utilizo para compreender as especificidades de cada experiência o conceito de governança – ancorado nas ideias foucaultianas de governo e governamentalidade – com enfoque em quatro dimensões do ofício: editorial; de circulação e engajamento; de gestão; e de sustentabilidade. A pesquisa contribui, através da articulação com os estudos foucaultianos, para teorizações que deem conta da emergência de novas experiências jornalísticas, avançando na direção de uma teoria social do jornalismo, dinâmica e aberta à diversidade de práticas profissionais que ele comporta.

Palavras-chave: Sociologia do jornalismo. Jornalismo das periferias. Michel Foucault. Governamentalidade. Imprensa negra.

ABSTRACT

This study explores how practices adopted by the journalism from the peripheries of São Paulo are composed on the tension between what is conventionally produced in journalism and the experimentation of new ways of doing so. The media outlets analysed here, *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* and *Periferia em Movimento*, are collectives from underprivileged areas of the city that put themselves in a place of dispute of the narratives about these communities, opposing the lack of coverage or the mostly stereotypical mainstream media reports with a journalistic production made with the perspectives of its own residents. With Michel Foucault's idea of power-knowledge, I discuss how the journalistic practices of media companies became the standard reference for the activity, challenged by historically marginalized journalistic experiences, such as the black and workers' press. I then carry out a multidimensional analysis about the journalism of the chosen initiatives, based on interviews with groups of professionals. I use the concept of governance – anchored in Foucault's ideas of government and governmentality – to understand the specificities of each experience, focusing on four dimensions: editorial; circulation and engagement; management; and sustainability. This research contributes, through articulation with Foucaultian studies, to theorizations that account for the emergence of new journalistic experiences, advancing towards a social theory of journalism, dynamic and open to the diversity of professional practices that it comprises.

Keywords: Journalism sociology. Journalism from the peripheries. Michel Foucault. Governmentality. Black Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações de perfil das fontes entrevistadas.....	107
--	-----

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE DO JORNALISMO.....	24
	<i>Múltiplas realidades profissionais, distância entre teoria & prática e o não cumprimento de expectativas: motivos para questionar a defesa de um modelo</i>	
2	FOUCAULT E OS ESTUDOS DE JORNALISMO.....	36
	<i>Como os conceitos e análises desenvolvidos por Michel Foucault podem abrir espaço para estudos não normativos sobre as práticas jornalísticas</i>	
3	O OUTRO DA IMPRENSA MAINSTREAM.....	66
	<i>Retorno aos séculos XIX e XX no Brasil com o fim de explorar, nas impressas negra e operária, a hipótese de um apagar de formas jornalísticas “outras” e a construção da imprensa comercial como locus oficial de referência da atividade</i>	
4	TOMANDO PARTE PELAS MARGENS.....	105
	<i>Análise das entrevistas com membros da Agência Mural de Jornalismo das Periferias e do Periferia em Movimento: a produção jornalística das periferias nas dimensões de sustentabilidade, circulação/engajamento, gestão e editorial</i>	
5	JORNALISMO DAS PERIFERIAS: ENTRE OS ANTEPASSADOS, AS UNIVERSIDADES E O DIGITAL.....	143
	<i>Sínteses da análise sobre os veículos e suas condições de possibilidade. O lugar da escola de jornalismo da Énois na formação da diversidade</i>	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
	REFERÊNCIAS.....	163
	APÊNDICE A – Levantamento de periódicos da Imprensa Negra.....	172
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas em grupo semiestruturadas.....	179

INTRODUÇÃO

Falar somente do potencial aberto a novos veículos de mídia pelo contexto digital já não é suficiente: cada vez mais importa a forma de funcionamento que a produção do jornalismo toma, local e globalmente, quem faz e como faz. Não somente nas temáticas de algoritmos e plataformas, nos processos automatizados e nas bolhas, mas em aspectos argumentativos, em questões de semântica, em interlocutores, em interações, em questões de confiança e de crença. Sabemos que a tecnologia não resolve tudo – um exemplo possível é o estudo recente do *Tow Center* que mostra como métricas a análises de audiência não mudam muito a percepção e o pouco conhecimento dos jornalistas sobre o próprio público¹. Para quem os jornalistas falam, e como? Com base em quê constroem suas narrativas? Quanto de sua sustentabilidade depende desses fatores? O contexto atual nos deixa com muitos pontos a serem debatidos, que aparecem de forma premente nessas perguntas de cunho prático, mas que no fundo dizem respeito também às mudanças no papel social do jornalismo na sociedade.

As mídias digitais abrem, de fato, um espaço sem precedentes para novos agentes de produção de conteúdo e informação, e destes, muitos constroem um discurso de jornalismo independente, frequentemente apresentando motivações para ação que vão da crítica ao jornalismo de massa produzido por corporações à afirmação de uma necessidade de renovação ou ajuste. Atualização tanto em termos tecnológicos (para que a prática jornalística acompanhe as inovações possíveis a partir de tudo que provém do digital) quanto em termos políticos e sociais (para que se torne mais inclusiva, mais diversificada, mais representativa de diferentes populações). Estudando os veículos nativos digitais na América Latina, Harlow e Salaverría notam esse movimento de crítica e renovação: “A maneira como os sites explicam sua visão de jornalismo é também importante para analisar alternatividade, pois diz algo sobre o que veem como falhas da mídia *mainstream* e a necessidade de renovação de modos ultrapassados de se fazer jornalismo” (HARLOW; SALAVERRÍA, 2016, p. 10, tradução minha)².

1 Pesquisa realizada com jornalistas de educação em Nova York, em comparação com estudos etnográficos das redações nos anos 70. Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center_reports/how-journalists-imagine-their-readers.php Acesso em: 16 jul. 2019.

2 “The way the sites explained their vision of journalism also is important for analyzing alternativeness, as it speaks to what they see as the failures of mainstream media and the need to renovate outdated ways of doing journalism.”

Grupos historicamente marginalizados têm em sites e redes sociais um potencial inegável de articulação, publicação e divulgação, e vêm utilizando o jornalismo como forma de dar a ver realidades negligenciadas ou estereotipadas na grande mídia. É de iniciativas como essas que trata esta pesquisa, especificamente do jornalismo produzido nas periferias de São Paulo, analisado aqui através do estudo de dois de seus veículos: a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* e o *Periferia em Movimento*.

Essas novas narrativas são produzidas numa conjuntura de jogos discursivos, em que se alternam ou se dão simultaneamente o uso e a crítica dos aspectos que constituem o que se entende por jornalismo. Se por um lado se critica as práticas profissionais dominantes, denunciando como interesses econômicos e políticos moldam o noticiário e seus processos, invariavelmente utiliza-se desses mesmos processos, em escolhas estratégicas (ou nem sempre tão conscientes) de “isso muda, isso fica”, nas produções independentes. Os valores próprios do jornalismo hegemônico – e.g. verdade, interesse público, democracia, pluralismo – são caracterizados por plasticidade suficiente para que continuem sendo utilizados como fundamentos mesmo quando a prática muda drasticamente. Basta perceber como empreendimentos jornalísticos com práticas muito distintas se apropriam dos mesmos valores para justificar e legitimar sua atividade.

Trata-se de jogos discursivos porque não só essa ambivalência pode ser pensada dentro do campo profissional mais institucionalizado, como é particularmente interessante para entender as forças de dispersão que atuam no campo, considerando a entrada de novos e variados agentes na produção de informação, e então o trabalho de fronteira, a defesa normativa dos valores da profissão, de uma identidade e daqueles que podem ter o discurso validado por esses parâmetros. As afirmações que tecem críticas e frisam a importância de renovação conservam estruturas-chave, raramente havendo ruptura mais radical com os pressupostos – sob o risco de que os veículos não mais sejam reconhecidos e legitimados como jornalísticos, ou de que não tenham guias mestras para balizar o trabalho. A dinâmica entre “novos” e “velhos” valores e práticas ainda está em aberto, em outros contextos e especificamente no Brasil:

O empreendedorismo emergente corresponde à inovação, à busca por autonomia e à luta pela independência financeira e pela liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, também contribui para a reprodução das formas de tratamento da informação ligadas às regras e à retórica de práticas jornalísticas tradicionais, que não são revistas pelos profissionais (BECKER; WALTZ, 2017, p. 115-6, tradução minha)³

3 “Emerging entrepreneurialism corresponds to innovation, to the pursuit of autonomy, and to the struggle for financial independence and freedom of expression. At the same time, it also contributes toward replicating

O fato de que muitos desses veículos são fundados por profissionais demitidos, e/ou cansados das restrições de seu ambiente de trabalho, entra no contexto dessa ideia de atualização. Becker e Waltz (2017), mapeando as iniciativas mais recentes de jornalismo no Brasil, notam que as organizações que mais se destacam são fundadas por repórteres experientes que, após terem consolidado carreiras em grandes empresas, optam por criar suas próprias redes buscando maior autonomia discursiva. Essa dinâmica não é incomum também em outros países, uma vez que o capital social adquirido ao longo da carreira, e o discurso jornalístico no que ele tem de legitimado, podem inclusive auxiliar no processo de gerar sustentabilidade para o novo veículo, como argumentado por Wagemans, Witschge e Deuze (2016) no caso do *Mediapart*, na França.

Sinteticamente, a experimentação de novos arranjos econômicos (FIGARO, 2018) e produtivos para o jornalismo se relaciona intimamente com a apropriação das tecnologias digitais, a crítica às falhas e lacunas do jornalismo das grandes corporações de mídia e a diminuição de vagas e perspectivas de trabalho nessas redações. Baseados no colaborativismo e caracterizados como sem fins lucrativos, enfatizam a busca por autonomia e independência, representando a possibilidade de mudanças nas rotinas produtivas a serem desenvolvidas e aprimoradas:

Há uma contradição de fundo: maior possibilidade e facilidade de produção não significam, necessariamente, empregos mais estáveis, relações mais democráticas no âmbito do fazer jornalístico, nem mesmo material de maior qualidade destinado ao público. Por outro lado, cria-se uma reserva potencialmente transformadora de canais e formas de produção da notícia. Esse novo potencial tem por desafio viabilizar-se social, cultural e economicamente. (FIGARO; NONATO, 2017, p. 53-4)

Esses novos arranjos integram e afetam o contexto midiático enquanto reserva de potencial, mas não o modificam radicalmente, em um primeiro momento, no que diz respeito às aspirações de maior pluralidade de pontos de vista e menor disparidade entre pequenos veículos e grandes corporações. Se, considerando a América Latina, há indícios de que novos veículos online – muito variados em escopo e temática –, tenham progressivamente deslocado as mídias tradicionais de sua antiga preeminência (HARLOW; SALAVERRÍA, 2016, p.5), em países com acentuada concentração de mídia o fenômeno deve ser analisado com cautela:

(...) não é possível afirmar que uma grande mudança esteja ocorrendo na estrutura de poder dos meios de comunicação no Brasil, dada a continuidade dos oligopólios de mídia como forças políticas e econômicas no país. Os grandes conglomerados de

forms of handling information tied to the rules and rhetoric of traditional journalistic practices, which are not reviewed by professionals.”

mídia ainda mantém uma posição hegemônica, e a gradual erosão de seus índices de audiência e números de circulação, resultando do avanço da digitalização, podem ser considerados uma transformação a longo prazo (BECKER; WALTZ, 2017, p. 132, tradução minha)⁴

Os autores apontam alguns outros fatores a se ter em mente: que as maiores empresas ainda retêm muitos dos profissionais mais experientes; que novos e velhos modelos de produção coexistem, em uma diversidade de ambientes profissionalizados ou semi-profissionalizados; e que, por fim, o alto engajamento nas redes sociais não necessariamente leva a uma maior diversidade de fontes de notícia no Brasil (ou em qualquer lugar), uma vez que os portais controlados por grupos de mídia tradicionais ainda figuram entre os sites mais acessados e geram, em grande parte, o conteúdo compartilhado nessas redes. Enfatizam, em contrapartida, que a ainda real hegemonia dos oligopólios de mídia não exclui o potencial das novas iniciativas para estimular a diversidade de pontos de vista relativos a acontecimentos importantes na vida social cotidiana, especialmente em coberturas jornalísticas locais e regionais ou nichos especializados (BECKER; WALTZ, 2017, p. 120).

O relatório *Mapping Digital Media*, que reúne análises de 56 países conduzidas entre 2011 e 2014, realizado pela fundação Open Society, destaca que a emergência das mídias digitais permitiu que minorias tivessem suas vozes amplificadas, mas não mudou as práticas restritivas, enviesadas e sensacionalistas com que as mídias tradicionais cobrem algumas questões, como as que envolvem raça e orientação sexual, por exemplo (BERMEJO et al., 2014, p. 108). Diversas das novas experiências em jornalismo buscam preencher essa lacuna e confrontar narrativas que circulam hegemonicamente, dando atenção à perspectiva de grupos historicamente silenciados e/ou estereotipados.

Na América Latina, mídias alternativas têm sido definidas como mídias cidadãs, mídias comunitárias, mídias participativas, mídias dos povos indígenas, comunicação democrática e popular, mas “o fio que liga todas elas é o desejo de promover estruturas e processos de comunicação substancialmente diferentes para possibilitar discursos igualitários, interativos e emancipatórios” (Atwood 1986, 19). Segundo Shmidt (2009, 188), alternativo não se refere tanto a um fim comunicacional em si, mas a uma “nova visão sobre relações de poder” (HARLOW; SALAVERRÍA, 2016, p.3, tradução minha)⁵

4 “(...) it is not possible to affirm that a great change is underway in the power structure of the communications media in Brazil due to the continuation of media oligopolies as economic and political forces in the country. The large media conglomerates still hold a hegemonic position, and the gradual erosion of their audience ratings and circulation rates resulting from the advance of digitization can be considered a long-term transformation.”

5 “In Latin America, alternative media have been defined as citizens’ media, grass-roots media, participatory media, indigenous media, democratic communication, and popular communication, but ‘the thread that links them is the desire to foster substantially different structures and processes of communication that make possible egalitarian, interactive, and emancipatory discourse’ (Atwood 1986, 19). According to Shmidt

A ênfase nas relações de poder é um ponto importante ao se pensar o jornalismo produzido nas periferias de São Paulo, que trata de regiões que historicamente recebem um tipo de cobertura jornalística enviesada e baseada em estereótipos (sobretudo ligados à criminalidade), ou mesmo nenhuma cobertura. Esse enviesamento não passa despercebido aos próprios jornalistas: em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, em 2007, a maioria dos 64 profissionais de imprensa ouvidos reconheceu que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência, admitindo que a população dessas comunidades raramente conta com cobertura de outros assuntos como cultura, esporte, economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 77). Um dos fatores que contribuem para essa prática, que perdura até hoje, é a linha editorial do veículo, baseada em seu público-alvo:

A escolha das pautas se baseia na linha editorial dos veículos que, na maioria dos casos, privilegia a cobertura de bairros nobres das cidades onde estão concentrados seus leitores. É o que destaca o diretor da sucursal Rio de um grande jornal. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais; isso é ponto pacífico”, explica. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 79)

Analisando os enquadramento das favelas do Rio de Janeiro no noticiário dos anos de 1984 e 2010 no jornal O Globo, Vaz e Baiense (2011) apontam a predominância de uma ideia de carência, num primeiro momento, e depois da criminalidade. Discutem, a partir desse levantamento, o papel da mídia na reprodução da representação das favelas como espaços de violência no imaginário coletivo, criando um universo cognitivo a partir do qual se interpreta eventos relacionados a elas:

É sempre contra o pano de fundo da criminalidade que analisamos as reportagens sobre a favela, sejam aquelas cuja temática corrobora esta ideia fundamental, sejam aquelas que enfocam eventos “positivos”, nos quais aprendemos a reconhecer a exceção. Embora não possamos atribuir à mídia a criação desta representação violenta, cuja construção se deu por um complexo processo de territorialização da favela por bandos de traficantes, distanciamento da mídia dos espaços populares, aumento da criminalidade violenta nos grandes centros urbanos e descrença na política, sem dúvida podemos reconhecer o seu papel na reprodução e fixação desta imagem no imaginário coletivo. (VAZ; BAIENSE, 2011)

Schwartz e outras (2015), ao estudar duas reportagens produzidas pela revista *Veja* sobre as periferias, uma em 2001 e outra em 2014, percebem a passagem do tema “cinturões

(2009, 188), alternative is not so much a communicational end in itself, as much as a ‘new vision about power relations.’”

de pobreza” (com ênfase nos bairros de classe média sendo “cercados” pelas periferias, que crescem rapidamente) para “exército de consumidores” (focada no surgimento de uma periferia midiaticizada, que ganha visibilidade pelo poder de compra adquirido por seus moradores). As autoras argumentam, no entanto, que “(...) ambas as reportagens promovem o *apartheid* da periferia e a tratam como um Outro dentro do espaço nacional” (SCHWARTZ *et al.*, 2015).

Menos analisado, nesse contexto, é o efeito que pode ter a falta de diversidade no perfil da categoria profissional, de forma geral, e nas redações dos grandes jornais, especificamente. Citando as pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK; LIMA, 2013) e *O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo – um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo*⁶, Figaro e Nonato analisam o perfil predominante do profissional:

Embora tenham sido realizadas a partir de perspectivas diferentes, sendo uma a partir da área de Comunicação, e outra da Sociologia, e de metodologias específicas, os resultados de ambas são convergentes, principalmente em relação ao perfil dos jornalistas desse início de século XXI. São jovens, do sexo feminino, de etnia branca, classe média, sem filhos, com curso superior completo e especialização (pós-graduação). A maioria dos profissionais está distante das redações dos grandes jornais, trabalhando em assessorias de comunicação e de imprensa (...) (FIGARO; NONATO, 2017, p. 48)

A população negra é particularmente subrepresentada na categoria profissional. No levantamento de perfil dos jornalistas em 2012, declararam-se brancos 72,2% dos respondentes, contra 18,4% de pardos, 5,3% de pretos, 1,5% de amarelos, 0,7% de indígenas e 1,8% que optaram por outras formas de declaração de cor/raça. Levando-se em consideração o Censo de 2010, onde os brasileiros que se consideraram como brancos foram 47,7%, para 43,1% de pardos, 7,6% de pretos, 1,1% de amarelos e 0,4% de indígenas, podemos perceber que, na categoria, os pretos e pardos representam metade da presença dessa população no Brasil (23,7% entre os jornalistas, 50,7% no país) (MICK; LIMA, 2013, p. 34). Os autores ressaltam que esse dado provavelmente reflete a desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil, em função de cor ou raça, que também foi constatada no Censo de 2010. A presença desses jornalistas em veículos na mídia é ainda menor que a aferida no total dos respondentes: brancos 76,7%, pardos 16,8%, pretos 4,5% e amarelos e indígenas 2%.

6 http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/o-perfil-do-jornalista-e-os-discursos-sobre-o-jornalismo-um-estudo-das-mudancas-no-mundo-do-trabalho-do-jornalista-profissional-em-sao-paulo/
Acesso em: 3 jul. 2019

Os novos jornalistas são pessoas que conseguiram concluir o curso superior e, portanto, pertencem na maioria à classe média. Iniciam-se na vida profissional tecnicamente mais bem preparados. Por outro lado, trazem pouca ou nenhuma experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias. Editor-adjunto no Rio de O Globo, Jorge Antonio Barros diz que a maior parte dos repórteres sob seu comando vive em bairros considerados de classe média. “Não tenho conhecimento de nenhum repórter que more em favela. Negros, são pouquíssimos”. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 78-79)

Em se tratando de texto publicado em 2007, e portanto relativo a período anterior à implantação de políticas de ações afirmativas que objetiva alterar a desigualdade de acesso a essa formação, o relato dá conta de um contexto que perdurava até muito recentemente, e não completamente revertido nos últimos 12 anos (lembrando também que os discursos produzidos antes disso se consolidam no imaginário popular e levam tempo para serem modificados).

Falar em uma “nova visão sobre relações de poder” envolve colocar em questão uma visão universalista de jornalismo, em que supostamente qualquer jornalista, dotado de uma vocação de interesse público, seria capaz de cobrir o que é importante para a população de uma forma geral, e perceber como o perfil predominante nesses profissionais, assim como a estrutura e linhas editoriais dos veículos em que trabalham, pode fazer com que o discurso produzido atenda efetivamente, sob a alcunha de “a serviço do Brasil”, o que se considera como de interesse público para uma parcela relativamente pequena da população.

A imprensa paulistana concentra sua atenção ao que acontece no centro, ou seja, nos bairros mais privilegiados da cidade, esquecendo-se, ou simplesmente ignorando, as bordas. Além disso, quando as regiões periféricas ganham espaço no noticiário, essa fatia populacional é, geralmente, retratada com estereótipos de classe, raça, gênero, e as pautas reproduzem muitas vezes temáticas relacionadas apenas à pobreza e violência. (SILVA; SILVA, 2015, p. 604)

Essa crítica de mídia é caminho em comum frequente na formação dos coletivos de jornalismo nessas regiões. O *Periferia em Movimento* e a *Agência Mural* tanto surgiram da percepção dessas lacunas e enviesamentos nas corporações de mídia, quanto utilizam essa crítica em seus processos de formação de jovens comunicadores. O mesmo se deu em outras iniciativas, como o portal Viva Favela, criado em 2001 no Rio de Janeiro⁷, um dos primeiros veículos do gênero no Brasil, em que a motivação parte também de uma insatisfação com a cobertura jornalística.

⁷ No Rio de Janeiro outros veículos do tipo também se destacam, como o Voz das Comunidades (<http://www.vozdascomunidades.com.br/>), criado em 2005 no Complexo do Alemão, e a Agência de Notícias das Favelas, fundada em 2001 (<http://www.anf.org.br>).

Essa postura pode ser compreendida como um ato político, no sentido de se produzir diferentes representações sobre a favela e suas comunidades, mas sempre a partir da perspectiva de quem vive nos subúrbios e periferias de baixa renda. Ao contrário do ‘olhar estrangeiro’, como os moradores de favela costumam se referir aos jornalistas da grande imprensa, há o olhar do morador que toma a palavra. (BARONI; AGUIAR; RODRIGUES, 2011, p. 318)

As características do Jornalismo de Quebrada, termo criado pelo grupo *Periferia em Movimento*, ilustram bem esse processo. Segundo formulação de Souza e Ayala (2010), o Jornalismo de Quebrada se caracteriza por produções sobre, para e a partir das periferias: “Pode-se afirmar que os conteúdos têm origem periférica porque os jornalistas cresceram e residem em bairros periféricos. (...) De acordo com a linha editorial do veículo, as vivências dos repórteres influenciam os produtos jornalísticos finais.” (SOUZA; AYALA, 2010, p. 10). Um de seus objetivos é a democratização da comunicação sobre as quebradas, ou seja, tirar a periferia da margem da mídia. Outros pressupostos elencados são o caráter contra-hegemônico, participativo-cidadão e a disputa de imaginários.

Esse olhar para o que acontece em seu local, essa abordagem amplia a identificação do morador com o bairro em que mora e mostra que ele faz parte do espaço onde vive. Isso muda a imagem estereotipada das regiões periféricas, expostas nos noticiários da grande imprensa, e incentiva a busca por melhorias por parte dos moradores (SILVA; SILVA, 2015, p. 613).

Os coletivos de jornalismo das periferias de São Paulo produzem outra narrativa sobre a vida nesses bairros, elegendo quais iniciativas culturais deveriam ser divulgadas, quais problemas de infraestrutura deveriam receber mais atenção e, em suma, quais as questões a serem tratadas no jornalismo, e de que maneira, para que ele seja ao mesmo tempo coerente com o cotidiano das pessoas que ali residem, útil para elas e ressignifique o olhar sobre o território tanto de quem mora lá, quanto de quem mora nos centros. É um movimento que envolve pautar a “grande mídia” e disputar essa narrativa, mas também desenvolver uma outra ideia de periferia e um outro olhar sobre o jornalismo.

A construção do que é o jornalismo, como funciona e para que serve, surge de configurações históricas específicas, ligada a relações de poder, sociais e econômicas. Que esse discurso hoje seja constituído de determinadas práticas e valores tem a ver com o contexto particular em que ele se desenvolveu⁸. É quando se questiona as limitações de aplicação do modelo, as lacunas e insuficiências, que se pergunta então de onde veio esse papel, que não parece acontecer plenamente na prática.

8 Isso é por diversas vezes esquecido diante da formulação normativa, tanto de profissionais quanto de acadêmicos, de que o jornalismo busca o interesse público, a verdade e a objetividade, falando universalmente a todos, sem muito se questionar de onde veio esse tipo de definição.

A configuração do jornalismo nas corporações de mídia constroi uma lógica de conduta que envolve uma ideia de público de caráter universal, um jornalismo que serve igualmente a todos, sem posicionamentos ou parcialidades. Há autores (CHALABY, 1998; BARBOSA, 2010) que analisam, como será retomado mais à frente, o surgimento dessa lógica de funcionamento a partir da operação baseada no lucro, na qual quanto maior o público mais se tem anunciantes, sendo portanto ideal se referir a um público universal.

O jornalismo, que nasce como modalidade discursiva da sociedade moderna, passa, ao longo de 200 anos, por transformações nas formas organizacionais de sua estruturação, mas todas as mudanças estão conectadas às lógicas comerciais do capitalismo e do uso que se faz dos meios de produção para a estruturação do negócio do jornalismo. (FIGARO; NONATO, 2017, p. 50)

Há sinais de que essa lógica começa a ruir – seja em termos da receita com anunciantes seja da legitimidade desse modelo, que firma preceitos éticos de autonomia mas depende intimamente das esferas política e econômica. É relevante então analisar os arranjos das novas experiências jornalísticas que se organizam em contexto digital, e ver como aquilo que propõem, em termos de organização, produção e objetivos, atualiza a prática profissional, entendendo o que se mantém e o que se modifica no processo.

Os grupos escolhidos para análise, a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* e o *Periferia em Movimento*, são coletivos formados por moradores de bairros periféricos, e têm como objetivo produzir uma narrativa jornalística para preencher uma lacuna de informação na mídia convencional sobre essas regiões e contrapor outro imaginário àquele nela apresentado, costumeiramente limitado aos temas da criminalidade e da violência. A escolha, melhor detalhada no capítulo 4, tem a ver com a incorporação de processos de formação de jovens nas atividades desenvolvidas pelos grupos, e a participação de ambos na *Rede Jornalistas das Periferias*. A *Énois*, escola e laboratório de jornalismo formada por profissionais não moradores de bairros de periferia, mas que apoiam o desenvolvimento de jovens desses bairros para tornar o jornalismo mais diverso, entra na pesquisa posteriormente, para complementar a análise (a descrição é feita no capítulo 5). O estudo é realizado a partir de entrevistas em grupo semiestruturadas, realizadas com os jornalistas em agosto de 2018.

A *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* é uma comunidade jornalística formada por moradores de diferentes periferias de São Paulo e região. A agência surgiu de um projeto idealizado e implantado pelo jornalista da *BBC* Bruno Garcez, através de uma bolsa do Knight International Journalism Fellowships, um programa oferecido pelo International Center for Journalists (ICFJ), cujo objetivo é incentivar uma cultura de inovação e

experimentação na produção de notícias no mundo. Inicialmente era um projeto que treinava “correspondentes comunitários”: majoritariamente jovens jornalistas ou alunos de graduação na área, mas também blogueiros e outros interessados, todos moradores das periferias de São Paulo. Garcez ofereceu três cursos de formação de correspondentes, e em novembro de 2010 o grupo de cerca de 40 pessoas começou a produzir conteúdo e publicar em um blog⁹ vinculado ao site da *Folha de S. Paulo*, coordenado pela jornalista e editora do jornal, Izabela Moi.

Desde então mais de 100 “muralistas”, como são chamados os correspondentes, já participaram da iniciativa. Atualmente a agência desenvolve outros projetos além do trabalho com o blog Mural, que vão de oficinas em escolas ao Guia de Emprego das Periferias, e conta com uma rede de cerca de 80 correspondentes. Em termos financeiros, a organização funciona com apoio de fundações como a Open Society – que mantém os salários da equipe fixa –, com campanhas de *crowdfunding* para projetos específicos, e com pagamento das reportagens e guias culturais produzidos para veículos parceiros, como a *Folha de S. Paulo* e o *Catraca Livre*, além da prestação de serviços.

O grupo ainda publica conteúdo exclusivo no blog na *Folha*, mas conta agora com site próprio para reportagens (<https://www.agenciamural.org.br>), além de redes sociais (página no Facebook¹⁰, 25.803 seguidores; Twitter¹¹, 2.137 seguidores; Instagram¹², 5.522 seguidores). Parte da equipe ainda produz conteúdo para o 32xSP, projeto em parceria com a Rede Nossa SP e financiado pela Fundação Ford, que cobre as trinta e duas prefeituras regionais da cidade de São Paulo, destacando, a partir da perspectiva dos cidadãos,

(...) questões relacionadas às desigualdades no acesso à infraestrutura e serviços públicos, o que está funcionando nos bairros, o que não, como o poder local tem respondido às demandas por direitos e serviços, além dos mecanismos e espaços públicos para participar da melhoria da qualidade de vida nos bairros que compõem a sua administração local.¹³

O *Periféria em Movimento* é um coletivo que produz jornalismo visando a garantia de direitos nos bairros periféricos, além de identificar e promover iniciativas de transformação social nas periferias. Foi criado em 2009 a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso, um documentário¹⁴ chamado “Grajaú na construção da Paz”, sobre um evento criado por

9 Blog Mural: <https://mural.blogfolha.uol.com.br> Acesso em: 27 fev. 2019.

10 <https://www.facebook.com/agenciamural> Acesso em: 9 jul. 2019.

11 <https://twitter.com/agmural> Acesso em: 9 jul. 2019.

12 <https://www.instagram.com/agenciamural/> Acesso em: 9 jul. 2019.

13 Texto de apresentação disponível em: <https://32xsp.org.br/sobre-o-projeto/> Acesso em: 27 fev. 2019

14 Grajaú na Construção da Paz. Direção: Aline Rodrigues, Thiago Martins e Sueli Carneiro. São Paulo. 20 min. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Ld1sgo2Y8RE> > <

moradores do bairro para ocupação de espaços públicos, consequência de um movimento contra a violência na região. A partir do trabalho de apuração para o documentário, os três fundadores criaram também um blog, para publicar conteúdos produzidos no processo. A partir do blog passaram a divulgar iniciativas culturais das periferias, o que foi o foco do coletivo em seu início, para mais tarde abranger outros temas do cotidiano das periferias do sul de São Paulo, como transporte, infraestrutura, etc., através da produção de conteúdo jornalístico.

Atualmente o grupo é constituído por quatro jornalistas, todos com formação superior, contando com colaborações pontuais de outras pessoas para realização de oficinas e demais atividades, já oferecidas em diversas localidades. O *Periferia em Movimento* foi selecionado no edital VAI, da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, nos anos 2010 e 2011 para a realização de debates públicos e uma oficina de cinema amador, respectivamente, tendo sido também incubado pelo The HUB São Paulo em 2013 (iniciativa de empreendedorismo social). Realizaram em 2015 e 2017 o projeto “Repórter da Quebrada”, uma oficina para jovens de 13 a 17 anos, moradores do extremo sul da cidade de São Paulo, que consiste em crítica de mídia, debates e preparação dos adolescentes para produção de conteúdo para plataformas digitais. O projeto recebeu, nos dois anos, fomento das secretarias municipais de Serviços, Cultura e Direitos Humanos & Cidadania da Prefeitura de São Paulo, via edital Redes e Ruas.

Em 2013 o coletivo viabilizou a publicação de 30 reportagens e 3 artigos através de uma campanha de financiamento coletivo. Além da captação via editais e *crowdfunding*, o grupo também garante financiamento através de captação com parceiros na iniciativa privada para a produção de reportagens específicas e oficinas ministradas pelos membros nos Sesc da cidade. Contam com site próprio (<http://periferiaemmovimento.com.br/>), redes sociais (página no Facebook¹⁵, 28.295 seguidores; Instagram¹⁶, 2.365 seguidores; Twitter¹⁷, 1.797 seguidores), distribuindo seus conteúdos também pelo WhatsApp.

A *Énois* é uma escola e laboratório de jornalismo para jovens moradores das periferias, entre 16 e 21 anos. É constituída pela escola, uma associação sem fins lucrativos, e por uma agência, no formato de empresa, para a realização de projetos mais rápidos, que não dependam do processo pedagógico da escola, e onde jovens que passaram pela formação

<https://www.youtube.com/watch?v=TJAqv3nxIQQ>> Acesso em: 27 fev. 2019.

15 <https://www.facebook.com/PeriferiaemMovimento/> Acesso em: 9 jul. 2019.

16 <https://www.instagram.com/periferiaemmovimento/> Acesso em: 9 jul. 2019.

17 <https://twitter.com/perifasemove> Acesso em: 9 jul. 2019.

podem produzir e se aproximar do mercado. A iniciativa surgiu a partir de uma oficina de jornalismo realizada por duas jornalistas na Casa do Zezinho, uma ONG no Capão Redondo, periferia de São Paulo, em 2009. A oficina com jovens, que tinha por objetivo a produção de um zine a cada três meses, recebeu financiamento nos anos de 2011, 2012 e 2013 via edital do Fumcad (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e captação com a Ambev.

A partir de 2014, com sede própria e equipe ampliada (três pessoas na escola e quatro na agência), o grupo desenvolveu uma metodologia para suas formações, captando financiamento por projetos diversos. A partir de 2016 adotaram o processo que utilizam até hoje: selecionam um grupo de 10 jovens, que recebem bolsa por um ano, para o qual oferecem aulas e encontros com jornalistas convidados, e que têm que entregar um produto jornalístico a cada três meses sobre um tema escolhido no início do processo. Esse produto frequentemente é publicado em veículos parceiros, como Uol TAB, Nexo, Intercept, The Guardian, BBC Brasil, Folha, servindo posteriormente de portfólio para os jovens.

Para analisar esses grupos, a pesquisa tem como pergunta norteadora: *como as práticas adotadas pelos veículos das periferias de São Paulo são constituídas na tensão entre o que é convencionalmente produzido no jornalismo e a experimentação de novas maneiras de fazê-lo?* Pretendo, com isso, procurar entender o funcionamento dos veículos e seus pressupostos, explorar as relações que essas práticas estabelecem com o modelo de jornalismo historicamente legitimado pela imprensa de corporações no Brasil, e considerar as questões que elas levantam para o campo de pesquisa em jornalismo. Desenvolvo um exame menos focado em encaixar as práticas analisadas nos quadros já existentes de categorias do jornalismo, e mais investido na descrição e entendimento dessas iniciativas em suas próprias configurações. Me interessou entender como se constituiu (e ainda se constitui) o jornalismo que realizam: quais racionalidades estão implicadas nas práticas que desenvolvem, como se dá a relação com as normas estabelecidas na área – produzem segundo os mesmos valores? utilizam os mesmos princípios organizacionais e de qualidade? o quanto utilizam da lógica dominante da profissão e o quanto a modificam?

Organizo a análise dos grupos em torno a uma abordagem baseada no conceito de governança, que, já discutido em estudos sobre mídia (GINOSAR, 2013; PUPPIS, 2010), foi proposto por nós como útil para estudar a constituição de organizações jornalísticas (TAVARES; MICK, 2017). Esta proposta metodológica é parte do trabalho desenvolvido no

projeto de pesquisa *GPSJor – Governança, Produção e Sustentabilidade para um Jornalismo de Novo Tipo*¹⁸, que busca compreender a crise do jornalismo percebendo como outras dimensões de sua produção, para além da questão financeira, afetam também sua sustentabilidade. O método de análise multidimensional propõe o enfoque em quatro dimensões: editorial; de circulação e engajamento; de gestão; e de sustentabilidade. A ideia é explorar as relações e sobreposições que se estabelecem entre elas – percebendo como a forma de financiamento afeta a esfera editorial, ou como esta afeta as relações com os públicos (e vice-versa), por exemplo – partindo do pressuposto que não se pode entendê-las isoladamente, sendo necessário sempre o movimento de um ponto a outro. Na pesquisa que realizo aqui, um dos primeiros esforços esquemáticos de análise aprofundada de veículos com essa abordagem, abordo a questão a partir das ideias de saber-poder e governamentalidade como desenvolvidas por Michel Foucault, para compreender o momento de mudanças estruturais e renegociação pelo qual passa o jornalismo:

(...) parece haver um processo de negociação entre jornalistas, fontes, empresários, públicos, anunciantes, técnicos em informática e programadores, etc. sobre como será (re)configurada a prática jornalística nos próximos anos. Essa dinâmica, contudo, se encontra em aberto, pois esses atores sociais parecem tatear em torno de um modelo mais adequado de produção do noticiário. Na medida em que essas negociações resultarem em acordos e normas mais estáveis, será possível falar em um novo jornalismo ou, pelo menos, do aparecimento de novas formas de praticá-lo. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

No capítulo 1, faço considerações sobre a crise do jornalismo, levantando questões sobre o modelo dominante da profissão tanto na prática quanto na pesquisa do campo: as diferenças e semelhanças percebidas em pesquisas transnacionais de identidade profissional e as distâncias entre teoria e prática. Levanta-se a possibilidade do discurso de crise como defesa do campo frente a um contexto de mudanças estruturais.

No capítulo 2, explico como e porque o tipo de análise e os conceitos de Michel Foucault servem como base epistemológica dessa pesquisa. Criticando as tendências normativas dos estudos sobre o jornalismo, mobilizo particularmente as ideias de saber-poder, discurso, governo e governamentalidade, explorando como podem abrir espaços para estudos mais analíticos das práticas jornalísticas. Argumento que, com o entendimento do jornalismo como um saber em termos foucaultianos, analisa-se os processos de constituição de seus valores e práticas não como um *a priori* ou consequência de escolhas racionalmente

18 Outras análises com o conceito foram realizadas por participantes do projeto (MICK; CHRISTOFOLETTI, 2018; SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2018).

informadas na direção das “melhores opções”, mas como intimamente relacionados com o contexto histórico no qual aparecem e suas respectivas relações de saber-poder. Também avanço no desenvolvimento teórico da governança como enquadramento analítico, discutindo-a com base nas problemáticas e críticas da perspectiva foucaultiana de governo.

No capítulo 3, partindo de uma inspiração genealógica de estudar os “saberes sujeitados”, retorno aos séculos XIX e XX no Brasil com o fim de resgatar as práticas das imprensas negra e operária, desenvolvendo a hipótese de um apagar de formas jornalísticas “outras” pela construção da imprensa comercial como locus oficial de referência (tanto na pesquisa quanto no imaginário e nas normas da profissão). O resgate ganha importância pois as experiências são citadas pela *Rede Jornalistas das Periferias*, da qual os veículos analisados fazem parte, como antecedentes do trabalho que realiza.

No capítulo 4, explico os motivos para escolha da *Agência Mural* e do *Periferia em Movimento*, assim como do instrumento utilizado, para depois entrar na análise das entrevistas, descrevendo o histórico de constituição dos veículos e suas formas de organização nas dimensões de governança: editorial, de sustentabilidade, de circulação e engajamento, e de gestão.

No capítulo 5, discuto as principais temáticas percebidas nas entrevistas, destacando semelhanças e diferenças entre os grupos. Trabalho essas conclusões com uma problemática de fundo: a constituição dos veículos como um processo na intersecção entre o histórico existente de experiências jornalísticas de grupos marginalizados, o espaço aberto pelas mídias digitais para produções jornalísticas independentes e o recente acesso à universidade via ações afirmativas. Analiso a escola de jornalismo da Énois como parte integrante desse processo.

Nas considerações finais, passo em revista as etapas e as conclusões do estudo, sugerindo uma agenda de pesquisa possível a partir desses desenvolvimentos.

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE DO JORNALISMO

O jornalismo como profissão e mercado passa por um momento que tem sido discutido, nos últimos anos, segundo a categoria de “crise”. Concretamente, a questão gira em torno da perda de autonomia relativa e hegemonia do campo profissional, pressionado pela queda de recursos de assinaturas e anúncios, resultando em um processo de demissões e precarização do trabalho, enquanto tenta defender um lugar proeminente no contexto digital, batalhando por sua legitimidade perante a sociedade.

O crescimento de experiências jornalísticas independentes, surgidas no meio digital, parte da superação de certo monopólio dos veículos de jornalismo convencional sobre a atividade, uma vez que as tecnologias digitais dispensam os caros meios de produção e circulação da informação anteriores (como é o caso do jornal impresso). A apropriação por numerosos outros agentes da possibilidade de integrar esse discurso de produção da realidade social afeta o contexto de forma complexa, podendo ser encarada como possível fator constituinte da crise, portanto uma ameaça, mas também como potencial formadora de como o jornalismo pode se renovar e ser daqui pra frente.

As interpretações possíveis sobre o momento em que o jornalismo se encontra parecem depender, portanto, de como se considera o significado da palavra “crise”. No meio acadêmico, houve e ainda há diferentes abordagens sobre como enquadrar as dificuldades concretas que crescem no meio profissional. Fazendo um desenho inicial e superficial de questões: primeiro, estamos realmente em uma crise? (Reconsideramos). Se sim, qual crise? (Financeira, ética, de credibilidade...). Se é essa a crise, por que ela acontece? (Negócios, campo político, hábitos de leitura...) Se ela acontece assim, é possível contorná-la? (Inovação, regulamentação, *crowdsourcing*...). É um ponto de transição natural e, portanto, não temos com o que nos preocupar? (Ciclos, movimentos...). Os paradigmas tradicionais foram suplantados, ou podemos/queremos reafirmá-los? (Quarto poder, cão-de-guarda, democracia...). Novos paradigmas despontam? (Participação, transparência, hiperlocal...). O jornalismo deixará de ser uma profissão, vai virar outra coisa? (Produtor de conteúdo, blogueiros, youtubers...). Ainda faz sentido ensinar jornalismo? (Diploma, precarização, obsolescência...). E assim por diante.

O modo como se encara a crise do jornalismo depende do que, em última instância, se considera que é o jornalismo. As premissas estabelecidas nesses questionamentos vão ser a

base de como decidimos olhar para as novas experiências jornalísticas que surgem na apropriação das tecnologias digitais, apresentando uma pluralidade de formas a partir das quais se organizar, produzir e participar da construção do que percebemos como realidade social – pluralidade que apresenta desafios a quem se propõe a pensar uma teoria abrangente o suficiente para não realizar uma análise simplista. Uma vez que os coletivos de jornalismo das periferias da cidade de São Paulo, iniciativas estudo aqui, são parte do que chamamos de “novas experiências” (SILVA, 2017), talvez seja interessante considerar esses pressupostos.

(...) nós defendemos a realização do que Bourdieu e colegas chamaram de “ruptura epistemológica” (Bourdieu et al., 1991). Com isso, eles se referiam ao processo segundo o qual acadêmicos abandonam a força de preconceitos e premissas mobilizadas por atores em certo campo e controem seus objetos de estudo de uma maneira reflexiva. Além de uma consideração atenta ao método (...), Bourdieu e seus colaboradores argumentaram que uma ruptura epistemológica requer um exame cuidadoso da linguagem utilizada para descrever um objeto de estudo. Seguindo esse *insight*, analistas devem elaborar como constroem conceitualmente termos-chave que empregam constantemente em seus trabalhos, como “crise”, “contração” e “transição”. Pesquisadores devem também especificar o conjunto de premissas que esses conceitos implicam (SILES; BOCZKOWSKI, 2012, tradução minha)¹⁹

Até o momento, a “crise do jornalismo” tem sido mais comumente interpretada e explicada a partir de argumentos econômicos ou tecnológicos, chamando atenção para a adaptação no meio digital e as formas de obtenção de receita. Os tópicos então giram em torno da eficácia dos modelos de negócio, tanto quando se fala das empresas com redações tradicionais, quanto nas discussões sobre novas experiências jornalísticas nascidas em meio digital e organizadas em coletivos: como exemplo possível, toda a especulação em torno dos *paywalls*²⁰ (que encontraram alguma resistência, de início, mas têm adquirido alguma adesão, particularmente em grandes jornais) ou do *crowdfunding*²¹ (que foi recebido com entusiasmo, mas agora se questiona se e como pode ser útil para uma sustentabilidade duradoura).

19 “(...) we advocate undertaking what Bourdieu and colleagues called an ‘epistemological break’ (Bourdieu et al., 1991). By this, they referred to the process by which scholars abandon the strength of the preconceptions and assumptions mobilized by actors in a certain field and construct their objects of study in a reflexive manner. In addition to an attentive consideration of method (...), Bourdieu and his collaborators argued that an epistemological break requires a careful examination of the language deployed to describe an object of study. Following this insight, analysts should elaborate how they conceptually construct key terms they constantly employ in their accounts, such as ‘crisis’, ‘contraction’, and ‘transition’. Researchers should also specify the set of assumptions that these concepts imply.”

20 O *Paywall* é um sistema de assinatura online que permite acesso a conteúdos mediante pagamento. Pode ser mais restrito, não permitindo acesso a nenhum conteúdo sem que se pague, ou flexível, permitindo acesso a um número fixo de conteúdos por mês antes que se tenha que pagar, por exemplo. Pickard e Williams (2014) analisam os debates sobre o instrumento nos Estados Unidos (debate que aconteceu de maneira semelhante, embora específica, no Brasil e em outros países), passando de sua concepção enquanto “salvador dos jornais” para as experiências efetivas e questões de ética e sustentabilidade levantadas a partir delas. Mais recentemente, Myllylahti (2019) faz um apanhado do campo de estudo desenvolvido a partir da ferramenta, destacando a análise das adaptações realizadas pelos jornais ao método ao longo do tempo.

(...) narrativas de “origem da crise” frequentemente aparecem como histórias de negócios ou fábulas de progresso tecnológico. Histórias de negócios enfatizam como o jornalismo pode recuperar rentabilidade, muitas vezes pressupondo que a velha ordem será preservada. Fábulas tecnológicas contam como os velhos dinossauros da mídia impressa estão morrendo enquanto as novas mídias digitais ascendem (PICKARD, 2011, tradução minha)²²

Parece, entretanto, haver mais nesse contexto do que as dicotomias de novo e velho, financeiramente sustentável ou não. Pesquisar o jornalismo hoje envolve lidar com questões que vão da identidade profissional às quedas de receita, das dinâmicas de convergência de plataformas à participação do público, da precarização do trabalho às normas de escrita, das lógicas de propriedade às trajetórias de carreira. Esse movimento de um ponto a outro não pode ser dispensado, porque uma coisa não se explica sem a outra e só se pode entender as dinâmicas do jornalismo quando consideradas em todas as suas relações. Por isso talvez seja difícil compreender por que uma estratégia funciona ou não em termos financeiros sem entender o que ela representa nas outras dimensões da atividade. É preciso também conceber os contextos diferentes que envolvem as dificuldades do jornalismo em distintos países ou âmbitos (local, regional, nacional).

Isso dito, não podemos negar que algo de global perpassa o jornalismo, embora com características próprias em cada contexto. As pesquisas que discutem a crise na área já têm mais de dez anos, e apesar de muitas divergirem em torno das causas e consequências desta, levantou-se indícios suficientes para podermos dizer que o jornalismo encontra dificuldades, frequentemente profundas, em muitos países (BROCK, 2013; DAVID; NIELSEN; ESSER, 2010; NEWMAN *et al.*, 2015; SILES; BOCZKOWSKI, 2012). No Brasil as manifestações mais visíveis são as reduções de custos de operação dos veículos, causando demissões em massa, deixando aos que se mantêm nas empresas um acúmulo de funções e insegurança com relação ao emprego²³.

21 O *crowdfunding* é uma forma de financiamento, possibilitada por sites como Catarse ou Kickstarter, na qual muitas pessoas pagam quantias variáveis com a finalidade de viabilizar algum projeto. O jornalismo hoje se utiliza desse instrumento para projetos de longo prazo ou reportagens específicas. Hunter (2016) integra o debate que problematiza como, apesar de ser uma via pela qual os jornalistas podem realizar seu trabalho de forma independente, sem precisar de intermediários, o trabalho necessário para que o *crowdfunding* seja bem sucedido pode configurar como que um “segundo emprego em tempo integral”, apontando para possíveis problemas em sua utilização a longo prazo. Aitamurto (2019) acrescenta a isso que os financiamentos coletivos tendem a ser realizados para reportagens, e não o trabalho geral do veículo, necessitando então de outras fontes de receita complementares.

22 “(...) crisis origin narratives frequently appear as business stories or tales of technological progress. Business stories emphasize how journalism can regain profitability, often assuming that the old order will be preserved. Technological tales recount how the old print dinosaurs are dying as new digital media ascend.”

23 O site “A conta dos passaralhos”, da agência independente de jornalismo Volt Data Lab, contabiliza, desde 2012, as demissões de jornalistas e funcionários nas empresas de comunicação do Brasil. Segundo o site, foram demitidos 2.327 jornalistas nas redações brasileiras, além de um total de 7.817 funcionários nas

Muitas das vagas em redações foram extintas, com redução da equipe (que tenta manter o mesmo trabalho com menos funcionários), e outras foram repostas com profissionais mais jovens, com salários menores. A precarização do trabalho dos jornalistas tem efeitos no conteúdo, já que há uma sobrecarga de funções para aqueles que mantêm o emprego, e a contratação de profissionais jovens com baixos salários tira dos veículos os profissionais mais experientes.

A idéia de “crise no jornalismo” tem sido muitas vezes vinculada apenas à crise na economia das empresas de comunicação, sem que se atente aos efeitos desse cenário no grupo profissional. De fato, os jornalistas têm sofrido com a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação do seu estatuto (Accardo, 1998; Adghirni, 2001). O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas (...) vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como freelancers ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

Não só o conteúdo perde em qualidade com a redução de equipes, como os jornalistas passam a lidar com um contexto com ainda mais pressão (em uma profissão que já carrega o estresse de prazos e longas jornadas como constituinte da rotina), cenário ainda complexificado pelo contexto digital, com o acúmulo de funções e a ubiquidade do trabalho na vida dos profissionais (BERMEJO et al., 2014). Não são incomuns, então, os relatos de exaustão (“*burn out*”), e a queda de satisfação no emprego, com aumento na intenção de deixar a profissão, principalmente entre os mais jovens: “O ônus da transição recai sobre aqueles trabalhando nas trincheiras, com a demanda de produzir não somente um produto diário, mas um fluxo de informação 24/7 que sirva para todos os tipos de audiência” (REINARDY, 2011, p. 34, tradução minha)²⁴.

No Brasil, estudos já relacionam danos à saúde física e emocional (como estresse, transtornos mentais e LER/DORT) às condições de trabalho dos jornalistas (CREMONINI, 2019; LELO, 2019; LIMA, 2018). Isso é potencialmente fator importante na migração de jornalistas dos postos de trabalho na mídia para áreas próximas, como assessoria, publicidade ou ensino, ou mesmo inícios de carreira já em trabalhos fora das redações. O

empresas de mídia, de 2012 até agosto de 2018. Por conta da inexistência de um banco de dados oficial que monitore as demissões de jornalistas no Brasil, o site utiliza os registros sobre as demissões publicados como notícias em sites especializados em comunicação e jornalismo (como Portal Imprensa, Comunique-se e Portal dos Jornalistas), e em informações concedidas por profissionais na área, depois verificadas pelo site. As demissões de jornalistas contratados como Pessoa Jurídica ou “*frilas fixos*” (freelancers que exercem a atividade como se fossem funcionários da empresa) não são registradas, o que dificulta a contagem.

24 “The transitional burden falls to those working in the trenches who are asked to generate not just a daily product but a 24/7 information flow that accommodates a no-size-fits-all audience.”

trabalho em assessoria, particularmente, ganha força uma vez que os agentes que seriam fontes dos jornalistas passam a dispensar o intermediário para falar diretamente com o público (SCHMITZ, 2011).

Essa mudança no quadro de ocupação dos jornalistas teve início em 2000, quando os jornais reduziram em 40% o volume dos postos de trabalho. Foram esses profissionais que migraram para as assessorias de imprensa e mídias institucionais – setores que ampliaram em 16% o número de vagas ocupadas por jornalistas no ano de 2000 (Sant’Anna, 2005). (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, primeiro levantamento do tipo no país, realizado em 2012 através de uma enquete em rede com 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação, demonstra que essa lógica perdura (MICK; LIMA, 2013). Segundo a pesquisa, 54,5% dos jornalistas empregados trabalhavam na mídia à época do questionário (na produção de notícias em veículos tradicionais, seja em jornais diários, revistas, telejornais, rádio ou internet) e 40,3% trabalhavam fora dela (contratados como assessores de imprensa ou comunicação em sua maioria, 68,3%, ou ainda em outras funções que mobilizam habilidades jornalísticas). Quem exercia a profissão fora da mídia estava, em média, mais satisfeito com seu trabalho que os profissionais de mídia.

Nas grandes empresas do setor no Brasil, Corrêa (2012) aponta fatores autóctones da crise, principalmente o que descreve como problemas em gestão. As empresas informativas teriam empreendido reconfigurações de identidade multimídia, adaptações ao meio digital, mas sob uma lógica que simplesmente transpôs as estratégias bem sucedidas de outrora na nova realidade: “Muitas investiram em tecnologia e novos negócios para adquirirem um perfil contemporâneo, mas quase todas não deixaram de agir no velho modo”. (CORRÊA, 2012). Os oligopólios do jornalismo brasileiro, demasiadamente centralizados nos grandes centros urbanos e portanto com pouca identificação com públicos mais específicos, também seriam barreiras para as tentativas de manter audiência, abrindo espaço para iniciativas de fora do mercado de informação convencional:

(...) a perda de consumidores (leitores, ouvintes, telespectadores), especialmente os mais jovens, por parte das mídias informativas “de referência”, acentua o impacto de outras formas de acesso à informação, geralmente online, que não aquelas facilmente reconhecíveis como jornalísticas. Esse cenário é acompanhado ainda (...) pela exaustão do modelo produtivo estabelecido nos anos 70, que, centralizado em duas cidades do país, tem dificuldades de se articular com as realidades locais e microrregionais, algo que vem sendo cumprido por uma diversidade de produtos, ferramentas, páginas e redes viabilizadas pela internet que, por sua vez, desenvolvem modos peculiares de apreender e narrar essas realidades (...) (LEAL; JÁCOME; MANNA, 2014)

Com a entrada de novos agentes no campo, a profissão enfrenta um tipo de crise identitária: se todos podem ser jornalistas, e jornalistas profissionais realizam uma pluralidade de atividades distintas, o que caracteriza um jornalista? No novo contexto comunicacional, o próprio conceito que o jornalismo tradicionalmente adota está em disputa, na medida em que valores, formas e institucionalidades que o fundamentam vão sendo adaptados ou questionados. Essa disputa seria uma ruptura, na medida em que o jornalismo historicamente definiu-se justamente por essas permanências: com a centralidade dos meios de produção e circulação da informação nos veículos jornalísticos, bastava defini-lo a partir dos meios, dos produtos, das formas de produção, do profissional (LABASSE, 2015). Agora, contudo, fazem-se necessárias reflexões e teorias que deem conta da dispersão na fronteira do que é ou não considerado jornalismo.

(...) enquanto o jornalismo como forma comum de comunicação continua sendo um elemento vital de sociedades democráticas, seu *locus* pode estar se movendo – ao menos parcialmente – de uma esfera de profissão institucionalizada e organizações especializadas para esferas comunicacionais mais amplas, que não estão bem estabelecidas ou definidas (HEINONEN; LUOSTARINEN, 2009, p. 227, tradução minha)²⁵

A profissão também sofre em termos de legitimidade, estando em questionamento o lugar de fala privilegiado que dá aos jornalistas, com acesso facilitado a fontes e lugares restritos ao público geral, e cujas leituras do mundo afetam os debates políticos, os temas a serem discutidos, as decisões a serem tomadas. A promessa, transmitida desde editoriais em jornais e revistas até trabalhos acadêmicos, já entremeada na ética profissional, era de que o jornalismo agiria em nome da democracia, garantindo o acesso a informações e melhorando, portanto, os processos políticos na esfera pública. Mas os desvios éticos e a queda na qualidade da cobertura, além da falta de diversidade nas redações, aumentam a distância entre o que o discurso profissional promete e o que de fato as empresas podem entregar.

O jornalismo realizado a partir de empresas que, historicamente, dependem dos campos econômico e político, com a crise, perde ainda mais em autonomia, fazendo mais concessões na produção de informação. Alguns veículos apostam na identificação ideológica com seus públicos-alvo na esperança de reter pagantes, veiculando perspectivas pouco pluralistas sobre os acontecimentos; outros deixam de publicar informações que poderiam desagradar a agentes com poder de influência.

25 “(...) while journalism as a common form of communication is still a vital element of democratic societies, its locus may be moving – at least partially – from the sphere of institutionalized profession and specialized organizations toward wider communication spheres that are not well established nor easily defined.”

A história do jornalismo poderia ser em grande parte a história de uma autonomia impossível – ou, para colocar de uma maneira menos pessimista, a história sem fim de uma autonomia que deve ser sempre reconquistada, por estar sempre ameaçada. A produção jornalística é sempre fortemente ditada pelas condições sociais, especialmente políticas e econômicas, nas quais é organizada (CHAMPAGNE, 2005, p. 50, tradução minha)²⁶

Tal dependência não é algo novo – como atesta o trecho acima. A possível diferença de contexto é que, como a internet aumentou dramaticamente as informações disponíveis e o alcance da produção de pessoas “comuns”, as concessões que o jornalismo faz são agora mais frequentemente explicitadas, ficando, portanto, mais visíveis. As críticas constantes à atividade jornalística dão visibilidade ao *gap* entre o discurso sobre o papel ideal do jornalista na sociedade e o que é feito na prática (MELLADO; VAN DALEN, 2014), alavancando a percepção por parte do público da necessidade de produções jornalísticas que se contraponham a essas narrativas.

Não estamos sucumbindo ao determinismo tecnológico, mas deve-se admitir que as novas tecnologias têm habilitado forças na criação de novas formas de comunicação pública fora do jornalismo produzido pela mídia. Algumas dessas formas complementam a mídia tradicional, na medida em que reconhecem a importância do jornalismo profissional, mas servem a alguns interesses específicos que esses veículos não estão atendendo bem o suficiente. Outros tipos, entre as novas formas de comunicação, estão em confronto aberto com o jornalismo produzido pela mídia, acusando-o de ser o laço do *establishment* e de falhar no seu dever de servir o interesse público (HEINONEN; LUOSTARINEN, 2009, p. 235, tradução minha)²⁷

Isso faz com que, paralelamente aos problemas do dinheiro e da identidade, tenha-se que resolver o déficit de legitimidade da posição como mediador frente ao público. A questão da legitimidade é intimamente ligada ao tema da credibilidade e confiança (PAUWELS; PICONE, 2012). A baixa confiança nas notícias foi constatada em diversos países no Digital News Report (NEWMAN *et al.*, 2019), pesquisa realizada com 75 mil entrevistas em 38 países e 6 continentes, em que a média de confiança em notícias no geral é de 42% e nos veículos específicos *que os próprios entrevistados utilizam* é de 49%. No Brasil os números são, respectivamente, 48% e 51%, sendo que a confiança nas notícias caiu 11 pontos desde a

26 “The history of journalism could well be in large part the story of an impossible autonomy - or, to put it in the least pessimistic way, the unending story of an autonomy that must always be re-won because it is always threatened. Journalistic production is always strongly dictated by the social, especially political and economic, conditions in which it is organized.”

27 “We are not succumbing to technological determinism, but one has to admit that new communication technologies have been enabling forces in creating new modes of public communication outside journalism by the media. Some of these modes complement traditional media in that they acknowledge the importance of professional journalism, but serve some specific interests that the media are not serving well enough. Other types of new communication modes are in open confrontation with journalism by the media, accusing it of being the lackey of the establishment and failing in its duty of serving the public interest.”

pesquisa anterior. Essa queda expressiva é explicada, no estudo, como potencialmente relacionada às polêmicas midiáticas no período das eleições de 2018, marcado por disseminação de notícias falsas e desinformação.

Essa atividade encontra-se na mira da crítica social, obrigando seus atores a se explicar, obrigando as mídias a produzir, paralelamente ao discurso da informação, um discurso que justifique sua razão de ser, como se além de dizer ‘eis o que é preciso saber’, as mídias dissessem o tempo todo: ‘eis por que temos a competência para informar’ (CHARAUDEAU, 2006, apud MORAES, 2011)

A promessa do jornalismo bastião da verdade e da democracia, narrativa muitas vezes repetida e reafirmada, frequentemente não diz respeito às condições práticas dos profissionais de mídia, além de raramente questionar os valores nos quais se ancora: “(...) cada manual ou livro introdutório, por exemplo, ignora sempre as contingências das próprias crenças e condições históricas que estão na base do discurso que performa.” (LEAL; JÁCOME; MANNA, 2014). Afirma-se a visão de um monumento atemporal, acima das pessoas e das práticas individuais, que torna difícil para os jornalistas darem conta do que se espera deles.

Assim, esse modelo, esse entendimento acerca do jornalismo de notícias, que parece se aprofundar em uma crise recente, se constituiu historicamente dentro de um paradoxo que envolve uma normatividade sobre a maneira de compreender a si mesmo e suas relações com a realidade e a vida social – o que implica necessariamente uma normatização sobre os formatos jornalísticos – e a maneira sempre incompleta, incoerente ou insuficiente de se alcançar tais ambições. (LEAL; JÁCOME; MANNA, 2014)

Com base no discurso fundacional, de um “paradigma tradicional do jornalismo”, se afirma tanto o jornalismo como instituição social legítima, quanto como válido o saber que ele produz sobre o mundo. Moraes (2011) dá um bom exemplo de como esse discurso responde a um contexto de dificuldades. Diante de pesquisas da Universidade de Harvard que apontavam altos níveis de descontentamento com o trabalho da imprensa nos Estados Unidos, foram realizados 21 fóruns no país, durante três anos, com pesquisadores entrevistando 300 jornalistas sobre os valores da profissão (KOVACK; ROSENSTIEL, 2004). Disso surgiu uma afirmação de objetivo (“a finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar”) e uma lista de normas para atingí-lo, que eram nada mais que a reafirmação das normas já estabelecidas no campo. “Esse discurso é normativo, típico da sociedade disciplinar definida por Foucault (2010b). Vitimado pela desconfiança social pelo não cumprimento de suas promessas de assegurar as liberdades democráticas, o jornalismo retoma seu discurso fundante” (MORAES, 2011).

Não precisamos entender os discursos de defesa do campo como ingênuos ou autoritários. A defesa da hegemonia pelos profissionais é simultaneamente reação à insegurança no emprego; ao mesmo tempo em que defendem a legitimidade em valores imutáveis, também buscam formas de “revelar aspectos mais complexos da atividade, defendendo a recuperação de sua profundidade, capacidade crítica e mediadora como condição essencial para que a profissão sobreviva à sociedade em rede” (HAUSER, 2014). Em uma pesquisa em que entrevistou jornalistas do El País (Madrid, Espanha), da Folha de S. Paulo e da Zero Hora sobre a crise e o futuro do jornalismo, Hauser levanta a possibilidade de que talvez aqueles empregados em empresas de mídia, agentes estabelecidos do campo, estejam mais próximos da reafirmação do que da mudança:

De fato, o jornalismo passa por um momento de experimentação, e nele antigas práticas são desnaturalizadas e abrem caminho para novos modos de fazer. A categorização das entrevistas através dos conceitos de reiteração, criação e suspensão ajudam a elucidar que a disputa pelo “futuro do jornalismo” se dá – de forma mais enfática – na defesa de valores e princípios sustentados historicamente, muito mais do que no reconhecimento das possibilidades. No campo das dúvidas e das experimentações, o que sobressai é a tentativa de recuperar a solidez da profissão e sua importância no contexto das redes sociais digitais. Há menos criação. Obviamente, num contexto de grandes empresas de mídia, que precisam se sustentar enquanto um negócio, é natural encontrar mais resistência à mudança. (HAUSER, 2014)

Na contramão dessa afirmação identitária fixa, Ringoot e Ruellan (2007) desenvolveram a ideia de que o jornalismo seria caracterizado por uma “falta de identidade constitutiva”²⁸. Segundos os autores o jornalismo apresentaria um conjunto de práticas muito distintas e uma tensão constante entre “ordem discursiva” e dispersão, estabilidade e mudança – argumentam inclusive que isso foi muitas vezes uma vantagem para os jornalistas, sendo possível aglutinar diversas atividades como sendo próprias da profissão, dependendo do contexto e das necessidades do momento. A perspectiva do jornalismo atravessado pela tensão entre ordem e dispersão informa uma postura de análise que evitaria certos simplismos:

A prática jornalística pode ser vista como um espaço múltiplo, heterogêneo (Bourdieu, 1997; Ruellan, 1993) atravessado por uma tensão permanente entre ordem e dispersão, entre estabilidade e mudança (Ringoot & Utard, 2005). Esta postura – extensível, claro, a outros fenômenos sociais – nos permite escapar de dois simplismos recorrentes quando se trata de estudar o jornalismo: 1) a adoção, sem questionamento, do discurso de “crise”, recorrente na história da atividade jornalística (Ferenczi, 1993) e que muitas vezes é emitido pelo próprio grupo profissional como uma forma de autolegitimação; 2) a crença em uma natureza imutável do jornalismo, como se parte

28 Tradução minha. No original: “constitutive lack of identity”.

dessa atividade fosse imune a inovações de ordem estrutural. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

Essa abordagem adquire mais relevância quando se estuda a atividade desde um olhar histórico ou dos estudos comparativos, para perceber os limites difusos da atividade, a pouca regulamentação e os diversos processos de formação em diferentes países, marcados ainda por hibridizações com outros campos (literário, político). O conjunto dos jornalistas não apresenta um grupo coeso, com diversas funções, regimes de contratação e níveis de remuneração: Lopes (2011) argumenta que um dos fatores para a baixa coesão e maior fragilidade dos jornalistas em relação a outros agrupamentos profissionais pode ser a existência de grande fragmentação e heterogeneidade dentro da profissão.

(...) em termos de reivindicações coletivas para a classe, observa-se a formação de polos no interior do próprio grupo, algo que não é comum entre outras categorias, por exemplo, médicos, advogados, contabilistas, engenheiros, bancários, metalúrgicos, motoristas de ônibus, funcionários dos correios. (...) para o heterogêneo grupo dos jornalistas, é interessante perceber que as crises afetam diferentemente cada um de seus membros. Em alguns momentos, uns são beneficiados em detrimento dos outros (...) (LOPES, 2011)

Pesquisas comparativas falam da constituição histórica específica do jornalismo em cada país, como o estudo de Benson (1999) sobre a variação entre os campos jornalísticos na França e nos Estados Unidos, e mostram que há diferenças das características que os preceitos do jornalismo assumem nos países analisados:

Se podemos dizer que jornalistas estão se tornando mais parecidos ao redor do mundo, profissionalmente ou não, depende das medidas utilizadas. Uma variedade de medidas analisadas aqui sugere que ainda há muitas diferenças entre jornalistas dos 31 países e territórios representados neste livro. (...) Estudos mais aprofundados seriam necessários para descobrir algumas das razões por trás das diferenças observadas (WEAVER; WILLNAT, 2012, p. 544, tradução minha)²⁹

Mancini (2013), tendo conduzido estudos comparativos nos Estados Unidos e na Europa, argumenta que a fragmentação produzida pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias dificulta ainda mais a imposição de padrões profissionais compartilhados, no sentido de um modelo como ideal universal. Isso muda como se encara a pesquisa e mesmo o ensino de jornalismo, na medida em que as certezas com que se baseava para ensinar os alunos podem cair por terra em face das condições do “mundo real”.

Essa é a lição que aprendemos com o aumento nas pesquisas comparativas e a crescente circulação de conhecimento e pesquisadores no mundo globalizado. Isso é o

29 “Whether one thinks that journalists are becoming more alike, professionally or otherwise, around the world depends on the measures used. A variety of measures reviewed here suggest that there are still many differences among journalists from the 31 countries and territories represented in this book. (...) Further analysis is needed to uncover some of the reasons behind these observed differences.”

que aprendemos na observação da aplicação de novas tecnologias ao jornalismo. Novas questões estão surgindo que vão além da experiência do mundo ocidental. E a evolução tecnológica em andamento significa que as perguntas que fazemos mudarão rapidamente. O futuro dos estudos em mídia de massa é um futuro sem certezas. (...) Sim, existe um processo de globalização e homogeneização, mas frequentemente ele opera em nível superficial, enquanto a prática cotidiana mostra a emergência de relações muito diferentes entre mídia, política e negócios (MANCINI, 2013, tradução minha)³⁰

Alguns autores argumentam que a crise do jornalismo pode também ser interpretada no viés de uma crise da modernidade, a partir da percepção de que as “promessas” do discurso moderno não se cumpriram historicamente. “Afinal, o jornalismo se tornou nos últimos séculos uma das expressões que mais fortemente manifesta os valores modernos, e que, por meio deles, tão diretamente participa na maneira como as pessoas lidam diariamente com a compreensão da realidade.” (LEAL; JÁCOME; MANNA, 2014).

Essas mudanças podem ser vistas como representando uma “virada pós-moderna” no jornalismo, uma vez que elas desafiam as “grandes narrativas” convencionais, certezas e racionalidades que sustentam a profissão e suas práticas. Baseiam não somente as práticas dos jornalistas e seus discursos acerca de sua profissão, mas também as preocupações e ferramentas analíticas de pesquisadores do jornalismo (WAHL-JORGENSEN, 2017, tradução minha)³¹

A instabilidade de categorias modernas não quer dizer que elas sejam facilmente dispensáveis, mas sim que estão em suspenso, sendo discutidas, contestadas, defendidas. Wahl-Jorgensen (2017) aponta que podemos achar utilidade nos estudos sobre as “fronteiras” do jornalismo para entender os significados e consequências dessas contestações. Conceituações modernas da profissão podem, nesse novo contexto e a partir de novas experiências, ser substituídas por outros valores, como a autenticidade, ou o conhecimento específico de uma localidade possuído por um morador desta.

(...) é importante compreender o gesto de referencialidade que se instaura nas relações históricas do jornalismo. Ainda que o discurso da crise esteja ancorado no passado e em uma lógica teleológica da história, o novo contexto acaba por criar suas próprias formas de conceber o passado pelas demandas de reapropriação no presente. (MANNA; FERREIRA; JÁCOME, 2017)

30 “This is the lesson we learn from increases in comparative research and from the increasing circulation of knowledge and scholars in the globalized world. This is what we learn from observation of the application of new technologies to journalism. New questions arise that go beyond the experience of the Western world. And the ongoing evolution in technology means that the questions we ask will quickly change. The future of mass media scholarship is a future without certitudes. (...) Yes, there is a process of globalization and homogenization, but very often it works at a superficial level, while everyday practice shows the emergence of very different relations between media, politics, and business.”

31 “These changes could be seen to represent a ‘postmodern turn’ in journalism insofar as they challenge the conventional ‘grand narratives’, certainties and rationalities that underpin the profession and its practices. They inform not only the practices of journalists and their discourses about their profession, but also the preoccupations and analytical tools of journalism scholars.”

Esse gesto de referencialidade (que é também uma apropriação) é bastante visível nas iniciativas que surgiram nos últimos anos, tanto nas explicitamente contrárias à mídia jornalística tradicional, quanto nas que trabalham em um movimento simultâneo de crítica/complementação. O discurso dominante do jornalismo, suas missões e valores, é recuperado tanto para se realizar a crítica às empresas jornalísticas tradicionais, quanto para fundamentar, de maneiras específicas e atualizadas, as novas formas da atividade que agora se constituem.

Que boa parte do discurso de crise esteja ancorado em uma lógica teleológica da história é compreensível pela ótica de um movimento normativo, que se dirige ao passado para encontrar a inauguração de uma essência. Esse ponto inaugural estabelece simultaneamente um fim almejado cuja construção possa ser traçada: temos uma origem que remete a um fim, e uma narrativa histórica que caminha sempre por essa linha. Outras abordagens com o uso da história, que abdicuem dessa referencialidade essencialista, podem quebrar com a auto-evidência que ela produz, e produzir narrativas que privilegiem o que é marginalizado na construção dessa linha de continuidade. Nos dois capítulos seguintes, discuto primeiro como o aporte teórico de Foucault propicia esse questionamento analítico, para depois experimentar um breve resgate histórico balizado por essas questões.

2 – FOUCAULT E OS ESTUDOS DE JORNALISMO

Apesar das mudanças de contexto, de mídia e de condições de trabalho, a definição e os valores do jornalismo utilizados pela categoria e também nas pesquisas carregam ainda muito do século passado. Os jornalistas, movidos por vocação e senso de interesse público, seriam aqueles que desbravariam o mundo desconfiados de todos, à procura da verdade, distanciados para que possam ser justos e equilibrados – fiscalizariam os poderosos, descobrindo e revelando informações indispensáveis à manutenção ou à construção de uma boa democracia. Esses valores do campo profissional têm proximidade com abordagens de pesquisa identificadas por Witschge e Deuze (2017) como componentes de uma conceitualização mais ou menos coerente e consolidada sobre a atividade, tendo como pontos de partida frequentes: a ideologia ocupacional dos jornalistas, num movimento “*inside out*”; e análises externas, nas quais o jornalismo realizaria uma função dentro de um sistema (e.g. “informar os cidadãos”) ou seria entendido a partir de seu potencial em relação à democracia.

Com esses pontos de partida, muito da pesquisa internacional no campo jornalístico se ancora em perspectivas universalistas sobre a prática, seja como base para se comparar as atividades observadas ao ideal normativamente estabelecido (uma abordagem “*top-down*”), seja a busca por uma homogeneidade de valores e práticas, local ou transnacionalmente, geralmente baseada em entrevistas com profissionais de veículos tradicionais (que costumam reforçar essa ideologia ocupacional), com perguntas que são elas mesmas baseadas nessas ideias (MICK, 2017).

A discussão sobre os elementos do jornalismo, representada pelo trabalho de Kovach e Rosenstiel (2004), assume um núcleo mais ou menos estável e consensual de padrões profissionais, pressupostos de pesquisa que podem ser problemáticos pela tendência a excluir vozes marginalizadas e minoritárias, práticas e formas de jornalismo consideradas desviantes. Dada a crescente fragmentação, e a natureza cada vez mais em rede e atípica do mercado de trabalho jornalístico, coloca-se em curso uma reavaliação da questão de o que seria o jornalismo, avaliando-se as consequências de uma construção normativa feita através de ideologias e culturas reforçadas tanto pelo âmbito acadêmico quanto pelo profissional:

Quando respondendo a essa questão, a teoria precisa mover-se para além das limitações que enquadram essa discussão: um excesso de confiança no jornalismo como uma instituição essencialmente estável, distinta de outros sistemas sociais, além também de sua validação como unicamente necessário à democracia. Essas noções, apesar de importantes, excederam seus prazos de validade (Zelizer, 2013).

Argumentamos pela teorização do jornalismo a partir da base – com foco em onde, como, por quem e porque “o ofício perdido da reportagem” (Compton and Benedetti, 2010: 487) é feito (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 4,5)³²

Vem dessa questão de base a escolha por trabalhar, neste estudo, com o jornalismo produzido por moradores das periferias da cidade de São Paulo. Não somente porque apresentam perspectivas e cotidianos marginalizados no conteúdo que produzem, mas porque sua própria constituição enquanto atividade jornalística faz referência a iniciativas que, desde os séculos XIX e XX, batalham um contraponto à imprensa industrial, que constitui grande parte do campo discursivo do jornalismo. Os “*legacy news*” (veículos considerados maduros, *mainstream*, aqui chamados de tradicionais) por certo deixam algo como uma herança em formas de escrita, em pautas possíveis, em fontes entrevistáveis, em públicos desejados.

Ao mesmo tempo, não há o interesse aqui de opor as novas mídias às mídias tradicionais, uma vez que o próprio jornalismo de periferia utiliza dessa herança ao constituir suas práticas, e busca nos grandes jornais por parceiros, sem deixar de criticar as lógicas segundo as quais trabalham. Mais interessante do que reforçar uma dicotomia é analisar essas experiências por elas mesmas e entender o que podemos colocar em questão a partir delas – de onde surgem, histórica e concretamente, os “elementos do jornalismo” legitimados e sua lógica de conduta padrão; e o que, também histórica e concretamente, eles acabam por excluir e marginalizar.

(...) seria um erro partir da premissa de que os tipos de jornalismo que surgem fora das, e paralelamente às, organizações de *legacy news* são necessariamente diferentes ou apresentam oposição em termos dos valores centrais, ideais e práticas da profissão. Propomos ampliar as conceitualizações jornalísticas para além da falsa dicotomia centro-periferia, entendendo que o centro não é mais homogêneo que a chamada periferia, assim como nenhum dos dois representa a antítese do outro (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 4, tradução minha)³³

Analisar os arranjos de produção e as perspectivas dos membros desses grupos relaciona dois focos de interesse no momento atual do jornalismo e de seu campo acadêmico: as propostas e dificuldades encontradas por experiências jornalísticas recentes, criadas no

32 “When answering this question, theory needs to move beyond the limitations framing this discussion: An overreliance on journalism as an inherently stable institution, distinct from other social systems, and beyond its validation as uniquely necessary for democracy. These notions, however important, have over-extended their shelf life (Zelizer, 2013). We argue for theorizing journalism from the ground up – focusing on where, how, by whom, and why ‘the lost labour of reporting’ (Compton and Benedetti, 2010: 487) is done.”

33 “(...) it would be a mistake to assume that the types of journalism emerging outside and alongside legacy news organizations are necessarily different or oppositional to the core values, ideals, and practices of the profession. We propose to widen journalistic conceptualizations beyond the false core–periphery dichotomy, understanding that the core is no more homogeneous than the so-called periphery, while neither necessarily represents the other’s antithesis.”

meio digital e fora dos padrões das mídias de corporações (embora afetadas por eles); e o questionamento de lógicas de funcionamento do jornalismo e suas organizações, com base em uma crítica da marginalização que estas operaram e operam ainda em práticas desviantes e/ou parcelas da população. As modificações nas práticas do jornalismo atualmente, e as críticas ao seu funcionamento até então, levantam discussões também sobre como os estudos acadêmicos participaram da construção de valores e olhares sobre o jornalismo – como definiram a atividade, como ajudaram a delimitar suas fronteiras, e no fim das contas como esses processos afetaram o reconhecimento de práticas ou agentes a serem considerados legítimos.

Reconhecer a pesquisa em jornalismo como parte da produção do campo discursivo que o constitui é um movimento relevante para se definir os pressupostos desta pesquisa. Sendo uma atividade com fronteiras fluidas, que muito se vale da apresentação de si como instrumento para controle desses limites, conta com um campo acadêmico que participa desse processo, defendendo valores, prescrevendo atitudes, criticando desvios. Pode-se levantar a questão, inclusive, de quanto das formulações de lógicas de conduta jornalísticas dominantes teriam surgido no campo da prática, sendo analisados então pela pesquisa, e o quanto seriam formulações prescritivas provenientes do campo acadêmico a influenciar as perspectivas dos profissionais, via formação nas universidades, por exemplo – ou seja, “quem veio primeiro...?”. A face aparente dessa questão é uma distância perceptível entre o que se estuda e o que efetivamente se pratica:

O que tem sido saudado como o “modelo profissional”, centrado no ideal do repórter objetivo, é agora cada vez mais visto como somente isso: um modelo sustentado mas raramente alcançado. A pergunta então sendo, por que um modelo deveria permanecer um modelo se é tão distante daquilo que de fato se pratica nas redações ao redor do mundo? Onde a maior parte das disciplinas adere a uma “facticidade normativa”, i.e. as normas sendo estabelecidas a partir dos fatos, o jornalismo faz o contrário. Para o jornalismo, seu aspecto normativo é visto como sua legitimação e medida para desempenho (McQuail, 1994: 4-5). No entanto, isso deixa o jornalismo sempre a ser comparado ao que deveria ser, não ao que é, privando a prática inerentemente inferior da chance de influenciar o dito modelo profissional (JOSEPHI, 2005, p. 576, tradução minha)³⁴

34 “What has long been hailed as the ‘professional model’, centring on the ideal of the objective reporter, is now increasingly seen just as that: a model upheld but rarely attained. The question therefore is, why should a model stay a model if it is so far removed from what is actually practised in newrooms around the world? Where most other disciplines adhere to a ‘normative facticity’, i.e. the norms being established from facts, journalism does the opposite. For journalism, its normative aspect is seen as its legitimization and yardstick for performance (McQuail, 1994: 4-5). Yet this leaves journalism always to be measured against what ought to be rather than what is, thus depriving the inherently inferior practice of a chance to influence the so-called professional model.”

Embora haja um movimento para pensar a prática jornalística para além do modelo liberal em termos geográficos (ou seja, visando analisar países de fora do circuito EUA, Inglaterra, etc.), mesmo as pesquisas transnacionais ainda apresentam frequentemente uma base normativa que não necessariamente rompe com valores fundadores desse modelo. Isso é um problema na medida em que impõe obstáculos ao tentar compreender as diferenças de valores e de estratégias mobilizadas no campo de cada local, tornando as conclusões superficiais:

(...) o aprofundamento implicaria contestar (relativizar ou abandonar) a premissa: o conceito universalista de jornalismo, associado ao modelo liberal – um tipo de desvelamento inacessível a investigações a seu modo também normativas, apesar de concebidas para serem empírico-dedutivas. (MICK, 2017, p. 70)

Além de configurar uma questão específica no âmbito das pesquisas comparativas, o amplo apoio da pesquisa em jornalismo no geral nessa normatividade gera problemas quando da análise de questões mais específicas, como por exemplo das práticas e tensões éticas no âmbito da profissão. É frequente no campo de pesquisa o movimento de mostrar como as práticas efetivas estão longe dos ideais estabelecidos, e o que deveríamos então fazer para corrigir essa falha. Podemos entender esse movimento em um contexto de ações estratégicas do próprio campo jornalístico no sentido de defesa discursiva da atividade como relevante no novo ambiente de comunicação, afetado por mudanças nos âmbitos tecnológico, econômico e político:

Esses pontos de articulação têm sido influentes na motivação dos jornalistas para manejar as barricadas discursivas em defesa de sua posição. Essas expressões são fluidas mas em último caso refletem, em grande parte, o desejo de retornar a um tempo no qual os jornalistas tinham amplo monopólio sobre o fluxo de informação. A análise ressalta como uma instituição se adapta discursivamente à mudança de circunstâncias (Hanitzsch e Vos 2017; Schmidt 2011) — ela não inventou novas bases para a autoridade jornalística, mas sim retornou e improvisou com base em roteiros institucionais existentes. (VOS; THOMAS, 2018, tradução minha)³⁵

Essa recuperação do *script* já institucionalizado na profissão é bastante visível na maior parte dos jornais de referência, na atualização de valores como forma de recuperar confiança do público. A partir de entrevistas com jornalistas de organizações como *BBC*,

35 “These pivot points have been influential in motivating journalists to man the discursive barricades in defense of their standing. These expressions are fluid, but ultimately reflective, in large part, of a desire to return to a time when journalists had a broad monopoly over the flow of information. The analysis underscores how one institution discursively adapts to changing circumstances (Hanitzsch and Vos 2017; Schmidt 2011)—it did not invent new bases for journalistic authority, but rather returned to and improvised based on existing institutional scripts.”

Reuters e Press Association, Jukes (2018) comenta que não é nenhuma surpresa que diante de disrupção, competição agressiva e pressões financeiras, esses jornalistas tentem retomar os valores que serviram bem e garantiram confiança nos primeiros 150 anos de existência da atividade: “(...) organizações de *legacy news* detectaram e aproveitaram a oportunidade de destacar o valor das práticas normativas tradicionais do jornalismo que se baseiam em conhecidas partes componentes do paradigma da objetividade” (JUKES, 2018, p. 8, tradução minha)³⁶. Esse retorno à norma é mais compreensível no âmbito da profissão, no que diz respeito à defesa dos limites da fronteira entre quem pode ou não fazer jornalismo. Mas que o mesmo movimento seja percebido na pesquisa pode ter consequências a se considerar.

Nós não somente descrevemos, mas também inscrevemos a prática; nós tomamos parte no processo discursivo que constitui e dá forma à prática. Examinar uma prática significa identificá-la como tal e portanto, como “gêneros somente existem na medida que um grupo social declara e faz cumprir as regras que os constituem” (Hodge & Kress citado em Chandler 1997: 3), pesquisadores contribuem e sustentam a maneira como uma prática é entendida e posta em ato (Gherardi 2009a). Esperamos que, advogando por essa abordagem *bottom-up* de teorização sobre a prática, possamos ajudar a impulsionar a agenda por mais consciência do trabalho de fronteira que está sendo feito no campo, o que inclui também os acadêmicos (Witschge et al. 2016) (WITSCHGE; HARBERS, 2018, 119-120, tradução minha)³⁷

O reconhecimento das diferenças presentes na atividade jornalística, tanto no que diz respeito às comparações transnacionais, quanto nas diversas funções e processos que ele comporta – apropriações diferentes em grupos com públicos segmentados ou generalistas, com fins de lucro ou não –, dá uma importância ainda maior ao trabalho de análise da constituição de práticas jornalísticas específicas. Essa visão voltada para a prática não foi até então ignorada pelos estudos da área, bastante baseados em abordagens sociológicas: há diversas análises, entrevistas e etnografias, com ênfase nos padrões através dos quais os jornalistas se agrupam em configurações organizacionais ou institucionais, e nas estruturas, funções e efeitos através dos quais atuam – ações, práticas e interações sistemáticas com que se mantêm jornalistas. O trabalho conceitual de base e as escolhas metodológicas decorrentes,

36 “(...) legacy news organisations have spotted and seized on an opportunity to highlight the value of traditional normative practices of journalism that draw on the familiar component parts of the objectivity paradigm”

37 "We do not only describe but also inscribe the practice; we take part in the discursive process that constitutes and shapes a practice. Examining a practice means identifying it as such and therefore, like 'genres only exist in so far as a social group declares and enforces the rules that constitute them' (Hodge & Kress quoted in Chandler 1997: 3), researchers contribute to and sustain the way a practice is understood and enacted (Gherardi 2009a). We hope that by calling for this bottom-up practice theory approach, we can help push the agenda for more awareness of the boundary work that is being done in the field, not the least by academics (Witschge et al.2016)."

porém, fizeram com que muitos estudos tivessem um caráter pouco abrangente, frequentemente deixando às margens as práticas e as experiências que não fossem adequadas ao modelo analítico utilizado.

E, assim, uma flagrante desconexão marca os espaços entre a prática jornalística e os estudos sobre o jornalismo. Para citar Dahlgren (1992: 7), uma crescente lacuna entre “as realidades do jornalismo e sua apresentação oficial de si”, que afeta ambos os jornalistas e os acadêmicos, está no centro da maior parte das discussões sobre o jornalismo contemporâneo (ZELIZER, 2004, p. 7, tradução minha)³⁸

A preferência por teorias totalizadoras, que estabelecem um modelo segundo o qual o jornalismo poderia ser entendido através de definições restritas, por diversas vezes afastou o meio acadêmico da vivência das pessoas que de fato realizam a atividade. Zelizer aponta que a definição de jornalismo predominante talvez não seja a mais inclusiva na caracterização de quem é considerado jornalista, fazendo com que, na medida em que práticas, formas e tecnologias de coleta e apresentação de notícias crescem em variedade, diminui em relevância o material acadêmico disponível.

Chama a atenção a predominância de análises que reduzem os jornalistas a um só tipo de ator em um só tipo de ambiente (Zelizer, 2004, p. 80). Essa simplificação pode decorrer tanto de concepções teóricas (como a tentativa de estabelecer um único modelo que abranja todo o fenômeno), quanto escolhas práticas da pesquisa (como congelar momentos específicos do processo deixando de ver o quadro geral, dar ênfase demasiada às práticas dominantes em detrimento do desvio ou generalizar afirmações, advindas de pesquisas empíricas circunscritas, para além de sua aplicabilidade). A *newsroom-centricity*, centralidade no trabalho realizado nas redações, é uma questão que reúne alguns desses problemas. Ao estabelecer como *locus* de análise padrão a redação, deixa-se de fora veículos que trabalham com um tipo de organização diferente deste, assim como práticas jornalísticas que aconteçam fora desse espaço:

Isso não é somente um problema operacional no atual clima de desestabilização do trabalho com notícias. Nossa crítica é mais fundamental: ao longo de sua história, pesquisadores do jornalismo e das notícias sustentaram a dominância de certas interpretações do jornalismo (e de seu papel), concentrando-se em arranjos institucionais específicos dentro de configurações privilegiadas. Como Karin Wahl-Jorgensen (2009) coloca, a centralidade nas redações dos estudos de jornalismo significaram que “os pesquisadores tenderam a evidenciar a cultura jornalística como

38 “And so a glaring disconnect taints the spaces between journalistic practice and journalistic inquiry. To quote Dahlgren (1992: 7), a growing gap between ‘the realities of journalism and its official presentation of self’, which affects both journalists and academics, lies at the core of most discussions of contemporary journalism.”

ela emerge nas áreas limitadas das redações e outros locais centralizados na produção de notícias, geralmente prestando pouca atenção a lugares, espaços, práticas e pessoas nas margens desse universo espacialmente limitado de produção noticiosa” (p.23) (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 5, tradução minha)³⁹

Os autores apontam ainda que esse enfoque tem mais implicações do que somente o privilégio de alguns atores e exclusão de outros. A consolidação, nas pesquisas, dessa ênfase, concretiza também nos cursos de formação, por reprodução, essas rotinas em elementos fixos. (Isso sem contar os jornalistas de redações tradicionais que passam depois a dar aulas). Dessa forma, o enfoque das análises em instituições de elite, prestígio e *glamour*, localizadas em grandes cidades do mundo ocidental e capitalista, solidificaria esses lugares como os únicos dignos de voz para articular o que é o jornalismo e quem conta como jornalista.

Categorias de análise, apesar de potencialmente explicativas, comportam alguma simplificação; algumas dessas categorias, nesse campo de pesquisa, chegaram a atingir patamares de inquestionabilidade. Os estudos que focam mais nas dinâmicas de trabalho que nos preceitos normativos (como as etnografias) apresentam a vantagem de desnaturalizar essas premissas, mas também podem dar um peso demasiado à intenção em detrimento do acontecimento, ou seja: entender os jornalistas como atores que se movem estrategicamente em resposta ao ambiente talvez subestime os aspectos não estratégicos ou não intencionais das práticas. Por fim, entender o jornalismo enquanto (quase) profissão pode ser proveitoso para lidar com as diversas dinâmicas e interações que o trabalho conforma, mas ao mesmo tempo pode ser redutor, a depender da ideia de profissão utilizada, dada a fragmentação que o jornalismo apresenta:

(...) a divisão das funções, das mídias, das especialidades, dos lugares e tempos de trabalho compreendidos dentro de uma mesma empresa tende (...) a desenvolver uma fragmentação (CHARON, 1993) do mundo jornalístico e a sugerir que o sentimento de pertencimento a uma comunidade funcione de um modo antes de tudo reativo, em face da "crítica" que vem de intelectuais, de juizes, de políticos. (NEVEU, 2006, p. 37)

Sendo difícil e talvez não desejável estabelecer uma definição e descrição estável e delimitada da atividade, ainda mais em um momento de disrupções do campo como o atual,

39 “This is not simply an operational problem in the current climate of newswork destabilization. Our critique is more fundamental: Throughout its history, scholars of journalism and the news have supported the dominance of certain interpretations of (the role of) journalism by focusing on specific institutional arrangements within particular privileged settings. As Karin Wahl-Jorgensen (2009) puts it, the newsroom-centricity in journalism studies has meant that ‘scholars have tended to focus on journalists’ culture as it emerges within the limited areas of newsrooms and other centralized sites for news production, usually paying scant attention to places, spaces, practices and people at the margins of this spatially delimited news production universe’. (p. 23)”

pôr em suspenso formulações já estabelecidas pode ser o caminho mais interessante para compreender a gama de práticas que compõem o jornalismo no momento. Não se trata de delimitar uma nova conceitualização, nem de fazer com que pesquisadores e estudantes condenem os parâmetros existentes.

Em vez disso, o argumento é de que ultrapassar as fronteiras é o que seria produtivo neste tempo de fluxo. Ao reconhecer esse ponto teórico, nós de fato fundamentaríamos nosso trabalho de forma mais sólida na experiência vivida de jornalistas e no fazer jornalístico (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 13, tradução minha)⁴⁰

Para tanto, proponho uma abordagem que parta não dos ideais, mas das práticas, que possa levar em conta inclusive o papel que a produção e conservação de ideais possa ter na constituição destas, e vice-versa, o que não é possível quando ocupam o lugar de *a priori*.

Para dar sentido a esses desenvolvimentos, e para entender o que o jornalismo é, argumentamos que não podemos mais empregar abordagens de pesquisa que utilizem definições *a priori* do que é o jornalismo ou do que deveria ser sua função social. Isso não quer dizer que essas concepções normativas não mais influenciam a maneira pela qual o jornalismo é percebido. No entanto, tomar essa perspectiva normativa como ponto de partida impõe limitações de visão na pesquisa sobre jornalismo, privilegiando a prática jornalística de instituições estabelecidas (WITSCHGE; HARBERS, 2018, p. 105, tradução minha)⁴¹

Estudos voltados para as práticas, segundo propõem Witschge e Harbers, permitem que entendamos o jornalismo como uma troca constante e recíproca entre as atividades envolvidas no fazer jornalístico e os discursos sobre ele. Com isso, se torna menos importante chegar a uma definição e mais relevante ter melhores descrições e teorizações das diferentes práticas colocadas em jogo na formulação do que seria entendido, de forma dominante, como jornalismo. Algumas abordagens trabalham com práticas no campo de estudos do jornalismo, inclusive com alguma proeminência.⁴²

40 “Rather, it has argued that going beyond boundaries is what is productive in this time of flux. In recognizing this theoretical point, we would in fact ground our work more solidly in the lived experience of journalists and doing journalism.”

41 “To make sense of these developments, and to understand what journalism is, we argue we can no longer employ research approaches that use a priori definitions of what journalism or its societal function should be. This is not to say that these normative conceptions no longer influence the way journalism is perceived. However, to take such a normative perspective as a point of departure puts blinders on journalism scholarship, privileging journalism practice within established organizations.”

42 “(...) a teoria de campo de Bourdieu (2005; para uma discussão de seu valor para os estudos em jornalismo, ver Benson & Neveu 2005), a sociologia moral de Boltanski e Thévenot (1999; para uma aplicação nos estudos de mídia ver, por exemplo, Barron 2013), ou a teoria ator-rede de Latour (2005; Masip & Costera Meijer 2015). (...) Em suma, podemos estar experimentando uma “virada da prática” nos estudos de jornalismo, como outros campos experimentaram recentemente (Schatzki, Knorr Cetina & von Savigni 2001)” (WITSCHGE; HARBERS, 2018, p. 110, tradução minha). Original: “(...) Bourdieu’s field theory (2005; for a discussion of its value for journalism studies, see Benson & Neveu 2005), Boltanski and Thévenot’s moral sociology (1999; for an application in media studies, see, for instance, Barron 2013), or

Neste estudo decidi por partir do referencial teórico de Michel Foucault, por entender que sua abordagem seria propícia a uma pesquisa que se propõe a não ser fundamentada em normatividades, uma vez que pressupõe um contínuo processo de questionamento de suas próprias bases, e que o trabalho sobre as ideias de poder, saber e governo poderia ser útil aos temas do jornalismo especificamente.

Apesar de largamente conhecida no mundo, e presente na pesquisa em jornalismo para se referir a conceitos como discurso e saber-poder, a obra de Foucault é pouco aproveitada nesse campo. Alguns dos desenvolvimentos mais interessantes a partir de suas ideias podem ser encontrados no escopo da Rede de Estudos sobre Jornalismo (REJ)⁴³, nos estudos sobre o jornalismo em constante invenção (RINGOOT; UTARD, 2006), as mudanças e permanências do jornalismo (LE CAM; RUELLAN, 2014), e o governo dos jornalistas (RIEFFEL et al., 2013). Mas é mais difícil encontrar estudos que desenvolvam processos analíticos extensos dos conceitos foucaultianos em relação com o jornalismo, assim como desenvolvimentos teóricos mais profundos a partir do todo de sua obra conceitual, que poderiam avançar para além dos diversos artigos que elencam “pistas” e “contribuições” ao campo utilizando alguns conceitos do autor ou abordagens de inspiração foucaultiana⁴⁴.

(...) Foucault não esteve inteiramente ausente, tanto metodologicamente quanto teoricamente, na crítica dos estudos culturais sobre o jornalismo – referências ao seu trabalho aparecem ocasionalmente nas páginas desta revista – mas sua obra continua sendo uma rica e pouco explorada fonte de teoria para os estudos de jornalismo (ANDREJEVIC, 2008, p. 605, tradução minha).⁴⁵

O potencial do trabalho de Foucault para a pesquisa em jornalismo começa pela questão destacada até agora neste capítulo: a relação do campo de pesquisa com ideias consolidadas ao longo dos anos. O autor, entre outros, tomou parte no processo de desnaturalizar, através de certo uso da história, afirmações até então muito bem firmadas, premissas estabelecidas e ideias que “esquecemos” ter sido contituídas em agenciamentos e acontecimentos concretos, em determinadas épocas. A ideia do método de genealogia tal

Latour's actor-network theory (2005; for an application in journalism studies, see, for instance, Domingo, Masip & Costera Meijer 2015). (...) All in all, we may be experiencing a 'practice turn' in journalism studies as other fields have recently experienced (Schatzki, Knorr Cetina & von Savigni 2001)."

43 <https://surlejournalisme.com> Acesso em: 24 ago. 2019.

44 Podemos citar alguns trabalhos nessa linha, tanto nacionais (BIROLI, 2007; DIAS, 2016; FERRAZ, 2005; GROHMANN, 2010; LENE, 2006; SILVA, 2015; STRONGREN; SILVA, 2010; VOGEL, 2009) quanto internacionais (CREECH; ROESSNER, 2018; DENT, 2008; HOBBS, 2008; MATEUS, 2018; PACKER, 2013; RINGOOT, 2006; ROESSNER et al., 2013).

45 "Foucault has not been entirely absent either methodologically or theoretically from cultural studies critiques of journalism – references to his work appear on occasion in the pages of this journal – but his work remains a rich and under-exploited vein of theory for journalism studies."

como desenvolvida por Nietzsche, e depois por Foucault, trata de analisar os objetos a partir de suas condições de possibilidade, deixando de lado o uso de princípios que permeiam a história com um senso de necessidade ou unidade⁴⁶.

A contingência é uma característica importante dessa perspectiva, pois rejeita a ideia de que seria possível ou desejável explicar os fenômenos através de princípios fixos ou essências. A rejeição das narrativas teleológicas que se baseiam nesses princípios substitui um historicismo que lida com a ideia de desenvolvimento por uma análise contingente do que compõe o objeto em si, através do levantamento das condições que lhes deram possibilidade de existência, suas regras de formação, etc..

O trabalho de Chalaby (1998) é um exemplo desse movimento: o autor analisa como, na segunda metade do século XIX, um conjunto de fatores como existência de suporte material, desenvolvimento industrial da imprensa, pressões econômicas e relações de poder teriam feito surgir uma maneira de se realizar esse discurso público que hoje entendemos como jornalismo, que ele define então como um *campo de produção discursiva* específico. Chamo atenção para o método e enfoque de sua análise, ainda que guarde críticas à tese que o autor sustenta, do jornalismo como uma invenção anglo-americana (que evidentemente tira de vista o papel de outras experiências nesse processo de constituição discursiva). O interesse no trabalho de Chalaby passa por perceber como ele mobiliza a ideia de discurso para compreender sua construção a partir de objetos, relações e rotinas concretas:

Uma das contribuições de Chalaby (1998) é salientar, numa inspirada análise de Foucault, que a invenção do jornalismo e sua autonomia como atividade e mundo social específico ocorrem com o nascimento de uma ordem de discurso inédita. O modelo americano-inglês do jornalismo institucionaliza pouco a pouco um conjunto de regras de escrita, interiorizadas pelos jornalistas e controladas pelos editores chefes. (NEVEU, 2006, p. 108)

Esse tipo de análise, baseado na contingência, contrapõe-se assim às teorias de que o jornalismo seria uma forma de comunicação que “sempre existiu” de alguma maneira, pelo menos desde as *Actas Diurnas* romanas – teorias que se baseiam em essências, como se a “necessidade por informação” e o “interesse público” estivessem presentes em uma origem atemporal da atividade, forjando assim sua imagem unitária que permaneceria como núcleo resistente à passagem do tempo. Também põe em questão as justificativas da norma atual enquanto discurso baseado na razão ou numa ordem social (i.e. “são estes os valores pois é o

46 “Em vez de recorrer a princípios como guias para o desenvolvimento histórico, Nietzsche buscou pelas fontes contingentes e acidentais da crença nesses mesmos princípios” (BEVIR, 2013, p. 426, tradução minha). Original: “Instead of appealing to principles as guides to historical development, Nietzsche searched for the contingent, accidental sources of the belief in these principles themselves.”

necessário, racionalmente falando” ou “é assim por conta de sua função para a democracia”), destacando sua formação a partir de um conjunto de enunciados e técnicas de dada época, que estabelecem um saber expresso como verdade.

Foucault estudou a constituição de saberes em suas formações históricas, relacionando esses saberes com o que seria possível de se ver e de se dizer em determinadas épocas. O que é visível e enunciável em cada época são as condições de possibilidade de todo saber, ou seja, o que se constitui em cada época diz respeito ao agenciamento entre o visível e o enunciável nela (que são irreduzíveis um ao outro): na História da Loucura temos o hospital geral como visibilidade da loucura em conjunto com o enunciado da desrazão; e em Vigiar e Punir encontramos a prisão como visibilidade do crime em conjunto com o enunciado da delinquência (DELEUZE, 2017).

Nada disso é óbvio ou necessário para outras épocas, pois já se lidou com outros tipos de punição, já se viu a loucura sob outra ótica que não a da desrazão (a própria razão sendo uma ideia datada), assim como já se estabeleceram outros tipos de tratamento do louco. Foucault se volta a investigar como se dão esses agenciamentos, percebendo como seus "pedaços" surgem de meios bastante distintos, “emprestados” de outras áreas: o hospital geral na polícia, a desrazão na medicina, a prisão nas técnicas disciplinares e a delinquência no direito. Um saber é então entendido como um procedimento, um processo de captura mútua entre o que é visível e o que é enunciável de cada época (DELEUZE, 2017).

Não somente isso, o autor nos mostra que alguns saberes se constituem como mais legítimos que outros segundo regras discursivas específicas, de forma que cabe também analisar como ocorre esse processo em que certos saberes vêm a ser considerados mais verdadeiros (como seria o caso do científico, por exemplo). A obra de Foucault nos é útil por mostrar, através da genealogia das disputas intrínsecas ao estabelecimento das premissas que mobilizamos hoje, que talvez nenhuma teoria totalitária possa dar conta daquilo que não é por si só unitário:

Portanto, eu diria isto: nos últimos dez ou quinze anos, a imensa prolífera criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos; uma espécie de friabilidade dos solos, mesmo, talvez sobretudo, os mais familiares, os mais sólidos e mais próximos de nós, de nosso corpo, de nossos gestos de todos os dias; é isso que aparece. Mas, ao mesmo tempo que essa friabilidade e essa espantosa eficácia das críticas descontínuas e particulares, locais, descobre-se, por isso mesmo, nos fatos, algo que talvez não estivesse previsto no início: seria o que se poderia chamar de efeito inibidor próprio das teorias totalitárias, quero dizer, em todo caso, das teorias envolventes e globais. (FOUCAULT, 2010, p. 7)

Desenvolvendo essa ideia, Foucault argumenta que vê surgir o que chama de uma “insurreição de saberes sujeitados”: críticas locais a um conhecimento centralizado, que acabam por inibir a própria possibilidade de teorias globais. Esses saberes seriam da ordem tanto de “(...) blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição” (Foucault, 2010, p. 8), quanto do aparecimento de saberes não-conceituais ou saberes considerados inferiores, abaixo do nível requerido ao conhecimento.

Parte do método de Foucault passa por retomar esses saberes sujeitados, não para realizar uma ciência mais exata, não para reivindicar o direito ao não-saber ou o prestígio da experiência imediata, mas para retomar a multiplicidade do que é estudado, contrariamente aos efeitos centralizadores de poder vinculados ao discurso científico, por exemplo. “Chamemos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”. (Foucault, 2010, p. 9).

No caso do jornalismo, esse processo pode passar pela recuperação de práticas marginalizadas dos estudos por serem consideradas como desvios do modelo dominante, ou realizadas por agentes considerados não legítimos. Mesmo as pesquisas comparativas transnacionais, ainda que às vezes partam de pressupostos normativos, participam desse processo de explicitar as disputas envolvidas na produção de saberes, pois demonstram em suas conclusões a dificuldade em explicar resultados não esperados. Perceber o desvio do esperado dá a ver, de certa forma, a própria existência de um discurso, construído historicamente, e constantemente reiterado.

Os discursos depositam no leitor a impressão de frustração dos autores com o fato de que o modelo liberal ou anglo-americano de jornalismo simplesmente ainda não triunfou em todo o mundo. A hipótese de que esse modelo se expandiria em paralelo à globalização foi enunciada com o orgulho típico do nacionalismo metodológico (Hallin, Mancini, 2004); compreensivelmente, os dados das pesquisas comparativas, ao apontarem noutra direção, produziram nesses autores frustração ou perplexidade (Weaver, 1998b; Hanitzsch et al., 2011). (MICK, 2017, p. 69)

O uso que Foucault faz da história é também uma crítica à prioridade dada ao estudo e à descrição de estruturas; alternativamente, realiza uma análise histórica voltada à descrição de *acontecimentos*⁴⁷: “O fato de eu considerar o discurso como uma *série* de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história.” (Foucault, 2006, p. 256). Interessam ao autor não os códigos e normas por si só, mas aquilo que fez com que esses e não outros

47 Em francês, *événement*, em inglês, *event*.

fossem possíveis: as condições de sua emergência, a correlação destes com acontecimentos anteriores ou simultâneos. A vantagem do foco no acontecimento como procedimento de análise seria a de provocar uma brecha na auto-evidência, ao dar visibilidade a uma singularidade em espaços onde há uma tendência de evocar constantes históricas, traços antropológicos ou obviedades que se impõem uniformemente sobre tudo:

Mostrar que as coisas “não eram tão necessárias assim”; não era natural que os loucos passassem a ser considerados doentes mentais; não era evidente que a única coisa a ser feita com um criminoso era trancá-lo; não era evidente que as causas da doença deviam ser buscadas através do exame individual dos corpos; e assim por diante. Uma brecha na auto-evidência, naquelas auto-evidências nas quais nossos conhecimentos, aquiescências e práticas se baseiam: essa é a primeira função teórico-política da “eventalização” (FOUCAULT, 1991b, p. 76, tradução minha)⁴⁸

Não era simplesmente natural que a forma de o jornalismo corresponder à realidade seria através de procedimentos de distanciamento e objetividade; não era auto-evidente que a sua defesa devesse ser a democracia; não eram óbvias e dadas as ideias de interesse público, de falar para todos indistintamente, de representar e ser intermediário do público, e assim por diante. Esse movimento leva então a um segundo, o de redescobrir as conexões, os bloqueios, os encontros, os jogos de forças e as estratégias que estabeleceram aquilo que se tornou autoevidente, universal e necessário.

Esse procedimento de multiplicação causal significa analisar um acontecimento de acordo com os múltiplos processos que o constituem. Então, analisar a prática do encarceramento penal como um “acontecimento” (não um fato institucional ou um efeito ideológico) significa determinar os processos de “penalização” (isto é, a progressiva inserção nas formas de punição legal) das já existentes práticas de internamento; os processos de “carceralização” das práticas de justiça penal (isto é, o movimento através do qual a prisão como forma de punição e técnica de correção se torna componente central da ordem penal); e esses vastos processos precisam, eles mesmos, ser ainda mais detalhados: a penalização do aprisionamento compreende uma multiplicidade de processos tais como a formação de espaços pedagógicos

48 “To show that things 'weren't as necessary as all that'; it wasn't as a matter of course that mad people came to be regarded as mentally ill; it wasn't self-evident that the only thing to be done with a criminal was to lock him up; it wasn't self-evident that the causes of illness were to be sought through the individual examination of bodies; and so on. A breach of self-evidence, of those self-evidences on which our knowledges, acquiescences and practices rest: this is the first theoretico-political function of 'eventalization'.”

fechados funcionando através de recompensas e punições, etc. (FOUCAULT, 1991b, p. 77, tradução minha)⁴⁹

Trata-se, portanto, de uma exaustiva descrição de práticas e processos que não se sustenta por si, mas que deve ser explicada por suas relações externas de inteligibilidade: as racionalidades, os dispositivos estratégicos, as práticas às vezes tomadas de outros domínios, que lhe dão possibilidade de existência⁵⁰.

O jornalismo enquanto atividade é constituído por um complexo entrecruzamento de processos e pessoas. Há o ensino do jornalismo na formação superior: dentre os professores há também ex-jornalistas profissionais (estes formados na academia ou na redação), e ali se produz a análise acadêmica reflexiva – por vezes crítica, por vezes normativa, por vezes descritiva somente – sobre a atividade. Há os veículos de comunicação, cada qual com suas formas de fazer e linhas editoriais específicas, mas que também proporcionam o ensino de alguma maneira, e o fazem segundo princípios jornalísticos que muitas vezes os aproximam uns dos outros, se valendo de produtos também de outros âmbitos, como a própria academia. Há os sindicatos, que defendem seus profissionais, e também uma ideia de profissão e de jornalismo. Há a regulamentação específica, as leis que dispõem dos casos de excessos, da distribuição de concessões e das disputas em torno ao diploma. Há observatórios de imprensa, que discutem e fiscalizam a realização da atividade de acordo com preceitos disputados e discutidos tanto pelos profissionais quanto pelos acadêmicos. E por fim, há os públicos, tanto de fontes quanto de leitores/espectadores, que apresentam uma demanda tanto imaginada pelos jornalistas – em uma constituição do “outro” – quanto efetiva – raramente aferida, à exceção das recentes experimentações com análises de audiências digitais –, demandas estas que afetam o fazer jornalístico.

Temos, a partir desses entrecruzamentos, a produção de práticas que são a combinação de prescrições (hierarquias, fluxos de produção, funções, formas de apuração e escrita, formas

49 “This procedure of causal multiplication means analyzing an event according to the multiple processes which constitute it. So to analyze the practice of penal incarceration as an ‘event’ (not as an institutional fact or ideological effect) means to determine the processes of ‘penalization’ (that is, progressive insertion into the forms of legal punishment) of already existing practices of internment; the processes of ‘carceralization’ of practices of penal justice (that is, the movement by which imprisonment as a form of punishment and technique of correction becomes a central component of the penal order); and these vast processes need themselves to be further broken down: the penalization of internment comprises a multiplicity of processes such as the formation of closed pedagogical spaces functioning through rewards and punishments, etc.”

50 “(Em termos concretos: quanto mais se analisa o processo de ‘carceralização’ da prática penal até seus menores detalhes, mais se é levado a relacioná-los a práticas como as escolares, da disciplina militar, etc.)” (FOUCAULT, 1991b, p. 77, tradução minha). Original: “(In concrete terms: the more one analyzes the process of ‘carceralization’ of penal practice down to its smallest details, the more one is led to relate them to such practices as schooling, military discipline, etc.).”

de relação com os públicos) com discursos que as justificam (discursos sobre qualidade, legitimidade, credibilidade, valores, objetivo; relações com o tempo, com a sustentabilidade). Nesse contexto, os jornalistas aprendem, atualizam e se apropriam do que aprendem, produzem, ao mesmo tempo em que a eles se ensina e deles se demanda, se cobra, se espera. Há um campo de estudos possível em entender que racionalidades operam nesses processos, que dispositivos se estabelecem através das relações entre esses diferentes âmbitos.

É interessante aqui pensar no jornalismo como discurso, ou forma discursiva, por possibilitar uma análise que compreende desde seu surgimento sem uma essência ou *a priori* necessário até a compreensão de suas potenciais contradições internas ou posteriores mudanças de funcionamento: as descrições de Foucault dão conta de que o discurso se torne coisa alheia ao que foi de início, mas efetua a individualização dos discursos primeiramente a partir de seus critérios de formação. Um discurso seria um conjunto de enunciados sob uma dada formação discursiva, esta sendo uma regularidade formada em enunciados na dispersão, regularidade que é feita por regras. Essas regras são os critérios de formação do discurso, orientações nas quais os enunciados se enquadram para pertencer a ele (e.g. as regras a que um enunciado deve se enquadrar para pertencer e ser entendido como científico).

Colocando em termos mais próximos, isso nos permite formular questões sobre o jornalismo. Primeiro, suponhamos que isso que chamamos de jornalismo não existiu desde sempre. Que as *actas romanas*, as mensagens nas cavernas ou meios de informação diversos e anteriores não seriam, necessariamente, precursores ou manifestações de jornalismo. Então perguntamos: quando e como se constitui isso que chamamos de jornalismo? Para isso, precisamos analisar seus enunciados, que enunciados seriam esses, o que é também entender a partir de quando e de qual limiar um enunciado é jornalístico (e não político, e não estético, e não moral, e não científico, etc.). E depois: quais enunciados constituem o discurso do jornalista? Para se fazer essas perguntas, é necessária uma quebra na autoevidência, ou seja, não se pode dizer que seja óbvio que enunciados de democracia, de interesse público, de objetividade, de informação, etc., vindos de diferentes áreas, se agenciem dessa maneira específica. Podemos nos perguntar sobre isso: esses enunciados existem eles mesmos, dessa maneira, desde quando? E ainda mais, o jornalismo se constitui, desde que é entendido como tal, com os mesmos enunciados?

A base que Foucault oferece, mais por exemplo que por prescrição, são as descrições que busquem mostrar o que constitui, especificamente, cada discurso, dispositivo ou saber: as

transformações que efetuaram, o campo onde coexistem, residem ou desaparecem. Ou seja, não só investigar suas normas de construção, mas suas condições de existência; remeter não a um pensamento, mente ou sujeito que o engendrou, mas ao campo prático em que ele é empregado. “Eu sou um pluralista: a questão que defini para mim mesmo é a da *individualização* dos discursos” (FOUCAULT, 1991a, p. 54, tradução minha)⁵¹. Partindo da exterioridade, daquilo que é manifesto e praticado, Foucault descreve a especificidade dos discursos e ao mesmo tempo o espaço de dispersão que os comporta.

Através desse tipo de descrição, analisa-se “(...) as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona.” (FOUCAULT, 2006b, p. 253). O entendimento da ideia de “poder” é precisamente: o poder funciona. Não centralizado, não possuído por alguém, o poder se expressa no sentido de relação, operando através de dispositivos, de saberes, de discursos: “Dispomos, primeiro, da afirmação de que o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato.” (FOUCAULT, 2010, p. 15).

O conceito, formulado desta maneira, permite análises mais complexas sobre o contexto da comunicação. Se partimos de teorizações em que o jornalismo se apresenta como detentor de poder, em contato e conflito com outras esferas que também possuem poder, como a econômica e a política, pouco se consegue entender do papel dos leitores, por exemplo, para além das lógicas de influência em massa ou manipulação. Reformulando a questão a partir das ideias de Foucault, poderíamos dizer que *o poder se exerce* nas relações dos jornalistas com os diferentes públicos, e *é operado* no saber que eles produzem. Isso vale tanto para as normas de produção que os jornalistas mobilizam no seu dia a dia quanto para as escolhas do público com relação a veículos e conteúdos: é compreensível dizer que o editor-chefe ou as grandes corporações de mídia têm seu papel nesses processos, mas explicar essas lógicas via “posse de poder” pouco evidencia como elas realmente se dão – entre outras coisas, por relevar o papel daqueles considerados “sem poder”. Mais interessante seria uma ênfase ao “como” do poder, não ao seu ser:

O que é o poder? Ou melhor – porque a pergunta: “O que é o poder?” seria justamente uma questão teórica que coroaría o conjunto, o que eu não quero –, o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. (FOUCAULT, 2010, p. 13)

51 “I am a pluralist: the problem which I have set myself is that of the individualization of discourses.”

O poder se exerce e opera através de saberes correlatos: saber e poder seriam heterogêneos mas, ao mesmo tempo, indissociáveis. Deleuze comenta esses conceitos, criticando a ideia de que o saber só se dá quando ocorre uma suspensão do poder: “Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique um poder se exercendo” (DELEUZE, 2013, p. 48). Para Foucault, a verdade é “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13). O conhecimento não seria construído linear e progressivamente, em direção a uma verdade maior; os saberes seriam produzidos de forma descontínua, a partir do que é possível de se ver e dizer em cada momento histórico. As mudanças tratam-se, portanto, não de correções e melhoramentos sempre em uma mesma ordem, mas de outras constituições que se põem em jogo: outras palavras, outros métodos, outras questões.

Relações de poder são, segundo Foucault, não a expressão de uma realidade “mais profunda” que elas refletem ideologicamente ou protegem repressivamente, nem podem ser reduzidas a critérios funcionais ou negativos. Em vez disso, elas implicam uma dimensão produtiva: permitem e possibilitam experiências individuais e coletivas, e promovem novas formas de conhecimento e de prática: “Devemos deixar de uma vez por todas de descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, ele “reprime”, ele “censura”, ele “suprime”, ele “dissimula”, ele “esconde”. De fato, poder produz; ele produz realidade; ele produz domínios de objetos e rituais de verdade (1977: 194) (LEMKE, 2016, p. 11, tradução minha)⁵²

O conteúdo jornalístico é reconhecido como relativo à realidade ou à verdade através de procedimentos e formatos, como as maneiras de se apurar ou escrever. As teorias do jornalismo como forma social de conhecimento (DONSBACH, 2014; GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 2002; PARK, 2008; PONTES, 2015) nos ajudam a prestar atenção ao componente epistemológico envolvido nessa produção, pois tratam o jornalismo como um saber sobre o qual é possível interrogar os pressupostos. Entendendo o jornalismo como saber, podemos analiticamente interrogar que premissas fundamentam sua produção, que bases e formas permitem que ele seja considerado verdadeiro e, portanto, socialmente legítimo.

A relação entre saber e poder é de extrema relevância aqui, pois evidencia que os parâmetros segundo os quais se considera que uma matéria ou prática jornalística é verdadeira

52 "Power relations are, according to Foucault, not the expression of a 'deeper' reality that they reflect ideologically or secure repressively, nor can they be reduced to functional or negative criteria. Rather, they entail a productive dimension: they allow and enable individual and collective experiences and promote new forms of knowledge and practice: 'We must cease once and for all to describe the effects of power in negative terms: it 'excludes', it 'represses', it 'censors', it 'abstracts', it 'masks', it 'conceals.' In fact, power produces; it produces reality; it produces domains of objects and rituals of truth'(1977: 194)."

se relaciona também com o contexto histórico. Talvez tivesse a ver com o falar erudito em algum momento, certamente teve uma ligação com o falar distanciado e objetivo, talvez ganhe em importância falar francamente daqui pra frente – isso tratando somente do formato da narrativa. Depende, em última instância, das regras mobilizadas, da regularidade nos enunciados, da constituição do discurso. A prática jornalística já passou por modificações antes e passará por elas novamente, e isso diria respeito, entre outras coisas, aos aspectos que legitimam e geram confiança em certos tipos de saber, ou certos discursos, ao longo do tempo.

Foucault, em um raro momento didático, nos sugere algumas precauções de método para se estudar o poder, o que pode nos ser útil, uma vez que este estaria também implicado nas pesquisas sobre saberes ou discursos. Trata-se de cinco inversões de prioridade: ao invés do centro, as extremidades; ao invés da intenção, as práticas; ao invés da posse, a circulação; ao invés de uma dedução do centro, uma análise ascendente; e ao invés do conceito de ideologia, o estudo dos instrumentos de formação e acumulação de saber.

A primeira precaução de método, do centro para as extremidades do poder, diz respeito a não procurar as formas regulamentadas e legítimas do poder no que poderiam ser seus mecanismos gerais, mas ver o que se encontra lá onde ele se torna capilar. No estudo do jornalismo, isso significaria analisar mais as práticas cotidianas e processos estabelecidos nas pontas da produção do que os ideais sustentados discursivamente e as normas consolidadas em códigos de ética e manuais.

(...) ou seja: tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além dessas regras, investe-se em instituições, consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais, eventualmente até violentos. (FOUCAULT, 2010, p. 24-5)

Em segundo lugar, não basear a análise do poder na intenção significa não se perguntar quem tem o poder, e então tentar descobrir o que quer aquele ou aqueles que têm o poder, mas “(...) estudar o poder, ao contrário, do lado em que sua intenção – se intenção houver – está inteiramente concentrada no interior de práticas reais e efetivas; (...)” (FOUCAULT, 2010, p. 25). No jornalismo, isso levaria a colocar em suspenso a narrativa abstrata do controle e conformação da atividade segundo a intenção de alguns poucos agentes possuidores de poder, e perceber como o poder nessas definições circula segundo relações específicas entre os indivíduos, dentro dos próprios códigos jornalísticos e os enunciados que os justificam. O que nos leva, em terceiro lugar, à premissa de que o poder não seria um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, não estaria em posse exclusiva de um ou alguns em oposição àqueles

que não o têm e que a ele são submetidos. “O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só existe em cadeia.” (FOUCAULT, 2010, p. 26).

Do que se disse até agora resulta, em quarto lugar, que faria mais sentido realizar então uma análise ascendente, que parta dos menores mecanismos, que têm sua própria história, trajetos, técnicas e táticas, não surgindo necessariamente para o fim ao qual eventualmente venha a se aplicar,

(...) e depois ver como esses mecanismos de poder, que têm, pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. (FOUCAULT, 2010, p. 27)

Um exemplo possível, no jornalismo, seria o de técnicas ou preceitos com lógicas internas (como, talvez, a objetividade), com seu próprio processo de formação, que surgem talvez para resolver problemas de cunho prático na produção (ou nem surjam no meio jornalístico), e sejam depois aplicados a fins diversos, alçados a nível de norma profissional ou mobilizados por agentes de fora do campo para fazer circular perspectivas, legitimar discursos.

Por fim, Foucault considera que o que se forma na base, nas extremidades da capilaridade das redes de poder que tocam as dinâmicas cotidianas, não seriam as ideologias, mas instrumentos de formação e de acúmulo de saber: “(...) são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação.” (FOUCAULT, 2010, p. 29). Foucault utiliza essas premissas, por exemplo, em seus estudos sobre o sistema prisional ou sobre a loucura, onde fica clara a preferência pelo tipo de questão que pergunta sobre o “como” das práticas, e não sobre “o quê” no sentido de definição:

A fim de alcançar um melhor entendimento do que é punido e porque, quis perguntar a questão: como se pune? Esse é o mesmo procedimento que utilizei quando lidando com a loucura: em vez de perguntar o que, em um dado período, é considerado sanidade ou insanidade, doença mental ou comportamento normal, eu quis questionar como essas divisões são operadas. É um método que me parece fornecer, eu não diria o máximo de iluminação possível, mas ao menos um tipo de inteligibilidade razoavelmente prolífico (FOUCAULT, 1991b, p. 74, tradução minha)⁵³.

53 “In order to get a better understanding of what is punished and why, I wanted to ask the question: how does one punish? This was the same procedure as I had used when dealing with madness: rather than asking what, in a given period, is regarded as sanity or insanity, as mental illness or normal behaviour, I wanted to ask how these divisions are operated. It's a method which seems to me to yield, I wouldn't say the maximum of possible illumination, but at least a fairly fruitful kind of intelligibility.”

Consideramos aqui os limites de estudos em jornalismo que partam do questionamento “o quê?” (a construção de um sistema total que defina normativamente a atividade), ou da pergunta “quem?” (dada a impossibilidade de definir um sujeito ou grupo que pudesse reclamar a origem e o controle dos processos). Podemos talvez nos perguntar: *como* se constitui o jornalismo e se legitima socialmente? Que racionalidades jogam em suas práticas? Como se dá a relação entre normas estabelecidas na área e a constituição da ética dos jornalistas, levando em conta a forma de organização de cada veículo em particular?

Isso nos ajuda também a pensar esse momento de transformações estruturais no campo (que não seria a primeira, vide o rádio, a televisão, etc.). No que diz respeito à pesquisa frente às transformações, as reflexões de Foucault podem nos suscitar uma postura de perceber como cada uma delas é específica, constitui agenciamentos específicos, que geram também práticas jornalísticas específicas – o que inibe a tendência de se estabelecer normativamente aquilo que o jornalismo foi desde o começo e deveria ser (o par origem-teleologia). Uma análise que parta das práticas e acontecimentos em vez das intenções decorrentes de valores fixos talvez seja mais abrangente e próxima da experiência daqueles que realizam a atividade.

O argumento levantado frequentemente por Foucault é que não estamos, e não precisamos nos colocar, sob o signo de uma necessidade unitária: “Minha questão é a de substituir pela análise de *diferentes tipos de transformação* a forma de ‘mudança’ abstrata, geral e monótona que tão facilmente serve como nossa maneira de conceitualizar a sucessão” (FOUCAULT, 1991a, p. 55, grifo do autor, tradução minha)⁵⁴. Disso resultam duas implicações: primeiramente, deixar de lado as ideias de continuidade que atenuam o fato bruto da mudança e planificam toda a intensidade da diferença, através do registro minucioso do desvio; e então, ignorar as explicações psicológicas, que se valem de ideias como “o gênio de grandes inventores”, ou “o surgimento de uma nova mentalidade”, para tentar definir a transformação que constituiu a mudança.

Estou me dedicando (...) a mostrar que a descontinuidade não é um monótono e impensável vácuo entre eventos, que deve-se apressar para preencher com a plenitude obscura da causa ou pelo gênio da mente (uma solução sendo a gêmea simétrica da outra), mas que é um jogo de transformações específicas, cada qual diferente da próxima (com suas próprias condições, regras e níveis de impacto), ligadas entre si de acordo com esquemas de dependência. A história é a análise descritiva e a teoria dessas transformações (FOUCAULT, 1991, p. 58-59, tradução minha)⁵⁵

54 “My problem is to substitute the analysis of *different types of transformation* for the abstract, general and monotonous form of 'change' which so easily serves as our means for conceptualizing succession.”

55 “I am attempting (...) to show that discontinuity is not a monotonous and unthinkable void between events, which one must hasten to fill with the dim plenitude of cause or by the nimble bottle-imp of mind (the one solution being the symmetrical twin of the other), but that it is a play of specific transformations, each one

Em oposição a um tipo de história que conta as transformações como oposições entre a tradição e a invenção, o novo e o velho, o morto e o vivo, o fechado e o aberto – do que é estático para o que é dinâmico –, Foucault realiza uma análise que encara o movimento como sendo de contínuas diferenças ou, “(...) mais precisamente, contar a história das ideias como um conjunto especificado e descritivo de formas de não-identidade” (Foucault, 1991, p. 62, tradução minha)⁵⁶. Nessa lógica de pesquisa, não se trata de descrever um paradigma de poder, uma teoria que com um só sistema dê conta de todo o contexto estudado, mas sim de desenvolver uma forma de pensamento que possibilite perceber e analisar as várias relações ou interdependências *diferentes e específicas* que se estabelecem.

Se o jornalismo passa agora por uma ruptura considerável em seus padrões de produção, de financiamento, de gestão e de relação com os públicos, pensar a transformação a partir dessas premissas significa não reafirmar uma definição e tentar adaptá-la ao contexto, reforçando uma ideia de continuidade, mas analisar as novas relações, novas demandas, novas práticas que se estabelecem:

Conceitualmente, assim como praticamente, o jornalismo – visto como processo e produto do trabalho de jornalistas – requer uma ontologia do seu *devenir*, em vez do seu *ser* (Chia, 1995). Partindo de Robert Chia (1995), propomos uma perspectiva sobre o jornalismo como profissão, um conjunto de práticas institucionais, um sistema de educação, assim como um conceito teórico que privilegia a “realidade como uma configuração processual, heterogênea e emergente de relações” (p. 594). (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 12, tradução minha)⁵⁷

As precauções de método desenvolvidas por Foucault no decorrer do curso do *Collège de France* de 1976 (*Em defesa da sociedade*), que até ali dizem respeito ao como do poder e às bases epistemológicas a partir das quais podemos concebê-lo, são complexificadas nos cursos de 1978 (*Segurança, território, população*) e 1979 (*Nascimento da biopolítica*) através das ideias de governo e governamentalidade, ideias que podem também ser interessantes na pesquisa em jornalismo. O conceito de governo, tal qual mobilizado por Foucault, que dizer algo amplo e ao mesmo tempo específico: a conduta das condutas. Governar seria incidir nas

different from the next (with its own conditions, rules and level of impact), linked together according to schemes of dependence. History is the descriptive analysis and the theory of these transformations.”

56 “(...) more precisely, to tell the history of ideas as a set of specified and descriptive forms of non-identity.”

57 “Conceptually as well as practically, journalism – seen as the process and product of the work of journalists – requires an ontology of *becoming* rather than of *being* (Chia, 1995). Following Robert Chia (1995), we propose a perspective on journalism as a profession, a set of institutional practices, a system of education, as well as a theoretical concept which privileges ‘reality as a processual, heterogeneous and emergent configuration of relations’ (p. 594).”

possibilidades de condutas de outros indivíduos, naquilo que seria possível em termos de ações, não somente na restrição como na produção e ampliação desses possíveis.

A noção de poder não está ligada às capacidades de atores individuais, mas às complexidades das relações sociais e à constituição de campos de possibilidade. Foucault fala de poder quando as margens de ação são extremamente limitadas e restritas, mas também se opções e potenciais de ação são inventadas ou criadas (LEMKE, 2016, p. 23, tradução minha)⁵⁸.

Realizada a partir dessa base, uma análise do governo não separaria os processos de formação do Estado e de subjetivação, mas os entenderia segundo uma mesma perspectiva analítica: uma genealogia do Estado moderno seria ao mesmo tempo uma história do sujeito, “(...) uma vez que Foucault não considera o Estado moderno como uma estrutura centralizada, mas como ‘uma intrincada combinação, nas mesmas estruturas políticas, de técnicas de individualização e procedimentos de totalização’ (2000k: 332)” (LEMKE, 2016, p. 13, tradução minha)⁵⁹. Defendendo que não se trataria sempre de uma mesma lógica a reger o governo em diferentes épocas e lugares, Foucault descreve então diferentes formas de governo – racionalidades, combinações de tecnologias de governo dos outros com tecnologias de governo de si – que ele chamaria de governamentalidade.

Eu tentei construir uma história da organização do conhecimento relativo tanto à dominação quanto a si mesmo. Por exemplo, eu estudei a loucura não em termos do critério das ciências formais, mas para demonstrar como um tipo de gerenciamento dos indivíduos, dentro e fora de asilos, tornou-se possível por esse estranho discurso. Esse contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si, eu chamo de governamentalidade. (FOUCAULT, 2004, p. 324)

Uma análise da governamentalidade não se trata, portanto, de um estudo da emergência e transformação das estruturas políticas. Trata-se mais de perceber as racionalidades que permitem um tipo específico de condução de condutas. Nas aulas de 1978/79 Foucault examina a origem de um conhecimento político no governo de seres humanos: em 1978 traça uma genealogia da governamentalidade partindo da época clássica grega e romana (organizado em torno de direitos, universalidade, espaço público, etc.) passando pela orientação pastoral do cristianismo (com foco na orientação da vida dos indivíduos) até a ideia de razão de Estado (moderno); em 1979 muda o foco para as formas de governo liberal e neoliberal, trabalhando as alterações no uso da ideia de economia. Mas o mais interessante aqui são os deslocamentos teóricos que essa abordagem proporciona:

58 “The notion of power is not linked to the capabilities of individual actors but to the complexities of social relationships and the constitution of fields of possibility. Foucault speaks of power when margins of action are extremely limited and restricted, but also if options and potentials of action are invented or created.”

59 “(...) since Foucault does not consider the modern state as a centralized structure but as ‘a tricky combination in the same political structures of individualization techniques and of totalization procedures’ (2000k: 332).”

(...) uma analítica do governo marca um aprimoramento muito importante no trabalho de Foucault. Governamentalidade tem sido corretamente entendida como uma “noção chave” (Allen 1991: 431) ou um “termo perturbador” (Keenan 1982: 36) na concepção de poder de Foucault, levando a um triplo deslocamento teórico. Primeiro, uma analítica do governo oferece uma visão do poder para além da perspectiva que enfoca ou no consenso ou na violência; segundo, ajuda a diferenciar entre poder e dominação; terceiro, torna mais visíveis as relações entre política e ética (LEMKE, 2016, p. 17, tradução minha)⁶⁰.

Primeiro deslocamento. Se o poder diz respeito à formação de um campo de ações possíveis aos sujeitos, a coerção e o consenso seriam elementos ou instrumentos das relações de poder, em vez de sua fonte ou fundação. Foucault percebe que a especificidade das relações de poder não é nem jurídica (consenso) nem relacionada à guerra (conquista/coerção), mas de governo: trata-se de questionar as condições de um consenso ou os pré-requisitos de uma aceitação. (Ou seja, os jornalistas não agiriam de certas formas somente por coerção de superiores ou regras consensualmente definidas, mas estes fariam parte da formação de um campo de possíveis em torno à atividade.)

(...) é exatamente esse momento de relacionalidade e reflexividade que distinguem uma relação de poder do consenso e da força: “Talvez a natureza ambígua do termo ‘conduta’ é um dos melhores subsídios para compreender a especificidade das relações de poder. ‘Conduzir’ é ao mesmo tempo ‘levar’ [*conduire*] outros (de acordo com mecanismos de coerção que são, em graus variados, estritos) e uma maneira de se comportar [*se conduire*] dentro de um campo de possibilidades mais ou menos aberto. O exercício do poder é uma ‘conduta de condutas’ e um gerenciamento de possibilidades. Basicamente, o poder é menos uma confrontação entre dois adversários ou seu mútuo engajamento do que uma questão de ‘governo’” (2000k: 341) (LEMKE, 2016, p. 18, tradução minha)⁶¹.

Segundo deslocamento. Para essa análise do poder, Foucault estabelece três níveis: relações estratégicas; tecnologias de governo; estados de dominação. O primeiro daria conta da formação do campos de ações possíveis a partir das interações dos indivíduos uns com os outros. O segundo diz respeito a modos de poder (“tecnologias”) mais ou menos

60 “(...) an analytics of government marks a very important theoretical improvement in Foucault’s work. Governmentality has correctly been regarded as a ‘key notion’ (Allen 1991: 431) or a ‘deranging term’ (Keenan 1982: 36) of Foucault’s account of power, leading to a threefold theoretical displacement. First, an analytics of government offers a view of power beyond a perspective that focuses either on consensus or on violence; second, it helps to differentiate between power and domination; third, it clarifies the relations between politics and ethics.”

61 “(...) it is exactly this moment of relationality and reflexivity that distinguishes a power relation from consent and force: “Perhaps the equivocal nature of the term ‘conduct’ is one of the best aids for coming to terms with the specificity of power relations. To ‘conduct’ is at the same time to ‘lead’ [*conduire*] others (according to mechanisms of coercion that are to varying degrees, strict) and a way of behaving [*se conduire*] within a more or less open field of possibilities. The exercise of power is a ‘conduct of conducts’ and a management of possibilities. Basically, power is less a confrontation between two adversaries or their mutual engagement than a question of ‘government’” (2000k: 341).”

sistematizados, mais ou menos regulados, que se baseiam em uma forma de racionalidade e definem objetivos (*telos*) e meios de atingí-los. Já o terceiro descreve uma forma particular e excepcional de relação de poder, estável, hierárquica e difícil de reverter, em que um grupo consegue bloquear o campo de relações de poder e estabelecer uma assimetria permanente⁶². (Para os estudos de jornalismo, parece especialmente interessante a passagem das relações entre indivíduos para as tecnologias, das práticas pontuais para as mais regulares e sistematizadas, particularmente num contexto de transformações.)

Terceiro deslocamento. O lugar da subjetividade também se altera nesse processo. Se nos primeiros trabalhos Foucault entendia a subjetividade através dos “corpos dóceis” e destacava o impacto dos processos disciplinares na formação desta, nos últimos passa a utilizar a noção de governamentalidade para analisar as conexões entre as tecnologias de dominação e as tecnologias de si (técnicas que permitem aos indivíduos efetuar um certo número de operações em si mesmos e gerar transformações para atingir algum estado desejado). A perspectiva sobre a subjetivação ganha outros contornos, e Foucault considera então os potenciais existentes entre a relação consigo mesmo – a ética – e o poder político:

(...) se considerarmos a questão do poder, do poder político, situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível –, então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. Enquanto a teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isto significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder / governamentalidade / governo de si e dos outros / relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética. (FOUCAULT, 2006a, p. 306–307)

Não é por via do estudo de instituições e superestruturas que Foucault analisa o encontro das tecnologias de governo de si e dos outros: é nas práticas que ele localiza essa conexão. Uma análise do poder como um conjunto de relações reversíveis chama a atenção para a constituição dos saberes, dispositivos, etc., não como uma criação particular dos

62 Com a distinção entre poder e dominação fica mais claro como Foucault produz um pensamento que não pressupõe nenhum julgamento normativo com relação ao poder: “Segundo Foucault, relações de poder não são boas ou más por si mesmas, mas são ‘perigosas’ (ver 1997e: 256), uma vez que podem sempre se solidificar em estados de dominação” (LEMKE, 2016, p. 23, tradução minha). Original: “According to Foucault, power relations are not per se good or bad, but are “dangerous” (see 1997e: 256), since they may always solidify into states of domination.”

sujeitos guiados por uma intenção, nem como uma imposição de um sistema que os subjugava com um objetivo, mas por regimes de práticas ou programas de conduta – “(...) práticas sendo aqui entendidas como lugares onde o que é dito e o que é feito, regras impostas e razões dadas, o planejado e o pressuposto se encontram e se interconectam.” (FOUCAULT, 1991b, p. 75, tradução minha)⁶³. O objetivo dessa análise seria de entender as condições que fizeram com que essas práticas fossem consideradas aceitáveis em determinado momento, partindo do pressuposto de que estas não seriam só governadas por instituições, determinadas por ideologias ou guiadas por circunstâncias pragmáticas, mas possuiriam até certo ponto regularidades específicas, lógicas, estratégias e racionalidades próprias.

Se estudei “práticas” como as do sequestro dos loucos, ou da medicina clínica, ou da organização das ciências empíricas, ou da punição legal, foi para o fim de estudar essa interação entre um “código” que rege maneiras de se fazer as coisas (como as pessoas devem ser avaliadas e examinadas, coisas e signos classificados, indivíduos treinados, etc.) e uma produção de discursos verdadeiros que servem para fundamentar, justificar e oferecer razões e princípios para essas maneiras de fazer as coisas. Para colocar claramente: minha questão é entender como os homens governam (a si mesmos e aos outros) pela produção da verdade (repito mais uma vez que por produção da verdade não quero dizer a produção de afirmações verdadeiras, mas o estabelecimento de domínios nos quais a prática de verdadeiro e falso pode ser tornada ordenada e pertinente) (FOUCAULT, 1991b, p. 79, tradução minha)⁶⁴.

Voltamos então ao jornalismo como um complexo entrecruzamento de processos e pessoas: analisar essas práticas relacionando-as com os eixos de codificação/prescrição e de verificação quer dizer relacionar as tecnologias que elas mobilizam com as racionalidades implícitas nesse processo. Não se trata de descobrir se as práticas se conformam às racionalidades, em um argumento vertical, mas de perceber como as racionalidades operam – que papel jogam no programa de conduta: estudar essa interação entre o “código” que rege maneiras de se fazer jornalismo e uma produção de discursos verdadeiros que servem para fundamentar, justificar e oferecer razões e princípios para essas maneiras de fazer jornalismo. Esse tipo de análise nos é potencialmente útil para entender as práticas jornalísticas, não somente dentro de suas próprias lógicas mas também como parte de outros processos sociais:

63 “(...) practices being understood here as places where what is said and what is done, rules imposed and reasons given, the planned and the taken for granted meet and interconnect.”

64 “If I have studied 'practices' like those of the sequestration of the insane, or clinical medicine, or the organization of the empirical sciences, or legal punishment, it was in order to study this interplay between a 'code' which rules ways of doing things (how people are to be graded and examined, things and signs classified, individuals trained, etc.) and a production of true discourses which serve to found, justify and provide reasons and principles for these ways of doing things. To put the matter clearly: my problem is to see how men govern (themselves and others) by the production of truth (I repeat once again that by production of truth I mean not the production of true utterances, but the establishment of domains in which the practice of true and false can be made at once ordered and pertinent).”

O jornalismo, então, como um domínio de prática, permite que novas formas de discurso e informação se articulem no exercício do poder precisamente porque uma forma de “auto-crítica dialógica” é parte de sua configuração normativa e institucional dentro de uma democracia liberal. Colocando de outra forma, o jornalismo está implicado na produção contemporânea do poder precisamente porque ele oferece o meio através do qual sociedades, instituições políticas e diversos grupos de cidadãos vêm a entender a si mesmos e sua relação um com o outro, através de acontecimentos e temas reportados na mídia, para articular demandas específicas do governo e para envolver essas demandas em técnicas daquilo que Foucault chamou “governamentalidade”, ou as racionalidades específicas que regem técnicas de governo (ROESSNER et al., 2013, p. 274, tradução minha).⁶⁵

No caso dos jornalistas das periferias de São Paulo, me interessou entender como se constituiu (e ainda se constitui) o jornalismo que realizam: quais racionalidades estão implicadas nas práticas que desenvolvem, como se dá a relação com as normas estabelecidas na área – produzem segundo os mesmos valores? utilizam os mesmos princípios organizacionais e de qualidade? o quanto utilizam da lógica dominante da profissão e o quanto a modificam? A premissa de base utilizada é a de que a maneira com que é constituída a organização dos grupos influi naquilo que se produz a partir dela, como se argumentou também que a maneira como são constituídas as empresas de mídia diz algo sobre o conteúdo que elas fornecem. Dadas as mudanças no campo de produção do jornalismo especificamente, mas também no mundo do trabalho de forma geral, podemos refletir sobre os critérios segundo os quais olhamos para essas organizações:

Considerando o contexto individualizado, precário e em rede do trabalho com notícias, se torna imperativo interrogar criticamente a noção de “organização” como enquadramento operacional para analisar como é fazer o jornalismo e ser jornalista. A ênfase nos estudos de organizações contemporâneas têm se deslocado de explicar o comportamento da organização como uma entidade macro-estrutural para compreender organizações como sistemas abertos de atividades interdependentes, ligando coalizões fluidas de participantes em redes intra- e interorganizacional (Baker e Faulkner, 2005) (DEUZE; WITSCHGE, 2017, p. 9, tradução minha)⁶⁶.

65 "Journalism, then, as a realm of practice, allows new forms of discourse and information to articulate on the exercise of power precisely because a form of 'dialogic self-critique' is part of its normative, institutional configuration within a liberal democracy. Put slightly another way, journalism is implicated in the contemporary production of power precisely because it provides the milieu through which societies, political institutions, and diverse groups of citizens come to understand themselves and their relation to one another through events and issues reported in the broader media, to articulate specific demands of the government and to fold these demands within techniques of what Foucault has called 'governmentality', or the specific rationalities that govern techniques of government."

66 "Considering the individualized precarious and networked context of newswork, it becomes imperative to critically interrogate the notion of 'organization' as the operational framework for analyzing what it is like to do journalism and be a journalist. The emphasis in studies of contemporary organizations has been shifting from explaining the behavior of the organization as a macro-structural entity to embracing organizations as open systems of interdependent activities, linking shifting coalitions of participants in intra- and interorganizational networks (Baker and Faulkner, 2005)."

Partindo dessa crítica, e da necessidade de utilizar um modelo de análise que não se baseie completamente em aspectos restritivos ou contingentes (a redação, o jornal, certas funções ou procedimentos) desenvolvemos (TAVARES; MICK, 2017), no contexto da pesquisa *GPS Jor – Governança, Produção e Sustentabilidade para um Jornalismo de novo tipo*, um enquadramento de análise que parte de dimensões: editorial; de circulação e engajamento; de gestão; e de sustentabilidade. Entendemos que essa formulação é ampla o suficiente para abarcar práticas jornalísticas bastante diversas, ao mesmo tempo que permite descrever e relacionar as práticas que compõem a atividade, em cada grupo, de forma sistemática e com resultados comparáveis. Essas dimensões são agrupadas no conceito de “governança social do jornalismo”, a partir do qual fica claro que trata-se de certo tipo de agenciamento de relações (governança), que não se limita aos agentes mais próximos à produção, também sendo constituído no contexto dos públicos e de uma sociedade (social), e que esse agenciamento dá forma às práticas jornalísticas.

O conceito de governança diz do controle das organizações através de conjuntos de arranjos legais, culturais e institucionais (BLAIR, 1995, p. 3), e foi consolidado em outras áreas, como a administração, a ciência política e as relações internacionais. Em estudo realizado por Claumann (2015, p. 64), temos um levantamento dos primeiros usos do termo:

a expressão “governança” surge na literatura das ciências políticas e relações internacionais, significando a inclusão do conjunto da sociedade nos processos decisórios dos governos. Implementar a governança levaria a maior articulação entre os setores público e privado para a elaboração e aplicação de políticas governamentais, envolvendo a participação dos interessados em processos políticos de diferentes esferas de poder. Dessa forma, as estruturas de governo se tornariam mais democráticas e participativas, ao incluir na gestão tanto partidos políticos e grupos de pressão quanto redes informais e associações. [...] Em uma analogia possível às estruturas de governança estatal, as empresas deveriam permitir aos interessados de interferir em seu direcionamento. No entanto, a “governança” das corporações teve como tendência restringir o sentido mais amplo do vocábulo, garantindo a participação dos acionistas e excluindo outras partes que constituem a empresa de influenciar a gestão.

Outros autores desenvolveram o conceito para além de sua aplicação a nível administrativo/governamental, como Bevir, que propõe uma formulação mais abrangente que inclua “(...) todos os processos de governar, empreendidos seja por um governo, mercado ou rede; seja por uma família, tribo, corporação ou território; e seja por leis, normas, poder ou linguagem.” (BEVIR, 2013, p. 1). Essa formulação, que focaria não apenas nos Estados e suas instituições mas também na criação de lei e ordem em práticas sociais, pode ser complementada e aprofundada com as ideias de Foucault sobre governo e

governamentalidade. Esse desenvolvimento se faz possível principalmente porque Bevir parte de uma teoria da governança descentrada e pós-fundacional, o que significa que rejeita as ideias de uma governança necessária em termos de “progresso esperado”, ou os pressupostos imutáveis geralmente ligados ao conceito quando utilizado para fins de implementação. A ideia, como Bevir a desenvolve, se apresenta como mais compromissada com o historicismo da ação humana:

Mudanças em governança não são produtos de processos sociais inelutáveis. Ao contrário, a governança, seja concebida como organização social ou como novas políticas, é uma série de práticas sociais diversas criadas e recriadas constantemente pela atividade humana concreta e significativa. (BEVIR, 2013, p. 5)

Algumas considerações cabem aqui, no que diz respeito a relacionar a ideia de governança com as reflexões sobre governamentalidade. Lemke (2016) aponta que há temas e tópicos compartilhados entre o discurso da governança e uma analítica de governo como proposta por Foucault, mas também divergências a serem consideradas. Entre o que converge podemos localizar um interesse em questões que focam no “como” e a ênfase em práticas governamentais, em vez de mentalidades, atitudes e opiniões; a investigação do poder para além do Estado; e o entendimento relacional desse poder. Entre as possíveis diferenças, o autor divide em três questões a se considerar: o status ontológico dos objetos da governança, o papel da política na literatura da governança e os pressupostos utilizados.

Com relação o status ontológico, Lemke aponta que os objetos da governança preexistem sua coordenação por mecanismos específicos, enquanto uma analítica de governo não assume relações externas entre governo e seus objetos, uma vez que o governo estaria implicado na própria constituição de agentes, identidades e interesses. Quanto ao papel da política, o autor chama a atenção de que a literatura sobre governança assumiria decisões políticas como tomadas com base em fatos neutros ou argumentos racionais, marginalizando os conflitos em uma perspectiva aparentemente consensual. Já a análise de governo parte de uma base que reforça o papel constitutivo de confrontos e conflitos políticos. Por fim, enquanto a ideia de governança dependeria de uma meta-narrativa de ser a resposta política à crescente complexidade social – o que incluiria uma imagem distorcida do passado como algo unitário, ao mesmo tempo em que promoveria um modelo tecnocrático de gestão e administração – a analítica de governo se basearia em uma perspectiva histórica, localizando o discurso da governança como uma tecnologia particular de governo dentro de uma trajetória da razão política liberal.

Levando em consideração essas críticas, julgamos que o conceito de governança, se articulado a partir de bases mais analíticas que prescritivas, pode ainda gerar reflexões relevantes. Diferentemente dos usos de governança cujos problemas Lemke aponta, não propomos aqui analisar o surgimento de governanças como desenvolvimento da política estatal ou organizacional, propor sua aplicação como objetivo ou suas características como progresso, mas utilizar o conceito como ferramenta analítica para estudar organizações jornalísticas levando em conta os entrecruzamento de racionalidades, normas e práticas efetivas que as compõem. Governança jornalística, para os fins deste trabalho, é entendida como o agenciamento dos diferentes processos envolvidos na constituição do jornalismo, e é utilizada para enfatizar a relação desses processos uns com os outros. Essa abordagem não deixa de lado a análise histórica e da contingência de cada um desses aspectos, e nem mesmo das próprias escolhas de pesquisa – pelo contrário, parte precisamente dessa análise.

(...) a governamentalidade representa uma ampla alternativa às abordagens mais positivistas da governança. Explora as raízes históricas dos significados contingentes e conflitantes que informam a ação política. Esses significados incluem não apenas tecnologias baseadas no conhecimento científico, mas também as narrativas mais gerais que inspiram atores de elite e subalternos na luta para formular, implementar e promulgar políticas (BEVIR, 2010, p. 439).

Propomos dividir esses processos em quatro dimensões (TAVARES; MICK, 2017). A primeira delas, dimensão **editorial**, se refere aos saberes profissionais dos jornalistas e como esses saberes são uma construção não só daqueles que realizam a atividade mas também de contestações dos próprios públicos, seja de leitores ou fontes, que apresentam demandas quanto aos temas, à diversidade da apuração e ao estilo de apresentação das matérias. Dependem também tanto da forma de gestão quanto da maneira com que recursos são captados para sustentar a produção.

A segunda dimensão, da **gestão**, diz respeito a como a estrutura de propriedade (privada, pública, cooperativa, etc.) e organização do trabalho, como a existência ou não de hierarquia e seu formato, o objetivo de lucro, etc., afetam e são afetados pelas demais dimensões. A terceira, de **circulação e engajamento**, dá ênfase ao relacionamento com os públicos, seja de leitores, colaboradores e/ou fontes, para analisar seu papel na constituição dos processos jornalísticos. A quarta dimensão, de **sustentabilidade**, trata de tema que tem estado em voga nas pesquisas e conversas sobre o mercado de trabalho jornalístico: as maneiras através das quais se pode conseguir recursos para financiar a produção. O foco de análise aqui está em perceber o financiamento não como problema a ser resolvido só

tecnicamente, mas como fator que constitui também as possibilidades de agenciamento nas demais dimensões.

O que queremos enfatizar com essa abordagem é que uma dimensão engendra a outra, e a sustentabilidade depende dos demais aspectos, por exemplo: se uma organização jornalística tem como forma de financiamento recursos de anunciantes e assinaturas, sua gestão é privada e com hierarquia vertical, isso pode afetar o conteúdo que irá produzir (como impossibilidade de investigar anunciantes do veículo) e também a percepção dos leitores/espectadores, que podem deixar de assiná-lo, ou fazer com que anunciantes não vejam mais vantagem nesses espaços publicitários. Em casos menos próprios das empresas de mídia, como o do jornalismo das periferias, a produção sendo feita por moradores de bairros periféricos pode render credibilidade ao conteúdo produzido, inclusive incentivando doações individuais (para apoiar uma causa, ou por se sentir representado) ou de fundações (para diversificar/democratizar o jornalismo).

3 - O OUTRO DA IMPRENSA *MAINSTREAM*

Há diversos motivos para, e maneiras de, se fazer um resgate histórico: para comprovar algo, para descobrir algo, para recuperar algo; através de uma reconstituição de fatos, de uma construção de narrativas, de uma interpretação de acontecimentos. O resgate que faço neste capítulo tem inspiração no tipo de trabalho feito por Foucault que, não se tratando da criação de um fio que teça um caminho linear do passado ao presente, quer oferecer uma leitura das condições de constituição desse presente, partindo de questões contemporâneas e evidenciada por uma história das relações entre práticas e conhecimentos. Esse tipo de análise me interessa pois, analisando o passado com o objetivo de lançar outro olhar ao presente, possibilita descrições socialmente relevantes cujo principal valor está em “(...) sua habilidade de abrir o campo da prática por colocar em dúvida regras correntes” (BASTALICH, 2009, tradução minha).⁶⁷

O passado que pretendo resgatar aqui é o citado pela Rede Jornalistas das Periferias (da qual a *Agência Mural* e o *Periferia em Movimento* fazem parte) na apresentação da Virada Comunicação, evento organizado pela rede em setembro de 2017. O texto apresenta o evento como um marco da organização de diferentes agentes sociais pela produção de narrativas próprias das periferias, destacando a importância do protagonismo dessas vozes no conteúdo jornalístico que fala sobre essas regiões da cidade – principalmente em um contexto onde as condições sociais de desigualdade de raça, classe e gênero que afetam as periferias se reproduziriam também no ambiente profissional da comunicação. Os autores chamam a atenção para uma série histórica que identificam como parte da construção do que fazem:

O que fazemos é continuidade de processos construídos em séculos de história: da Revolta dos Búzios (1798), em que a população negra de Salvador utilizou panfletos para inflamar a revolução e o fim da escravidão, ao “O Homem de Cor”, primeiro jornal negro do Brasil, criado em 1833, no Rio de Janeiro; dos jornais operários do início do século 20 às rádios-poste dos movimentos populares das periferias nos anos 1970 e 1980; do samba ao rap e, mais recentemente, o funk; de Carolina Maria de Jesus aos milhares de autores e autoras que gestam nos saraus de botecos e esquinas a literatura marginal-periférica. Somos frutos da luta de nossos antepassados, do acesso à universidade e da apropriação das tecnologias digitais, nos constituímos na defesa

67 “Their value lies in their ability to open the field of practice by throwing current rules into doubt.”

dos direitos de quem divide o mesmo chão e acreditamos na mobilização de quem está à margem em prol de uma sociedade mais justa, plural e democrática.⁶⁸

A apropriação das tecnologias digitais, fator bastante citado como potencializador dessa criação de espaços discursivos, encontra-se aqui com outros dois, mais específicos ao jornalismo das periferias: o recente acesso à universidade e a longa luta dos antepassados. O acesso à universidade diz da entrada de jovens negros e/ou das periferias aos cursos de comunicação ou jornalismo das universidades públicas ou privadas, por exemplo, começando a afetar o perfil majoritariamente branco e de classe média da categoria⁶⁹. A luta dos antepassados aparece nas diversas iniciativas que, ao longo do tempo, utilizaram-se dos espaços de enunciação possíveis (embora não necessariamente disponíveis facilmente a todas as pessoas) para expor, a partir de um lugar: visões de mundo, imaginários, cotidianos, realidades, mobilizações, questões, críticas, reivindicações; sendo que, em todas as iniciativas citadas, trata-se de discursos marginalizados em suas instâncias de referência, ou seja, a política, o jornalismo, a música, a literatura.

68 Texto completo: “NOTÍCIA TEM CEP? TEM GÊNERO, RAÇA, CLASSE SOCIAL? Num momento em que se propagam as fake news (notícias falsas), o que há de verdadeiro no que é veiculado sobre o cotidiano das quebradas? Quais histórias precisam ser contadas? E como? Com o objetivo de debater, refletir e apontar caminhos para a abordagem de temáticas sobre e a partir das identidades e territórios periféricos, no dia 16 de setembro de 2017 a Rede Jornalistas das Periferias realiza a primeira edição da Virada Comunicação, em São Paulo. As periferias são complexas. E cada sujeito periférico é um centro em si mesmo. A Rede Jornalistas das Periferias, ou outras redes que existem ou virão a existir, não dá conta de toda a complexidade que habita nas bordas da metrópole. Mas, enquanto movimento, acreditamos na potência e importância de que essas vozes sejam protagonistas também no conteúdo jornalístico sobre essas regiões da cidade, constituídas historicamente em condições sociais de desigualdade de raça, classe e gênero que se reproduzem, inclusive, no ambiente profissional da comunicação. O que fazemos é continuidade de processos construídos em séculos de história: da Revolta dos Búzios (1798), em que a população negra de Salvador utilizou panfletos para inflamar a revolução e o fim da escravidão, ao “O Homem de Cor”, primeiro jornal negro do Brasil, criado em 1833, no Rio de Janeiro; dos jornais operários do início do século 20 às rádios-poste dos movimentos populares das periferias nos anos 1970 e 1980; do samba ao rap e, mais recentemente, o funk; de Carolina Maria de Jesus aos milhares de autores e autoras que gestam nos saraus de botecos e esquinas a literatura marginal-periférica. Somos frutos da luta de nossos antepassados, do acesso à universidade e da apropriação das tecnologias digitais, nos constituímos na defesa dos direitos de quem divide o mesmo chão e acreditamos na mobilização de quem está à margem em prol de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Por quem veio antes e por quem virá depois, idealizamos a Virada Comunicação como um marco da organização de diferentes agentes sociais que não aceitam que outros escrevam nossa história ao passo em que pautamos, contrapomos e conectamos protagonistas que constroem uma outra narrativa possível. Disponível em: www.viradacomunicacao.org. Acesso em: setembro de 2017

69 Esse acesso se relaciona a uma série de medidas postas em prática entre 2002 e 2012, como o acesso a vagas gratuitas ou com bolsa parcial em faculdades particulares, com o Programa Universidade para Todos (Prouni), auxílio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o apoio à permanência em cursos de graduação para estudantes de baixa renda via Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e por fim a reserva de vagas, no ingresso em instituições federais de ensino superior, para estudantes de escola pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (inicialmente por iniciativa nas próprias universidades, em variados esquemas de aplicação, e depois regulamentada na Lei n. 12.711/12) (GUIMARÃES, 2007; RISTOFF, 2014; SGUISSARDI, 2014).

Destaco aqui o campo do jornalismo, elegendo para resgate as iniciativas que mais se aproximam dele em relação ao desenvolvimento histórico da imprensa no Brasil e suas diversas apropriações, portanto: a **imprensa negra** – “(...) ‘O Homem de Cor’, primeiro jornal negro do Brasil, criado em 1833, no Rio de Janeiro (...) – e a **imprensa operária** – “(...) jornais operários do início do século 20 (...)”. As rádios-poste caberiam também nessa análise, no panorama da comunicação comunitária, mas sua inclusão se torna inviável aqui, dada a quantidade e amplitude dos estudos dessa área⁷⁰. Também ficam de fora a Revolta dos Búzios, os gêneros musicais como samba, rap e funk, assim como a literatura marginal-periférica, sem que se deixe de reconhecer sua importância na constituição das iniciativas jornalísticas estudadas, principalmente levando-se em consideração a ligação destas com as manifestações culturais das periferias. A escolha se justifica tanto por limitação de tempo, uma vez que esse acontecimento e essas manifestações culturais contam com ampla bibliografia e discussão, cuja revisão se faz inviável neste trabalho, quanto pelo objetivo específico do resgate: observar a constituição de um modelo de jornalismo tanto no campo prático quanto acadêmico, destacando o que se marginaliza na construção dele. Interessa aqui o que se pratica e discute no campo mais restrito da atividade.

Discuto, com esse levantamento, como a constituição de uma ideia de jornalismo, compartilhada por campo profissional e academia, pode ser parte de uma construção de saber em torno ao jornalismo que se deu muito mais ligada às práticas construídas pelas empresas de mídia do que outras práticas e funcionamentos realizados no mesmo período. Levanto a possibilidade de que a história e a pesquisa no campo não tenham dado conta do jornalismo

70 Foi nos estudos da comunicação comunitária que encontrei menção às rádios-poste, uma vez que estas inauguraram as rádios comunitárias no Brasil, “(...) e continuam em vigor em muitas localidades. Aliás, este foi, nos idos da década de 1980, o meio sonoro mais usado, pois não requeria autorização para funcionar, o que evitava a perseguição policial.” (PERUZZO; VOLPATO, 2010, p. 2-3). Na Zona Leste de São Paulo essas emissoras começaram a surgir em 1983, sendo que existiram 42 delas em 1988 (PERUZZO, 1998). Resumo aqui as principais características de uma rádio comunitária, segundo Peruzzo (1998). Primeiramente, é um veículo que não tem fins lucrativos, comercializando espaços publicitários somente como forma de apoio cultural ou arrecadação de recursos para custeio, manutenção e reinvestimento. Em segundo lugar, é um produto da comunidade, seu conteúdo tendo vínculo com a realidade local, os problemas, as festas, as necessidades, os interesses e, de forma ampla, a cultura. Costuma apresentar, também, gestão compartilhada, a partir de órgãos deliberativos coletivos. Em termos de participação, a autora aponta a presença direta da população ao microfone, além da produção e transmissão de programas através das entidades e associações. Sobre isso, destaca que “(...) é nesse tipo de experiência de comunicação, desde os alto-falantes e outros veículos, nos anos recentes, que têm sido concretizadas as mais completas formas de interatividade nos meios de comunicação, recentemente descoberta e ensaiada, com grandes limitações, pela grande mídia” (PERUZZO, 1998, p. 10). Uma rádio comunitária também: valoriza e incentiva a produção e transmissão das manifestações culturais locais; tem como compromisso a educação para a cidadania através de sua programação; democratiza a comunicação, realizando treinamento com pessoas da comunidade, que então adquirem conhecimentos e habilidades técnicas para a locução de rádio e a produção de programas.

produzido por populações marginalizadas (como os negros ou os operários) por considerá-lo como capítulo menor, em paralelo a um jornalismo legítimo. A intenção, em uma análise algo genealógica, é questionar a constituição desse saber e dar a ver outros funcionamentos (ou práticas) e seus desdobramentos.

É comum encontrar considerações históricas sobre o jornalismo que partem de narrativas dualistas e algo simplificadoras dos processos que constituíram as práticas nos últimos dois séculos, como os pares que tratam a imprensa como artesanal ou industrial, de opinião ou de informação, oficial ou combativa. Apesar de ancoradas em características existentes em determinados períodos, como a industrialização da imprensa brasileira a partir da metade do século XIX, e consequentes mudanças nas formas editoriais, opor monoliticamente uma categoria a outra implica uma perda em termos de análise. A oposição estanque entre imprensa artesanal político-partidária e uma imprensa melhor estruturada editorial e administrativamente em um contexto de industrialização perde de vista, por exemplo, jornais que durante a Independência e o Primeiro Reinado já divulgavam informações e se estruturavam de forma mais estável administrativamente, embora não possam ser chamados de industriais (BARBOSA, 2010, p. 61).

Outro exemplo onde os modelos explicativos mascaram a complexidade dos processos é a mítica de jornalismo oficial e combativo, a começar pelos primeiros impressos reconhecidos no país: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pela Imprensa Régia e o *Correio Braziliense*, publicado pelo exilado Hipólito da Costa em Londres. Faz-se um enquadramento em que, de um lado, temos um jornalismo de favores oficiais, sem controvérsias e, de outro, um jornalismo de combate – formulação esta que se estende em linha evolutiva, com uma tipologia da profissão talvez mais de ordem mítica do que histórica⁷¹.

Ao nos determos na formação do campo discursivo que dá condição à constituição das práticas jornalísticas, vemos a tradução de periódicos europeus chegados nos navios, as notícias que “correm” trazidas por pessoas vindas de outros lugares e no boca-a-boca da

71 Vale atentar às complexidades que se deixa de captar a partir desse esquema: “Assim, sem olhar o impresso, temos a impressão de que a *Gazeta* era fértil na publicação de decretos, avisos, éditos e outros textos de interesse do Reino Português. Que nela não se publicavam outras informações. Mas olhando detidamente o periódico, saltam de suas páginas múltiplas fontes de informação, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passam do mundo oral para o mundo do impresso. Cartas vindas pelos navios que aqui aportam e periódicos da Europa que chegam ao Cais Pharoux na carga desses mesmos navios trazem as principais notícias que serão publicadas. A sociedade desenvolve múltiplas formas de se comunicar e, a partir daí, de buscar e reunir informações. Há, portanto, um sistema de comunicação na cidade do Rio de Janeiro que possibilita a impressão das notícias na *Gazeta*” (BARBOSA, 2010, p. 27).

cidade ou então a difusão de ideias da época, amplificando e tornando simbolicamente mais perenes debates e polêmicas políticas (BARBOSA, 2010, p. 51). A análise diz primeiramente dos caminhos que tomam as informações, dos usos e das leituras da imprensa no século XIX, quando se formam diversas redes de sociabilidade em torno à aspiração de constituição de uma nação. E então a constituição de um público leitor e as decisões editoriais que fazem parte dela, processo que se intensifica a partir do final dos anos 1880, com a modernização da imprensa e o crescimento significativo no número de publicações (em um contexto de abolição da escravatura, proclamação da República e desenvolvimento da indústria capitalista no país).

É nesse período que se operam mudanças nas estruturas de produção e lógicas editoriais dos jornais, que nos interessam aqui por inaugurarem um tipo de discurso que podemos observar como constituinte de muito do que é considerado jornalismo hoje. Chalaby (1998), estudando a imprensa britânica, destaca a constituição da forma discursiva do jornalismo a partir de fatores econômicos, analisando como a necessidade comercial de ampliação de público faria parte de como se engendrou o conceito de objetividade e a influência do jornalismo nas questões públicas e políticas. Barbosa (2010) realiza movimento semelhante, ao argumentar como os primeiros jornais produzidos por empresas em moldes industriais no Brasil operaram discursivamente no estabelecimento de sua legitimidade social, tanto como representantes do povo diante do governo quanto como instituições dotadas da capacidade e direito de dizer a verdade e defender uma visão de sociedade. O movimento da autora se aproxima ao de Chalaby por construir a análise a partir das relações entre ampliação de público e estrutura dos jornais, o perfil e capital dos donos, escolhas editoriais/administrativas e as reivindicações de uma auto-imagem de popularidade, modernidade e verdade.

Em busca de atingir um público mais vasto e poder se autointitular o “popularíssimo”, tal como fazia o *Jornal do Brasil*, em 1900, esses cinco periódicos⁷² adotam uma série de estratégias editoriais, redacionais e administrativas: separação clara na edição das notícias informativas dos artigos de opinião; publicação de ilustrações (...); criação de seções que conquistam rapidamente o público, como, por exemplo, os palpites do jogo do bicho e as modinhas dos cordões carnavalescos; separação do trabalho no interior da redação e das oficinas, com novos profissionais como o repórter, o secretário, o paginador, entre diversos outros; adoção de estratégias promocionais, tais como distribuição de brindes, sorteio de prêmios, promoção de concursos diversos (...). Como verdadeiras “fábricas de notícias”, tanto o *Jornal do Commercio*, como o *Jornal do Brasil* e o *O Paiz* constroem modernas sedes na Av. Central, hoje

72 *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, periódicos que recebem enfoque na investigação da autora sobre as estratégias discursivas, econômicas e políticas dos maiores jornais à época.

Avenida Rio Branco, símbolo da entrada do país nos tempos da República. Suntuosas, em cimento armado, o que de mais moderno havia em tecnologia de construção, com elevadores e fachadas com cantarias ricamente ornadas, transformam-se em símbolos desse novo jornalismo que entra em cena após 1880. (BARBOSA, 2010, p. 123)

Os preços baixos dos exemplares avulsos (100 réis cada, o mesmo que uma passagem de bonde) trabalhariam para atrair o público e estimular o consumo de jornais pelas camadas urbanas. Outra estratégia nesse sentido é o valor também baixo dos pequenos anúncios, que ajudariam a demonstrar o alcance do jornal na opinião pública. “Quanto mais pequenos anúncios publicam, mais evidente fica, para os leitores, para os grandes anunciantes e para a sociedade política, o seu poder junto a um público não alinhado, até então, entre os principais consumidores desses impressos” (BARBOSA, 2010, p. 125) . Essas fontes de renda parecem servir mais como ação estratégica do que como sustentação dos jornais, pois não só da venda avulsa, do preço da assinatura e dos pequenos anúncios viviam essas publicações:

Evidentemente, a enorme propriedade econômica dessas empresas não é aferida apenas com essas rendas. A principal receita dos periódicos é resultado de ligações políticas com os grupos dominantes. Assim, enquanto o *Correio da Manhã*, segundo denúncias, recebe subvenções dos governos baiano e mineiro, o *Jornal do Commercio* fica com mais de 50% das quantias pagas por Campos Sales à imprensa do Rio. Isso sem falar nos valores recebidos por *O Paiz* ou mesmo pela *Gazeta de Notícias*. (BARBOSA, 2010, p. 125)

A relação com a política se dá também pelo perfil e atuação dos donos e jornalistas, uma vez que a atividade era também um degrau para ingressar na política ou na diplomacia. Dos dirigentes dos jornais, a maioria era originária de famílias bem-sucedidas economicamente, seja de origem agrária ou urbana, chegando a ocupar altos cargos na burocracia estatal – os jornalistas, por sua vez, eram em grande número bachareis de Direito, legitimados portanto como homens de letras e em contato com o meio intelectual (BARBOSA, 2010, p. 144).

A imagem do poder público está frequentemente presente nos textos, e os impressos costuram uma unidade discursiva em torno da valorização do novo, da inserção em uma ideia de civilização e futuro pela ótica do progresso – em consonância com medidas médico-higienistas e civilizatórias do próprio governo, que na prática resultavam na expulsão dos pobres do centro nobre em direção aos subúrbios, por exemplo (BARBOSA, 2010, p. 119). A ideia de reconstrução nacional passa pela dissolução da cidade imperial e criação de um espaço urbano com características modernas, processo no qual essa imprensa toma para si a tarefa de condenar hábitos e costumes relacionados ao passado colonial, a definir a civilização

e ao mesmo tempo a si mesma como exemplo dessa modernidade, portanto digna de realizar esse discurso.

O *Jornal do Brasil*, que em 7 de junho de 1903 imprime na sua primeira página a planta da Avenida Central “projetada pelo governo para sanear a cidade e facilitar o deslocamento urbano”, mudaria suas instalações para um prédio na mesma avenida, orgulhando-se do que mandara erigir: joia arquitetônica, com relógio e holofotes no topo, é o prédio mais alto do continente (10 andares!) e o primeiro a ser levantado com o uso de estruturas metálicas. Através das ilustrações, essa idealização fica mais evidente. No sétimo aniversário “da nova fase do *Jornal do Brasil*”, publica uma “alegoria humorística”, em que se vê um homem dirigindo o automóvel *Jornal do Brasil*, na “Avenida da Popularidade”. Milhares de pessoas esperam-no passar. Da buzina sai a palavra “modernismo” e nas ruas esmaga a inveja e a calúnia. A legenda sintetiza a busca do novo, do moderno, do progresso e de sua popularidade: “No automóvel do modernismo e do progresso o *Jornal do Brasil* é que vai na frente vencedor do recorde do jornalismo brasileiro” (*Jornal do Brasil*, 15 nov. 1901, p.1).” (BARBOSA, 2010, p. 135–136)

A autorreferencialidade constante é posta explicitamente nos textos dos jornais, exaltando a missão do jornalismo e o sacerdócio dos jornalistas, que fiscalizam os poderes públicos e instituem a voz dos fracos e oprimidos, em uma *ampliação* e ao mesmo tempo *indefinição* dos que seriam defendidos pelos periódicos: “o homem do povo”, “o homem comum”, “o povo” (BARBOSA, 2010, p. 130). Seções inteiras dos jornais são criadas para receber as reclamações desse povo, de forma imparcial, e essas mensagens dos leitores também atestam novamente a popularidade do periódico e seu lugar enquanto intermediário possível entre poder público e a população. A indefinição dos defendidos em categorias universalistas propicia uma ampliação dos leitores possíveis.

Constroem assim, com essas características, uma idealização da profissão, estabelecendo valores daquela que seria considerada a “boa imprensa”, digna, honesta: “(...) é aquela, segundo as idealizações correntes, que se pauta pela busca da verdade, que prega a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como instituição imparcial e portadora da verdade” (BARBOSA, 2010, p. 133–134). Trabalham a partir de uma ideia preferencial de sociedade, que envolve uma escolha entre o que se lembra e o que se esquece, o que se publica ou deixa de publicar:

Como monumento de memória, os diários centram a sua análise e a difusão das informações em eixos preferenciais, criando uma imagem preferencial de cidade; do país, identificado com uma ideia preconcebida de nação; e de si mesmos. Ao construírem identidades, os periódicos referendam ideias que também são correntes entre escritores, jornalistas e demais intelectuais. Cria-se entre os letrados uma espécie

de consenso sobre o papel privilegiado da imprensa, ao mesmo tempo que há a transformação dessas ideias em documentos-memória. (BARBOSA, 2010, p. 132)

Podemos perceber nessas descrições uma forma de funcionamento para o jornalismo que agencia as dimensões de financiamento, de gestão, de relacionamento com o público e de escolhas editoriais, sendo que o que se faz em cada uma dessas dimensões reforça as demais. Essa ideia coloca em questão a construção segundo a qual o jornalismo teria desenvolvido *a priori* certos valores e práticas por serem os mais adequados, adequação depois comprovada pelo sucesso do empreendimento, chamando a atenção para a parte devida à própria lógica do empreendimento no desenvolvimento desses valores e práticas.

Os baixos preços, o sistema de impressão moderno, o entretenimento, os pequenos anúncios atraem público, no qual os jornais podem basear seu discurso de popularidade. A partir do “ser popular” podem argumentar algum tipo de representação de uma ideia universal de povo, tarefa para a qual é necessário ser imparcial quanto às demandas dos indivíduos. Ao se colocar na defesa da população, assumem-se simultaneamente como intermediários entre esse povo e o governo e como instituição digna de apontar os caminhos para o futuro e o progresso, frisando a modernidade e o republicanismo.

O lugar de intermediário perante a opinião pública e defensor de um discurso que interessaria à sociedade política da época, assim como o perfil de elite dos dirigentes e alguns jornalistas, faz dos jornais empreendimentos estratégicos para o poder público. O entendimento desse tipo de imprensa como popular, importante politicamente, bastião do progresso e da modernidade, desperta o interesse de anunciantes, de novos leitores e de políticos, o que reforça suas formas de financiamento, ampliando sua popularidade e assim por diante, em um reforço algo circular. O que sustenta a legitimidade da imprensa nesse modelo empresarial, a partir do processo de industrialização, pode ser visto como um agenciamento em que, com legitimações cruzadas, os jornais se firmam como aqueles aos quais se deve ler, e nos quais se deve anunciar, através de autorreferencialidade e da própria dimensão concreta de suas operações, mais expressivas do que os periódicos não-empresariais.

Esse modelo empresarial faz parte do que, hegemonicamente, considera-se o ideal de jornalismo hoje, e é com base nessa lógica de funcionamento e conduta que as práticas jornalísticas dominantes parecem ter sido em grande parte constituídas. O resgate que faço aqui visa lembrar práticas jornalísticas que se desenvolveram concomitantemente à imprensa

em moldes empresariais e analisar sua forma de agenciamento – seus objetivos, seus públicos, suas formas de financiamento, suas escolhas editoriais e de gestão. Com essa análise não pretendo estabelecer uma continuidade direta entre essas práticas e o jornalismo das periferias, como se este fosse desenvolvimento estrito daquelas, que tentar perceber aspectos aos quais os jornalistas das periferias se referem e que reivindicam quando se colocam como parte dessa série histórica, e como essas características poderiam constituir também práticas análogas às que constroem hoje – práticas que se colocam, como outras já se colocaram, em oposição e crítica a uma “grande imprensa”.

Imprensa Negra

Na pesquisa em jornalismo, que poderia nos oferecer uma análise aprofundada das práticas e formatos da imprensa negra, estudos sobre esses jornais são mais dificilmente encontrados – os periódicos são, geralmente, somente citados em pequenos trechos ou capítulos dos apanhados históricos sobre o jornalismo brasileiro (quando muito).

Recompor a trajetória da imprensa negra nos estudos de Jornalismo é uma tarefa no mínimo desafiadora, em razão dos poucos registros entre os teóricos de comunicação e estudiosos do Jornalismo brasileiro. (...) Diferentes áreas de conhecimento têm contribuído para reconstituir cientificamente a história ininterrupta de jornais negros ao longo dos tempos (BARCELOS, 1991; MUNANGA, 2000), especialmente a História, Sociologia, Antropologia, Educação e algumas da Comunicação (...) (ROSA, 2011, p. 72)

Tal afirmação é reforçada pelo levantamento que faço aqui, pois este se baseia quase que inteiramente em artigos, teses e dissertações encontradas nessas outras áreas⁷³. Ainda que não tenham por objetivo, via de regra, pensar as questões relativas ao campo de estudos do jornalismo, essas pesquisas resgatam alguns dos objetivos e das práticas dos jornais da imprensa negra, o perfil de seus produtores, as formas de receita e distribuição, sua organização e as temáticas de seus textos. Relacionando essas características com o contexto da época, e comparando brevemente seu arranjo produtivo com o da imprensa de caráter empresarial, descrevem jornais nos quais mais valia a defesa das causas da população negra, suas reivindicações e demandas de informação, do que o tipo de abrangência de público e influência que poderia gerar algum lucro ou mesmo simples sustentabilidade. As descrições

73 Dos 20 trabalhos citados neste trecho são: 12 da História; 4 da Educação; 2 de comunicação/jornalismo; um da Linguística; e um da Antropologia Social.

são incompletas, uma vez que cada trabalho tem enfoque ou na imprensa paulista do século XX, ou em um ou poucos jornais específicos, mas podem nos fornecer ao menos um apanhado das diversas práticas de produção dos periódicos.

Reunindo todas as referências a periódicos da Imprensa Negra (Apêndice A) nos trabalhos consultados, e levando em conta que deve haver outros que esta pesquisa não localizou, encontramos uma imprensa com numerosos periódicos (ao menos 124), iniciada em meados de 1830 e com produção praticamente ininterrupta a partir do final do século XIX até o final do século XX. Interrupções podem ser percebidas entre 1937 e 1945 (período do Estado Novo) assim como entre 1965 e 1974 (período da ditadura militar), mostrando a vulnerabilidade dessa imprensa aos momentos políticos mais repressivos. Outro dado importante é a abrangência geográfica, que vai além de Rio de Janeiro e São Paulo, marcando presença em pelo menos dez estados. Muitos desses jornais contam com menção somente e não, ainda, análise, e a descoberta de novos periódicos continua acontecendo, com recuperação de arquivos históricos locais em novos estudos⁷⁴, o que mostra que a pesquisa em jornalismo teria muito material para análise ainda não explorado.

O uso que faço desses estudos a seguir não tem a pretensão de cobrir todos os aspectos analisados por esses pesquisadores, ou dar um panorama geral dessa produção. Selecionei aqui trechos que tratavam do funcionamento dessas iniciativas, as formas de produção e sustento, o perfil dos produtores e alguns dos principais temas, com o objetivo específico de perceber como o local, o público, as pessoas e a maneira com que se produz acabam por constituir uma forma de jornalismo própria. Os estudos também não são recuperados em ordem cronológica, sendo agrupados mais segundo a temática ou os argumentos.

Estudando a imprensa negra do século XIX, Pinto (2010) chama atenção para o uso de complementos ao termo “imprensa”, ao dizer que o reconhecimento de um jornal como sendo da imprensa brasileira, por exemplo, passa pelas relações que este estabelece com o espaço, ou seja: se feito em solo brasileiro, por brasileiros, direcionado a um público brasileiro, em contato com esse público e tratando de assuntos pertinentes ao Brasil. Mesmo que nem todos os requisitos tenham que ser cumpridos para que um jornal seja considerado dessa imprensa, vale a reflexão de que mesmo a designação levanta esse conjunto de pessoas, processos, discursos e espaços que compõem um periódico e seu lugar.

74 Oliveira et al. (2019), trabalho citado no levantamento em relação aos periódicos de Santa Maria – RS, por exemplo, explicita que em sua pesquisa foram mapeados ainda outros 40 jornais que poderiam ser da Imprensa Negra do Rio Grande do Sul (não incluídos aqui pois sua classificação estava ainda em análise – o projeto se encontrava em andamento em 2019).

Desse ponto de vista formal, imprensa negra, imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa operária ou imprensa feminina seriam somente expressões compostas em que o adjetivo sugere possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras. (PINTO, 2010, p. 19–20, grifo meu)

Pensando nessas características⁷⁵, a autora reconhece as condições propícias ao surgimento desses veículos da imprensa negra, entre elas a “(...) distinção de um detalhe precioso: a atuação de um razoável número de negros letrados capazes de, em diferentes momentos do século XIX, gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados.” (PINTO, 2010, p. 20). A existência de pessoas negras produzindo jornais se soma à existência também de um público negro letrado para eles, e ainda de um público iletrado que acessava os periódicos por leituras de outros ou por ouvir falar, sendo que mesmo pessoas escravizadas aprendiam a ler e a escrever em espaços não escolares na segunda metade do século XIX (BARBOSA, 2010, p. 85).

Antunes Cunha, militante negro que escreveu diversas matérias no jornal “O Clarim da Alvorada” e em outros jornais explica que, a princípio, a circulação desses jornais era restrita a um público letrado, fato depois superado, pois “junto a muitos desses reunia-se gente sem estudo para ouvir as notícias. Avó, pai sem leitura, comprava o jornal, para que os netos, os filhos lessem para eles.” (CUNHA apud GONÇALVES & SILVA, 2000). Assim, a leitura poderia ser ampliada para além dos segmentos alfabetizados. E a história da educação dos negros no início do século XX pode ser ampliada para além da escola. (SANTOS, P. 2007, p. 19)

O objetivo compartilhado dessas diversas publicações era de comunicar, “(...) dar visibilidade aos projetos e desejos de grupos de afro-brasileiros que se aglutinavam ao redor dos jornais. Os objetivos e o público-alvo dos periódicos, embora dispersos na definição de uma identidade étnica, remetiam a uma mesma origem no processo escravocrata.” (SANTOS, 2011b, p. 151). Necessidade essa que vinha do fato de que, como regra, o que interessava a essa parcela da população não se fazia presente na chamada “grande imprensa” ou, quando aparecia, não levava em conta a sua perspectiva. Schwarcz, ao analisar a imagem de pessoas negras na imprensa paulista do século XIX, chega à conclusão de que estas não figuravam como sujeitos, mas antes como objetos dos discursos dos jornais:

⁷⁵ A imprensa abolicionista é colocado como grupo de periódicos à parte, e não é analisada aqui pois, apesar de defender o fim da escravidão, o fazia muitas vezes se apoiando em motivações políticas e econômicas, não necessariamente se comprometendo às demais causas e assuntos da população negra, como o combate à discriminação racial (ARAUJO, 2017), não sendo também, no geral, baseada na ideia de “feita por negros para negros”.

Todas essas inúmeras suspeitas, que o material como um todo deixava pareciam remeter-se por um lado a um debate entre brancos, em suas diferentes correntes de opinião a respeito da nova condição do negro. Por outro lado, porém, o negro, enquanto objeto dos discursos, parecia participar de um debate que o envolvia mas não se dirigia diretamente a ele, isto é, o grande problema central parecia ser antes a nossa definição enquanto povo, bem como a explicitação dos critérios de acesso à cidadania, sendo portanto a questão negra, uma questão imersa em um problema que de certa forma a transcendia. (SCHWARCZ, 1986, p. 293)

A autora argumenta que se até meados do Século XIX a questão da condição negra e das pessoas escravizadas não era sequer colocada, a partir desse momento era explicada e justificada com critérios e argumentos do aparato da ciência determinista e positivista desse século, julgando-os a partir de caracteres hereditários e de origem. Recebem, portanto, um estigma a mais: “Além de ‘violento e degenerado’ é também o ‘estranho’, o ‘estrangeiro’. (...) não só se retornava a sua distinção física, como jogava-se o negro para fora daquilo que tanto se prezava e denominava como cultura nacional.” (SCHWARCZ, 1986, p. 295). Não é, portanto, de espantar que através das folhas da imprensa negra apresente-se como uma razão de ser comum “(...) os conflitos gerados pelas múltiplas associações entre o preconceito racial e o desrespeito à cidadania dos indivíduos negros, seguidos pela insatisfação dos atingidos por tais arbitrariedades (...)” (PINTO, 2010, p. 183). Nem mesmo outros periódicos de grupos sociais específicos abriam espaço para essa discussão:

Nenhum jornal mostrava-se disposto a discutir e informar sobre questões e problemas que diziam respeito aos negros. Além disso, quase todos os grupos étnicos imigrantes dispunham de periódicos próprios e a imprensa operária, da qual a maioria dos negros fazia parte, não demonstrava vontade política para discutir e divulgar as questões relativas aos homens de cor. (José Antônio dos Santos, 2006, p. 26) (PINTO, 2010, p. 137)

O espaço discursivo que criaram, então, destinava-se simultaneamente a discutir e divulgar reivindicações e denúncias assim como iniciativas culturais, datas comemorativas e demais informações consideradas relevantes para os grupos, como afirmam fundadores de jornais em pesquisa de Miriam Ferrara, sobre a imprensa negra paulista no século XX:

Daí, a nosso ver, a importância desses jornais, uma vez que são a forma de expressão de um grupo. Podem refletir suas aspirações e lutas, além de registrar notícias das atividades culturais e recreativas dos grêmios e associações. (...) como relata Pedro Paulo Barbosa: “Os jornais negros surgiram porque os negros não tinham sua imprensa, que comunicasse o que queriam fazer; suas reivindicações, coisas que os outros jornais não aceitavam.” Francisco Lucrécio complementa: “As sociedades negras da época se reuniam para danças, reuniões, sessões de poesias etc... Daí, a necessidade do jornal, como meio de comunicação.” (FERRARA, 1985, p. 199)

Pedro Paulo Barbosa e Francisco Lucrécio eram ambos colaboradores do jornal *A Voz da Raça*, publicado semanalmente em São Paulo de 1933 até pelo menos 1937. O levantamento de Ferrara, que vai de 1915 a 1963, foi precedido pelo trabalho de Roger Bastide, sociólogo francês responsável pelo primeiro estudo desses periódicos no Brasil, publicado como *A imprensa negra do Estado de São Paulo*, em 1951. A pesquisa de Bastide colocou essas publicações no conhecimento dos acadêmicos e deu a elas estatuto de documento histórico, respondendo a duas críticas, que falavam contra a relevância daquele tipo de pesquisa: “(...) a primeira, de que os jornais negros não tinham grande tiragem, viviam miseravelmente e duravam pouco; a segunda, de que as publicações representavam muito mais as opiniões e os interesses da ‘pequena classe média negra’ do que as da maioria ou ‘massa negra’” (SANTOS, 2011b, p. 144).

A questão então posta por Bastide era: como se compreender aquele grupo responsável pela fundação e manutenção dos jornais negros “(...) se eles eram pobres, desorganizados e os periódicos não representavam as aspirações da maioria?” (SANTOS, 2011b, p. 144). Como resposta, o sociólogo argumentava que não era possível manter as publicações por muito tempo pelo fato de os negros serem o estrato populacional mais empobrecido de São Paulo e, com relação à questão de representação, que as dificuldades não se davam por conta de uma divisão entre os produtores dos jornais e o restante da população à qual se dirigia, mas de uma mentalidade que impedia o grupo de criar as condições para sua própria emancipação. Santos (2011b) relembra a participação do autor no ambiente intelectual e de reivindicações políticas e sociais negras para questionar sua interpretação:

(...) é difícil entender como um intelectual de tal envergadura e envolvimento social possa ter sucumbido aos estereótipos atribuídos aos negros e definido as dificuldades para a manutenção dos jornais como resultado da “apatia ou consciência passiva” que lhes era comum. A explicação pode ser encontrada na trajetória pessoal de Bastide ou no ambiente intelectual em que vivia, onde boa parte dos pesquisadores teve dificuldades para ultrapassar os limites do que entendiam como uma “patologia social” que se abatera sobre aquele meio, afastando a possibilidade de os representarem a partir de outra perspectiva interpretativa. (SANTOS, 2011b, p. 146)

Moura (2002) comenta a questão de representação, reafirmando o caráter coletivista e o alcance dos periódicos por meio de colaborações da população negra mais ampla:

Roger Bastide acha que essa imprensa era o reflexo do pensamento da classe média negra em São Paulo. Mas, pelo depoimento⁷⁶ de Raul Joviano do Amaral, o seu

76 Raul Joviano do Amaral, um dos fundadores da imprensa negra: “Os iniciadores da imprensa negra, por pertencerem à base da sociedade, colocados no seu grau mais baixo, não tinham condições econômicas para

suporte eram os homens de baixa renda que municiavam, com os seus centavos e os seus tostões (...) a continuidade dos jornais. Este problema de manutenção dos jornais é derivado da situação de marginalização do negro de uma forma global. Embora Bastide afirme que esses jornais surgiram de uma classe média negra, o depoimento (...) parece demonstrar que era, ao contrário, a estratégia de um mutirão permanente entre os negros pobres que dava sustentáculo a esses veículos (MOURA, 2002, p. 14)

A imprensa negra de São Paulo é deixada de lado pela pesquisa acadêmica até que Miriam Ferrara começa, na década de 70, a colecionar os jornais dos “homens de cor” paulistas no período de 1915 a 1963. O levantamento trouxe à tona jornais não exclusivos do estado de São Paulo, incluindo exemplares também de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, o que demonstrava “(...) as diversas origens sociais e políticas dos jornalistas, o grande número de temáticas e a especial atenção que deram à educação e à moralidade.” (SANTOS, 2011b, p. 149). A pesquisa usou como fonte documental os “jornais feitos por negros para negros” e entrevistas com fundadores dos periódicos, reforçando em suas conclusões o peso de fatores econômicos na irregularidade de produção e periodicidade dos mesmos, e dando visibilidade ao grupo de intelectuais e lideranças que se organizaram em torno aos jornais por décadas.

Ferrara (1985) divide as mais de 30 publicações estudadas, espalhadas por 48 anos, em três períodos. Num primeiro momento, de 1915 a 1923, percebe uma predominância da publicação de versos, avisos, notas de aniversário e casamento, festas, com um número reduzido de matérias de conteúdo reivindicatório. Começaria uma formação de grupo que ganharia mais consciência posteriormente. É no segundo período, de 1924 a 1937, que as reivindicações apareceriam mais explicitamente, as questões do negro na sociedade sendo abordadas de forma mais direta e objetiva em diferentes aspectos da vida, no campo profissional, no político e no lazer.

manter a imprensa. É de se adivinhar as dificuldades que se tinha para editar esses jornais. Como mantê-los, se a coletividade, o grupo não tinham nenhum poderio econômico? Apenas o sacrifício, a boa vontade de abnegados permitiam a existência desses jornais. Muitos deles despendiam o que ganhavam modestamente para manter e publicar esses jornais. (...) Uma das maneiras de sustentar esses jornais era frequentar as sociedades negras existentes na época, distribuí-los e pedir uma contribuição para o próximo número. Os próprios diretores, os próprios redatores iam levá-los às sedes dessas associações. Com o tempo foram criadas cooperativas. Mas, mesmo assim, foi muito difícil mantê-los à base da cooperação porque o negro não tinha condições econômicas. (...) seu êxito se deve a homens humildes como Tio Urutu, que era um cozinheiro do Instituto Disciplinar, como José Correa Leite, que era auxiliar de uma drogaria, o qual, além de escrever e orientar o jornal, tirava dos seus parques vencimentos uma parcela para mantê-lo, para que ele pudesse sair com alguma regularidade. (...) Todos contribuíram com duzentos réis ou um tostão, o máximo um cruzeiro, para que o jornal saísse. O jornal O Clarim da Alvorada, por isto mesmo, nunca teve caixa e, como o objetivo da imprensa negra era difundir na comunidade negra as suas idéias, os seus organizadores nunca procuraram organizações financeiras para ajudá-la. Também não procuravam os políticos da época. Sem ter praticamente anúncios, ela vivia da solidariedade da comunidade. Foi dentro deste espírito que a imprensa negra viveu por quase vinte anos” (MOURA, 2002, p. 14)

A autora nota um hiato entre 1937, ano da instauração do Estado Novo, e 1945, em que “(...) não temos notícia da circulação de jornais da imprensa negra.” (FERRARA, 1985, p. 203). O terceiro período, até 1963, acompanha o processo de transição e reestruturação da sociedade brasileira na redemocratização, “(...) Daí, a propaganda política aberta em jornais como “Mundo Novo” e “O Novo Horizonte” e a filiação de negros a partidos políticos da época” (FERRARA, 1985, p. 203).

Apesar das diferentes constituições, temáticas e formatos ao longo dos anos, a pesquisadora percebe certa constância em termos de seus objetivos: “(...) na origem desses jornais estão as reivindicações por integração, participação e ascensão na sociedade brasileira, a fim de que o negro conquiste a posição de ‘cidadão brasileiro’, isto, através da conscientização, da educação e da luta contra o preconceito” (FERRARA, 1985, p. 205).

A partir do estudo de Ferrara, a imprensa negra se constitui como fonte documental privilegiada por uma geração de pesquisadores com foco em temáticas do período de pós-abolição em São Paulo, ampliando o escopo e alcance do campo de pesquisa, inclusive “(...) para períodos e lugares em que se desconhecia a existência daquelas publicações, como o início do século XIX e o interior do Estado, e avançaram para os séculos seguintes” (SANTOS, 2011b, p. 150). A inclusão de jornais do século XIX, por exemplo, é relativamente recente, com a pesquisa de Pinto (2010), que coloca como primeira publicação do tipo o pasquim *O Homem de Cor*, fundado no Rio de Janeiro em 1833, e questiona o porquê do foco predominante nos periódicos do século XX, em detrimento de outros que seriam, a seu ver, semelhantes:

Curiosamente, muitos dos recursos argumentativos e das características nesses títulos tinham sido encontrados por Roger Bastide nos jornais negros paulistas das décadas de 1920 e 1930, o que não parecia suficiente para justificar a proposta de incorporação daqueles jornais oitocentistas ao panorama da imprensa negra no Brasil. (PINTO, 2010, p. 18)

Os redatores de *O exemplo*, jornal publicado em Porto Alegre no fim do século XIX, deixam claras as intenções de seu programa editorial: ““O nosso programa é simples e podemos exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”” (PINTO, 2010, p. 139). Afirmações semelhantes aparecem nos demais periódicos, alguns dos quais elegem como mote frases como “Orgam noticioso, literário e critico dedicado aos homens de cor” (subtítulo de *O Menelick*, jornal de 1915, em São Paulo). As dificuldades financeiras eram uma realidade para toda essa imprensa, com um

ou outro caso de maior estabilidade, uma vez que a população à qual se dirigiam tinha muito baixo poder aquisitivo. Eram sustentados, portanto, por trabalho e poucos recursos tanto de seus fundadores quanto das associações e clubes que defendiam a mesma causa.

Alguns desses jornais pertenciam às associações recreativas e culturais, outros a grupos independentes formados por trabalhadores assalariados e outros ligados a determinados grupos políticos. Eram mantidos com o dinheiro arrecadado com as suas vendas, em alguns casos pelas associações recreativas e culturais à qual pertenciam, mas, no geral, quem sustentava esses jornais eram os seus membros com parte de seus ordenados. Em algumas ocasiões, eram realizados bazares, leilões com objetos doados pelos membros das associações, bailes, dentre outros eventos como alternativas para arrecadação de fundos (SANTOS, P. 2007, p. 22).

A produção variava de acordo com os recursos disponíveis, daí a sua irregularidade. Quando tinha dinheiro saía jornal, se não, ou era feito com tamanho menor e menor número de páginas, ou a impressão era interrompida, a frequência espaçada. Entre os periódicos, os formatos de sustentação variavam na regularidade: a publicação podia ser semanal, quinzenal ou mensal, mudando de acordo com a necessidade; além da venda de exemplares avulsos, as assinaturas podiam ser feitas mensal, semestral e anualmente; os pequenos anúncios, que às vezes havia, às vezes não, ajudavam a complementar os recursos, sendo comprados a “preços módicos” (SANTOS, P. 2007). Em poucos jornais o número de anúncios era significativo o suficiente para ser decisivo na manutenção da periodicidade, como foi o caso do *Getulino*, publicado semanalmente em Campinas a partir de 1923 (MIRANDA, 2005, p. 63).

Periódicos que conseguiram longas durações são raridades, nesse contexto (CARVALHO, 2009). *O Exemplo* é um dos poucos, e foi publicado semanalmente por 37 anos, até 1930, com recursos de assinaturas mensais (500 réis) e depois trimestrais (1500 réis), complementadas por anúncios de âmbito comercial, como serviços e eventos, e pessoal, como nascimentos e casamentos (PINTO, 2010, p. 142). Os de maior tiragem publicavam até 2.000 exemplares por edição, ou por mês, como *O Clarim da Alvorada*, variando de 1.000 a 2.000 exemplares (FERRARA, 1985), ou semanalmente, como o *Auriverde* (SANTOS, P. 2007), chegando a 2.000 exemplares, ou *O Getulino*, com 1.500 exemplares (GONÇALVES, 2012). O apoio em associações e grupos da população negra costumava ser decisivo na sustentabilidade do jornal, por conta de aportes diretos de recursos, ou pela possibilidade de difusão entre pessoas já envolvidas com a causa defendida – embora, muitas vezes, o custo ainda ficasse com os colaboradores.

De modo geral, os jornais eram mantidos com os escassos recursos do grupo negro. Os anunciantes eram poucos e os jornais eram vendidos nos bailes. Mas como relata Correia Leite [fundador e colaborador d’*O Clarim da Alvorada*], “ninguém comprava

e nós dávamos os jornais gratuitamente. Pagávamos o papel com nosso dinheiro e sempre tínhamos prejuízo”. (FERRARA, 1985, p. 199)

Os jornais não serviam, portanto, como sustento para os envolvidos em sua produção. As equipes eram pequenas, a impressão em oficinas tipográficas simples, que também faziam impressões por encomenda (SANTOS, P. 2007). Com alguma frequência a gráfica era montada na casa dos membros, como no *Getulino*, jornal que contou com capital inicial de três fundadores negros, sendo dois deles condutores de veículos como trabalho principal (MIRANDA, 2005, p. 57). Os membros podiam se dividir em funções como presidente, tesoureiro, secretário, redator, etc., mas os relatos de fundadores e as descrições impressas nos exemplares dão conta de uma organização menos hierárquica, em que se fazia o que precisava ser feito para a finalização e publicação do jornal. *O Menelick* se anuncia como independente de qualquer associação e frisa o caráter de cooperação entre os membros: “O Menelick não tem proprietário, é uma sociedade composta de illimitados socios que todos fazem por um e um faz por todos.” (O Menelick, 17 de out. 1915, p.1)” (SANTOS, P. 2007, p. 25). Esse clima de empreitada coletiva aparece no relato de Abdias do Nascimento, fundador do jornal *O Quilombo* (que teve dez edições publicadas em 1950, no Rio de Janeiro), quando questionado sobre as diferenças entre a “grande imprensa” e a imprensa negra com relação ao fazer jornalístico:

Na imprensa normal, a grande como você diz, a notícia sobre questões negras era esporádica, era de vez em quando. Para publicar, para sair, era preciso um grande empenho junto a secretário do jornal, ao diretor mesmo. E no outro jornal, não. A gente resolvia publicar, dava o destaque que se queria dar. Não tinha ninguém que se opunha, né? (...) Nós conversávamos, assim como estamos conversando nós dois aqui, e cada um fazia aquilo que tinha lá mais familiaridade. Tinha mais co- nhecimento do assunto, né? Não era um trabalho dividido. Era muita camaradagem, muita amizade. Não tinha assim, tarefas. (ROSA, 2011, p. 66)

Os locais de produção, as oficinas, também por vezes viravam locais de encontro e organização da comunidade, reunindo intelectuais, como na tipografia de Francisco de Paula Brito, que editava e imprimia *O Homem de Cor* no século XIX. “É preciso reconhecer que ele não esteve sozinho nessa empreitada. Como é sabido, a Tipografia Fluminense de Brito era ambiente de debate bastante frequentado, onde ocorriam as reuniões da Petalógica, sociedade lítero-humorística liderada por ele” (PINTO, 2010, p. 34–35). A distribuição também era feita com frequência através de vendas nas próprias tipografias, assim como “(...) em determinados pontos da cidade, previamente informados no próprio jornal, ou ainda em eventos promovidos pelas associações recreativas da época” (SANTOS, P. 2007, p. 21). O

jornal *Elite*, “Orgam official do Grêmio Dramatico e Literário ‘Elite da Liberdade’”, publicado em São Paulo a partir de 1923, era enviado periodicamente para o grêmio “Kosmos” (*idem*, p. 45).

Além de distribuição local, na cidade de produção dos periódicos, há também registro de circulação dos exemplares em outras cidades, como no caso do *Getulino*: jornal gestado dentro do Grupo Gramático “Luiz Gama”, com o subtítulo “Orgam para a defesa dos homens pretos”, contava com correspondentes nas cidades de Americana, Socorro, Itapira, Santos, São Paulo, Pouso Alegre e Ouro Fino. Os correspondentes eram também agentes de distribuição, vendendo exemplares avulsos:

A cidade de Santos foi uma das primeiras a ter um correspondente fixo do «GETULINO». São Paulo, por sua vez, contava com dois correspondentes: Deocleciano do Nascimento, na Barra Funda; e Manoel Ferraz Júnior, na Penha. (...) A rede de correspondência e distribuição, que é indicada no próprio jornal, segue os trilhos das ferrovias que cortam o Estado de São Paulo, em direção ao Estado de Minas Gerais.” (GONÇALVES, 2012, p. 126)

Vários dos periódicos aceitavam, em sua produção, textos de pessoas que não faziam parte do quadro de redatores. Santos (2007), analisando a imprensa negra paulista do século XX, diz ser comum a quase todos os jornais a aceitação de artigos enviados por colaboradores, muitas vezes condicionada ao cumprimento de exigências previamente estabelecidas e divulgadas pelas próprias publicações, “(...) tais como: ser texto de autoria própria, não difamar ninguém, não usar pseudônimos, etc. Em alguns casos só se aceitavam colaboradores que fossem assinantes do jornal” (SANTOS, P. 2007, p. 22). As colaborações enviadas falam tanto da linha editorial dos veículos quanto das redes e do público que se formam em torno a eles:

Na composição dos colaboradores do «GETULINO», o grupo produtor deixa clara sua escolha por integrantes da comunidade negra campineira. Com efeito, o jornal agregou um grupo extenso de colaboradores que, até onde se pode identificar, tem a cor/etnia como elemento aglutinador em um primeiro momento; e o domínio das letras como segundo ponto de contato e coesão. No tocante à militância dentro do movimento negro, não há uma uniformidade ideológica demarcada e irrefutável, que possa ser notada pela divergência de opiniões e posicionamentos expressos nos textos enviados a título de colaboração. (GONÇALVES, 2012, p. 114)

Também formando essas redes estão as relações dos periódicos uns com os outros, que podia se dar em colaboração e troca de cortesias mas também em conflitos e ataques através de seus textos. Tanto os conflitos quanto as proximidades citados parecem ocorrer mais por desavenças ou concordância de pensamento e militância do que por questões de concorrência

em termos econômicos. O semanário *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, que teve doze números editados em Recife no final do século XIX, buscava demonstrar articulação com outros órgãos para se legitimar perante o público, sendo que mais do que marcar conflitos e controvérsias, “(...) as referências a outros periódicos permitem visualizar grupos e linhas de pensamento com os quais se aproximava, dialogava ou mesmo procedia ao atento acompanhamento” (PINTO, 2010, p. 69-70). N’*O Getulino*, em Campinas no século XX, se observava tanto relações amistosas quanto tensas:

Através das páginas do próprio *Getulino*, encontrei cartas e citações que comprovam a manutenção de uma determinada correspondência com outros periódicos. No caso da grande imprensa, essa comunicação parece ter sido meramente formal, fruto de um cerimonial comum no meio jornalístico que consistia em anunciar o nascimento de um novo órgão de imprensa da cidade. Quanto à imprensa negra, tais contatos foram muito mais frequentes, ora marcados por trocas de cortesias, ora por ataques diretos. (MIRANDA, 2005, p. 235)

O diálogo tenso diz respeito notadamente às menções dirigidas ao periódico intitulado *A Protectora*, elaborado pela Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (APBP), do qual *O Getulino* era adversário declarado. O debate tem início com a manifestação de repúdio d’*A Protectora* ao lançamento do *Getulino*, sendo interpretado como uma ação de desunião da militância negra. Analisando o diálogo que se dava por menções a cada edição dos jornais, o autor sugere uma síntese:

Contrapunham-se duas visões antagônicas: de um lado, o negro era unicamente vítima da exclusão perpetrada pela sociedade; de outro, o negro aparecia como co-responsável pelos males que o afligiam. Envoltos por essa oposição, ocorria também uma disputa por hegemonia na condução do movimento negro na cidade, na qual cada contendor atacava sem tréguas o outro, em um esforço de desqualificá-lo para se afirmar. (MIRANDA, 2005, p. 247)

Analisando o surgimento do *Getulino* como motivado por uma crítica ao jornal da APBP, Miranda questiona se não seriam insuficientes os estudos que afirmam como única motivação para criação de jornais da imprensa negra a intenção de comparação ou contraposição à grande imprensa, enfatizando a existência de conflitos internos à militância “(...) cuja lógica não se restringe unicamente à contraposição entre negros e brancos” (MIRANDA, 2005, p. 246). A relação do periódico com outros jornais da imprensa negra do estado segue um caminho mais amistoso, verificada pelo compartilhamento de muitos artigos entre *O Getulino*, *O Kosmos* e *O Clarim da Alvorada*, além da participação conjunta dos jornalistas em mais de um deles e visitas regulares entre suas direções. A republicação de matérias não era incomum em São Paulo, no século XX:

Todos os jornais analisados divulgavam eventos realizados pelas várias associações culturais e recreativas da época, e muitos publicavam notícias de outros jornais da imprensa negra, havendo ainda aqueles que republicavam determinadas matérias veiculadas pela grande imprensa. Nem todos abordavam questões polêmicas da época ou faziam alusão à situação política e econômica do Brasil e também às questões da conjuntura mundial. Entretanto, foram escolhas feitas por esses jornais, que mostram muito mais a opção por um caminho possível do que propriamente um desconhecimento, como afirmou Bastide (1973). (SANTOS, P. 2007, p. 23)

A escolha editorial por focar nos assuntos pertinentes à população negra se relaciona com a limitação de alcance de público, e com a sustentabilidade dessa imprensa. Miranda (2005), ao analisar comparativamente o preço, em 1924, de exemplares avulsos e de assinaturas semestrais ou anuais do jornal *O Estado de São Paulo* e de periódicos da imprensa negra como *O Getulino*, *O Clarim da Alvorada*, *Elite* e *O Kosmos*, percebe uma diferença significativa: n' *O Estado*, quanto maior a assinatura comprada, maior o desconto sobre o preço do exemplar, enquanto nos demais a lógica se inverte, sendo mais barato comprar os exemplares avulsos a cada mês do que via assinatura. O autor reflete sobre possíveis explicações para essa diferença de estratégias, e sugere uma hipótese baseada na também diferente relação entre cada veículo, seus assinantes e seus anunciantes. O caráter financeiro n' *O Estado*, como nos demais veículos da imprensa no formato de empresa, dependia em grande parte dos recursos provenientes de anúncios, a política orçamentária sendo voltada para a ampliação de público que os justificasse – daí as estratégias para atrair mais assinantes. Dessa forma, a perda de arrecadação por exemplar, por conta dos descontos em assinaturas, era totalmente compensada pelos lucros obtidos com um número maior de anúncios, o que não se dava com a imprensa negra:

Se os jornais da imprensa tradicional se organizavam essencialmente como empresas, cujo parâmetro principal era a multiplicação de seu capital, os jornais da imprensa negra, ao contrário, estruturavam-se sobre uma ação idealista, qual seja, a de integrar e educar a população negra. Esse objetivo tornava a linguagem e os temas abordados por estes jornais bastante restritos, voltados para atender aos anseios e necessidades da parcela negra da sociedade. Tal particularidade era responsável por reduzir a abrangência desses periódicos, cuja tiragem era limitada e atingia um grupo bastante específico, tendo por efeito o desinteresse de muitos anunciantes. A insuficiência de recursos provenientes dos anúncios transformava a ação de comprar uma assinatura em um compromisso ideológico, aproximando o assinante da proposta de atuação do jornal (MIRANDA, 2005, p. 60-61).

As temáticas tratadas nos jornais, dentro do âmbito daquilo que seria de interesse da população negra, variam em forma e conteúdo, sendo relativas também ao contexto histórico e político de cada época. Nos primeiros periódicos do gênero, no Rio de Janeiro do século

XIX, prepondera a discussão e questionamento das promessas de liberdade incutidas no processo de abolição: “Importava questionar as efetivas condições de realização daquelas promessas de liberdade que havia tempos circulavam e ganhavam forma nas mentes de livres e libertos – sem falar dos escravizados” (PINTO, 2010, p. 24).

Os questionamentos passavam pela denúncia das condições efetivas de vida da população negra nesse contexto, em que a liberdade de um regime de escravidão não significava necessariamente oportunidades ou mesmo segurança contra abusos de poder ou arbitrariedades. Pinto (2010) destaca como nas páginas de *O Homem de Cor* aparecem denúncias do risco de restrição à ascensão de negros para altas posições hierárquicas na Guarda Nacional, ou mesmo perseguição desses indivíduos, caso chegassem a cargos de alguma proeminência, sendo por vezes demitidos ou pedindo demissão (*idem*, p. 48). As denúncias incluíam também casos de prisões arbitrárias e deportações, assim como ações do governo para criar barreiras raciais, caso da tentativa de instituir a obrigatoriedade da declaração da cor nas listas dos cidadãos.

O periódico *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, publicado em Recife em 1870 – mesmo sem indícios em suas páginas de que houvesse qualquer reconhecimento ou continuidade do que os pasquins negros do Rio de Janeiro publicaram nos anos 1830 – apresentam como realidade aquilo que quatro décadas antes se denunciava como risco:

Sim houve tempo em que já tivemos deputados gerais, deputados provinciais, chefe e delegados de polícia, juízes municipais, desembargadores, tenentes coronéis comandando batalhões da Guarda Nacional, chefes de repartições, intérpretes públicos, secretários da presidência, da instrução pública, e do Ginásio, professores da instrução secundária, e vários outros empregados de uma condição menos elevada, o que tudo nos dava consideração e fazia que fôssemos tratados em perfeito pé de igualdade com os demais cidadãos; infelizmente, porém, deste expendido estado maior com que nos honrávamos, quase nada existe. Não há mais nesta província um só emprego de alta importância e consideração que seja exercido por homem de cor! (*O Homem*, n. 1, p. 1) (PINTO, 2010, p. 57)

O impresso não questionava o reconhecimento individual do mérito: “O que se queria era a ocupação dos espaços que eram de direito por aqueles que, apesar das adversidades, desenvolvessem seus talentos e virtudes” (PINTO, 2010, p. 79). Mas o preconceito era trabalhado como um problema de toda a estrutura social, em que práticas cotidianas tolhiam o progresso de pessoas negras. A ideia era que logo que o preconceito fosse eliminado, todos poderiam desenvolver e apresentar suas potencialidades, “(...) naquele momento represadas pelo arbítrio das elites brancas, que se julgavam superiores” (PINTO, 2010, p. 80). Em São

Paulo, nos primeiros anos da República, barreiras sociais à população negra também eram denunciadas:

Ao contrário do que as teorias raciais vinham forjando, O Progresso tratava o restrito avanço social no meio negro como resultado da negação de oportunidades iguais para todos os membros da sociedade, e dava exemplos corriqueiros em que os talentos e virtudes eram preteridos em proveito da valorização das características físicas das pessoas brancas (Azevedo, 2004 e Schwarcz, 1993) (PINTO, 2010, p. 129)

As denúncias de situações de discriminação e preconceito contra a população negra foram tema comum a todos os jornais estudados, de Rio de Janeiro, Recife ou Porto Alegre no século XIX (PINTO, 2010), a Campinas e São Paulo do século XX (FERRARA, 1985; MIRANDA, 2005; SANTOS, P. 2007). Os jornais negros buscavam construir uma representação que servisse de contraposição à narrativa veiculada pela imprensa de formato empresarial:

A proposta geral desse tipo particular de impresso era abordar os negros como agentes ativos na sociedade em detrimento da imagem de criminalidade e ociosidade associada a este grupo social por parte das elites brasileiras. Os meios de comunicação de massa colaboravam para a difusão desses pensamentos discriminatórios em meio à população. Schwarcz (1987), analisando jornais da época, revela que a grande imprensa foi uma ferramenta importante na propagação de ideias que desprestigiaram os negros através da divulgação de contos literários que os desqualificavam, além de notícias do setor policial que os consideravam propícios ao crime e a vagabundagem. (GUIRRO, 2013, p. 39–40)

Apesar desse ponto de partida em comum, compartilho da ressalva de Miranda (2005), alertando que a interpretação da postura desses jornalistas como expressão automática de resistência ao preconceito seria empobrecer o campo de reflexão possível e subjetividade construída nessas publicações. Sobre *O Getulino*, o autor comenta que “O jornal não assumia a forma simplificadora de um muro de contenção do preconceito, mas uma linha aberta de diálogo com a sociedade e as representações culturais que nela circulavam, sendo reproduzidas, reinterpretadas ou reinscritas. (MIRANDA, 2005, p. 261). Tal comentário, ao meu ver, poderia ser estendido às demais publicações. O mesmo autor, partindo de tese foucaultiana, aponta ainda outra ideia que me parece pertinente: de que, esses impressos surgindo no sentido de rejeitar veementemente o discurso de inferiorização do negro, “(...) o fizeram no interior desse mesmo discurso que buscavam atacar, utilizando-se das suas próprias regras e representações” (MIRANDA, 2005, p. 44).

Essa ideia parece ecoar nas descrições de temáticas e narrativas dos periódicos, várias das quais demonstram a apropriação estratégica de ideias políticas e filosóficas correntes em

cada época para a defesa da causa da população negra⁷⁷. Em *O Homem*, no Recife, teses poligenistas que desqualificavam os “homens de cor” eram rebatidas com o humanismo iluminista de Descartes e ideias de pensadores como o naturalista francês Buffon ou o fisiologista também francês Pierre Flourens, sendo que “Ao articulista de *O Homem* cabia selecionar o que fosse mais proveitoso a seus propósitos, uma vez que os mesmos postulados também estavam sendo usados para chegar a conclusões diametralmente opostas” (PINTO, 2010, p. 74)⁷⁸.

Defesa presente no próprio título d’*O Homem*, os direitos políticos e a Constituição aplicada a todos igualmente eram reivindicação forte também décadas antes, na exortação do respeito à Pátria, à Constituição e à Liberdade por *O Homem de cor*, onde à resistência ao racismo não era difícil incorporar o repertório do liberalismo: “De diferentes modos, aproveitavam os mais variados recursos disponíveis para a conquista e o respeito de seus direitos. Assim, as ideias europeias desempenhavam papel indispensável, mas não primário, na composição dos pasquins negros de 1833” (PINTO, 2010, p. 52). Ao final do século XIX, em Porto Alegre, *O Exemplo* adota a legalidade como parâmetro argumentativo na defesa da aplicação igual da constituição sobre todos (PINTO, 2010, p. 149), e em São Paulo o discurso republicano é explicitado em *A Pátria*, impresso publicado a partir de 1889, como uma aposta de melhoria da condição da população negra:

77 As correntes filosóficas em que se baseava o jornal estavam expostas na página inicial de cada edição: “O próprio desenho do cabeçalho do jornal anunciaria as correntes filosóficas que embasavam o desenvolvimento das ideias expostas, articulando humanismo iluminista e cristianismo benevolente, em nome da universalidade e da igualdade humana. A tríade da democracia iluminista – liberdade, igualdade e fraternidade – ocupa duas posições na cabeça da página inicial. Primeiramente, as palavras encontram-se ao centro do cabeçalho, inseridas num arabesco que sustenta o título do periódico. Em seguida, são distribuídas na porção superior, emoldurando também a denominação *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. À direita, lê-se: “LIBERDADE: Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Const., art. 179, § 1º”. À esquerda: “FRATERNIDADE: Aquele que tem ódio a seu irmão está em trevas e anda nas trevas, e não sabe para onde vá porque as trevas cegaram seus olhos. S. João. Ep. I cap. II v. II”. Entre essas: “IGUALDADE: Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos, civis, políticos ou militares sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes. A lei será igual para todos quer proteja quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. Const., art. 179, §§ XIII e XIV”(O Homem, n. 1-12, p. 1). Ao sabor dos costumes, davam-se vestimentas europeias aos argumentos estimulados pelas necessidades criadas em solo brasileiro” (PINTO, 2010, p. 61)

78 Falando sobre o argumento de Buffon utilizado por *O Homem*, segundo o qual “o homem” de diversos locais seria um só, mas tinto com a cor do clima, a autora diz: “(...) mesmo que aquele extrato da argumentação de Buffon tivesse grande valor para a construção do artigo, outros poderiam ser extremamente nocivos aos interesses defendidos pelo impresso. Como nos informa Kabengele Munanga (2004, p. 28): “Em 1766, Buffon acrescenta que a mestiçagem [seria] o meio mais rápido para reconduzir a espécie a traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastariam, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos com o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro”. Se por astúcia ou ignorância, não se sabe; o certo é que a folha não mencionava esses detalhes” (PINTO, 2010, p. 74-5)

Além de serem tema das conversas, os negros, a princípio, poderiam ter chances maiores de opinar sobre os rumos do país, caso se concretizasse o universo hipotético que a abolição delineava e uma parcela mais ampla da população alcançasse o debate público. Apostando nessa possibilidade, pelo que se percebe do desejo manifesto no periódico, a superação dos limites impostos à “raça de cor” teria de estar fundamentada em demonstrações incontestáveis e nas propostas que apontassem a concretização das mudanças mais profundas. A adesão ao republicanismo parecia uma saída bastante promissora: “Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão” (*A Pátria*, n. 2, p. 2) (PINTO, 2010, p. 110)

Esse tipo de defesa, porém, não é encontrada homogeneamente na imprensa negra: o jornal *O progresso*, publicado dez anos após o lançamento de *A Pátria*, apresenta um contraponto, colocando a instauração da República como uma ilusão, na medida que a situação dos negros no Brasil piorava, e anunciando ter o único fim de “prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos” (PINTO, 2010, p. 123). Ensaaiavam-se soluções estruturadas em uma base de coletivismo negro, sendo recuperadas as ideias que melhor potencializariam esse processo, como a figura de Luiz Gama – mencionando não seu lado republicano, mas seu exemplo individual para o restante da população negra, incitando “(...) em seu público a fibra e a astúcia do homem que se livrou da escravidão indevida e se tornou um respeitado advogado na cidade de São Paulo ao defender causas de indivíduos escravizados (...)” (PINTO, 2010, p. 126).

Seja nos pasquins do século XIX, como demonstra Pinto (2010), seja nas publicações do século XX, como argumenta Santos (2007), pode ser encontrado o compartilhamento e a reelaboração de valores para a defesa da integração real da população negra na sociedade. Uma das maneiras de se argumentar por essa integração era por meio da ideia de nação, e do negro como parte legítima dela. Em 1875, *O Homem* destacava a importância da população negra na edificação do país, descrita como “(...) a classe mais numerosa do país, (...) a única que trabalha, a única que, a falar propriamente, produz (...)” (PINTO, 2010, p. 90), cujo esforço e prestância construiu os palácios e todos os edifícios públicos, cujo sangue foi derramado em defesa das instituições nacionais e manutenção da ordem: “Muito mais do que contribuir para um projeto que lhes era alheio, são ali exaltados como as pessoas que viabilizaram a construção da jovem nação (...)” (PINTO, 2010, p. 75). Discurso semelhante era publicado também em São Paulo, décadas depois:

Um aspecto comum em vários jornais da imprensa negra era a valorização da nacionalidade. Assim, sempre que possível, (...) procuravam (re)afirmar essa condição entre os negros, o seu reconhecimento enquanto parte integrante do povo brasileiro.

Ou ainda, de maneira mais explícita: “Somos brasileiros filhos legítimos deste colossal paiz, desta formidável nação de mares, serras e valles; berço de um povo heroico que tem a sua grandeza alimentada com o sangue dos nossos avós, com o suor enfim dos nossos maiores”. (O Kosmos, 16 de nov. 1924, p. 2). Enfim, mostrar o seu lugar na construção da nacionalidade. (SANTOS, P. 2007, p. 43)

Havia ali a perspectiva de correção de uma ingratidão para com a população negra, que “(...) configuraria o tom dos discursos norteadores destas publicações, independentemente de quais fossem os referenciais ideológicos. Assim, propunham assumir seu protagonismo na tarefa de afirmar positivamente o seu lugar na história nacional” (REIS, 2016, p. 122-123). O protagonismo também era recuperado na forma da retomada biográfica de trajetórias, exemplos de sucesso, prática com espaço específico em alguns jornais, como a “Galeria dos Homens de Cor Ilustres” em *O homem*, aglutinando pessoas dos meios político, literário, musical, religioso e militar (PINTO, 2010, p. 93). O mesmo se observa na imprensa negra paulista do século XX:

Os jornais da imprensa negra apresentavam em suas páginas histórias e personagens que, de alguma maneira, possibilitaram aos leitores apreenderem significados de alguns conceitos e seguirem alguns exemplos. Em geral, eram personalidades negras, muitas com um histórico de luta em favor dos negros, outras cujas trajetórias de vida se resumiam ao sucesso alcançado na conquista de espaços diferentes naquela sociedade. Negros que, através da sua abnegação, do seu trabalho e, principalmente, através da educação ocuparam posições que até então eram destinadas aos brancos. (SANTOS, P. 2007, p. 108)

Em muitos dos periódicos, a educação era apresentada como um caminho para ascensão social da população negra, através da invocação do exemplo de personalidades como Luiz Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, e às famílias era recomendado diversas vezes que educassem seus filhos (SANTOS, P. 2007, p. 75). Ao mesmo tempo, os próprios jornais buscavam educar seus leitores, seja instruindo-os de seus direitos como cidadãos, dando visibilidade a atos arbitrários que atingiam seus pares no Recife e algumas saídas possíveis aos problemas (PINTO, 2010, p. 88), seja elegendo a educação como bandeira a ser defendida, em Porto Alegre:

A fim de aperfeiçoar “nossos medíocres conhecimentos”, os redatores seguiram em várias direções, incluindo a abordagem da educação formal. Em mais esse ponto, a luta daquele momento teria ressonância no empreendido pelos movimentos negros do século XX e antecipava práticas comuns em nome da extensão do direito ao ensino público e de qualidade, em todos os níveis. A educação era percebida como via de mobilidade, ascensão e integração social. (PINTO, 2010, p. 157)

Em São Paulo a abordagem pedagógica também é utilizada, numa perspectiva ampla do que pode ser considerado como formação:

Alguns desses jornais refletiam as inquietações dos grupos que os dirigiam e, num sentido mais amplo, tinham um caráter pedagógico e instrutivo, pois além do forte apelo político para a tomada de uma certa consciência considerada adequada por seus editores, apresentavam em suas páginas diversas matérias relacionadas aos negros o que, acredita-se, pode ter contribuído para o seu processo de formação. Além disso, a divulgação de eventos do cotidiano – tais como festas, bailes, concursos de poesia e beleza, que raramente apareciam nos periódicos da grande imprensa, pode também ter contribuído para um processo de auto-reconhecimento e construção da identidade. Assim, os negros poderiam mostrar as suas qualidades e expressar as suas idéias, o que via de regra não acontecia na chamada grande imprensa.” (SANTOS, P. 2007, p. 12)

Voltando ao levantamento de Ferrara, e levando em conta as demais referências utilizadas aqui, podemos entender como práticas editoriais que se repetem com alguma consistência (embora através de diversas abordagens) nos jornais da imprensa negra: “(...) lutar principalmente contra os preconceitos, conscientizar o negro de sua posição na sociedade brasileira e valorizar a educação e a instrução” (FERRARA, 1985, p. 199).

Imprensa Operária

Com uma das primeiras publicações conhecidas datando de 1847 (*O Proletário*, no Recife), alguns periódicos do tipo surgindo ainda no século XIX, mas com auge nas primeiras décadas do século XX (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.89), a imprensa operária é outro exemplo de produção de jornais que seguiu processos e objetivos distintos da imprensa de corporações de mídia. Em sua maioria, falava das condições de vida dos operários e trabalhadores, além de discutir concepções de sociedade e, através de diferentes visões ideológicas, incentivar a luta por mudanças sociais. Talvez por isso uma das principais dificuldades encontradas em sua continuidade, além da questão financeira, tenha sido a perseguição por parte do Estado, com invasões nas redações e apreensão de edições: “Numa época em que a ‘questão social’ era tratada como ‘questão de polícia’, a repressão aos trabalhadores atingia seus meios de organização e lideranças (...)” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 90). Sendo muitas de suas lideranças estrangeiros europeus, essa perseguição tomou forma inclusive de legislações para expulsá-los do país.

(...) a imprensa proletária deve ser entendida como produto da organização dos trabalhadores da nascente indústria. Nesse sentido, em razão de grande parte dos

trabalhadores terem vindo da Europa, explica-se, tanto a influência do ideário anarquista, no início dessa imprensa, quanto o fato de muitos dos jornais terem sido publicados na língua dos imigrantes, principalmente, em italiano.(...) Principalmente nas cidades industriais do país (Rio de Janeiro e São Paulo) foram criados vários jornais, de periodicidade bastante irregular e curta duração, dedicados a informar e politizar grupos de trabalhadores. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.89)

Assim como a imprensa negra, a imprensa operária não conta com tão ampla bibliografia no campo do jornalismo, e os trabalhos encontrados foram realizados, em sua maioria, nas áreas da educação, da sociologia e particularmente da história, que adotou os periódicos como objetos de estudo a partir dos quais interrogar sobre a relação de classes, as ideias enunciadas no meio operário, os conflitos dentro da militância, etc. (e.g. FONSECA, 2013; GERALDO, 2017; SCHMIDT, 2000). Novamente, portanto, a descrição dos processos jornalísticos aparece mais como suporte para esses estudos, relacionados a seus contextos de época, do que como centro da análise. Essas iniciativas aparecem nos registros da história da imprensa, mas me parecem ser colocadas em posição semelhante à imprensa negra: no lugar do desvio. Duas exceções que destaco são os livros *Jornalismo e Militância Operária* (que trata dessa imprensa no Paraná), de Cardoso e Araújo (1992), ambas com formação em história e ciências da comunicação, e *A Imprensa Operária no Brasil, 1880 – 1920*, de Ferreira (1978), também formada nessas duas áreas⁷⁹. Os dois livros serão a base principal dessa revisão.

Primeiramente podemos notar uma quantidade expressiva de jornais operários – ainda que estes, via de regra, não tenham uma duração muito longa. Ferreira realiza um levantamento que, mesmo sem pretensões de ser exaustivo, mostra, do último quarto do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, o surgimento de aproximadamente 343 periódicos espalhados no território brasileiro: 149 no estado de São Paulo (dos quais 22 fora da capital), 100 no Rio de Janeiro (com sete fora da capital) e 94 nos demais estados, com destaque para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Paraná, entre outros (FERREIRA, 1978, p. 89). Destes, 66 eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano. A autora enfatiza a relação do surgimento da imprensa operária com o desenvolvimento da organização dos trabalhadores pelo acesso a uma vida digna:

79 Assinalo também incursões mais pontuais no âmbito da história da mídia, como o enfoque na imprensa anarquista, por Strongren (2015, 2017), ou o levantamento sobre os meios de comunicação dos trabalhadores em Ponta Grossa – RS, por Woitowicz (2006). Esses estudos não foram aqui utilizados pois, em se tratando dos aspectos que aqui destaco, servem-se também dos dois livros citados nesse trecho.

Se nos primeiros momentos estas lutas se caracterizavam pela fundação de “irmandades” e “juntas de alforrias” para defender o trabalhador escravo, mais tarde elas se transformariam em outras formas de organização como as “sociedade mutuárias”, “ligas operárias”, “uniões operárias” e, finalmente, em sindicatos, expressão moderna desenvolvida nos centros urbanos para orientar e defender os trabalhadores industriais. Cabe salientar, entretanto, que o sentido em que será usada a palavra sindicato neste estudo nada tem a ver com o sindicalismo brasileiro pós-Getúlio. (FERREIRA, 1978, p. 33)

Nascida no interior das primeiras associações de trabalhadores, contrapunha-se à grande imprensa “(...) uma pequena imprensa, produzida artesanalmente em precárias gráficas de fundo de quintal. Na variada gama de jornais tablóides – republicanos, literários – encontram-se periódicos redigidos por operários, destinados à classe (...)” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 135). Ferreira aponta que, no Rio de Janeiro e em São Paulo por volta de 1905, tão expressivo era o número de jornais operários das respectivas ligas e uniões que percebeu-se a necessidade da criação de um veículo centralizador das reivindicações dos operários, uma vez que os periódicos costumavam se voltar mais especificamente para cada categoria profissional (FERREIRA, 1978, p. 102). Estudando os periódicos do Rio de Janeiro, Maciel destaca

Ressalto, particularmente, o número significativo de títulos publicados por iniciativa de estivadores, padeiros, sapateiros, barbeiros, marmoristas, carpinteiros, operários em pedreiras, dentre outros, que têm em comum o fato de desempenharem atividades profissionais que não exigiam o domínio da leitura e da escrita e, no entanto, foram responsáveis por uma intensa produção periódica. (MACIEL, 2008, p. 93)

Tratando dos jornais operários produzidos no Amazonas, Teles (2013) destaca a influência direta do avanço mais geral da imprensa, seja pela proliferação de tipografias e de profissionais gráficos na região, seja pela nova linguagem, que se mostrava capaz de “(...) unir interesses comuns e potencializar a atuação de grupos até então incapazes de se fazer ouvir no seio da sociedade” (TELES, 2013, p. 203), integrando a crítica social no contexto de expansão da goma elástica. Analisa também, em Manaus, a formação e ampliação de um público leitor do jornal *Vida Operária*, mesmo em uma população predominantemente analfabeta:

A leitura empreendida era coletiva e se realizava nos espaços acima descritos [associações, colégios, institutos, bares e botequins] e também nas esquinas das ruas. Aqueles que tinham o domínio da leitura e da escrita, geralmente os segmentos médios urbanos (professores, comerciantes, militares etc) e parcelas de operários qualificados – uma vez que a esmagadora maioria dos operários era analfabeta – lia em voz alta. Este tipo de leitura se colocava enquanto estratégia da cultura letrada para se fazer presente dentro de um quadro cultural adverso presente em Manaus, ou seja, da marcante oralidade. (TELES, 2011, p. 618–619)

Produzida em maioria pelos próprios operários, mas não sempre (às vezes jornalistas e intelectuais engajados em movimentos), o que caracterizaria esse tipo de imprensa é ser dirigida para cada classe ou para os trabalhadores de forma geral, tratando de suas questões, podendo se configurar como manifestações comunicativas de associações profissionais, de sindicatos de diversas categorias, de partidos políticos de classe e de grupos militantes (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 121). Mesmo que houvesse vinculação de periódicos a associações dos trabalhadores, pode-se ainda perceber defesas de independência:

Reconstituir os vínculos entre esses jornais e as associações mantidas por trabalhadores ou reunir pistas sobre a inserção destes periódicos na experiência social de uma categoria profissional, não são tarefas fáceis porque nem sempre eles são assumidos ou explicitados. São muitos os indícios de um esforço contínuo desenvolvido por muitos periódicos de manterem sua ‘neutralidade política’ negando adesão a uma orientação política, evitando debates sobre religião e buscando preservar sua autonomia em relação às associações e partidos, como uma estratégia política de evitar dissensões e tensões que pudessem acentuar as diferenças existentes entre os trabalhadores e provocar sua desagregação. (MACIEL, 2008, p. 96-7)

Trata-se de uma imprensa de caráter ideológico não simplesmente por veicular ideias políticas e doutrinárias, o que de fato fazia, mas por realizar também uma leitura da realidade, da vida operária e dos acontecimentos segundo visões de mundo e diagnósticos específicos, combativos ou moderados, de viés anarquista, socialista, etc.:

A imprensa operária forma um contraponto à imprensa dominante burguesa. Enquanto esta caracteriza-se por uma base informativa, referencial, tecendo a factualidade, através das notícias, aquela responde pelos aspectos menos normativos, impondo significados ao delinear o campo real, implícito ou não, das ideologias. Define-se como a própria manifestação cultural operária, cujas funções se diluem num contexto atemporal e disperso geograficamente. (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 121)

Dizer que trata-se de contraponto à imprensa dominante não quer dizer que não tenha tentado também buscar diálogo com o público padrão desta, “(...) num vai e vem constante de conquista de interlocutores, de diálogo aberto, franco e crítico” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 67). Atuava no espaço cultural em construção do operariado, representando projetos prático-teóricos de uma nova sociedade, de forma que nos assuntos tratados eram desenvolvidos simultaneamente análise e proposta, apontando lições do passado a se lembrar e estendendo o olhar na direção de uma transformação social.

Por sua vez, trabalhadores do comércio que se expressavam por meio de *O Caixeiro* não pretendiam que seu jornal fosse “um tratado de filosofia, de política e de economia pública, como os que saem das academias, dos liceus e dos eixos grandiosos do jornalismo presente.” Reconhecendo o jornalismo como uma potência que podia “criar pensamentos e idéias, suscitar e acompanhar os acontecimentos,

dirigir a vontade, evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro”, eles afirmavam o direito de fazer do seu jornal uma tribuna uma vez que “o jornalismo não é oculto pelo mistério que se descobre a poucos eleitos; a sua inspiração não desce somente a algum espírito privilegiado, e as suas luzes não se limitam às quatro paredes de uma instituição. O pensamento fez-se familiar atualmente, acessível a todos, ergue a sua tribuna nas casas, nos redutos, nas oficinas, no palácio e no tugúrio (*O Caixeiro: Órgão Dedicado à Classe Caixeiral*. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, 15 de novembro de 1881, p. 1-2.)” (MACIEL, 2008, p. 114)

Em se tratando da veiculação de ideias para fins de mobilização social, não surpreende que tenha encontrado oposição da grande imprensa, que tomava partido dos industriais brasileiros e de camadas da elite. Dessa forma, não foram poucos os artigos opinativos nesses jornais que buscavam desqualificar e deslegitimar a imprensa operária, tocada em grande número por gráficos europeus, através da ideia pejorativa do “agitador estrangeiro”:

Assim, *O País*, jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, trazia em seu editorial o seguinte: “Os revolucionários estrangeiros que para cá emigraram, pregadores da revolução social, extremados, afirmam que o operariado deve desprezar os recursos legais e só confiar na subversão da sociedade, agem em flagrante contraste com o nosso meio, que eles desconhecem. No Brasil não existe razão para o anarquismo ou socialismo, planta exótica trazida do estrangeiro, quando entre nós tudo é feliz e livre”. O contraste estava muito mais evidente na opinião emitida pelo jornal, ao qual não poderiam passar despercebidos todos os conflitos nos quais a classe trabalhadora se encontrava envolvida, cuja realidade de lutas, fome, miséria e perseguições nada tinha de “feliz e livre”. (FERREIRA, 1978, p. 55)

As críticas eram frequentemente respondidas pelos periódicos, o que demonstra um acompanhamento atento de seus redatores sobre a grande imprensa:

A compreensão de que a imprensa diária defendia interesses opostos aos dos trabalhadores e que muitas vezes ela servia aos patrões ou jornalistas para atacarem e desqualificarem as folhas e organizações populares, bem como as suas reivindicações, ganha expressão por meio de críticas e denúncias contra jornais, colunas ou jornalistas específicos. *O Panificador*, por exemplo, denunciava com frequência os donos de padarias que por meio dos jornais tentavam atrapalhar a união dos trabalhadores, “chamando o nosso jornal de pasquim” e argumentava que “o nosso jornal não é pasquim porque ele é dos (nossos) interesses e tem um diretor responsável pelos seus escritos mas o que ele diz é tudo verdade”. (MACIEL, 2008, p. 118)

Ao tratar explicitamente das dificuldades e exclusões sofridas pelos trabalhadores na época, trazendo à tona realidades que no mais seriam ignoradas sob a aparência de uma sociedade “feliz e livre”, esse jornalismo era então utilizado como instrumento de criação de uma percepção comum, ao denunciar situações com as quais diversos operários poderiam se identificar, contribuindo para a formação dos trabalhadores enquanto classe.

As idealizações estavam presentes na mensuração do jornalismo enquanto instituição civil: ‘O Democrata’ julga vir preencher uma lacuna, pois que será o defensor da causa dos oprimidos e, ao mesmo tempo, o traço de união que virá ligar entre si todos os trabalhadores de todos os ofícios (...) Não queremos fazer do “O Democrata” uma

empresa de negócios, nossa pretensão é muito mais modesta. (O Democrata, Curitiba, 25 novembro 1906)” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 37)

As discussões empreendidas mesclavam informação e formação, procurando conscientizar o operário acerca de estruturas ou dinâmicas que afetavam sua vida. Os assuntos iam dos mais abstratos ou governamentais – o trabalho enquanto atividade geradora de riqueza, a categoria do trabalhador, a forma de governo republicano, o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e da legislação social, o processo de colonização, a divisão de terras – passando por dinâmicas relativas à classe como coletivo – o seguro operário, a concorrência entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, a mão-de-obra feminina, a higiene nas oficinas, a construção de vilas operárias, a manutenção do serviço escolar noturno e os serviços colocados em prática pelo sistema cooperativo (assistência jurídica, criação de caixas econômicas operárias, serviços médico-farmacêuticos) – até assuntos particularmente próximos aos indivíduos e seu cotidiano – o pagamento de impostos, o preço dos alimentos e alugueis, os salários, a educação pública, as péssimas condições de moradia e trabalho, a falta de saúde pública, a previdência social... Assim, criavam uma ligação entre sociedade e indivíduo em que as ideias mais abstratas são colocadas em contato direto com assuntos concretos de subsistência.

Se é perceptível a diversidade de razões que animavam cada grupo de trabalhadores para o significativo investimento na imprensa, os significados de atuar por meio dela também são múltiplos. As razões mais ressaltadas para fazer imprensa era a possibilidade de avaliar, julgar, comentar, interpretar e opinar; em suma, de poder elaborar sentidos para as próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público. Nesse sentido, a intensa militância dos trabalhadores na criação de periódicos pode indicar esforços para ter acesso à palavra impressa como forma de intervir e enunciar uma interpretação, elaborar sentidos para as experiências vividas e para constituir um espaço alternativo no qual pudessem trazer à discussão pública acontecimentos ou opiniões dominantes apresentadas no jornalismo diário como universais. (...) Problemas e questões – como o direito à organização e reunião, reivindicações salariais e a organização de greves – antes debatidos à portas fechadas em suas associações e reuniões, ou negociados apenas entre empregados e patrões, ganhavam as ruas por meio das páginas de periódicos e alteravam a natureza mesma desse debate. (MACIEL, 2008, p. 115)

Além de informações sobre a vida e a luta dos operários no país, também se trazia notícias de acontecimentos do movimento internacional da classe, como greves e mobilizações sustentadas por diversos sindicatos de categorias profissionais estrangeiras, como portuários, mineiros e tipógrafos, servindo de referencial aos brasileiros: “A luta pela organização sindical exigia a troca de experiências e conhecimento da realidade social. Na secção ‘O que vai pelo mundo operário’, o leitor de O Proletário obtém notícias de Londres,

Madri, Marselha, Viena, Paris, Washington, Pequim, Nova Iorque e Roma” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 60). Na junção de experiências estrangeiras, de relatos das injustiças e dificuldades dos trabalhadores brasileiros e de desejos de mudança efetiva, é possível perceber uma crítica comum aos periódicos (ainda que divergissem na forma de organização e atuação), baseada no questionamento do lugar destinado ao trabalhador na sociedade da época:

(...) identifica-se nos jornais a construção de uma identidade e de uma autoimagem que são também reveladoras da situação operária no interior da sociedade vigente. Embora existissem controvérsias entre as diversas correntes político-ideológicas quanto à forma de organização e atuação política dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida, a crítica destinada ao lugar ocupado por este operário na sociedade contemporânea está presente nos discursos construídos pelo conjunto dos jornais (TELES, 2013, p. 209)

A valorização do operário na sociedade, passando pelo desenvolvimento de uma consciência de classe e melhoria de condição da vida daqueles que dela fazem parte, aparece como principal motivo de existência da imprensa operária. “Sua produção é legitimada pela origem subalterna: ‘Jornal do Povo, porque é redigido por humildes operários, os legítimos representantes do povo que sofre e que trabalha pelo povo, porque lutará por ele até vê-lo prestigiado como merece.’ (Voz do Povo, Curitiba, 16 março 1932)” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 26). Os periódicos nem sempre eram escritos somente por operários, podendo haver no corpo de colaboradores indivíduos da pequena-burguesia, com variados níveis de engajamento (Cardoso e Araújo argumentam que estes se inseririam na elástica concepção de classe operária da época, por conta da condição semelhante e compulsória de vendedores da força de trabalho). Certo é que os colaboradores dos jornais, operários ou não, eram movidos mais pela causa do que por retornos financeiros:

Os jornalistas operários, forjados na prática, são intelectuais porque organizam a informação, e tratam com matéria difusora de idéias. “A Voz do Operário é feita por trabalhadores que não aspiram auferir lucros, nem posições, animando-os somente o desejo de prestar serviço à causa que defendem, mostrando, com fatos, os quadros tristes da miséria que paira sobre o lar proletário.” (A Voz do Operário, Curitiba, 29 janeiro 1931).” (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 24)

Maciel (2008) nota que os públicos para os quais os jornais se dirigiam podem ser mais amplos do que o que em geral se afirma sobre o caráter restrito dos periódicos à categoria que a mantém: ao contrário, nota uma diversidade de temas, opiniões e debates, além de outros indícios de uma circulação mais ampla, que mostra uma possível procura por interlocução com o conjunto de trabalhadores da cidade ou, em alguns casos, “(...) com

grupos sociais intermediários da sociedade carioca como jornalistas, profissionais liberais, políticos, etc.” (p. 127). Levanta também possíveis dificuldades no estabelecimento de um diálogo com o público almejado:

Mas nem sempre nos ajudam se quisermos recompor a existência cotidiana daqueles trabalhadores, suas condições de vida, as aspirações e projetos menos hegemônicos no interior do próprio grupo. Ao contrário, em muitos deles a repetição de temáticas doutrinárias, o revezamento sempre dos mesmos autores, a linguagem rebuscada às vezes utilizada, indicam mais as pretensões de seus idealizadores de integrar o mundo restrito dos jornalistas ou formadores de opinião do que aspectos da vida de trabalhadores urbanos. Ou, então, evidenciam a fragilidade desses esforços em estabelecer diálogo com o conjunto dos trabalhadores e talvez indiquem as dificuldades para constituir a legitimidade destes periódicos no interior da própria categoria ou grupo que pretendiam representar (MACIEL, 2008, p. 127)

Uma observação interessante, no caso dessa imprensa, é o papel dos trabalhadores gráficos como agentes comunicadores e mobilizadores no início da organização do operariado brasileiro. Ferreira os destaca como uma categoria de imigrantes, que chegam como refugiados políticos ou deportados, elementos perigosos nas transformações que ocorriam na Europa. Seu próprio trabalho seria condição propícia ao empreendimento da imprensa operária:

É de considerável importância, principalmente no estudo das comunicações, esta particularidade do trabalhador gráfico, isto é, o fato de ser alfabetizado. Tanto foi importante nos albores do desenvolvimento da imprensa – ele se desenvolve justamente com ela – como foi imprescindível elemento de comunicação na popularização das idéias políticas, que vinham no bojo da questão social, ao despontar do século XIX. Desde muito cedo tinha acesso a várias informações, que outros trabalhadores dificilmente teriam, e o que lhe facilitava a tomada de consciência era justamente a possibilidade de acesso diário aos textos nas tipografias e às novas idéias que se avolumavam em forma impressa por todo o século XIX. (FERREIRA, 1978, p. 110)

Muitos desses indivíduos editam, então, a imprensa operária – o movimento operário produz seus próprios “jornalistas operários”, com práticas diversas dos jornalistas da “grande imprensa”, embora com eles mantendo, por vezes, estreitas relações (FERREIRA, 1978, p. 111). A diferença provém também da específica organização de produção no que diz respeito a cargos e funções, que se relaciona tanto com a limitação de pessoal por conta dos poucos recursos, quanto com o tipo de dinâmica e expectativa que se estabelece entre redatores e público, baseadas nos objetivos dos jornais:

Outro ponto que chama a atenção: não existia a figura do repórter, do profissional da notícia. Ao invés de o jornal procurar a notícia, esta é que procurava o jornal. As “salas de redação” recebiam farto material sobre o movimento operário e notícias afins, o que demonstra uma relação integrada entre o jornal e o leitor. Esse material

recebido pelos jornais era composto por relatórios dos sindicatos, cartas pessoais, denúncias, etc. (FERREIRA, 1978, p. 106)

Assim como se observa na imprensa negra, na imprensa operária o formato, tamanho e periodicidade se relacionam diretamente com os recursos disponíveis. Porém, mais do que naquela, a intensidade de produção desta é fortemente impactada pelos acontecimentos do grupo. Ainda que possamos observar que a quantidade de páginas tendia a aumentar, na imprensa negra, por ocasião de edições especiais do 13 de maio, na imprensa operária, além das edições especiais do 1º de maio (TELES, 2011), os periódicos ganhavam força e páginas em épocas de mobilizações, como greves:

O formato do jornal variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto, o tablóide. O número de páginas não era padronizado; pode ser relacionado claramente com os acontecimentos: o conteúdo a ser editado é que determinava a quantidade de páginas. Encontram-se jornais de uma única folha, isto é, duas páginas que podem passar a circular com 16 páginas nos períodos de greves e outros tipos de lutas. Do mesmo modo, a periodicidade era determinada pelos acontecimentos. Jornais aparentemente semanais poderiam passar a circular diariamente, se necessário, embora mantendo a numeração regular e o mesmo cabeçalho. (FERREIRA, 1978, p. 105)

Também entrava na conta de páginas e nas escolhas da diagramação a importância dada a determinados tipos de textos e usos da comunicação, como manifestos e convocações para assembleias. Estes costumavam ficar nas primeiras páginas, enquanto os textos de análise dos fatos e conferências transcritas podiam ocupar todo o restante do espaço, evidenciando ainda outra diferença com relação à grande mídia: “(...) isto é, não se dava somente uma notícia sobre um bom texto ou conferência, mas se reproduzia na íntegra o seu conteúdo” (FERREIRA, 1978, p. 105). Via de regra, as páginas eram utilizadas ao máximo, com poucos espaços em branco, levando-se em consideração que o aproveitamento devia ser o melhor possível em condições tão precárias de produção e impressão. “Os preços de venda dos exemplares avulsos dos diferentes jornais pesquisados indicam pouca variação entre a maioria deles, em geral em torno de \$100 cada exemplar, desde meados do século XIX até o final da década de 10” (MACIEL, 2008, p. 131).

No Amazonas, relata Teles, a produção dos jornais se dava mais frequentemente nas tipografias das agremiações mais organizadas, como as oficinas da Associação dos Artistas Gráficos, parte dos periódicos sendo impressa nas oficinas gráficas dos “grandes jornais” (em grande medida com a permissão dos proprietários), ou ainda com o uso clandestino das prensas patronais por alguns gráficos (TELES, 2013, p. 204). Mas muitos eram os casos de

pequenas oficinas nas casas dos produtores, que a muito custo conseguiam o maquinário e papel para tanto – por vezes, equipamentos descartados ou em processo de substituição pelos grandes periódicos, instalados “(...) em salas das próprias associações ou em fundos de padarias, lojas ou tipografias” (MACIEL, 2008, p. 129).

Se as dificuldades eram muitas para a imprensa dos que possuíam capital, para os operários os obstáculos eram maiores. Depoimentos de militantes mostram um tempo sofrido, em virtude da escassez de numerário com que lutavam, todavia, meteram mãos-à-obra, efetuando de momento a compra do primeiro material: um pequeno prelo de mão, algumas caixas de tipos e um pouco de fios, como medida econômica, a oficina foi instalada na residência particular de um dos sócios e só funcionava à noite, visto os proprietários não terem abandonado os seus empregos ao constituírem-se em sociedade. (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 66)

Publicidade inexistia em alguns desses jornais, mas se fazia presente nas últimas páginas de outros, sendo uma fonte possível de renda. Porém, como todo o restante do conteúdo, esta não era publicada sem reflexão, mas “(...) aparece acompanhada de recomendações do próprio jornal com relação à utilidade do produto, o que dá um caráter de escolha política” (FERREIRA, 1978, p. 105). As recomendações podiam por vezes ser também de boicote a determinada mercadoria, geralmente quando a empresa responsável encontrava-se em litígio com os operários. Não seguindo a lógica capitalista de vendas, a publicidade aparece juntamente com justificativas pragmáticas:

Jornais de militantes socialistas e anarquistas são sutis em anunciar determinados produtos e serviços: “O artifice de qualquer profissão, o operário enfim, deve dar preferência para suas compras de tintas, ferragens e outros materiais de sua especialidade, somente às casas que anunciarem no O Operário; pois nisso tem ele a garantia de serem as que vendem mais barato.” (O Operário, Curitiba, 14 outubro 1915). (...) O jornal não era produzido como mercadoria. A sua distribuição era gratuita e, quando cobrada, apenas um valor simbólico marcava a transação. A marginalização da imprensa operária era patente. Com reduzidas fontes de receita para mantê-la, seus responsáveis angariavam fundos de várias maneiras: venda de assinaturas, organização de festivais e conferências ao ar livre. (CARDOSO; ARAÚJO, 1992, p. 63-64)

O baixo poder aquisitivo do público dos jornais e seus objetivos mais militantes que comerciais dificultavam sua sobrevivência, tendo sido bastante relevante sua ligação com os centros culturais operários, onde “(...) se desenvolveu toda uma atividade, política e social, cujo objetivo era elevar a situação da classe trabalhadora. (...) as sedes das ‘ligas’ e ‘uniões’ foram verdadeiros centros irradiadores de cultura operária” (FERREIRA, 1978, p. 57).

Os relatórios e atas de assembléias de diversas associações e os próprios periódicos, informam que eles se mantinham, em geral, através do repasse de recursos pelas associações. Estas, por sua vez, eram sustentadas pelas cotas pagas por cada trabalhador ao se associar, pelas mensalidades pagas pelos sócios, por meio de arrecadação extra realizada com espetáculos, doações, ou pelas colaborações mensais espontâneas, como faziam os padeiros ou marmoristas. Às vezes flagramos avaliações

sobre as dificuldades para manter um jornal, como mostram os redatores de *O Marmorista* (1906) ao comentarem os erros de português e os textos publicados com palavras faltando nas suas primeiras edições. A explicação era o custo elevado, para eles, do trabalho de revisão (...) (MACIEL, 2008, p. 130)

Nessas associações os periódicos encontravam espaço de distribuição e apoio financeiro, uma vez que também divulgavam as atividades desenvolvidas: “Basta verificar na imprensa operária da época os anúncios da fundação de escolas livres, os convites às conferências, e os programas culturais desenvolvidos pelas associações” (FERREIRA, 1978, p. 59). Era a relação com a comunidade operária, seu público, que garantia sua produção, ainda que irregular, baseada em estratégias imbricadas de articulação entre as diversas associações existentes para a sustentação do jornal e a colaboração direta do operário (TELES, 2011, p. 623). A imprensa operária, portanto, integra a comunicação e a cultura geradas na organização e nas associações desse grupo, relatando e criticando a realidade dos trabalhadores, assim como também o faziam as peças de teatro, as poesias, os contos e outras produções realizadas por eles.

Imprensa universalista, imprensa adicional

No começo deste capítulo, sugeri o questionamento das práticas e dos valores do jornalismo como tendo sido desenvolvidos em uma etapa anterior a, ou apartada da, sua relação com o ambiente em que se dão, como um *a priori* – mais devido à adequação enquanto discurso público que às escolhas econômicas, por exemplo –, para evidenciar a relação intrínseca entre eles e o caráter e funcionamento da produção, seus objetivos, donos e relação com o público. Meu argumento não parte da ideia de que os estudos sobre o jornalismo são totalmente alheios à própria história de constituição da atividade. Mas, como discuti no primeiro capítulo, a predominância hoje de certas visões sobre o jornalismo, em particular do modelo chamado liberal ou anglo-americano, e a força do olhar normativo em detrimento do analítico nos estudos acadêmicos, pode lançar um olhar também normativo para o passado, enquadrando o que se consegue ver na história, assim como (consequentemente, também) nos relatos de experiências atuais.

Se olharmos para a constituição das práticas jornalísticas em estreita relação com seu entorno, com as demandas e as restrições econômicas e políticas, podemos questionar em que medida os parâmetros a partir dos quais avaliamos hoje o jornalismo são dessa forma colocados porque são os mais vantajosos por eles mesmos em seu contexto, ou pela

legitimidade historicamente concedida a eles por qualquer outro motivo. Um dos efeitos do olhar normativo nisso é que os valores e práticas considerados parâmetro tendem a ser investidos de um lugar apartado de sua história, partindo-se do princípio de que chegaram a esse estatuto porque foram reiteradamente considerados os melhores. Mas a análise histórica deles pode mostrar que diversos outros fatores entram nessa conta, como por exemplo mais recursos nos espaços onde eles se desenvolveram ou objetivos alinhados às elites econômicas e políticas desses veículos. O “sucesso” obtido pelas empresas de jornalismo comprova, talvez, menos que suas práticas eram o esperado e necessário para as demandas de circulação da informação na esfera pública, e mais que esse talvez tenha sido o agenciamento mais bem sucedido entre práticas editoriais, de gestão, de público e financeiras para garantir o lucro e/ou sustentabilidade de um *negócio*.

Longe de querer entrar numa discussão de qual seriam, então, as práticas jornalísticas mais válidas “por si mesmas”, realizo essa crítica com o intuito de tentar analisar as práticas que se deram (e se dão) fora dos parâmetros estabelecidos no modelo de empresa – ainda que com ele apresentem diversas relações – sem estabelecer como base de análise esse mesmo modelo de referência, uma vez que isso só nos levaria a considerar o jornalismo universalista empresarial como “centro”. As demais experiências poderiam acabar descritas como “adicionais”, seja por seu alcance de público limitado ou pelo conteúdo mais circunscrito (de qualquer forma, implica certa desvalorização). Não me interessa, portanto, proceder nesse tipo de classificação. O modelo “centro” + “adicionais” pode ser útil para se pensar a dominância de certas práticas sobre outras e suas diferenças, mas pode também apresentar o risco de não mais se conseguir analisar o que não é centro sem ter sempre como referência esse centro, que de certa forma seria um reforço dessa mesma dominância.

(...) há uma particularidade na imprensa negra: ela não reproduz nas suas páginas esta dinâmica da sociedade abrangente. Muito raramente há referências a esses fatos. Ela é fundamentalmente uma imprensa setorializada, ou, como a caracteriza Bastide, apoiado nos norte-americanos, uma imprensa adicional. Queremos dizer com isto que os leitores dos jornais dos negros, para se informarem dos acontecimentos nacionais e/ou internacionais que não se referem ao problema do negro, tinham de recorrer à imprensa **branca**, ou seja, à denominada grande imprensa. É um fenômeno singular, especialmente em São Paulo (MOURA, 2002, p. 9, grifo do autor)

O que não é dito, no entanto, é que, se qualquer pessoa quisesse saber de acontecimentos nacionais e internacionais que diziam respeito à situação e aos interesses do negro na sociedade, tampouco encontraria tal conteúdo na “imprensa branca”. Na revisão deste capítulo fica claro que a produção de conteúdo com enfoque de público específico foi

uma escolha editorial *consciente* dos jornais das imprensas negra e operária, baseada na percepção de uma lacuna na grande imprensa, e na ideia de atingir e falar por uma população específica, mais do que tratar de um tema específico, como seria o caso de se escolher falar de esportes, moda, finanças – enfoques estes, a meu ver, setorizados. O fato de que não se chama a imprensa local de setORIZADA, apesar desta também se voltar a um público específico e não dar conta de todos os assuntos nacionais, a não ser alguns pinçados como mais relevantes, chama atenção para essa questão.

Classificaram a imprensa negra como uma imprensa adicional uma vez que, segundo suas análises, as informações veiculadas restringiam-se à população negra. Segundo eles, os jornais desta imprensa não traziam informações a respeito dos *grandes* acontecimentos no Brasil ou no mundo. Em outras palavras, minimizaram o lugar destes periódicos no processo de constituição de identidades e formas de resistência. (SANTOS, P. 2007, p. 13, grifo do autor)

A ironia de Santos ao frisar o argumento dos “*grandes* acontecimentos” explicita algo importante: talvez ver a imprensa negra como adicional seja julgá-la a partir dos parâmetros de uma imprensa que se diz universal, no sentido de falar pra todos – mas que de fato não o é, vide a resposta que imprensa negra contrapõe a uma lacuna identificada justamente nessa imprensa comercial. Penso aqui na possibilidade de que classificar essas imprensas de adicionais ou setORIZADAS nos livra de ter que pensar como elas se encaixam ou não na definição de jornalismo que temos, ou de considerar as relações complexas que podem ser estabelecidas a partir da análise do funcionamento efetivo dessas iniciativas.

Os jornalistas negros não estavam isolados ou imunes aos apelos da sociedade, como nos sugeriu Roger Bastide ao definir imprensa negra como “[...] a imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação dos fatos relativos à classe da gente de cor”. Para ele, as publicações dos negros eram no máximo uma “imprensa adicional” que se somava às informações veiculadas nos grandes jornais. Bastide não dedicou o tempo necessário para perceber melhor como se deram as interlocuções entre os jornalistas negros e os seus leitores, e como eles utilizaram a seu favor o aprendizado adquirido no trabalho na “grande imprensa”. Muitos negros trabalharam nas oficinas e redações dos grandes jornais, eles divulgaram muitas das suas atividades culturais e festivas nesses órgãos, no que eram maneiras de se sentirem parte daquele universo, além de se afirmarem como grupos organizados. (SANTOS, 2011a, p. 137)

As descrições na seção inicial dão conta de uma prática jornalística baseada no modelo de empresa, com: hierarquia vertical e divisão de funções; maquinário e produção industrial; caráter de negócio e objetivo de lucro; proprietários de famílias financeiramente abastadas; apoio de políticos; relação de concorrência econômica com os veículos semelhantes; que

baseia sua produção em um discurso de imparcialidade e verdade, falando a todos sem distinção e cobrindo os assuntos que seriam os mais importantes para qualquer indivíduo do povo, agindo portanto como seu defensor e intermediário.

Observando as características elencadas na revisão das imprensas negra e operária, podemos tentar descrever outro agenciamento de prática jornalística: iniciativas que surgem e se desenvolvem fortemente ligadas a uma população, classe ou territorialidade, enraizamento que se estende dos assuntos escolhidos até sua forma de sustento; objetivos de emancipação e integração na sociedade através de contraposição de narrativas, conscientização, educação, denúncia, e difusão de informações relevantes ao seu contexto; produzido por indivíduos dessa população ou classe em esquema mais cooperativo e menos hierárquico, com maior espaço para participação de pessoas externas ao grupo oficial de redatores; produção artesanal, com baixa tiragem e pouco pessoal; sustentação financeira das atividades por meio da ideia de “causa”, tanto de seus produtores quanto de seu público; relação de cooperação, republicação, interlocução ou críticas aos veículos semelhantes; discurso de constituição de coletividades e identidades, de integração e ao mesmo tempo crítica à sociedade. Muitas dessas características, como veremos a seguir, ecoam nas falas dos integrantes dos coletivos estudados neste trabalho.

O que procurei apontar neste capítulo foi a possibilidade de que o que é considerado norma profissional no jornalismo tenha se constituído principalmente no contexto das empresas de mídia, e procurar entender que processos e relações estariam envolvidos nessa construção. Parece razoável argumentar que a partir de certo momento histórico esse discurso de jornalismo ganha proeminência em relação a outras formas de produção, e que tomar essa definição como base pode afetar como se vê o passado da atividade. Pode-se ainda avançar nessa abordagem. Mas para os fins deste trabalho, o movimento de inspiração genealógica que proponho é o de colocar em questão a obviedade de algumas formulações, a naturalidade de que essas imprensas “outras” sejam um pequeno trecho da história da imprensa, para então retomar o caráter de disputa na constituição mesma das regras desse jornalismo convencional, e perceber como essas regras operam hoje, de maneiras análogas ou atualizadas.

4 - TOMANDO PARTE PELAS MARGENS

Entre as iniciativas aqui analisadas, a *Agência Mural* e o *Periferia em Movimento* (com o adendo da Escola de Jornalismo da *Énois*), em comum têm principalmente o gatilho para sua origem: uma crítica com relação à cobertura seletiva e estereotipada que a mídia comercial faz das periferias de São Paulo, e uma tomada de ação para produzir um jornalismo que sirva como força de desconstrução de mais uma desigualdade, no caso, midiática ou informacional. Apesar de haver certamente outros pontos em comum – que são explorados na síntese final – nas descrições a seguir se demonstra que, mesmo partindo de missões muito próximas, foram diversas as maneiras como se constituíram, organizaram, produziram, conseguiram recursos, ensinaram, interagiram com seus públicos, com parceiros e com a mídia. Antes de partir para o que de geral podemos pensar analisando o trabalho desses grupos, descrevê-los e percebê-los individualmente nos mostra diferentes formas de se fazer o jornalismo nesses termos.

Escolhi como instrumento as entrevistas em grupo semiestruturada pois, sendo o meu enfoque a maneira de organização dos veículos em diferentes dimensões (e não propriamente uma análise do conteúdo produzido), a melhor forma de conseguir essas informações seria falando com seus membros, pois a maioria delas não se encontra disponível nos sites. Conversei com os grupos, e não com membros individualmente, primeiro por ser mais viável para uma pesquisa de mestrado com tempo limitado (diminuindo, inclusive, a possibilidade de repetições nas falas dos participantes), e depois porque assim teria acesso a um discurso construído coletivamente, podendo ser imediatamente complementado ou contestado, tendo a vantagem da diversidade de olhares sobre seu próprio trabalho.

A pesquisa começou com enfoque na Rede de Jornalistas das Periferias, com a qual primeiro tive contato, e que à época era constituída por 13 coletivos de comunicação. Trabalhei acompanhando esses grupos por alguns meses mas, dado o amplo espectro de atuação da rede, e o curto tempo para uma pesquisa que os analisasse todos, fiz um recorte que comportasse aqueles que, além de veículos produtores de jornalismo, tivessem as formações e oficinas de jornalismo como ação importante e frequente/periódica. Escolhi esse recorte por conta de quatro percepções, ou hipóteses: que as formações poderiam ser portas de entrada para novos membros, garantindo a continuidade e renovação do grupo; que fossem uma nova prática de interação com o público; que os jornalistas tivessem uma maior elaboração discursiva de sua prática, por conta da transmissão da mesma por meio de cursos;

e que o acesso a certas posições na sociedade, como o jornalista enquanto produtor de narrativas sobre a realidade social, seria um ponto central do discurso de motivação de cada um dos coletivos, o ensino sendo, portanto, parte importante de sua atuação. Nesse recorte escolhi três coletivos, os dois aqui estudados e o portal *Desenrola e Não me Enrola*, que acabou não sendo incluído devido a questões de agenda do grupo no período estabelecido para realização das entrevistas.

Para o trabalho de campo, após acompanhar as produções dos coletivos selecionados nos sites e redes sociais, fui para São Paulo entrevistar os grupos no período de 13 a 19 de agosto de 2018. O roteiro de entrevista (Apêndice B) foi um guia de perguntas baseadas em focos de interesse: o funcionamento do grupo (que inclui constituição, gestão interna e formas de financiamento); as lógicas empregadas no trabalho editorial (ou seja, aquilo que diz respeito à criação de pautas, escolha de fontes, apuração e narração/texto); as interações com o público (que envolve desde noções de circulação do conteúdo até engajamento de leitores por diversas vias); as formações (questões sobre organização e objetivos das oficinas, mais sua possível relação com a entrada de novos membros na equipe); e por fim as percepções sobre o jornalismo (o que é o jornalismo, diferenças entre o jornalismo que fazem e aquele das mídias comerciais e também o uso dos valores profissionais hegemônicos na atividade).

As conversas ocorreram sem que se fizesse necessário realizar todas as perguntas, pois as temáticas eram evocadas em conexão umas com as outras. As perguntas sobre a gestão levantavam pontos sobre o financiamento, que levantavam pontos sobre as práticas editoriais, que levantavam pontos sobre o público – reforçando nosso argumento de que uma dimensão está invariavelmente ligada à outra. O não acompanhamento estrito das perguntas previamente formuladas permitiu também uma abertura para que a conversa chegasse em pontos não previstos no roteiro mas igualmente relevantes. Não se trata aqui somente do que a pesquisadora considera importante perguntar, mas também daquilo que o grupo considerou importante expor.

Participaram das entrevistas: no caso da *Énois*, três pessoas de uma equipe de sete; na *Agência Mural*, as seis pessoas à época estabelecidas como equipe organizacional fixa de um grupo que incluía ainda cerca de 80 correspondentes locais; no *Periferia em Movimento*, todos os quatro integrantes da equipe fixa (Tabela 2). Foram, em média 2h, por entrevista. Por não haver necessidade de identificação dos entrevistados, optei pela anonimização das fontes, no formato “fonte + n^o”.

Tabela 2 – Informações de perfil das fontes entrevistadas

Fonte	Idade	Gênero	Cor ou Raça	Escolaridade	Atividade profissional principal	Renda proveniente do trabalho
<i>(Agência Mural)</i>						
Fonte 1	27 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Jornalismo)	Jornalista	1 a 5 salários mínimos
Fonte 2	28 anos	Masc.	Pardo	Ensino Superior (Jornalismo / cursando História)	Jornalista	5 a 10 salários mínimos
Fonte 3	34 anos	Fem.	Parda	Pós-Graduação (Mbc comunicação e mídia)	Jornalista/ Editora Institucional	5 a 10 salários mínimos
Fonte 4	27 anos	Fem.	Preta	Ensino Superior (Publicidade e Propaganda)	Diretor	5 a 10 salários mínimos
Fonte 5	35 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Secretariado/ Jornalismo); Pós-Graduação (Mídia, Informação e Cultura)	Jornalista	1 a 5 salários mínimos
Fonte 6	30 anos	Fem.	Outra	Ensino Superior (Jornalismo)	Editora	5 a 10 salários mínimos
<i>(Periferia em Movimento)</i>						
Fonte 7	31 anos	Masc.	Branco	Ensino Superior (Jornalismo); Pós-Graduação	—	1 a 5 salários mínimos
Fonte 8	33 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Jornalismo); Pós-Graduação	Jornalista	1 a 5 salários mínimos
Fonte 9	18 anos	Fem.	Preta	Ensino Superior (Letras)	Jornalista	Até 1 salário mínimo
Fonte 10	20 anos	Masc.	Preto	Ensino Médio	Jornalista	1 a 5 salários mínimos
<i>(Énois)</i>						
Fonte 11	37 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Jornalismo); Pós-Graduação	Jornalista e empresária	5 a 10 salários mínimos
Fonte 12	35 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Jornalismo); Pós-Graduação	Jornalista	5 a 10 salários mínimos
Fonte 13	20 anos	Fem.	Branca	Ensino Superior (Ciências Econômicas)	Administrativo financeiro	1 a 5 salários mínimos

As entrevistas foram complementadas com informações publicadas nos sites de cada veículo, principalmente as linhas do tempo de constituição destes, datas que não costumam aparecer com tanta clareza e precisão nas falas dos integrantes. Depois de transcritas, as entrevistas foram trabalhadas segundo as dimensões da governança – editorial, de circulação e

engajamento, de sustentabilidade e de gestão, divisão que estrutura toda a análise a seguir. Informações descritas em uma das dimensões são por vezes abordadas novamente em outras, não por redundância, mas dado o caráter de sobreposição de um aspecto a outro.

Agência Mural de Jornalismo das Periferias

O que veio depois a ser a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* começou com uma formação de jornalismo de Bruno Garcez, repórter da BBC, em sua bolsa do International Center for Journalists (ICFJ), curso que foi desenvolvido na sede da Folha de S. Paulo em 2010. No blog que à época abrigava as produções realizadas no curso⁸⁰, Garcez descreve o objetivo do projeto: formar uma rede de “correspondentes comunitários” que pudessem oferecer, na produção colaborativa de conteúdo, uma “visão de dentro” que não entra em pauta na grande mídia. Com os correspondentes, objetivava-se impulsionar a criação de núcleos geradores de notícias nas periferias de São Paulo, o Mural servindo como o “(...) nó unificador desta rede, viabilizando a articulação com diferentes agentes, quer sejam representantes da grande mídia, quer sejam os próprios jornalistas cidadãos.”. Ponto inicial de uma história que alcança hoje quase dez anos, o projeto delineia a ideia abstrata que depois toma ares de concretude, desenvolvida pelos correspondentes que, após o fim do curso, decidiram viabilizar o trabalho.

Fonte 4: (...) o Bruno veio pra cá, ele trabalhava na BBC de Londres, ele veio pra cá no *fellow* dele, pra dar esse curso, e ele veio pra dar o curso e voltar, assim. E aí ele juntou mais ou menos umas sessenta pessoas, em três turmas, e essas pessoas, quando ele foi embora, essas pessoas ficaram meio órfãs, assim, meio tipo... precisamos fazer alguma coisa. Né, tipo... então acabou o curso, né, essa formação de... jornalismo hiperlocal, que ele falava, o curso era muito com olhar na grande mídia, então a gente... toda a formação era olhando pros jornais pra ver onde a gente se encontrava no jornal, (...) construindo um olhar crítico sobre aquela cobertura. E quando acabou isso, e ele falou gente... vou embora, a gente ficou assim putz, precisamos fazer alguma coisa. E durante o curso a gente fez um blog no Wordpress, pra começar a escrever algumas coisinhas, fazer os exercícios que ele passava, e aí falou putz, não, a gente precisa continuar escrevendo, a gente precisa juntar esses conteúdos pra mostrar pra imprensa que a gente tem.

Ao fim do curso, como contam os jornalistas na entrevista, cerca de quarenta participantes quiseram continuar o trabalho. A maioria já tinha ligação com coletivos de comunicação ou cultura dos lugares onde moravam. Através de uma articulação com Izabela Moi, jornalista na *Folha de S. Paulo*, surge o blog Mural no fim de novembro de 2010, hospedado no site do jornal.

80 <https://muralbrasil.wordpress.com/sobre/> Acesso em: 22 jun. 2019.

Gestão:

O grupo passa por diferentes momentos, desde sua formação, no que diz respeito à organização e gestão do trabalho. Falas na entrevista dão conta de um desenvolvimento “natural”, em que em conjunto percebem o tipo de estrutura adequada para o trabalho que querem fazer, em relação aos recursos disponíveis, e ajustam essa estrutura ao longo do tempo, com distribuição de funções com base em afinidade e viabilidade de trabalho para cada um.

Fonte 1: Então tudo foi acontecendo de forma muito de forma independente e natural.

Fonte 1: Eu acho interessante dizer que o desenvolvimento, assim, foi muito natural porque a gente começou a produzir esse conteúdo, e a gente começou a olhar pro grupo e ver como que a gente se organizava né (...)

Fonte 2: E aí foi surgindo essa comissão editorial que tá aí até hoje. Mas foi meio que natural, são os próprios muralistas que passaram a assumir a edição.

Fonte 2: Quanto ao que a gente faz eu acho que realmente, o formato de organização, e que se deu como a [Fonte 3] falou, meio que muito naturalmente, porque... essa questão também dos... da comissão, e dessa hierarquia que a gente meio que formou, ela muito se deu também por quem tinha tempo disponível, queria tá fazendo mais coisas.

Em um primeiro momento, com os participantes que permaneceram da formação inicial, o grupo produz conteúdo para publicação do blog na *Folha*, material que é recebido e editado por Izabela Moi, jornalista no veículo. Apesar desse intermédio, a equipe da *Agência Mural* afirma que o trabalho da equipe foi editorialmente independente desde o início, o que dá a entender que consideraram a jornalista como parte da equipe (efetivamente, no quadro atual postado no site ela aparece como uma de três diretores executivos). Dizem nunca terem sofrido interferência da *Folha* com relação ao conteúdo das reportagens publicadas.

O trabalho dos correspondentes é remoto, cada um produz de sua localidade e a conversa que orienta o processo de produção é feita virtualmente, com mensagens e e-mails. O planejamento é feito através de uma agenda coletiva, através da qual os correpondentes ficam cientes de quando devem entregar as matérias, mantendo assim um fluxo constante de publicação. O grupo realiza reuniões presenciais mensais, para discutir aspectos técnicos do trabalho e os rumos do projeto. Eventualmente, com a intensificação da produção, alguns dos muralistas passam também a exercer a função de editores, formando o que depois se consolidaria como uma comissão editorial.

Fonte 3: Então, era esse grupo de quarenta pessoas, tinha a Izabela Moi que ficava na Folha, depois um dos muralistas foram trabalhar na Folha também... acho que dois, né, o Leandro, a Tatiane... e aí eles apoiavam ela nessa parte de edição dos textos. Porque até então a gente encaminhava as pautas, elas eram aprovadas, aí ia o texto pra editar, tinha toda essa...

Pesquisadora: Ah tá, ela que fazia essa parte de edição de todos os textos que iam pro blog.

Fonte 3: ...isso. E a gente fazia organização de... tinha uma agenda, que era... publica né, assim, pra gente ali dos correspondentes, e a gente agendava quando ia entrar essa matéria. Então cê tinha o compromisso de mandar a matéria até um dia antes pra dar tempo de editar e entrar.

Pesq.: Mas aí quem publicava era a mesma pessoa que fez a matéria? Ou era...

Fonte 3: Não, quem publicava era a Izabela.

Fonte 2: E pouco a pouco os próprios muralistas foram assumindo esse papel de edição, então... como era muita coisa, a Iza foi chamando uma pessoa, foi puxando o outro, e aí... essa comissão de editores foi nascendo meio que assim. Porque conforme tinha necessidade, o Leandro tinha entrado na Folha, começou a ajudar a Iza. Depois conforme a gente foi vendo que, é... quem fazia bons textos, quem sabia, foi chamando. E aí foi surgindo essa comissão editorial que tá aí até hoje.⁸¹

Um segundo momento da organização do grupo é desenvolvido com o uso de comissões para cada função. Na medida em que a jornalista Izabela Moi sai aos poucos da edição, dando lugar a uma comissão editorial formada pelos próprios muralistas, a equipe divide também o restante do trabalho em outras quatro comissões: de revisão, de foto, de vídeo e de redes sociais. Continua o trabalho dos correspondentes em cada bairro, o contato constante via espaços virtuais e as reuniões presenciais mensais, mas o grupo estabelece uma estrutura que dá base para a passagem de blog Mural para a *Agência Mural*, o que ocorre em novembro de 2015⁸². Em 2016 estabelecem parceria com a Rede Nossa São Paulo para realizar um projeto financiado pela Ford Foundation. O projeto é a cobertura jornalística das trinta e duas prefeituras regionais de São Paulo, sendo portanto chamado de *32xSP*. Uma equipe (chamada na entrevista de “equipe de *freela*”) da agência produz o conteúdo, sendo formada por um editor, dois repórteres e um designer.

Com relação à entrada de novos membros, estes são selecionados ao menos uma vez por ano, através de um processo que inclui a indicação de alguém que já faz parte da equipe, seguida por entrevista e avaliação da produção de texto do candidato. Além de aspectos técnicos se avalia também motivação para a participação e identificação com o bairro onde

81 A jornalista Izabela Moi comenta esse processo em matéria no blog do Knight Center: “‘Construímos alguns processos para facilitar o trabalho, mas no começo eu passava mais de 3 horas por dia respondendo a e-mails e orientando os muralistas. Fomos construindo nossos princípios de reportagem. Apesar da maioria ser estudante de jornalismo, eu precisava garantir a qualidade das pautas e mantinha uma exigência de editora da Folha de S. Paulo’, contou Izabela. ‘Fiquei três anos a frente do operacional do texto. Quando eu sai do jornal, em 2012, escolhemos seis muralistas que já haviam desenvolvido um olhar de editor e montamos o conselho editorial do blog.’”.

<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-16445-agencia-de-jornalismo-reune-jovens-e-propoe-novo-olhar-para-cobertura-da-periferia-de-> Acesso em: 22 jun. 2019.

82 <https://www.agenciamura.org.br/nasce-a-agencia-mural-de-jornalismo-das-periferias/> Acesso em: 22 jun. 2019.

mora. A única vez em que realizaram uma chamada universal foi em 2017, ano em que receberam mais de 700 inscrições. Chegaram à conclusão de que era necessária a criação de filtros para seleção, uma vez que o aumento do interesse de participação impede a lógica de entrada no início dos trabalhos, em que era mais fácil acolher todos que manifestassem interesse e engajamento.

Fonte 2: É que nas primeiras seleções, como não eram tantas pessoas, meio que dava pra abraçar todo mundo que mandava, praticamente todo mundo, no começo. Então, tipo, na minha, foram vinte pessoas, acho, só. Daí tipo, os vinte entraram. Depois começou a mudar, e aí quando a gente abriu pra mais pessoas, começou a ter que ter um filtro, e ver quem... acabar selecionando com base no que mandava de texto, no que mandava também sobre porque queria entrar no Mural. Porque às vezes a galera tinha muito essa confusão que o [Fonte 4] comentou no começo, tinha gente que achava que era a Folha. Então, não é a Folha, então tinha que explicar isso, era ter identificação com o seu bairro, com sua região, então isso tudo a gente analisava na hora de tá selecionando mais gente.

Pesq.: Uhum. E aí hoje, ativamente, assim... eu sei que cês tiveram um crescimento recente, né. Era quarenta e deve ter o que, agora?

Fonte 3: Nós tínhamos cinquenta correspondentes, cinquenta e três, e agora nós temos em torno de oitenta.

(...)

Fonte 3: É que assim, essas pessoas, desde o começo tem uma galera que foi ficando, acho que... alguns foram saindo, então assim, desde o início, acho... eu não tenho um número, acho que a gente não tem esse número, né. De quantos já passaram pela Mural.

Fonte 1: A gente precisa fazer esse levantamento, inclusive.

Fonte 3: Mas é algo que...

Fonte 2: Quantos passaram na agência... a gente não fez uma estimativa?

Fonte 4: Acho que não.

Fonte 3: Então assim, tem alguns que saem, porque né, ah, arrumou outro trabalho, foi viajar, ou... questões pessoais mesmo. Mas a gente tem uma galera aí bem fixa, assim

(...)

Fonte 3: E aí em julho, por exemplo, a gente tava com cerca de quarenta... e aí chegaram mais cinquenta mas ficaram uns doze. Então assim, tem uma seleção natural, assim, conforme né, vai passando, a galera se identifica, fica ou não.

O terceiro momento que identifico aqui, em termos de gestão, é o que estava colocado em prática na época da entrevista. Com cerca de 80 membros, a Agência é formalizada juridicamente como associação sem fins lucrativos em 2017, com a ajuda de um financiamento coletivo realizado para pagar o custo dessa transição. Recebe então um financiamento do programa de jornalismo independente da Open Society Foundations em 2018, voltado não a um projeto, mas à manutenção e ao desenvolvimento da própria Agência. Com esses recursos lançam um site próprio, para ampliar a cobertura já publicada no blog da *Folha* e no *32xSP*, e conseguem remunerar uma equipe fixa para trabalhar em todas as atividades de suporte à produção jornalística, em tempo integral. Com isso, as comissões que antes realizavam as funções “dão um passo atrás” para que a equipe remunerada assuma, tendo como áreas: edição (2), redes sociais (1), organizacional (1), projetos (1), distribuição e

codireção executiva (1)⁸³. Essa equipe recebe salário fixo para trabalhar em tempo integral, enquanto os demais correspondentes recebem por matéria, que produzem “no tempo livre”. O que diferencia o trabalho dos correspondentes de simplesmente ser *freelancer* é o pertencimento ao grupo, que inclui a participação na tomada de decisões, nas formações coletivas e a realização eventual de funções de forma voluntária.

Fonte 4: (...) Hoje essa equipe é a equipe *full time* na Agência. Toda essa outra galera que tava no dia a dia ainda continua ajudando a gente, a Izabela também tá no emprego dela, não conseguiu sair do emprego dela pra vir pra cá, continua no emprego mas tá no dia a dia ajudando a gente a fazer a Agência crescer. Só que no dia a dia, tipo, de segunda a sexta, na produção e tudo o mais, é esse time que a gente conseguiu financiamento pra que essa galera trabalhasse.

Uma questão muito presente, nesse contexto de organização da produção, é a vontade de manter horizontalidade na gestão frente às dificuldades impostas por um grande grupo. A equipe fixa não tem intenção de se tornar uma cúpula que controla as decisões, mas um grupo de cerca de 80 pessoas trabalhando remotamente impõe desafios nesse sentido:

Fonte 2: (...) E como a gente tem todas essas ações, esses projetos em andamento, a reunião também é muito importante nisso de explicar o que que tá acontecendo, e a reunião a gente cobra muito a presença do pessoal porque todas as decisões a gente tenta tomar nesse...

Pesq.: Presencial.

Fonte 2: Presencial. Então por mais que tenha toda essa conversa durante a semana online, todos esses... essas várias ações que tão acontecendo, a gente tenta que as decisões sejam tomadas como um grupo participando, que todo mundo vote. Então a gente coloca isso muito claro. Se quer discordar e tal, é importante que seja na reunião, porque é o momento da gente definir os rumos do projeto, definir os rumos do Mural.

(...)

Fonte 1: É, eu acho que o maior desafio é cuidar desse grupo, né. Porque é muito grande. Então... agora a [Fonte 3] tá fazendo esse trabalho mais próximo de observar quem é que tá ativamente, respondendo emails, participando nas reuniões. E a gente tá agora mais ainda pensando como, com esses novos processos, com essa equipe fixa, com as oportunidades que vão chegando, como fazer com que todo mundo participe, continue participando das tomadas de decisão, e ajudando a gente a construir mesmo, porque que até agora a gente construiu isso em conjunto, né.

Pesq.: Vocês não querem fazer uma cúpula, digamos, que toma as decisões, e a galera no trabalho...

Fonte 1: Não. Tanto que tem um grupo que fazia parte da comissão editorial no dia a dia antes, que na época nós éramos uns... chegamos a ser oito né, só nessa comissão.

Fonte 2: Dez.

83 Em entrevista para o site Projeto Draft em março de 2019, um dos diretores executivos relata que essa configuração foi revista depois, e a equipe contratada aumentou para 13 pessoas, por uma necessidade de incluir profissionais ligados à área de administração: “A maior dificuldade que esse grupo encontrou para criar a Agência Mural foram as questões burocráticas, segundo Anderson. Com uma linha editorial bem definida e já com boa reputação no mercado, o problema não estava em criar produtos editoriais e nem mesmo em vender a ideia ou as pautas, mas em administrar tudo isso. Entre os erros cometidos por inexperiência, ele conta que, assim que receberam o aporte da Open Society, contrataram cinco jornalistas e só na hora de fazer os pagamentos perceberam que não tinham ninguém para organizar e estruturar a parte financeira. ‘Normalmente, a comunicação é a última coisa em que as empresas pensam. No nosso caso, foi a administração. Fazemos muito bem nosso conteúdo e toda a parte de trás fica um pouco caótica.’ Diagnosticado o problema, eles foram buscar ajuda de profissionais mais ligados a área administrativa e também capacitação com cursos no Sebrae para gerenciar uma estrutura que não é pequena.” Disponível em: <https://projetodraft.com/aqui-a-periferia-e-o-centro-do-negocio-como-a-agencia-mural-evoluuiu-de-blog-para-agencia-de-noticias/> Acesso em: 23 jul. 2019.

Fonte 1: Que eram os editores, que no dia a dia, cada um ficava um dia da semana, aprovando pauta, e... fazendo as coisas acontecerem, e eles continuam, a gente chama de GT né, que é esse grupo maior que fica pensando na agência no dia a dia, e que a gente como essa equipe fixa continua sempre puxando, pra que eles continuem dando palpite, tal, até pela experiência que a gente construiu juntos esses anos todos, né.

Editorial:

O desenvolvimento editorial do veículo começa na reflexão e crítica voltada à cobertura da imprensa tradicional sobre as periferias de São Paulo. Essa reflexão acontece no curso ministrado pelo jornalista Bruno Garcez, em que buscavam ver onde e como apareciam as periferias nos jornais, mas se estende ainda hoje à prática editorial cotidiana. É percebendo a lacuna e os estereótipos existentes na imprensa comercial que se constroi a motivação para mostrar, tanto para a imprensa quanto para o público em geral, que “periferia” envolve mais do que o que é mostrado, usualmente, nessa mídia.

Fonte 1: (...) Tanto que é por isso que a gente nunca cobriu violência, e não cobre até hoje, porque a gente quer desconstruir essa imagem de violência...

Pesq.: Tem uma pegada mais positiva, assim. Não positiva, mas...

Fonte 1: É, a gente tem serviço também, a gente fala quando tem alguma coisa de errado...

Fonte 2: Fala dos problemas da região...

Fonte 1: ... a gente fala dos problemas, mas a gente não quer abordar só o que todo mundo tá acostumado a ver, que é o Datena batendo porta...

Pesq.: Claro. A criminalidade...

Fonte 2: É.

A missão da Agência é sintetizada, no site, como “(...) minimizar as lacunas de informação e contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre as periferias da Grande São Paulo”. A partir da fala dos entrevistados podemos detalhar os objetivos em alguns pontos complementares: (1) preencher lacuna de informação na grande mídia; (2) desconstruir estereótipos e mostrar a diversidade das periferias; (3) contar histórias que existem na periferia e ninguém conta (pontos citados foram a efervescência cultural, o empreendedorismo, a cooperação e solidariedade dos moradores uns com os outros e para melhorar o bairro); (4) disponibilizar informações para cobrar que as situações relatadas melhorem, e para “que a periferia seja encarada como parte da cidade”; (5) pautar a grande mídia (dizem ter formado uma agência, não apenas um veículo, para ajudar outros jornalistas a chegarem também “nas bordas”).

Fonte 4: É.. outra fala da missão, eu lembro muito do nosso começo lá. Porque quando a gente fala que nossa missão é cobrir essa lacuna, é pra mostrar pras pessoas que a periferia faz parte da cidade.

Quando eu falo nosso começo, é que a gente fazia um olhar crítico sobre o jornal Folha de São Paulo [ironia]...

[risos]

Fonte 4: ...a gente olhava pro jornal Folha de São Paulo, e a gente olhava lá, e falava "que São Paulo é essa, né?". Que o jornal Folha de São Paulo cobre. Normalmente é... ou quando a gente pegava o Guia da Folha. Que São Paulo é essa? É a região central. Tipo, vai falar das coisas da região central. E não mostrava, tipo, a gente não se via retratado num jornal chamado Folha de São Paulo. Não é Folha de São Paulo, é a Folha do Centro de São Paulo. Então o nosso... a nossa missão é falar sobre as periferias e colocar as periferias nessa grande mídia como um todo.

As matérias produzidas pelo grupo tratam daquilo que faz parte da vida dos bairros, questões de infraestrutura, agenda cultural, iniciativas dos moradores, etc., à exceção da criminalidade e violência, que entendem já encontrar espaço suficiente em outros veículos⁸⁴. As pautas surgem por aquilo que se encontra na região do correspondente (“(...) o bairro influencia o que você vai encontrar” – Fonte 5), sendo nesse sentido um pilar editorial do veículo que os repórteres sejam moradores dos bairros dos quais falam.

Fonte 3: É, mas a gente encontra as nossas pautas porque a gente tá lá. E vai e busca né, não é uma coisa que vem até nós.

Fonte 5: E quando é pauta de problema, ela vai pegar no seu calo.

[risos]

Fonte 5: É correio que não entrega em determinada rua...

Pesq.: É, tá... você vive isso, né.

Fonte 5: Você vive. A pauta, pelo menos essas de problema, chegam muito dessa forma, assim, como personagem. E aí você olha ao redor e vê, não está acontecendo só comigo. Você vê o vizinho, você vê mais pessoas, aí... mobilizar pra dar visibilidade àquela questão.

Fonte 3: O morador leva três horas pra chegar no trabalho, aí estuda, aí leva mais três pra voltar. A gente também passa por isso.

A presença de um correspondente constantemente na região, e não um repórter que se desloca até lá somente em ocasiões excepcionais, tem a vantagem de construir um acompanhamento mais efetivo das questões do bairro:

Fonte 5: É, a... Expo Mural, que teve agora, foi na Jova Rural. E... eu participo desde 2011, então quando a gente montou o mural com quinze matérias, eu achei muito interessante que algumas eu tinha duas, três matérias de um mesmo lugar ou de um mesmo assunto, tipo um antes e depois. Então a obra da fábrica de cultura antes de inaugurar, depois de inaugurada. É... matérias, duas matérias que saíram sobre uma obra atrasada que tá lá de uma UBS, que inclusive vai fazer dois anos de atraso agora na sexta-feira... várias coisas assim, encontrar e olhar aquilo, caramba, antes, durante, depois, tipo... você começa a acompanhar uma coisa por anos, você vai vendo o desenrolar. Então, tipo, recentemente teve um acidente de ônibus em que as grandes... Record, a Globo foram lá e deram o acidente. O que que eu

84 Izabela Moi comenta, em matéria no blog do Knight Center, que a passagem de agenda cultural e conteúdos majoritariamente positivos, em certo sentido, para retratar também os problemas das regiões, foi uma virada editorial importante para o grupo: “Eu dizia que eles tinham que ver o bairro com um olhar crítico e fazer as matérias com um olhar de correspondente mesmo, e eles questionavam 'como vamos falar mal do bairro que a gente mora?' Quando eles entenderam que poderiam reportar sobre o bairro sem cair na dicotomia ‘ame ou deixe-o’, quando colocaram o foco na informação, o processo virou.” <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-16445-agencia-de-jornalismo-reune-jovens-e-propoe-novo-olhar-para-cobertura-da-periferia-de-> Acesso em: Junho de 2019.

consegui fazer de diferente? Eu tinha feito um texto anterior de um acidente de 2012. Então quando eu falei do acidente agora, eu contextualizei que foi no mesmo lugar, a mesma rua, a mesma linha de ônibus, então... eu consegui trazer uma profundidade que outros lugares não deram.

Fonte 4: Mas estar nas pontas das cidades é isso. Não é a gente sair da redação, do centro de São Paulo, porque se a gente pegar todas as redações da cidade de São Paulo, ela tá da ponte pra cá. Então a Folha, o Estadão, a Globo, El País, todos tão da ponte pra cá. Não é sair da ponte, atravessar a ponte, ir lá, cobrir e voltar. Não. É morar. É vivenciar. É as pessoas conhecer. Então esse tête-a-tête com o morador, eu acho que é o nosso grande diferencial pra cobrir a cidade como um todo.

O morador, assim, torna-se fonte prioritária na produção jornalística. O grupo entende como imprescindível ouvir as pessoas que vivem as situações no seu cotidiano. Seguindo o protocolo jornalístico, ouvem também as “fontes oficiais”, representantes do governo, por exemplo. Mas percebem na imprensa comercial a falta de atenção às pessoas, o que faria com que a maior parte do público não se identifique com a cobertura, e tentam suprir essa falta.

Fonte 3: eu vejo que a gente tem muito só fonte oficial, que a gente não busca... é algo que a gente sempre procura trazer esse lado dos moradores. Se você vai fazer uma matéria de educação, é ouvir o estudante também, não é só, ah, o Ministro da Educação, não é só, diretor, professor que tá ali no dia a dia, o pai e a mãe que tá ali também... são diversas vozes que a gente precisa ouvir pra fazer uma... um relato real, uma história real ali, e a necessidade, também, pra que as outras pessoas se identifiquem. Porque às vezes eu acho que o jornalismo, o que peca, é que nem todo mundo se vê ali, se encontra, né. Então ele acaba se perdendo, fica com o público ali muito específico.

Os moradores não são tomados como grupo homogêneo, mas como uma “diversidade de vozes” que representa um desafio para a cobertura, tanto editorialmente (como retratar nas matérias) quanto como público (dificuldade de se alcançar). Nesse contexto, tomam cuidado para retratar e dialogar com essa diversidade, não deixando que seus posicionamentos pessoais os impeçam de mostrar, nas reportagens, posicionamentos diferentes.

Fonte 1: (...) A gente fez uma matéria na época do impeachment da Dilma com uma família, foi [inaudível], quem fez?

[três falam ao mesmo tempo citando nomes e funções]

Fonte 1: A gente foi na casa de uma família, de um pai e de um filho, que um era contra o outro era a favor, acompanhar eles no dia da votação, lá, né. E entrevistou os dois lados, um contra e outro a favor. Então, mostrar isso, de tipo, de que na periferia tem os dois lados, e não simplesmente colocar que a gente é contra o impeachment da Dilma, e afirmar que é um golpe e tal não sei o quê... a gente prefere trazer essa diversidade desse olhar e mostrar que tipo... a gente pode analisar de fato e decidir no que a gente quer acreditar, né? Então...

Pesq.: E a pessoa que é contra pode ler vocês também.

Fonte 1: Exato. Então eu sempre uso esse exemplo porque acho ele muito bom, de como a gente tenta mostrar realmente essa diversidade, e não só ficar falando, porque nós [ênfase] talvez aqui pessoalmente [ênfase], como grupo, a gente tem determinadas preferências sim, mas a gente não quer impor essas preferências, entendeu? Como jornalistas a gente quer informar e mostrar os lados e as pessoas decidirem.

A diversidade aparece também na constituição da equipe: os diferentes olhares trazidos por cada correspondente são valorizados como algo que traz mais qualidade à

cobertura (“Então por isso que a gente tem esses múltiplos olhares também, tipo, não são.. não é um jornalista cobrindo vários locais. É cobrindo o que ele tá vivendo ali” – Fonte 4). A Agência sendo um espaço formativo, aqueles que entendem a proposta de valorização do território passam a olhar mais para o próprio entorno e entender seu bairro de maneira mais aprofundada (“(...) é sempre esse espaço onde ele pode aprender, mesmo. Tanto sobre o próprio bairro, a própria história... né, que a gente acaba incentivando, tem muito muralista que começa com a gente e não olhava tanto pro seu bairro, entendeu?” – Fonte 1).

Os que não entendem a proposta “não permanecem naturalmente” – de certa forma, essa identificação é um fator de permanência: “(...) aqueles que vêm e não têm essa forma-esse olhar mais crítico, mas entendem a proposta, ele costuma se desenvolver e entender e trabalhar com a gente pra lutar por esse espaço, mesmo, na imprensa” (Fonte 1). Não à toa, como observado na seção sobre gestão, são considerados filtros de avaliação na seleção de novos membros a motivação para fazer parte do grupo e a identificação com seu bairro/região.

Em termos de produção, desde a criação do blog foram publicadas “mais de 2200 histórias inéditas sobre 36 distritos e 17 cidades da Grande São Paulo”⁸⁵. Tanto o blog na Folha quanto o site da Agência dividem o material pelas regiões da cidade, facilitando o acesso específico de seus moradores. Cada correspondente, ao entrar no grupo, assume o compromisso de produzir no mínimo uma reportagem a cada dois meses para continuar participando, o que garante um fluxo de produção de cerca de 40 conteúdos por mês (levando em conta os posts no Guia da Folha, matérias no blog e no site do 32xSP, notas e vídeos em redes sociais). O conteúdo produzido foi também republicado em outros veículos, como a *Carta Capital* (matérias do 32xSP), ou site de parceiros como o Global Voices.

As reuniões mensais presenciais, além de espaço de discussão e decisão do grupo, servem também como reunião de pauta, e seu formato muda acompanhando o desenvolvimento da estrutura do grupo. Antes da formação da equipe fixa, esses encontros eram bastante abertos “pras pessoas falarem sobre o que estava acontecendo nas suas regiões e o que era legal” (Fonte 2), onde se percebiam ou não similaridades entre diferentes regiões. Dessas conversas surgiam ideias para pautas coletivas ou individuais, que eram desenvolvidas depois via comunicação online, ou guardadas para serem usadas em outro momento. Com a definição da equipe fixa e designação de alguém responsável por pensar a parte organizacional do grupo, planejam realizar as reuniões de outra forma, propondo dinâmicas

85 Informação presente na página do financiamento recorrente no Catarse.

sobre temas específicos (como a saúde nos bairros, por exemplo), para tentar trazer para a cobertura uma visão mais geral e estruturada entre regiões (“trazer o macro pro micro” – Fonte 6).

As pautas não surgem somente em reunião, sendo enviadas à comissão editorial também no dia a dia, antes por e-mail, agora por um formulário específico. Os editores respondem com *feedback*, dão dicas e orientações, aprovam ou não. Deixam, na medida do possível, o texto livre para a criatividade do muralista, mas cobram qualidade. Além de trocas entre editores e muralistas, as trocas entre muralistas acontecem, mas vão se tornando mais difíceis devido ao processo de produção necessário a um grupo cada vez maior.

Os encontros presenciais podem funcionar como formações, que acontecem às vezes com convidados externos, como profissionais da imprensa. A Agência também conta com o que chamam de “mentores”: profissionais de áreas específicas, jornalistas de outros veículos que apoiam o projeto e são chamados ocasionalmente para contribuir com a produção ou as discussões⁸⁶.

Com relação às perspectivas levantadas a partir da pergunta “Para vocês, o que é o jornalismo?”, algumas são comuns ao discurso usual da profissão, incluindo informar, explicar e ajudar a conhecer a sociedade em que vivemos, contribuir para o senso crítico e para o debate, contar histórias que ainda não foram contadas, escutar todos os lados. Chamam a atenção, porém, dois dos aspectos destacados, que se relacionam com os objetivos e a constituição da Agência: a importância de que as pessoas se identifiquem com o que é produzido e a necessidade de ampliar as vozes que são ouvidas no jornalismo.

Fonte 2: Trabalhar a informação com as pessoas e tentar que isso tenha algum significado importante pra elas.

Fonte 3: (...) Então acho que o papel do jornalismo é esse. Ele conseguir informar esse público, e que ele se identifique, pra que busque mais informações sobre o que é de interesse pra ele.

Fonte 5: Pensando nisso... o jornalismo de hoje é a história de amanhã, né. Então quando a gente olha pra história, pro passado, quais as vozes que a gente vê, que a gente ouve, as vozes que não eram ouvidas, as vozes que a gente tenta ampliar hoje, é... e que ainda tem um longo trabalho pela frente.

A participação como um dos adotantes iniciais do Projeto Credibilidade (The Trust Project, em inglês)⁸⁷, que conta com 19 veículos no Brasil, é citada como afirmação do

86 <https://www.agenciamural.org.br/mentores/> Acesso em: junho de 2019

87 <https://www.agenciamural.org.br/agencia-mural-adere-ao-credibilidade/> Acesso em: 22 jun. 2019. O The Trust Project é um projeto organizado para desenvolver parâmetros de transparência a partir dos quais o público possa facilmente verificar a qualidade e credibilidade de portais de jornalismo na internet. Os parâmetros, seguidos então por um consórcio de veículos jornalísticos, incluem disponibilizar certas

cuidado com a qualidade do jornalismo que produzem (“Porque a gente quer mostrar que a gente tá fazendo um bom jornalismo. E ponto. E um bom jornalismo é... tem todas as nossas regras lá” – Fonte 4), e da adequação da Agência aos padrões requeridos no consórcio global, que inclui veículos grandes, como *The Washington Post*, *El País* e, no Brasil, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, entre outros. É também por preocupação com a credibilidade que rejeitam a denominação de jornalismo ativista:

Fonte 4: Eu acho que o lance de credibilidade é um dos pontos mais importantes, assim, ética e tudo o mais. Quando, muita gente vem perguntar pra Agência Mural se a gente é jornalista ativista, se a gente é jornalismo local, hiperlocal, se é jornalismo em rede, o que a gente é? A gente só fala que a gente é... jornalista. E a gente faz um bom jornalismo. Então todas as nossas técnicas de apuração, de ouvir os dois lados, de ouvir o órgão público sobre aquilo, é... todas as nossas técnicas de proteção de informações das nossas fontes, e tudo o mais, a gente toma muito cuidado. Por quê? Porque a gente quer fazer um bom jornalismo. A gente não quer fazer um jornalismo só pro ativismo e tudo o mais. Acaba, lá, no fundo, a gente acaba sendo ativistas por alguma forma, mas a gente não quer se tratar assim. Por quê? Porque a gente quer mostrar a credibilidade do que é o jornalismo em si. A gente fazer um bom jornalismo também é cuidar do que é o jornalismo. Do que é o jornalismo como um todo. Tipo, a gente checar todas as fontes, não disseminar as fake news e tudo o mais, é a gente cuidar do jornalismo pra que a agência mural tenha credibilidade, né, pra que nossos correspondentes também tenham credibilidade, porque como a gente trabalha em rede, a ideia é que cada muralista, cada correspondente, na sua ponta, também seja um hub dentro da sua própria comunidade.

A ideia de “hub” dentro da comunidade demonstra que o papel dos correspondentes seria mais do que simplesmente reportar, mas ser alguém na região que pode receber e disseminar informações para que ela seja ouvida, reconhecida, e que seus problemas sejam resolvidos (“Então, tipo, as pessoas na Jova Rural vão ver a [Fonte 5] como uma jornalista que vai ajudar a Jova Rural a crescer, a disseminar informações” – Fonte 4). Percebem, também, que quando há cobertura adequada das questões nos bairros, frequentemente há algum tipo de retorno para resolução dos problemas (pelo poder público, por exemplo), sendo esse também um dos objetivos que motivam essa cobertura:

Fonte 4: (...) Então a gente precisa falar, e colocar a periferia como parte da cidade. Enxergar a periferia como parte da cidade. Então é... a nossa missão sempre foi essa. A gente só conseguiu escrever muito bem agora recentemente, né, tá bonitinho. Mas sempre foi essa. Então a gente fala sim, do buraco na rua, a gente fala do poste que foi feito fora da calçada, no meio da rua, a gente fala dos problemas... porque a gente precisa, ajuda a resolver, também, é outra coisa que a gente... vários problemas que a gente colocou, né, em pauta, foi resolvido depois. A gente fez um especial, que subiu ontem, que é sobre as obras do CEU, da cidade de São Paulo, que é o Centro de Educação Unificada, quatorze obras estão paradas. Já há duas gestões da prefeitura. E a gente fez um baita especial, subiu ontem. A gente sabe que a gente vai ter retorno disso. Ainda mais agora que a gente tá em época de eleição. Então a gente tem cumprido um pouco dessa nossa missão, sabe, de que é isso, de que a periferia faz parte da cidade. A gente só quer... mostrar.

informações sobre o veículo (como financiamento e missão), os jornalistas, as fontes, os métodos das reportagens, o esforço para incluir diversidade de vozes, etc.

Sustentabilidade:

Quando do início da publicação de conteúdo no blog hospedado no site da *Folha de S. Paulo*, o trabalho é inteiramente voluntário. O espaço é concedido em troca de conteúdo exclusivo, mas as matérias não eram, à época, remuneradas: inicialmente um contrato de cessão de direitos, somente após dois ou três anos os correspondentes passam a receber por algo do que produzem. A entrada na agenda cultural do Guia da Folha começa já com remuneração, a partir de janeiro de 2014. Porém, recebem somente os muralistas que escrevem as matérias (esquema tipo *freelancer*), não quem faz as funções de apoio (edição, revisão, publicação, mídias sociais, etc.), de forma que ao trabalhar nessas funções, o fazem ainda voluntariamente.

Fonte 4: (...) E aí quando a gente começou a ganhar o primeiro dinheiro, foi assim: o jornalista que produziu o conteúdo ganhava o direito autoral daquele conteúdo. Só que quem editava o conteúdo não ganhava, quem revisava não ganhava, quem cuidava das redes sociais não ganhava... né. Então toda essa estrutura atrás não ganhava nada. Então tava todo mundo produzindo pra ajudar. Pra ajudar a sair o conteúdo. E aí a gente meio começou a discutir sobre a organização da Agência Mural. Da gente se transformar, realmente, em uma empresa, pra conseguir fundos, pra que toda essa organização de... cuidar dos novos jornalistas, então a gente tem uma parte de educação, que quando entram novos muralistas a gente fazia um processo de formação deles também, pra entrar, de cuidar... então toda essa estrutura por trás não tava ganhando. Então a gente queria montar essa estrutura.

Em 2015 recebem financiamento da Ford Foundation, mas se tratava de um projeto específico, não de um apoio para a operação como um todo (“(...) a Ford Foundation veio, querendo montar um projeto muito específico, não queria patrocinar a gente.”). A equipe, dentro da Agência, responsável pela produção de conteúdo do *32xSP* é paga para produzir reportagens sobre as prefeituras regionais, enquanto a Rede Nossa São Paulo trata da gestão dos recursos, uma vez que o veículo não possuía base jurídica nem equipe financeira para tanto. Alguns muralistas de fora dessa equipe colaboram esporadicamente, recebendo por matéria publicada.

O esquema de remuneração se relaciona também com a discussão sobre a estrutura, como se percebe no trecho acima, com a conclusão de que deveriam se organizar de maneira que todos recebessem pelo trabalho realizado. A ideia da forma de empresa surge na necessidade de captação de recursos, não tendo sido base inicial da operação. Acabam por formalizar a Agência como associação sem fins lucrativos, com os recursos de um financiamento coletivo realizado em 2017 em que conseguiram 288 doações – a grande maioria vinda de São Paulo, mas cerca de dez do Rio de Janeiro e 28 de outras cidades –

totalizando R\$ 31.594, destinados para os custos de registro e manutenção de CNPJ, além de suporte contábil por 24 meses⁸⁸. A segunda experiência em financiamento coletivo se deu em 2018, dessa vez para bancar um livro-reportagem em quadrinhos sobre futebol feminino de várzea, chamado Minas da Várzea, e arrecadou R\$ 5.414 (apoiado por 140 pessoas)⁸⁹.

Os recursos da Open Society Foundations, através de seu programa de jornalismo independente⁹⁰, entram a partir de junho de 2018, financiando a equipe fixa e lançamento do novo site. A financiamento é de \$ 100.000,00 por um ano, podendo ainda ser renovado uma vez⁹¹. Esse apoio visa oferecer uma base financeira temporária para que o veículo tenha condições de viabilizar uma estrutura sustentável a longo prazo. A maior parte dos muralistas continua recebendo por reportagem, e produzindo “no tempo livre” – é interessante notar, porém, que a participação na Agência potencialmente abre oportunidades de emprego em veículos maiores, como a própria *Folha* ou o *Catraca Livre*, por se tratar de um espaço formativo (“Tem muita gente boa que já passou pela Agência, e que tá em veículos grandes hoje.” – Fonte 1).

Além do apoio de fundações, a Agência Mural também recebeu apoio governamental para projeto específico, caso do Guia de Empregos das Periferias, selecionado em 2018 no programa VaiTec (Programa de Desenvolvimento de Iniciativas Tecnológicas), da Prefeitura de São Paulo, para desenvolvimento da plataforma. Segundo o próprio site: “Os projetos contemplados receberão durante dez meses mentoria, formação empreendedora, networking, espaço de trabalho compartilhado e apoio financeiro de até R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) por empreendimento”⁹². O projeto foi descontinuado em 2019 por não ter alcançado “sua própria estabilidade financeira”⁹³.

As oficinas e formações em escolas e universidades servem a um só tempo como projeto de relacionamento com público e fonte de renda, com algumas delas sendo remuneradas de acordo com horas de aula (como as oficinas do Mural nas Universidades). O grupo também investe recursos nessas formações, oferecendo incentivos para produção de reportagens como no programa Acontece nas Escolas, em que os estudantes de ensino médio

88 https://www.catarse.me/agenciamural?ref=user_contributed Acesso em: 22 jun. 2019.

89 https://www.catarse.me/minasdavarzea?ref=user_contributed Acesso em: 22 jun. 2019.

90 <https://www.opensocietyfoundations.org/what-we-do/themes/journalism> Acesso em: 22 jun. 2019.

91 Informação em entrevista com um dos diretores da agência no site Projeto Draft. Disponível em: <https://projetodraft.com/aqui-a-periferia-e-o-centro-do-negocio-como-a-agencia-mural-evoluuiu-de-blog-para-agencia-de-noticias/> Acesso em: 23 jul. 2019.

92 <https://www.agenciamural.org.br/gep-e-selecionado-no-vai-tec/> Acesso em: 22 jun. 2019.

93 <https://www.agenciamural.org.br/guia-de-emprego-das-periferias/> Acesso em: 22 jun. 2019.

selecionados para contar histórias relacionadas ao contexto escolar receberiam uma bolsa de R\$ 600,00, além do apoio de um mentor, para realização do trabalho.

Em março de 2019 o grupo abriu campanha de financiamento recorrente no Catarse, com três opções de apoio: Vizinha(o), mínimo de R\$ 5,00 mensais; Amiga(o), mínimo de R\$ 15,00 mensais; e Irmã(o), mínimo de R\$ 50,00 mensais. No momento da escrita desse trabalho, a arrecadação era de R\$ 825,00 mensais, 16% da meta de R\$ 5.000,00, apoiada por 69 pessoas⁹⁴.

Dessa forma, podemos ver que as fontes de renda do grupo são várias, incluindo: financiamento de fundações, editais de incentivo do governo, produção jornalística publicada em veículos parceiros, produção de conteúdo customizado, oficinas/formações e, mais recentemente, financiamento coletivo recorrente⁹⁵. O esforço para manter a produção com recursos poucos ou temporários/instáveis exige de quem participa um sentido de contribuição a uma causa mas, ao mesmo tempo, não é de interesse dos membros realizar as funções de maneira voluntária: buscam sempre que os participantes venham a ser remunerados adequadamente pelo trabalho.

Circulação e Engajamento:

Em termos de público, a *Agência Mural* apresenta um objetivo de alcance duplo: por um lado ocupar a grande mídia, pautar seu conteúdo e desconstruir estereótipos a partir da construção de outra narrativa sobre as periferias; e por outro, falar com, e trabalhar para, os próprios moradores dessas comunidades. Por terem iniciado seu trabalho e publicação na *Folha de S. Paulo*, percebem que em sua origem falavam mais com um público que não é o da periferia, mas que era importante alcançar esses veículos com tal abordagem. Sendo a imprensa tradicional aquela que mais tem alcance de público, além de credibilidade perante a população, o processo de desconstrução de estereótipos passa, necessariamente, por ela. Com isso, pautar essa imprensa é, também, atingir a missão à qual se propõem.

Fonte 4: Não um veículo apenas. Né, então, a gente tem um veículo, que é o site da agência, mas a ideia é a gente ter uma agência mesmo e ajudar a esses veículos também chegarem lá nas bordas. E aí, (...) é olhar esses, sei lá, oito anos da Agência Mural, como isso mudou. Como a Folha enxerga, não só a Folha, mas os outros veículos começaram a enxergar a periferia. Tem várias pautas, que a gente

94 https://www.catarse.me/periferias?ref=user_contributed Acesso em: 27 jun. 2019.

95 Um dos diretores da agência relata, em entrevista no site Projeto Draft, um faturamento de R\$ 758.000,00 no conjunto total em 2018. Disponível em: <https://projetodraft.com/aqui-a-periferia-e-o-centro-do-negocio-como-a-agencia-mural-evoluio-de-blog-para-agencia-de-noticias/> Acesso em: 23 jul. 2019.

consegue trazer vários exemplos aqui, que foi a Agência Mural que colocou no radar, e depois vários outros veículos... Record, Bandeirantes, Gazeta, a própria Rede Globo... veio depois. Buscar essas pautas. Porque a gente meio que deu esse start. E a própria Folha de São Paulo, por a gente ter essa proximidade, o tempo todo a gente consegue vender pauta pro impresso, pra ter mais visibilidade... a gente consegue ter essa presença na área. Então é um pouco do que a gente tá conseguindo atingir a nossa missão em si, né.

(...)

Fonte 4: (...) nosso olhar é colocar a periferia como pauta. E aí não importa onde. A gente sabe que hoje é a grande mídia. E vai demorar...

Fonte 3: Porque quem é que chega, né...

Fonte 4: ...e a minha humilde opinião também é: a grande mídia vai dominar por um bom tempo. Que na periferia a gente vê, por exemplo, minha mãe só se informa pela TV.

(...)

Fonte 4: Então a minha mãe só se informa, só vai saber sobre a cidade de São Paulo, assistindo SPTV. Que é o único jornal da cidade de São Paulo que fala sobre a cidade, assim, diversos assuntos. Né. Porque se eu pegar o... Brasil Urgente, o SBRecord, é só violência. Então a grande mídia que chega pra minha mãe, e pra grande parte das nossas mães aqui, é a TV.

Nos últimos anos, porém, intensificam a ideia de alcançar os moradores, que identificam com eles mesmos e suas famílias, gerando uma representação com o conteúdo produzido – principalmente agora que contam com apoio financeiro para desenvolver sua estrutura e projetos próprios.

Fonte 2: É que a [Fonte 6] coloca uma coisa que é importante, e que talvez a gente ainda não tenha conseguido, que é alcançar tipo, a nossa mãe, alcançar o nosso pai. Alcançar a galera que é da periferia e que não é exatamente esse carinho da internet e tal, mas que é importante também, porque faz parte. A gente discute muito que a periferia, ela é uma diversidade de vozes, de pessoas, de uma série de coisas. E chegar em todos esses meios é uma tarefa difícil, e principalmente quem não tá tanto na internet. Então a questão é justamente ampliar. A gente adora que tenha muitos jovens, que tenha estudantes, que tenha pessoas que tenham uma ideia legal sobre a região, mas abrigar cada vez mais desse público, é o caminho que a gente tá fazendo, e a Expo Mural é importante nisso.

Fonte 1: É fato que pelo fato de a gente ter começado pela... com um blog na Folha de São Paulo, o nosso público não começou sendo... a gente, né.

Vários: Uhum.

Fonte 1: Começou sendo essa galera classe A, classe B, que não conhece, e que justamente a gente trabalhou pra desconstruir estereótipos.

(...)

Fonte 1: Enfim. Então a gente começou, obviamente, com esse público, né. Por causa do blog. Então agora, a gente tá há um tempo, e tá aprofundando cada vez mais, pra alcançar esse outro pessoal que a [Fonte 6] sempre puxa, que somos nós mesmos, que são os nossos pais, né. Porque... porque é importante o que a gente faz, de mostrar e de desconstruir, mas o jornal ele é um pouco mais elitista mesmo, né. E é impor- e agora a gente tá, já que a gente já consolidou um público, digamos assim, do outro lado, a gente pode agora trabalhar pra nós mesmos, né. Pra galera se ver nesse espaço. É que eu acho que com a TV o impacto é muito maior, né, quando a gente consegue isso... no jornal isso é um pouco diferente, o caminho.

Nota-se aqui a relevância conferida a se ter alcançado e consolidado um público “do outro lado”: a visibilidade e alcance que a relação com a *Folha de S. Paulo* proporciona (além do espaço para desenvolver essa outra narrativa), apesar de significar estar afastado da própria periferia, significa também a potencial abertura de oportunidades, como o financiamento por

fundações, que por sua vez pode bancar o “trabalhar pra nós mesmos” (Fonte 1). Outra questão é de plataforma: a distribuição via internet, que facilita a produção por apresentar custos mais baixos que outros meios, não necessariamente significa uma maior difusão, sendo a televisão a que tem mais alcance, ainda, em seu público. Embora consigam ser acessados por um público mais jovem e “conectado”, chegar em outras faixas etárias se apresenta como um desafio.

Uma das maneiras que o grupo encontrou de, aos poucos, desenvolver capilaridade nos bairros onde há muralistas é o projeto Expo Mural, que começa a acontecer em maio de 2014⁹⁶. Trata-se de uma exposição itinerária, um estande organizado pelo correspondente local e mais dois ou três da equipe, em que apresentam aos moradores as reportagens já publicadas sobre a região e procuram saber as demandas de informação deles, além de destacar a importância de que haja uma cobertura efetiva ali (“A gente tenta mostrar que isso é importante pro dia a dia dele” – Fonte 2). Esses pequenos eventos acabam por reunir diversos aspectos importantes: divulgação do trabalho da Agência, visibilidade do correspondente (para que seja entendido enquanto aquele que se deve buscar), conscientização midiática, engajamento e vínculo com a comunidade (que são ao mesmo tempo público e fontes), além de pesquisa sobre demandas (que podem resultar em pautas, mas não só). O projeto seria expandir esses encontros, o que ainda não conseguiram viabilizar.

Fonte 4: É, assim, acho que a participação é... que eu falei antes da nossa rede, né. A nossa rede, e... a gente tem uma questão, que é, quando algum muralista vem, a gente não tem questão didática e tudo o mais mas ele precisa morar ou ter um relação com o bairro periférico, né, já ter tido relação... porque a gente acredita que ele, lá, ele vai ser esse contato com a fonte. Vai conseguir andar na rua e descobrir uma pauta...

Fonte 5: As pessoas vão vir atrás de você. Você começa... as pessoas mandam mensagem, olha, tá acontecendo tal coisa. Você vira um catalizador.

Fonte 4: Ele realmente é um correspondente daquele bairro, né. Até quando a gente foi falar, criou o termo correspondente, é isso. Ele é correspondente daquele bairro, e as pessoas vão ver ele como um correspondente, né, de comunicação, pra falar sobre aquele bairro. As coisas boas e as coisas ruins que acontecem. A gente tem muito... muitas ideias pra Expo Mural, por exemplo, de ser uma grande reunião de pauta em cada bairro, né, hoje a gente não consegue porque é isso, muita coisa acontecendo.

No geral, os comentários em redes sociais não são relevantes em termos de participação mais aprofundada, com geração de diálogo ou debate. A equipe relata raramente receber comentários agressivos e, observando-se a página no Facebook (25,803 seguidores)⁹⁷, por exemplo, a maioria se trata de comentários únicos (sem desenvolvimento de conversas): elogios/aprovação ao conteúdo, marcações de amigos que possam se interessar pela matéria,

96 <https://www.agenciamural.org.br/projetos/expo/> Acesso em: 23 jun. 2019.

97 <https://www.facebook.com/agenciamural/> Acesso em: 9 jul. 2019.

ou ainda opiniões/reações com relação aos problemas relatados, como irritação com a negligência do governo. As curtidas em postagens, nas mais recentes, vão de 10 a 40 em cada, com algumas obtendo mais alcance, de 80 a 100 curtidas. No Instagram (5.522 seguidores)⁹⁸ o número é um pouco maior, diversas postagens alcançando mais de 100 curtidas, com destaque para os vídeos, de 300 a 600 visualizações cada um.

Espaço forte de interação são as *lives* no Facebook: com o nome “Rolê na Quebrada”, o programa semanal transmitido ao vivo começou como agenda dos eventos culturais nas periferias. Após analisarem que havia também acesso de espectadores de fora de São Paulo perceberam que poderia haver espaço ali para desenvolver outros conteúdos, e decidiram trazer convidados: poetas, músicos, artistas, para apresentarem seus trabalhos e serem entrevistados.

Fonte 4: (...) E daí a gente começou a fazer... trazer convidados, então... tipo gente que recita poema... mais música, assim. Porque aí não fica só o serviço, assim, mas também tem uma atração, aí o cara fala da trajetória dele na periferia... e daí todos os artistas são das periferias, e tudo o mais. Então, e aí tem bastante comentário, tipo, a galera participa, faz pergunta, manda salve, manda beijo...

[risos]

Fonte 4: A galera gosta de participar, assim. Às vezes manda vídeo, manda foto. É um momento em que as pessoas participam é essa ferramenta que é a transmissão ao vivo no Facebook.

Dados de audiência são informações ainda não muito exploradas pelo grupo. Com relação ao blog da *Folha*, dizem não ter acesso aos dados de tráfego, somente números totais. Na época da entrevista o uso do site próprio ainda era muito recente, não sendo possível reunir dados consolidados e não tendo ainda sido colocado em pleno funcionamento. Os dados de audiência do Facebook mostram predominância de um grupo mais jovem (20 a 30 anos), 60% feminino e cerca de 90% proveniente de São Paulo. Ainda sobre acesso, uma questão específica do trabalho que fazem é a necessária fragmentação do público, o que dificulta sua aferição e entendimento do tráfego. A escolha editorial recente de buscar conexões temáticas entre os bairros (preservando suas diferenças) trabalha também com a vontade de estruturar e articular as coberturas:

Fonte 2: A gente tem uma ques- uma coisa também que é... a gente faz muitas matérias sobre cada local, né. Então às vezes a audiência de cada matéria às vezes é muito específica. Então você tem a matéria sobre Osasco não necessariamente vai ser lida por quem é de Guaianases... o pessoal de Guaianases que tá lendo sobre Guaianases às vezes voltam no blog às vezes não... então cada matéria tem a sua característica muito específica nas redes e no blog, no site.

Pesq.: Até por isso cês tão, é... Você falou que tava fazendo uma sistematização por temas, também. Tem um interesse também de ver o que que dá uma visão mais ampla, também.

98 <https://www.instagram.com/agenciamural/?hl=pt-br> Acesso em: 9 jul. 2019.

Fonte 6: É, a ideia é trazer o macro pro micro.

Pesq.: Uhum. Porque é um jornalismo local né, mas o local não se explica por si só.

Fonte 6: Isso, como que, sei lá, a gente pode falar sobre o problema da educação na primeira infância, que é um tema gigantesco, mas trazendo os problemas dum...

Pesq.: Concretos, né.

Fonte 6: Isso, de um hiperlocal. Então, essa é a nossa ideia.

Além da Expo Mural, o grupo desenvolve ainda outros projetos de relacionamento e engajamento. O Mural nas Escolas acontece desde 2014 e começa como um espaço, utilizando da conexão que alguns dos correspondentes mantinham com suas antigas escolas, de dar visibilidade a carreiras “invisíveis” para os estudantes do Ensino Médio da rede pública⁹⁹. Com o tempo os encontros e oficinas de muralistas com alunos passam a abordar a educação midiática, conscientizando sobre o papel e funcionamento do jornalismo, e a importância deste para a participação cidadã na cidade, além da apresentação do trabalho da Agência nas periferias. O Acontece nas Escolas é um programa de bolsa dentro desse projeto, que oferece a possibilidade que os estudantes recebam para experimentar a profissão de jornalista relatando questões de suas próprias escolas, através disso entendendo melhor o processo de produção de notícias. Exemplos de reportagens produzidas são: “Aluno monta e doa computador para colega acompanhar aulas on-line”; “Sem funcionários, professores e alunos fazem limpeza de escola em SP”; “Para ensinar geografia, educador cria o Quebrada Maps em Guaianases”; “O dia em que encontrei uma larva na merenda”.

O Mural nas Universidades, por sua vez, envolve cursos e palestras sobre a cobertura jornalística das periferias nos cursos superiores de jornalismo. Essa aproximação, que envolve discussões sobre jornalismo hiperlocal e relato das experiências dos muralistas, visa incentivar a criticidade sobre a cobertura da imprensa comercial, justamente no lugar de formação de prováveis futuros jornalistas. Apontam atraso nos cursos de jornalismo nas universidades, que costumavam ensinar o padrão de jornal impresso tradicional e nos últimos tempos têm tentado alcançar aspectos desse novo contexto de comunicação, particularmente os que envolvem tecnologia. Mas a percepção, pelo retorno que recebem de estudantes e novos correspondentes com essa formação, é de que algo do que era bom antes, como leitura e escrita, está se perdendo:

Fonte 2: É, eu não sei como tá hoje também, a questão nas universidades, mas eu sinto que quando eu tava estudando era muito formado pra... com a cabeça do que é o jornalzinho tradicional, e tal. Então tipo... aí fica muito diferente do que a gente faz. Que é aquela coisa, vai ter um chefe, vai ter aquela hierarquia muito específica, então você vai ser submetido a tantas pessoas, e tal, você vai ter não sei quantas matérias por dia pra entregar no deadline. Então você tinha um formato de aprender pra esse

99 <https://www.agenciamural.org.br/projetos/muralnasescolas/> Acesso em: 23 jun. 2019.

formato, meio um pouco industrial... claro que tem exceções, teve muita coisa diferente que eu aprendi na universidade mas acho que a linha geral...

Pesq.: O padrão...

Fonte 2: ...o padrão era pensado um pouco nisso. E aí hoje eu não posso saber, não tenho como opinar sobre como tá agora, sinto que mudou bastante por conta das redes sociais também, então isso fez com que todo mundo tivesse que se virar e aprender novas ferramentas. E acho que algo que tá se perdendo um pouco nessa mudança é questão de leitura e escrita tá um pouco complicado... a impressão que a gente tem tido de quem a gente recebe das universidades. É... essas mudanças às vezes faz com que você se perca um pouco no que era antigo e era bom, sem assimilar o que é bom e ótimo e tal...

Pesq.: ...que seriam as técnicas...?

Fonte 2: É as técnicas, algumas...

Pesq.: ...de apuração, de escrita?

Fonte 2: É. Algumas técnicas, não sei. Tem essa impressão de que está se perdendo um pouco isso, nesse aprendizado.

Outro projeto do grupo com relação ao público é uma ideia de serviço baseado em necessidades das periferias: o Guia de Emprego das Periferias. Percebendo que muitos dos moradores enfrentavam longos deslocamentos até o local de trabalho, perdendo horas do dia nesse transporte, o objetivo da plataforma era de mapear e divulgar ofertas de trabalho nas regiões (capital paulista e Grande São Paulo), para que os moradores fossem contratados localmente. Porém, mesmo sendo contemplada pelo VaiTec, tendo contado com 1.245 vagas e 20.385 pessoas cadastradas, encerrou seu funcionamento em 2019 por questões de sustentabilidade.

Os financiamentos coletivos, tanto os pontuais quando o recorrente, se apoiam em uma relação de mobilização e causa: pedem que os apoiadores financiem por acreditar naquilo que o grupo se propõe a fazer (“Contribua para nos ajudar a minimizar as lacunas de informação na Grande São Paulo e para desconstruir estereótipos sobre as periferias da área metropolitana”), como é comum em diversos veículos da mídia independente. De forma que a promessa de engajamento e relacionamento do veículo com seus públicos é decisivo, também, na sua sustentabilidade a longo prazo.

Como último ponto dessa descrição, destaco a participação na Rede Jornalistas das Periferias e a função que o grupo confere a ela. Na entrevista, logo após argumentar que a grande imprensa ainda é predominante, e assim o será ainda por muito tempo, segue a percepção de que esse contexto tende a mudar lentamente, com o crescimento de um público mais presente nos meios digitais, onde se desenvolvem “outros jeitos de se comunicar”.

Fonte 6: E é um processo lento, né.

Fonte 4: É um processo lento. Só pra pontuar também, a gente acredita que sim, que a gente vai se fortalecer, pequeninhos, pra virar grande. E aí uma das ações que a gente tem, é, a gente faz parte de uma rede que chama Rede de Jornalistas das Periferias...

Pesq.: É, eu cheguei em vocês pela rede, na verdade.

Fonte 4: É, que vários outros veículos fazem. Então que a gente, a gente não tem um objetivo em comum, assim, tipo... se você for falar o que que é a rede, o que que a rede vai fazer. Não, a gente só tem... a gente só tá próximo porque a gente quer ser grande. Então, todo mundo, pra se ajudar e..

Fonte 6: E todo mundo fala das periferias né, tem esse relação.

A Rede Jornalistas das Periferias surge como uma rede de ajuda mútua entre os coletivos/veículos, incluindo a possibilidade de coberturas colaborativas, desenvolvimento conjunto de projetos, além do compartilhamento coordenado do conteúdo produzido em cada coletivo. A reunião de diversos grupos dá maior visibilidade ao trabalho de cada um individualmente, e reforça a ideia de diversidade das periferias, uma vez que os enfoques e formatos do trabalho são diversos. Apesar de organizarem um conjunto, afirmam que a rede não seria mais um grupo, acima dos demais:

Pesq.: Mas a cooperação de fato acontece, tipo, às vezes vocês... eu vi que vocês compartilham uns aos outros, bastante, assim.

Fonte 4: Sim. A gente, é... a gente sim, acontece... por exemplo, a rede tá fazendo, por exemplo... a rede não, alguns veículos. A rede não faz nada, em si. A rede ela é um grupo de jornalistas...

Pesq.: A Virada não foi a rede que fez? Ou foi...

Fonte 4: É, foi, foi. Mas assim, a gente não fala que foi a rede que fez. Foi os grupos que estão na rede que montaram.

Pesq.: Não gostam muito da ideia de uma entidade supra-....

Fonte 4: É... a gente tá lá, a gente tem um grupo no Whatsapp, a gente tem grupo, uma página no Facebook. Mas a ideia é que os grupos... então, por exemplo, tem um projeto que a gente tá falando sobre, que é um projeto de comunicação pra uma instituição sobre as periferias, chama... é... Às Margens. Às Margens São Paulo. São quatro veículos da Rede de Jornalistas produzindo esse conteúdo, produzindo vídeo e tudo o mais. Então não é toda a rede, não é todos os veículos, mas são quatro veículos desses da rede...

Pesq.: E é publicado no site dos respectivos.

Fonte 4: Nos respectivos, é. E a rede ajuda compartilhando, porque a gente acredita no conteúdo em si. Então a gente não acredita na ideia de mais uma entidade, porque a gente também não tem tempo pra cuidar de mais uma entidade...

[risos]

Fonte 4: Maas, a gente também tá em rede. Pra também se ajudar.

Um objetivo, ainda não plenamente implementado, é de desenvolver espaços formativos entre os coletivos, em que os participantes compartilhem e deem oficinas sobre aspectos e temas com os quais têm maior familiaridade, tanto para os membros dos grupos quanto para outros comunicadores/jornalistas das periferias. Exemplos citados são formações sobre jornalismo de dados e a Lei de Acesso à Informação. A coletividade aparece aqui como imprescindível para a continuidade e o crescimento das iniciativas (“Mas pra que a gente consiga tem que ser todo mundo junto, entendeu?” – Fonte 4).

Periferia em Movimento

Partindo da mesma contestação aos estereótipos com que se retrata as periferias na imprensa tradicional que move também outras iniciativas do gênero, o Periferia em Movimento surge a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso realizado por três estudantes do curso de Jornalismo da Universidade de Santo Amaro (UNISA), em 2009 (SILVA; CARNEIRO; BORGES, 2009). O trabalho, um documentário chamado “Grajaú na Construção da Paz”, trata da criação em 2000 e realização anual de um encontro da região, o “Evento pela Paz”, que tem como objetivo ocupar os espaços públicos com manifestações culturais¹⁰⁰.

Além do documentário os jornalistas criaram também, à época, um blog para publicar materiais relacionados à sua produção, incluindo bastidores e dados da pesquisa científica. É a partir dessa plataforma, depois migrada para um site próprio¹⁰¹, que passam a realizar uma cobertura de iniciativas culturais e sociais na região identificada como “Extremo Sul de São Paulo”, que inclui Grajaú, Parelheiros, Marsilac e Cidade Dutra. Apesar de localizar sua cobertura no sul geográfico da cidade, a missão do grupo envolve produzir “Informação dos extremos ao centro”, no sentido de que esta não fique restrita à região da qual parte, mas influencie também a discussão e os imaginários que envolvem as periferias e o centro.

(...) a Periferia em Movimento tem como **missão** fazer um jornalismo sobre, para e a partir das periferias, em nossa complexidade, para ocupar espaços que sempre nos negaram e garantir o acesso a direitos.

Como **visão** almejamos que nossos familiares, amigos e vizinhos se reconheçam em nosso trampo e se percebam pertencentes da cidade, para que assim possamos construir um projeto de poder popular a partir das margens.

Nossos **valores** circulam em caminhar ao lado dos nossos nos territórios, com representatividade, empatia, equidade, horizontalidade e sem negociar direitos, com saúde física, emocional e financeira.¹⁰²

Gestão:

A estruturação da equipe de trabalho e seus processos se relaciona com sua formação enquanto coletivo de mídia. Fortemente vinculado às iniciativas culturais e sociais das periferias ao sul de São Paulo, entendendo-as como agentes que se encontram à frente da luta pela garantia de direitos, o trabalho do grupo começa com coberturas colaborativas dos

100 Trailer do documentário: https://www.youtube.com/watch?v=18_rBFvFGcI Acesso em: 22 jun. 2019.

101 <http://periferiaemmovimento.com.br> Acesso em: 22 jun. 2019.

102 <http://periferiaemmovimento.com.br/quem-somos/> Acesso em: 22 jun. 2019.

eventos realizados por essas iniciativas e ciclo de debates, além de oficinas de comunicação, propostos por eles mesmos. É a partir desse trabalho conjunto de articulação e conteúdo que desenvolvem sua linguagem e processos de produção, formando sua equipe também com a inclusão de jovens participantes de seus encontros de formação.

A equipe fixa, que hoje conta com quatro pessoas, é formada por dois dos fundadores do coletivo e dois ex-participantes de oficinas, que integraram o grupo algum tempo depois. Apesar de ocasionalmente haver mudanças na composição da equipe, o número de membros permanece mais ou menos constante, sendo sempre uma equipe reduzida. Participações pontuais de outros jovens que passaram por formações também acontecem, quando necessárias para facilitar algum curso ou evento. No caso dos ex-participantes de oficinas que integram a equipe, a entrada no grupo se deu após serem chamados a colaborar como educadores ou facilitadores de novas formações. Em um dos casos, a aproximação partiu da jovem e, no seguinte, houve uma postura ativa dos jornalistas de fazer o convite após a colaboração pontual. A entrada de novos membros, porém, é considerada uma questão pois, em se tratando de iniciativa com recursos incertos, depende necessariamente do engajamento das pessoas envolvidas.

Fonte 7: (...) E aí vem de um... também, de uma percepção, que é assim, ter outras pessoas no coletivo sempre foi uma questão... complexa, assim, né. Pra gente. Porque é um coletivo. Não é um trabalho, não é um... um movimento, né. Então... tem uma questão de horizontalidade... então como que a gente... não tem recurso financeiro garantido, né. Então como é que a gente garante o envolvimento de outras pessoas, né, o engajamento de outras pessoas. Tem que ser totalmente... a gente viu que tinha que ser orgânico, né, não dá pra ser... então a gente vai aprendendo a como fazer.

A organicidade e o caráter de aprendizado também são apontados no desenvolvimento da organização de trabalho, certos aspectos desta tendo assim se estabelecido “naturalmente”. A divisão de tarefas por funções seria um desses aspectos, guiada pela afinidade, disponibilidade e conhecimento prévio dos membros do grupo, sendo elas: organização da produção de conteúdo, do site e das mídias sociais; apoio à reportagem (vídeo, fotografia e produção); controle financeiro; e organização e planejamento das ações do coletivo. Fica clara uma condição percebida em contexto de comunicação em que o jornalista não somente faz reportagens, mas deve também se preocupar com várias outras atividades ligadas ao processo de produção e distribuição. Os jornalistas aqui percebem suas habilidades como complementares: aprendem um com o outro, trazem potencialidades individuais que podem servir ao coletivo – o que reforça a prática de horizontalidade.

Fonte 8: (...) É, inclusive a semana passada a gente fez uma revisão dessas funções. Mas naturalmente acaba rolando cada um... numa função, assim, né. A [Fonte 9] já faz um tempo que tá à frente da produção de conteúdo, da organização do site. Então, conteúdo diário... é... e aí a gente faz o alinhamento com ela, de quando vem essas reportagens como é que entra, como é que vai ser isso, né, na organização do site, de conteúdo... é... eu naturalmente...

Fonte 9: Mídias no geral, né...

Fonte 8: Ähn?

Fonte 9: Mídias no geral.

Pesq.: Mídias sociais?

Fonte 8: É, é! Mídias sociais, é. Também é a mina que trouxe pra gente esse olhar bem... atualizado, né, apertou F5 na gente...

[risos]

Fonte 9: Uma bronca a cada semana, de leve.

[risos]

Fonte 8: Pra tá mais atento...

Pesq.: Tipo "Não pode fazer isso".. ou o quê?

Fonte 8: ...das potencialidades da reedes...

Fonte 9: Não... "como você não sabe fazer isso?"

Pesq.: Ah...

Fonte 8: Ah, mas é, tem um negócio de geração¹⁰³, também. Que a gente, né...

[risos]

Fonte 8: É... a gente vai aprendendo. Cada um aprende com o outro, eu acho, pelo menos. Acho.

[risos]

O trabalho se dá majoritariamente de forma remota, online, mas o grupo se encontra presencialmente, uma vez por semana, para definir as ações dos próximos dias com base em um planejamento anual. Esses encontros aconteciam, em um primeiro momento, em espaços públicos como centros culturais, bibliotecas ou nos Sesc da cidade e, à época da entrevista, no Galpão Cultural Humalada, no Grajaú, onde a conversa ocorreu¹⁰⁴. Após estabelecer as demandas específicas da semana, o grupo planeja como cumprí-las na carga horária semanal de dedicação que cada um define previamente, que varia entre 10h e 25h.

Editorial:

A abordagem editorial do veículo se desenvolveu em um contexto de debates, oficinas, cobertura de eventos, em suma, no contato com as mobilizações culturais e sociais das periferias, mobilizações que vieram depois a definir como “quem está nas frentes de luta pela garantia de direitos”. O conteúdo produzido tem enfoque na visibilização das histórias desse meio, que incluem áreas como cultura, saúde, preservação ambiental, mobilidade, trabalho e renda, além da discussão dos temas de gênero, raça e classe dentro de cada uma delas. A

¹⁰³ A responsável pelas mídias sociais é cerca de 12 anos mais nova que os membros mais antigos do grupo.

¹⁰⁴ Em 2019 conseguem um espaço de trabalho próprio, sede localizada no Grajaú que no site chamam de “Morada Jornalística”.

articulação ativa com esse contexto também é considerada parte do trabalho do grupo, realizada a partir da discussão sobre jornalismo, periferias e direitos humanos nos encontros de aprendizagem, como palestras, oficinas, cursos e vivências, e através de curadoria ou consultoria. Uma abordagem mais baseada em reportagem, com busca ativa de pautas e informações, como um aprofundamento da coleta de dados públicos, se desenvolve a partir desse processo.

Fonte 7: Acho que tem a ver com estereótipos. Porque quando a gente começa lá em 2009... a gente começa a partir da discussão de um estereótipo específico, que é o estereótipo da violência. Que toda quebrada é violenta, logo todo mundo que vive nas quebrada é violento, então... como se fosse algo natural. Então tinha uma questão tipo, de... falar que não, não é bem assim, entendeu? Não é que tudo é ruim, que não tem nada bom, então... a gente queria mostrar um outro lado, mesmo. E aí, acho que com o passar do tempo essa narrativa, ela também foi ganhando mais espaço, assim. Até na mídia comercial, assim. Né. Outros coletivos foram surgindo... Também trazendo visibilidade pra isso. E aí a gente começou...

Fonte 8: [começo da fala se confunde com a anterior] ...de contar esses movimentos que tão surgindo... Lá atrás a gente fazia principalmente isso, né. Não rolava tantas grandes reportagens. Era muito ó, o que tá rolando, o que tão discutindo, o que surgiu, o que... sabe, eventos, e tal. Aí depois a gente se entende na vocação de produzir grandes reportagens, né, principalmente, mas até hoje não deixando o lance da agenda, assim.

(...)

Fonte 7: Tem um lance de, tipo, de falar sobre... a gente começa também a se entender também no... questão tipo... beleza, não dá pra falar... ok. Bastante espaço, mas a gente tem que falar de outros pontos, porque apesar de tudo isso... é... ainda não tem saneamento, a moradia continua precária, a polícia continua matando, fazendo abordagem zoada, a gente continua sofrendo com os mesmos problemas de sempre, né. Então... vamo falar de quem tá discutindo isso também. Né. E aí é um processo também, né, a gente vai se entender... a gente vai entender que a gente não tá falando só de movimentos, ou só de coletivos, ou só do extremo sul, acho que principalmente ao longo do ano de 2014. Né?

Pesq.: Uhum.

Fonte 7: E aí a gente vai entender que na verdade a gente tá falando sobre direitos humanos. Sobre garantia e violação de direitos humanos. E aí eu acho que a gente faz esse recorte. Mais... mais específico do que que a gente... do que é a nossa... do que que a gente pretende cobrir, né.

Os primeiros anos sendo mais marcados por coberturas de eventos e formações, é intensificada depois a produção de reportagens, com a publicação de mais de 70 em 2017, sem contar as postagens frequentes nas redes sociais, informações de agenda. Algumas dessas reportagens foram viabilizadas pela apresentação de pautas pré-definidas para captação de recursos com parceiros ou por editais, como por exemplo uma série sobre o uso de bicicletas nas periferias, financiada via Edital do Fundo de Ações Locais pelo Instituto Aromeiazero e pelo Ciclocidade. Esse tipo de esquema permite uma liberdade editorial em termos, pois depende de aprovação de quem financia, mas há autonomia na definição da pauta e do formato de circulação.

Fonte 8: É, e sempre discutindo o que isso significa, e sempre discutindo a que servimos, o que nos propomos a fazer, o que que a gente entrega melhor, né. O que que já tão fazendo e a gente tem que se reinventar. Que tem a ver com isso, né, das fontes, das abordagens, de dar mais peso pra reportagem maior, então por exemplo... nesse projeto que a gente tá, que produziu... ah, não, a da bike foi um edital específico, mas vem na onda dessas pautas que a gente queria jogar pro mundo, e a gente conseguiu quem pagasse, na parceria com a Rede, inclusive, tem outros coletivos da Rede que tão entregando também conteúdo...

Pesq.: Uhum. Mas aí vocês veem, o edital tem uma linha geral do que... tal, e aí vocês fazem um projeto pra... uma pauta?

Fonte 8: Então, esse não foi um edital assim que foi publicado, e que se inscreve quem quiser. A gente bateu na porta de um parceiro, inclusive que também apoiou a Virada...

Pesq.: Num esquema de captação, né?

Fonte 7: É.

Fonte 8: É. E aí a gente apresentou demandas dos coletivos. Então isso foi muito legal, porque a gente já sabia do que a gente queria buscar esse ano, e a gente montou pautas que a gente quer fazer. E a gente levou nesse formato. E aí foram aprovadas pautas que a gente queria, puramente Periferia em Movimento.

Pesq.: Mesmo que tenha um apoio, vocês estão na independência editorial.

Fonte 8: É, é.

Pesq.: De decidir o que...

Fonte 8: E fazer multimídia, né, que também essa possibilidade da gente tá em vários públicos, né, chegar em vários públicos diferentes. Cada um acessar... um recebeu no zap, daí outro no Face, outro que vê o site, enfim, né.

De mostrar as iniciativas e mobilizações passaram à percepção de que seria importante tratar as temáticas de maneira mais esquematizada, de forma a alcançar uma discussão sobre estruturas sociais que afetam seu público, e investir em reportagens que “possam ser utilizadas depois” (Fonte 7), ou seja, que não sejam tão pontuais. Buscam com isso construir outro imaginário sobre as periferias, o que inclui não só colocar o Grajaú e outros bairros no mapa, mas discutir a cidade e o país a partir das questões presentes nesses territórios. O jornalismo que fazem não se baseia, portanto, em uma lógica relatorial, em que simplesmente se relata fatos, mas em produzir um conteúdo que cause um movimento ou mudança:

Fonte 8: É... e aí também é o destaque das causas, né. Acho que lá, quando a gente faz o TCC lá, sobre um evento que acontece aqui no Grajaú, pra olhar pra violência como consequência... é isso que a gente traz até hoje, assim. Vamo... onde é que tem que mexer pra desencadear toda uma resolução? A mídia não põe isso, ela põe só o fato em si, não mostra todo o...

Fonte 7: É...

Pesq.: Tipo assim, de onde veio, porque que isso acontece...?

Fonte 8: É, é... porque daqui dez anos você vai assistir a mesma porcaria da reportagem, com o mesmo olhar raso da situação, entendeu?

Novamente aqui, a fonte prioritária é o morador de periferia: “a fonte oficial pra gente é quem tá sendo atingido pela não garantia de direitos” (Fonte 8). Essa inversão de “fontes oficiais”, que costumam ser, no jornalismo, os representantes do poder público, mostra a vontade de ouvir os que seriam os menos ouvidos na imprensa.

Fonte 7: (...) Por exemplo, a gente vai falar de violência policial. A gente vai falar de quem sofre a violência policial. A gente até pode ir atrás da polícia, mas não é nosso foco falar com a polícia. Porque a polícia já tem... eles já tem o espaço deles diário garantido na televisão, no Cidade Alerta, no... programa do Datena, sabe. Eles não precisam da gente. Porque que a gente tem que dar esse espaço pra eles? Eles já têm um espaço.

Fonte 9: Pra falar de educação, por exemplo, que a gente fez a reportagem sobre. A gente não foi falar com pesquisadores da USP, professores da USP, doutores, não sei o quê. A gente foi falar com os alunos. Falar com os professores que tão lá... reagindo e passando por aquele B.O. junto com os alunos. A gente foi na porta das escolas.

As pautas vêm da vivência dos jornalistas enquanto moradores de periferia (“(...) de coisas que a gente, ou a gente tá vivendo, ou a gente tá vendo, ou as pessoas estão falando” – Fonte 7) e são, também, um processo de conhecimento com relação à própria realidade (“As nossas apurações também são descobertas nossas, né. Enquanto... moradores e moradoras de quebradas, assim” – Fonte 8). A importância de serem jornalistas da região a reportar sobre ela é explícita na lógica de produzir um jornalismo “de dentro para dentro”, ainda que dialogue com um “fora”, sendo também considerada como um fator de credibilidade (“(...) tando onde a gente tá, com o grau de legitimidade que a gente tem por tá dentro da quebrada (...)” – Fonte 10). Almejam, a partir desse espaço, que seu público se identifique com as matérias produzidas, que as informações falem com ele e gerem empatia – o que é reforçado por escolhas de texto simples, como informar a localidade de quem aparece nas matérias (quando o mais comum seria a profissão).

Fonte 7: É, que é o nosso olhar também, porque a gente também é morador.

Fonte 8: É, isso também, é de dentro pra dentro, isso também a gente deixa muito claro.

Fonte 7: É. Pra que outro morador se identifique, né, com o que tá falando. Então por isso que a gente sempre destaca a localidade da pessoa, né. Porque... quem é essa pessoa, né? Então... pra que quem tiver lendo saiba... ela consiga se identificar ou não, sabe? Com essa pessoa. Porque essa possibilidade não é colocada pra gente, então... Às vezes a gente vê na mídia... na mídia comercial, mas também na mídia alterna- dita alternativa, mas que não é periférica...

Pesq.: Uhum.

Fonte 7: ...que não muda muito, né. São as mesmas pessoas, só muda... muitas vezes só muda a visão... só muda a posição político-ideológica deles.

Pesq.: As pessoas que cê diz é o tipo de fonte...?

Fonte 7: Mesmo tipo de fonte, é...

Pesq.: Ou os jornalistas?

Fonte 7: ...classe média alta, branca... né? Branco de classe média alta. Esse é o padrão de quem é... de quem tem espaço pra falar. Isso seja na Folha de São Paulo, seja na revista Fórum. Na Carta Capital. Sabe. São os mesmos. Eles não atra- ele nem, a... a mídia alternativa do centro critica a mídia comercial, mas eles também não atravessam a ponte pra vir. Pra vir ouvir quem tá na quebrada.

Os assuntos tratados sempre são, portanto, transpassados com a vivência de quem mora nas periferias. Lidando com questões amplas e estruturais, de caráter nacional, é feito um “recorte do território”: no caso de uma reportagem sobre a previdência, por exemplo, mostra-se que a expectativa de vida na região não chega a 55 anos, para então discutir o que

significaria uma idade mínima de 65 anos para se aposentar. O investimento em reportagens desse tipo, pautas não necessariamente ligadas a eventos, tem potencialmente um efeito em termos das fontes: uma ampliação dos perfis de entrevistados, que é considerada positiva, uma vez que têm discutido no grupo uma necessidade de “sair da bolha” de pessoas que conhecem, ou que pensam de forma similar.

Fonte 7: (...) E aí as nossas fontes, elas tão muito nesses... eu acho que elas compõem esse cenário aí, de quem tá na militância de alguma forma...

Pesq.: Uhum. Mas aquela matéria da bike, que aliás eu achei muito boa, que tem várias pessoas usando a bike de formas diferentes, e tal. Essa galera é também dessa militância, desses círculos?

Fonte 7: Não. Porque aí é isso. Eu acho que a gente...

Fonte 8: Nessas pautas que a gente... inclusive vendeu, né, a gente já conseguiu...

Fonte 7: É.

Fonte 8: ...ultrapassar essas fontes.

Fonte 7: Porque isso também foi uma avaliação que a gente fez ano passado, assim. Que também a gente precisa, pra romper essas bolhas, a gente também precisa ampliar o... ir atrás de outras fontes pra além das fontes que a gente já ouve no dia a dia, né.

Pesq.: Uhum.

Fonte 8: E é uma provocação que a gente sempre fez no coletivo, assim, né. Porque desde o nome "periferia" tá no título, que já dá um peso assim... pô, a gente tem que ter muito claro o que que isso significa, né.

Mostrar (e dialogar com) diferentes perspectivas é considerado importante, pois abordar “periferia” incluiria abordar também uma diversidade de vozes, mas o grupo não tem interesse em uma postura que se basearia na neutralidade ou imparcialidade: pelo contrário, não assumir essa postura é colocado como um posicionamento político. O discurso jornalístico que produzem tem um lugar de fala explícito e localizado nas regiões que cobrem (“da ponte pra cá”), e a imparcialidade é criticada como falsa e conservadora das realidades que têm por missão mudar. A apuração e a busca pela verdade se fazem presentes, mas em um contexto em que existiriam múltiplas verdades.

Fonte 8: É. A utopia que a gente não quer alcançar, que é a imparcialidade, né. Que também...

Fonte 9: Também não existe. [riso]

Fonte 8: A gente nem enfoca isso, assim.

Fonte 7: E aí eu acho que, essa imparcialidade... esse mito da imparcialidade, na verdade ele... ele é, ele só mantém as coisas como elas estão. Porque...

Fonte 9: E as pessoas são parciais mas escondem nessa fala, ah, sou imparcial aqui, não vou falar sobre isso ou aquilo porque eu não posso dar minha parte, ser parcial nesses assuntos.

Fonte 7: É.

Fonte 9: Mas na verdade cê tá sendo, né?

Fonte 7: Não, eu acho que apuração, ela existe. Né. Eu acho que, enfim... é... a gente faz apuração, a gente busca a verdade, só que a gente sabe que... não existe uma verdade única, absoluta, as verdades são múltiplas. Acontece que tem um posicionamento nosso que é... político. Tipo, que é de não ter uma preocupação com esse mito da imparcialidade.

Fonte 7: Acho que, é... neutralidade, neutro a gente não é, né?

Fonte 8: Não... a gente define bem...

Fonte 7: É, a gente define bem...

Fonte 8: ...claramente de onde a gente fala.

Fonte 7: ...de que lado a gente samba, né.

[risos]

Fonte 7: Enfim. Que é da ponte pra cá.

Nas perspectivas levantadas pelo questionamento “O que é o jornalismo, pra vocês?”, o discurso construído vai além do usual compartilhado pela imprensa de fornecer informação, contribuir para o debate. As falas nesse ponto levantam uma ideia de jornalismo que: abra um leque de possibilidades, fazendo as pessoas perceberem que sua condição não é necessária, nem sua culpa; crie contranarrativas, “abrindo o leque” além das possibilidades apresentadas pela grande imprensa, oferecendo acesso a outras perspectivas; garanta acesso à informação para as pessoas; devolva humanidade e incentive a autonomia dos sujeitos pelo conhecimento de sua própria realidade.

Fonte 8: É... mas é, acho que aí é o lance do... enfim, eu sou meia... [riso] o lance da utopia, mesmo, né. Que a gente aprende na faculdade. É... pra que que... pra que raio que serve o jornalismo na sociedade, né. É pras pessoas terem a noção de que não é só aquele pedaço de mundo, aquela oportunida-, aquela alternativa de vida, de escolha, de caminhos... que existe no mundo. É pra que você abra o leque de possibilidades, né. O jornalismo leva essas possibilidades de vida, de... olha o quanto eu tenho direito, e aí eu acho que quando a gente descobre que a gente tá falando de direitos humanos, também, é muito potente, porque... é levar essa provocação de que a condição que cê tá aqui, não é culpa sua. Tem já todo um processo estabelecido de que você tem direito das coisas. De acessar. E porque que não chega? Então jornalismo é colocar luz nessas coisas, né.

Fonte 10: (...) dentro do jornalismo que a gente faz, e eu acho que... eu falo em nome do coletivo, de criar essas contranarrativas, né. Pra além de abrir o leque, o leque que já tá posto, é criar uma contranarrativa, e não só preencher a lacuna, pra que outras histórias possam ser ouvidas, né. De uma outra perspectiva. É... tando onde a gente tá, com o grau de legitimidade que a gente tem por tá dentro da quebrada, é... transmitir as informações de forma que as pessoas possam também entender a informação, é... isso pra mim caracteriza o jornalismo que eu acredito, particularmente. Que é essa entrega de informações, não neutro né, não imparcial, porque de repente do jeito que você escreve já tá sendo incluído ou excluindo um grupo de acessar aquela informação, né. Então... garantindo o acesso à informação pras pessoas, né. Pras pessoas que a gente acredita que precisam ler, partindo do nosso... do nosso centro que é o Grajaú e Parelheiros. Que é Zona Sul. Enfim.

Fonte 7: (...) resumidamente, assim, eu acho que... no cenário que a gente vive, assim, de... né, em que, tipo, a gente é constantemente desumanizado, assim, né... essa humanidade ela é tirada da gente, acho que o jornalismo ele tem a função de fazer o contrário, né? Ele tem a função justamente de devolver essa humanidade, assim. Né. É... pras pessoas. É isso. [riso] Poetizei.

Fonte 9: (...) É... penso muito nessa questão de trazer humanidade, e uma questão de... traz uma autonomia. Porque você tá lá, e você percebe tudo isso que a [Fonte 8] falou, meu deus, eu percebi isso, e se eu conseguir ter algum meio de acesso pra, sei lá, fazer um vídeo sobre aquilo, fazer um texto sobre aquilo, fazer aquilo circular, eu vou ter uma autonomia, eu vou ter um grau de entendimento maior, aquilo vai girar... e você começa (ao menos eu), começa a perceber como uma coisa além, sabe? É... vai desse negócio de ter humanidade, quanto que essa autonomia me faz ser humano, também... vai circulando por esses meios. Pra mim.

Mesmo que o principal objetivo seja de produzir e distribuir informação para o público preferencial, que seriam os moradores das periferias de São Paulo, o “pautar a grande mídia” não é descartado como ação de interesse, principalmente por fazer parte de aspecto importante da missão, de construir outro imaginário sobre essas regiões. Influenciar a pauta da grande mídia aparece como relevante em um contexto em que não é possível ignorar o alcance do discurso que ela produz, mas o grupo também valoriza a disseminação da pluralidade de vozes: se em momentos já consideraram que seria interessante como ideal que não precisassem mais existir, sua missão tendo sido realizada, hoje afirmam que planejam sempre se reinventar, percebendo quais demandas não estão sendo atingidas e como melhor poderiam dar conta delas – sendo imprescindível que o discurso jornalístico não volte a ser definido por “meia dúzia”.

Fonte 7: De descentralização, de... pluralidade, e com isso também a gente pauta a grande mídia. A gente pauta a grande mídia.

Fonte 8: É.

Pesq.: Mas é, tipo assim, como se fosse uma consequência, não como se fosse a intenção maior de vocês, que isso acontecesse?

Fonte 7: Pauta, é... [tom de ressalva] pautar a grande mídia é uma consequência, mas o nosso objetivo é construir outro imaginário, né. Da sociedade. Né, construir, é... ter um outro imaginário a partir dessas narrativas que a gente tá colocando.

Fonte 8: Eu acho que tem uma utopia de falar, pô, vamo lembrar pro jornalismo que a essência do jornalismo não é essa comercial que tá sendo vendida, né. Quando cê fala assim, ah, pautar a grande mídia. Talvez... tenha uma utopia de que, meu, que bom seria que todos produzissem jornalismo com a essência que a gente aprende, né. Que é dar informação suficiente pras pessoas serem livres. E o que a mídia faz é conduzir as pessoas pra que elas estejam condicionadas a entender que só tem um certo na história, só tem uma direção a seguir, só tem uma opção pra sua vida... né.

Sustentabilidade:

O sustento do coletivo é marcado pelo esforço constante em encontrar fontes de receita diversas que consigam, na conta geral do grupo, remunerar todas as funções exercidas, mesmo que uma função específica não gere recursos diretamente. É o caso de ações de articulação ou produção de conteúdo consideradas importantes (“Assim, com dinheiro ou não a gente faz, a gente mantém, porque é o... a essência do coletivo, né” – Fonte 8), como estar em uma reunião do Fórum de Cultura ou produzir notas relativas à agenda ou mobilização de iniciativas – demandas que não são “mercadológicas” e, portanto, “não tem patrocínio”. Ainda que haja um aspecto de causa no trabalho que realizam, os jornalistas não o fazem em regime de voluntariado, o que é afirmado veementemente:

Pesq.: Porque vocês têm outros trabalhos e trabalham nisso como voluntário? Como é que funciona isso?

Fonte 7: Não.

Fonte 8: Não. Todo mundo é remunerado.

Fonte 7: Ninguém é voluntário, todo mundo é remunerado.

Fonte 10: Mas temos outros trabalhos com certeza.

“Ninguém é voluntário/mas temos outros trabalhos com certeza” é uma boa síntese do nível de sustentabilidade alcançado até então pelo coletivo. Conseguem já remunerar cada um por todas as atividades desempenhadas, mas não o suficiente para que isso signifique a viabilidade de dedicação integral ao projeto, sendo necessário complementar a renda com outros empregos. O esquema de remuneração estabelecido pelo grupo é baseado em horas de trabalho: estabelecem um valor fixo por hora trabalhada e cada um recebe de acordo com as horas de que dispõe semanalmente ao atendimento das demandas planejadas. Os recursos que entram em caixa, como os recebidos por cursos oferecidos nos Sesc da cidade, ainda que sejam pagamento pelo trabalho de um dos membros, são incluídos em um só montante, que será distribuído por horas. É dessa maneira que se faz possível remunerar tarefas que não geram recursos.

As fontes de captação de recursos, como já mencionado, são várias, e a variedade aumenta ao longo do tempo. No início das atividades do coletivo, muito ligadas à realização de formações, palestras e cursos, foram importantes os financiamentos recebidos através de programas de incentivo da prefeitura de São Paulo. Em 2010 e 2011 foram selecionados no VAI, Programa para Valorização de Iniciativas Culturais¹⁰⁵, que tem por objetivo apoiar financeiramente atividades artístico-culturais, principalmente aquelas que envolvem jovens de baixa renda e se desenvolvem em regiões desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Os projetos desenvolvidos foram um ciclo de debates, em 2010, e uma oficina de criação de vídeo e cinema (“O.C.A. – Periferia em Movimento”), com produções sobre Grajaú e Campo Limpo, em 2011.

O projeto “Cultura ao extremo”, mapeamento e reportagens sobre a produção cultural da região, também recebeu inicialmente o apoio do programa Agente Comunitário de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Principal evento realizado pelo Periferia em Movimento em termos de formação, o Repórter da Quebrada foi selecionado em 2015 e 2017 no edital Redes e Ruas, que apoia financeiramente projetos de inclusão, cidadania e cultura digital desenvolvidos na cidade.

¹⁰⁵ Criado pela lei 13.540 e regulamentado pelo decreto 43.823/2003.

Outras formas de sustento surgem com o tempo e o ganho em experiência de produção e formação, que permitem o oferecimento de serviços remunerados. Esses serviços giram em torno da disseminação tanto de ferramentas de comunicação quanto das informações e conteúdos que produzem sobre as periferias. Os serviços oferecidos incluem: produção de reportagens para veículos jornalísticos; comunicação para organizações, artistas e coletivos periféricos; cobertura de eventos; extensões universitárias sobre Jornalismo de Quebrada; cursos sobre a periferia na mídia; oficinas de jornalismo para formar agentes de comunicação comunitários; vivências do centro à periferia; e palestras. Todos os serviços servem como remuneração, mas estão de acordo com sua missão e seus valores, o que ajuda a explicar o porquê de os contratantes serem chamados de “parceiros”, uma vez que a relação não se apresenta como meramente comercial ou transacional. A maior parte dos parceiros explicitados são institutos, associações, fundações, faculdades e sedes do Sesc em São Paulo¹⁰⁶.

A contribuição do próprio público é também sugerida no site, o que inclui doação de quantias em dinheiro, mas também outras maneiras de apoio, que podem ser trabalho voluntário, equipamentos e outros materiais, ou parceiras/trocas (não em regime de contratação) com entidades/voluntários que dialoguem com as crenças do coletivo. Ficam, porém, a incerteza/instabilidade e o sentimento de que deveriam receber mais do que recebem, pelo trabalho que realizam:

Pesq.: (...) E aí esse financiamento pras coisas, porque... tudo que vocês fazem é pago, daonde que vem esse financiamento? Se não tem edital, no caso, esse ano, né.

Fonte 7: Dos... desses projetos que a gente... corre atrás...

Pesq.: Ahh...

Fonte 7: ...de financiamento privado...

Pesq.: Entendi, cês fazem um lance no Sesc, ou não sei o quê, e daí isso entra pra um bolo geral...

Fonte 7: É.

Fonte 8: Isso...

Pesq.: ...e que vocês distribuem segundo horas.

Fonte 7: Exatamente.

Fonte 8: É, é.

Pesq.: Entendi. E tem dado certo.

Fonte 7: ...tem dado certo. [tom de ressalvas]

[risos]

106 “Entre parceiros que já apoiaram, estão: Ação Educativa; Associação Cidade Escola Aprendiz; CENPEC; Centro de Educação e Direitos Humanos – Pólo Ceu Casablanca; Centro Universitário Ítalo-Brasileiro (UníItalo); Faculdade Paulus de Comunicação e Tecnologia (Fapcom); Fundação ABH; Fundação Telefônica; Fundação Tide Setúbal; Fundação Via Varejo; Goethe Institut; Impact Hub São Paulo; Instituto Pólis; Instituto Vladimir Herzog; Nexo Jornal; Red Bull; Sesc São Paulo (Campo Limpo, Consolação, Interlagos, Osasco, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana); Universidade Cruzeiro do Sul; entre outros.” <http://periferiaemmovimento.com.br/contrate/> Acesso em: 22 jun. 2019.

Fonte 7: Tem dado certo assim, é.

Pesq.: É incerto, é que nem *freela*, assim?

Fonte 8: É incerto, e a gente gostaria de... a gente entende que o que a gente faz mereceria ganhar mais.

Pesq.: Uhum.

Fonte 8: Mas a gente organiza dessa forma que a gente julga justo, de todo mundo tá recebendo por tudo que tá fazendo. Né. Independente da função que cada um estabelece, a gente tem o recebimento. E aí recebeu... eu por exemplo tô conduzindo o curso em Osasco. Mas essa verba vem pra todo mundo. Né, quem tá produzindo conteúdo, aí o que ganhou por essa produção de conteúdo, vai pra todo mundo.

Pesq.: Uhum.

Fonte 8: Vai pra essa conta geral pra pagar tudo que tá previsto, assim.

Por fim, vale frisar a importância da seleção e participação em 2013 do HUB Fellowship, programa de aceleração do Impact Hub para empreendedores sociais criativos, citado (FIGARO, 2018, p. 183) por um dos membros como oportunidade para, com um capital mínimo por 7 meses e consultoria sobre aspectos de negócio voltados ao esquema de coletivo, entender o que estavam fazendo e organizar melhor seus processos.

Circulação e Engajamento:

A principal forma de engajamento com o público do grupo foram, desde o começo, as formações e participações em eventos culturais e sociais dos bairros que cobrem – o que chamam de articulação. É de fato bastante expressivo o número de cursos, encontros, debates e palestras propostos e organizados pelo coletivo, com ou sem remuneração, motivo pelo qual não pretendo citar individualmente cada um deles¹⁰⁷. Os projetos incluem oficinas de jornalismo, reportagem coletiva, cinema, direitos humanos e midiativismo, cursos sobre a comunicação como ferramenta de aprendizado, debates sobre mídia e periferia, periferia e diversidade, etc. Os públicos incluem jovens e comunicadores das periferias, alunos da rede pública de educação, professores e educadores informais, além de, no geral, moradores das periferias de São Paulo. Essas iniciativas são viabilizadas através de diversas parcerias, com institutos e fundações, com escolas e universidades e com a prefeitura.

Esses encontros têm relevância para o grupo por conta de sua missão, pois, além da capacitação de agentes para a produção jornalística, com fins a integrar a contranarrativa que propõem, há também espaços para a crítica de mídia, a conscientização quanto aos seus discursos e a facilitação do uso dessas ferramentas em sala de aula (o que oferece um alcance muito maior do que poderiam ter, somente com site e redes sociais). Os jornalistas

¹⁰⁷ Na linha do tempo do coletivo no site, o grupo contabiliza ao menos 45 dessas atividades (sendo 6 em 2010, 1 em 2011, 4 em 2013, 8 em 2014, 10 em 2015, 6 em 2016, 6 em 2017 e 4 em 2018), levando em conta ainda que algumas das iniciativas incluem vários encontros, contabilizando de 20h a 90h cada. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/linha-do-tempo/> Acesso em: 9 jul. 2019.

reconhecem que o fato de estar em sala de aula é um potencial para “sair da bolha”, tanto de opinião quanto de faixa etária (a audiência nas redes é de dezoito a trinta e cinco anos), e percebem a importância de abrir um espaço de discussão e contraposição para um discurso midiático consolidado mesmo naqueles que teoricamente estariam sendo negativamente atingidos por ele.

Fonte 8: (...) E os alunos, né. Porque às vezes a gente vê eles falando muito, é... se posicionando igual a mídia põe, tipo, sei lá, repetindo o que a mídia traz, né. A mídia comercial, tal. Mas eles não percebem que eles tão fazendo uma auto-crítica, assim, eles tão falando mal deles mesmos, assim. Ah, não, a polícia tem que entrar mesmo, tem que abordar... e é do cenário deles que eles tão falando, né?

Pesq.: Sim.

Fonte 8: Mas é tão forte a reprodução que eles não se dão conta. E aí a provocação forte foi essa.

A formação do Repórter da Quebrada parece ser o curso de maior investimento do coletivo, por ser “cem por cento Periferia em Movimento” (Fonte 7), ou seja, com autonomia integral do grupo para sua realização (independência proporcionada por financiamento de fomento cultural). Essas formações, realizadas em 2015 e 2017, selecionaram grupos com cerca de dez jovens para participar de aulas, discussões e oficinas sobre jornalismo, começando pela discussão crítica da produção jornalística que está posta, e chegando no incentivo da apropriação das técnicas jornalísticas para a produção de outra narrativa. Em cada uma das edições havia um enfoque temático: na primeira era a desconstrução de estereótipos e na segunda as questões envolvendo raça e gênero. Foram desenvolvidas pautas de acordo com os interesses dos jovens envolvidos, e as matérias foram posteriormente publicadas no site do Periferia em Movimento¹⁰⁸.

Esses encontros têm um efeito interessante também em termos de público: a articulação com os territórios depois se torna uma rede de distribuição para os conteúdos jornalísticos produzidos, principalmente via redes sociais, como grupos de WhatsApp.

Fonte 8: ...esses dias até me falaram, assim, pô, tô achando massa essa estratégia de vocês de divulgarem as reportagens todas que saem, pelo Zap.

Pesq.: Que a pessoa tá sempre com o negócio.

Fonte 8: É, isso. Não tem tanta gente fazendo, né, de conteúdo, fazendo isso, assim. Mandar pelo Zap, nas redes. E a gente constituiu várias redes, né. De contatos, assim, de ex-participantes de oficinas, enfim, de grupos que a gente colou, de fóruns, pápápá...

Pesq.: Aí vocês fazem a distribuição assim...

Fonte 8: É, de uma vez.

Pesq.: Em vários grupos, e...

Fonte 9: Sim.

Fonte 8: E multimídia, então cada um vai chegar num...

108 Descrição detalhada do 1º Repórter da Quebrada pode ser encontrada em Caires (2017).

As redes sociais são consideradas o caminho mais importante de alcance do público, em Facebook (28.295 seguidores), Instagram (2.365 seguidores), WhatsApp e Twitter (1.797 seguidores). Percebem interação e engajamento nesses espaços, mas os comentários não são vistos como via de diálogo ou debate mais aprofundado (“É, até então não tem, não teve nada. Desse... que a gente veja que é tão complexo que a gente precise responder” – Fonte 9).

Por fim, a participação na Rede Jornalistas das Periferias também é citada como importante enquanto ampliador de público e articulação: a reunião de coletivos que ela proporciona é também uma forma de “sair da bolha”, por concentrar diferentes olhares sobre as periferias, e um potencial aumento de visibilidade para os coletivos individualmente. Também para o *Periferia em Movimento* fica claro que a função da rede é a de articular esses coletivos, sem que se sobreponha a eles, e vice versa. Foram entendendo essa função ao longo do tempo, assim como aquilo que os une (“A gente tá juntos por uma série de valores ali que são comuns, que determinam as nossas práticas (...)” – Fonte 7). O grupo identifica em 2013 o começo da articulação do que viria a ser a rede, demonstrando talvez uma efervescência desse trabalho de comunicação no período:

Fonte 7: Depois da... depois de junho de 2013, na verdade a gente já conhecia por exemplo... Escola de Notícias... Mural, a gente já conhecia, mas não tinha um contato tão próximo, assim. E aí em 2013 rolou uma necessidade de, depois de tudo, da gente sentar e discutir alguns rumos. Então foi ali primeiro um... uma semente ali do que viria a ser a Rede depois, né.

Em 2016 esse processo se intensifica, com uma reunião entre os coletivos que viriam a formar a rede, com discussões de demandas e ideias (inclusive da Virada Comunicação, marco simbólico desse processo, que seria organizada em 2017).

Fonte 7: (...) a gente começou a falar e discutir exatamente esse fazer jornalístico nas periferias em São Paulo, né. De onde que a gente vem, né, do que que a gente é resultado, né, a gente se vê como resultado de um processo que não é de agora, né, um... uma necessidade de contar histórias a partir de dentro. Com olhar jornalístico, né.

Alguns meses depois desse encontro, foi criado um grupo do WhatsApp com os participantes do coletivo, e em reuniões posteriores consolidaram as reflexões sobre o papel da Rede, das demandas e próximas atividades (“foi muito orgânico” – Fonte 7). Interessante notar que esse processo de formação da rede, e de seus eventos, funciona também como processo de formulação do grupo:

Fonte 7: A Virada... é, foi um grande aprendizado. (...) Que consumiu muito tempo, também, assim, né, de todo mundo, assim. Foi bem... foi bem cansativo assim, no sentido de... caramba, ninguém é organizador de evento aqui, né. Todo mundo comunicador, jornalista, e tal... a gente não organiza evento. Mas foi também importante, assim, foi um processo de... autoformação durante o processo de organização da Virada.

Fonte 8: Ah, por aquela pegada de bolha que a gente tava falando, foi fundamental. Pra gente contar pro mundo... que a gente tá junto, e como é que é isso... o pessoal chegar e ter acesso a todos esses olhares, essa nossa produção...

(...)

Fonte 7: E também foi importante pra gente ver o que que era a Rede. Porque também a Rede começou a ser vista como mais um coletivo. Porque é... teve muita visibilidade, assim, né. E aí, desde então, desde a Virada, a gente na Rede tem um processo intenso de discussão sobre o papel da Rede. Né. Então... a gente teve uma reunião histórica, que durou doze horas, no dia dois de novembro de 2017...

[risos]

Fonte 7: ...e desde então a gente vem... alinhando melhor. Então acho que é um processo. Esse ano, ele é um ano pra gente que é de assentar a poeira mas também a gente vê isso em outros espaços, né. Um desses espaços é a rede, assim. Também tá, a gente tá nesse lance de refletir o que que é isso, né? Então... de entender por exemplo que a Rede ela é uma... a função dela é articular esses coletivos.

O destaque para o processo de autoformação durante a organização do evento com os demais grupos, além dos momentos de pausa para a avaliação de demandas e definições do próprio trabalho e objetivos, mostram a importância do caráter coletivo do que fazem, dentro de sua própria equipe e nas articulações externas que ela estabelece, sendo presente o sentido de crescimento a partir do planejamento conjunto.

5 - JORNALISMO DAS PERIFERIAS: ENTRE OS ANTEPASSADOS, AS UNIVERSIDADES E O DIGITAL

Entre os dois grupos estudados podemos traçar muitas semelhanças, mas começamos aqui com diferenças fundamentais: a *Agência Mural* surge de um contato com a imprensa comercial, enquanto o *Periferia em Movimento* é fundado na articulação mais próxima com movimentos periféricos. Observa-se um maior trânsito e interlocução da primeira com empresas de mídia e seus jornalistas, e maior presença e apoio do segundo em ações realizadas nos territórios. Uma distinção também importante tem a ver com tamanho e organização. Enquanto a *Mural* toma formato de agência, com muitos participantes (entre equipe fixa e correspondentes) e forma jurídica de associação, o *Periferia em Movimento* se estabelece como pequeno grupo, coletivo no qual tende a ser mais possível a interação e o trabalho sem que se precise desenvolver esferas hierárquicas. Por fim, difere também a área de cobertura, a *Agência* tendo presença em diversas periferias de São Paulo, enquanto o *Periferia em Movimento* se concentra na região sul da cidade.

Começamos a observar as semelhanças na dimensão **editorial**. É comum aos grupos a percepção de que a construção do tipo de cobertura adequado e necessário às periferias se dá ao longo do tempo, mudando junto com o desenvolvimento do grupo nas outras dimensões da governança do jornalismo. A linha editorial reserva um aspecto de causa – em favor das periferias e seus moradores – mas rejeita a alcunha de militância, com a afirmação das práticas jornalísticas profissionais como forma de ação (dessas práticas descartam a imparcialidade como valor, mas aderem a outras, como a busca pela verdade e o espaço para o contraditório). O “protocolo” jornalístico – os processos de apuração e escrita de textos segundo formatos conhecidos de reportagem – são, para ambos, ponto pacífico: há pouco questionamento desses aspectos, sendo mais presente a crítica no que diz respeito à origem e ao perfil dos jornalistas e das fontes escolhidas na grande mídia, acompanhada por uma denúncia do efeito dessas escolhas no conteúdo produzido por ela.

É comum aos grupos a trajetória segundo a qual se inicia o trabalho dando visibilidade a iniciativas e movimentos dos bairros, com produção de agendas culturais e similares, para depois desenvolver mais reportagens com apuração própria, uso de dados públicos etc. Aparece, com o aprimoramento da forma e do sentido de se fazer reportagens, a vontade de não só realizar uma cobertura “pontual” do território, mas de produzir narrativas que deem conta de uma discussão sobre a “estrutura” que afeta essas regiões, o “macro”, de forma mais

estratégica. Essa intenção se soma ao objetivo de não só expor os fatos, mas mostrar o que as pessoas afetadas por eles poderiam fazer a respeito, ou desencadear uma mudança da realidade a partir da própria matéria e de seus desdobramentos.

As pautas surgem, no geral, da vivência comum dos repórteres enquanto moradores das periferias e suas relações com a região, não de um argumento externo como “isso é o que o leitor precisa saber”. A partir da reflexão sobre essa vivência, o jornalismo se revela uma ferramenta para conhecer melhor a própria realidade e compartilhar descobertas com seu público, sendo esse processo destacado como algo que proporciona uma retomada de autonomia, humanidade e possibilidade de ação para quem o pratica e pra quem o consome. As histórias sobre as periferias, embora sirvam para combater os estereótipos pelos quais se olha para essas regiões, também têm por intenção mostrar os bairros para os próprios moradores, fomentando autoestima e incentivando articulações entre diferentes bairros.

Na dimensão de **circulação e engajamento**, um dos aspectos mais marcantes é a ambivalência no que se refere aos públicos: os grupos se dividem entre pautar as grandes mídias, desconstruindo os estereótipos de um público mais amplo (por vezes de elite), e se dirigir diretamente para os moradores de periferia. Relatam dificuldades para atingir mais capilaridade e “sair da bolha” de seu perfil ou de seus circuitos de conhecidos/parceiros. A falta do alcance de um meio como a televisão, que ainda é muito mais relevante nessas regiões do que impressos ou sites, é apontada como fator que dificultaria o acesso “a nossos pais e mães”, sendo mais possível a obtenção de leitores/espectadores dentre o público jovem, que acessa a internet, ou de pessoas já engajadas em movimentos sociais. O enfoque em pautar a grande mídia vem em parte dessa necessidade de chegar em públicos que eles sozinhos não alcançam, assim como agir diretamente na fonte de reprodução dos estereótipos via disputa de narrativas.

Ambos os grupos desenvolvem projetos que incidem na ampliação de, e no engajamento com, públicos. Além de por vezes renderem recursos para financiar as atividades, cursos, oficinas, formações e encontros são a um só tempo: divulgação do trabalho e criação de público; desenvolvimento de criticidade midiática, com explicações sobre a importância e o funcionamento do jornalismo; e formação potencial de novos membros ou mobilização de novas iniciativas do tipo. Os participantes desses projetos, assim como os movimentos existentes nas periferias, passam a constituir redes para as quais os grupos podem enviar suas produções, com as quais podem articular parcerias e das quais podem

eventualmente pedir por ajuda/financiamento. Os veículos da grande mídia, a iniciativa privada e as fundações que colaboram nos projetos ou na produção e distribuição das reportagens são denominados também como “parceiros”.

Investem nas redes sociais e no multiplataforma com o fim de chegar onde o público está – a monetização não se dá na distribuição, o que significa maior liberdade para compartilhar nas redes, por exemplo, via WhatsApp. Paradoxalmente, para nenhum dos dois os comentários em redes sociais parecem ser considerados como espaço de interação a ser explorado. Outro aspecto marcante a se destacar é o desconhecimento dos jornalistas sobre seu próprio público: ainda têm poucas informações sobre aqueles que compõem seus grupos de leitores e espectadores no que diz respeito a perfil, interesses, demandas – no momento contam quase que exclusivamente com os dados de audiência do Facebook.

No que diz respeito à dimensão de **gestão**, destaco primeiramente a questão de propriedade: ambos começam como coletivos, mas a *Agência Mural* depois assume a forma jurídica de associação sem fins lucrativos, para poder melhor receber e gerenciar recursos. Diferentemente de uma redação convencional, trabalham mais pela via online que presencial, com formas remotas de produção e controle, embora façam questão de manter encontros periódicos (mensal na *Mural*, semanal no *Periferia em Movimento*) como espaços de discussão, formação e decisão. É comum que todos os membros, participando dessas reuniões, tenham igual direito nas decisões.

Embora a organização dos grupos tenha se consolidado de forma distinta, ambos relatam uma estruturação que se deu de maneira “orgânica”, que “foi acontecendo”, meio que “naturalmente”. Descrevem um processo no qual na medida em que produziam descobriam como se organizar, parando em determinados momentos para refletir, formular e definir novos funcionamentos. Com a maior estruturação e definição de funções, e como não contam com trabalho diário em sede, há um esforço consciente para manter o aspecto de horizontalidade. No caso da *Agência Mural* isso configura um desafio, por seus cerca de 80 membros, tendo sido necessária a criação de algumas instâncias (as comissões primeiro, a equipe fixa depois) para gerenciamento do trabalho.

Mesmo com a definição de funções, também estas parecem se estabelecer “naturalmente”: boa parte das vezes, por afinidade ou iniciativa. As funções destacadas não são somente ligadas ao trabalho de produção de conteúdo, mas também algumas de cunho administrativo, como planejamento de projetos e planejamento organizacional. A autoridade,

nesse contexto, parece se dar mais por função do que por uma hierarquia estrita, no sentido de que afinidade e engajamento com uma função ao longo do tempo acabam por estabelecer o responsável como quem responde por aquele aspecto da produção. Estar há mais tempo no grupo parece ter algum efeito na posição no caso da *Agência Mural*, pois acabam por integrar a equipe fixa (embora não conte somente o tempo, como também o engajamento ao longo do processo e a disponibilidade), mas não tanto para o *Periferia em Movimento*, onde não parece haver diferenciação para além da função. Na dinâmica do trabalho em coletivo, destacam a dimensão de aprendizado e formação conjunta (cada um faz o que sabe melhor e disso se estabelecem trocas mútuas).

Por fim, analisando a dimensão de **sustentabilidade**, percebe-se a importância dos editais da prefeitura de São Paulo (particularmente para o *Periferia em Movimento*) e do apoio de fundações (para ambos). As fontes de receita citadas são várias: captação via projetos na iniciativa privada, editais de fomento do governo, apoio de fundações, produção de conteúdo customizado, prestação de serviços, oferecimento de palestras e formações, assinaturas, financiamentos coletivos e doações. Os jornalistas chamam a atenção para a diferença entre o patrocínio de projetos específicos e do “jornalismo em si”, que bancaria o trabalho do grupo como um todo – trabalham com um para chegar, idealmente, no outro.

Com relação ao esquema de remuneração, na *Agência Mural* a equipe que trabalha diariamente tem salário fixo, enquanto os correspondentes recebem por reportagem produzida e, no *Periferia em Movimento*, a equipe é remunerada por horas trabalhadas, sendo que colaboradores ocasionais de suas atividades são pagos pelo evento em questão. A semelhança maior está em que ambos os esquemas se caracterizam por instabilidade, e há a percepção dos jornalistas de que seu trabalho valeria uma remuneração mais adequada, assim como há também rejeição veemente do trabalho voluntário: querem que o trabalho seja reconhecido e pago, mesmo que em geral não consigam sustento total com ele.

Algumas das sínteses produzidas aqui se aproximam de conclusões da pesquisa *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia* (FIGARO, 2018), em que os pesquisadores ouviram jornalistas de novas iniciativas jornalísticas na Grande São Paulo, incluindo algumas das periferias, para entender os arranjos de produção postos em prática por elas. Dos pontos citados nesse estudo, dialogam com o que discuti aqui o afastamento do lugar discursivo da neutralidade, o estabelecimento de um ponto de vista distinto dos conglomerados de mídia e

os esforços, no discurso produzido por esses jornalistas, em definir a prática jornalística legítima e de qualidade através da valorização de certos princípios, saberes e procedimentos, que colocam a apuração e a reportagem como *ethos* que identifica o profissional.

Além disso são relevantes na pesquisa, como aqui: as tecnologias digitais no cerne do projeto organizacional e das rotinas de produção (o que é descrito como “redações virtuais”), a precariedade via múltiplas e incertas formas de renda e a tensão com aspectos comerciais, como a forma de empresa ou tendências do empreendedorismo, na intenção e nas tentativas de se conseguir valorização e melhor remuneração (alcançar sustentabilidade, portanto). Finalmente, no trecho que trata especificamente das entrevistas com os jornalistas das periferias, destaco análise sobre o papel da universidade:

Assumir a posição de um sujeito da periferia ou de seu porta-voz é uma construção feita a partir da trajetória profissional marcada pelo conhecimento de realidades simbólicas distintas que definem a cultura universitária e o mercado de trabalho, moldado pelas práticas jornalísticas dominantes e distantes de qualquer identidade ou vínculo com as periferias. A formação em jornalismo de modo geral confere-lhes o repertório para atuação no mercado de trabalho nos moldes tradicionais. Esses sujeitos passam a ser afetados pelo discurso acadêmico que lhes permite refletir sobre sua condição e sua origem social (FIGARO, 2018, p. 177).

O trabalho que a *Énois* realiza, em sua escola de jornalismo, localiza-se precisamente nesse lugar de oferecimento de repertório (democratização de conhecimentos sobre os processos e a forma jornalística), complexificado por uma abordagem crítica que vem da reflexão incentivada nos participantes sobre sua condição e sua origem social, particularmente via crítica de mídia. É interessante a descrição dessa iniciativa tanto pela parte que a Escola toma na formação de jornalistas das periferias, os processos e as perspectivas envolvidos nela, quanto porque demonstra um caminho alternativo de atuação desenvolvido por jornalistas, com formação voltada à grande imprensa, ao não encontrarem no mercado espaço para o tipo de produção que desejavam realizar.

A *Énois* começa em 2009 (mais ou menos a mesma época de formação dos dois veículos descritos), com duas jornalistas formadas, em uma oficina de jornalismo na Casa do Zezinho, ONG no Capão Redondo, periferia da cidade de São Paulo. A oficina, oferecida em um primeiro momento por cinco finais de semana, envolvia a produção de um zine com cinco jovens. Em pouco tempo, porém, perceberam a manifestação de um interesse maior de participação, e as oficinas foram oferecidas por mais tempo, com uma redação de trinta jovens.

Fonte 11: (...) a gente percebeu o quanto tinha de espaço e de necessidade de você ter um veículo local, de você transmitir informação, de você levantar dados, de você ter uma galera que soubesse como

produzir jornalismo localmente. (...) E o jornalismo como uma ferramenta de empoderamento desses jovens, né. Porque o jornalismo te permite ter uma boa desculpa pra conhecer a sua realidade, então... porque daí cê vai começar a entender o porquê da sua realidade, mesmo.

Em 2010, ambas pedem demissão do emprego, em uma agência de conteúdo customizado, para se dedicar às oficinas. Escrevem um projeto para um edital do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual conseguem captação de recursos com a Ambev, financiando as oficinas na ONG em 2011, 2012 e 2013. O produto das oficinas era a Z'zine, revista que falava sobre os assuntos da realidade dos jovens que a produziam, publicada de três em três meses em 5 mil exemplares, que eram então distribuídos pelos estudantes em suas escolas. A partir desse trabalho as jornalistas foram chamadas a dar oficinas em outras escolas e ONGs (processo que ao longo dos anos formou a rede que mobilizam na distribuição hoje, com mais de 500 jovens que passaram por algum tipo de formação).

Fonte 11: (...) essa experiência foi tão forte pra gente que fez com que a gente pedisse demissão e acabasse entendendo que o jornalismo transformador, o jornalismo importante, o jornalismo como guardião da democracia, que a gente procurou aí, na vida profissional depois de formadas, tava ali.

Mas perceberam que o contexto de ONG talvez não fosse o mais adequado a seus objetivos, uma vez que não permitia pagamento aos jovens: nessas organizações, os recursos recebidos a partir de suas atividades vão sempre para uma conta geral, que financia inclusive as próprias oficinas.

Fonte 11: Em 2013... tiveram duas coisas importantes, que acho que marca e aí acho que a gente pode chegar nos dias de hoje, a primeira foi que a gente percebeu que a gente queria ser empresária, a gente queria se diferenciar dessa coisa da ONG. Porque a gente fez nosso primeiro projeto customizado, a gente começou a ver que essa molecada tava muito afim, e precisavam da grana, né. Que esse é um lugar muito difícil, até hoje, assim. Como é que você investe nos seus sonhos sendo um jovem periférico que precisa de dinheiro pra investir no básico?

A vontade de um formato de empresa, portanto, vem da necessidade de valorizar o trabalho dos jovens, não entrando na lógica do trabalho voluntário e, ao mesmo tempo, viabilizar a própria formação como trabalho remunerado pra quem a oferecia (“(...) a gente não queria que fosse um trabalho voluntário porque pra gente também, a gente não queria que fosse. A gente já tinha saído do mercado, e a gente queria viver disso” – Fonte 11). Fizeram então um CNPJ de empresa e começaram a produzir conteúdo customizado para financiar o trabalho de formação.

Durante algum tempo, uma parceria da Ambev era responsável pela maior parte dos recursos dos quais dispunham. Essa parceria foi uma proposta das jornalistas de produzir uma revista chamada Na Resposta, cujo público seria uma rede de 25 mil jovens atingidos por projetos patrocinados pela empresa em cinco estados, via lei de incentivo. É com esses recursos que abrem, em 2014, sede própria da Énois no centro (localidade escolhida por ser a mais equidistante das periferias), e conseguem oferecer oficinas de três meses cada, mas ainda sem remuneração aos participantes. É nesse ano que outra jornalista deixa o emprego de redação comercial para integrar o grupo, sendo responsável pelo desenvolvimento de projetos para captação de recursos.

Fonte 12: Aí falei, cara, não consigo mais ficar aqui. Eu conversava com a minha editora, conversava com a minha editora, e era tipo, mês sim mês não eu pedia reunião assim, cara, não to conseguindo viver aqui dentro. Porque não consigo fazer reportagem. Tipo, não dá. E aí comecei a pensar muito na área social, tinha feito um mestrado em sociologia, em desigualdades sociais, estudando voluntariado e mercado de trabalho, como um recurso. (...) Resolvi tipo... cavar meu espaço e ver como é que também, que tipo de... estrutura eu poderia ajudar a dar com a experiência que eu tinha e outras coisas que no fim das contas eu vim aprender aqui dentro, assim. Aprendendo coisas completamente diferentes do dia a dia de uma redação. Da produção jornalística em si, né. Mas meio isso, que que a gente precisa pra viabilizar uma produção jornalística como a gente gostaria que fosse feita.

É para viabilizar essa produção jornalística que descontinuem a parceria com a Ambev em 2016, por perceber muito controle da empresa no conteúdo, e seu trabalho como majoritariamente de produção de conteúdo patrocinado. Aqui aparece também uma insatisfação vinculada à sustentabilidade via projetos, uma vez que o que existe é um “patrocínio de projeto específico”, e não um “patrocínio da iniciativa como um todo”.

Fonte 12: A gente tava dando oficina de jornalismo, e daí a gente convidava eles pra fazer projetos que não eram jornalismo, porque a gente tinha que negociar com a marca. Não era tipo eles serem simplesmente patrocinadores. E a gente tentava ter essa conversa com eles, tipo, vocês têm que apoiar o jornalismo. "Não, a gente quer que vocês escrevam tal coisa". Pegava texto e canetava na edição.

Sem o apoio da Ambev, desenvolveram um projeto de guia gastronômico das periferias, com o qual captaram R\$ 500.000,00 via Lei Rouanet com o Atacadão, empresa de venda por atacado. Com esses recursos produziram um livro e fizeram a oficina de jornalismo durante o ano de 2016, no esquema que utilizam hoje: somente uma turma, recebendo bolsa, durante um ano dividido em três módulos e, ao fim de cada módulo de três meses, a entrega de um produto jornalístico pelos alunos. O processo de formação é baseado na produção “da pauta à distribuição”, ou seja, percebendo a importância de vincular o planejamento de distribuição desde a concepção de pauta, para que o processo seja sustentável – uma vez que a

própria oficina depende desses recursos. O produto final, então, tem relação com o projeto de captação, o do Atacadão sendo um bom exemplo:

Fonte 11: (...) um supermercado atacadista, que tem o seu público interno e externo... tipo, público interno são jovens das periferias, que são quem trabalha nas lojas, e o público que é cliente deles são jovens empreendedores gastronômicos das quebradas!

O planejamento das aulas também se dá nesses princípios, especificamente para cada pauta escolhida: sempre levando em conta onde vai ser publicado. As primeiras aulas são de técnicas e discussões temáticas necessárias à pauta escolhida, no meio do módulo fazem uma vivência com o grupo que tenha a ver com a pauta, que serve como ponto de mudança para o começo da produção, que se dá nas aulas finais.

Fonte 11: Eu tenho que sempre ir da pauta à distribuição, passando por: redação, pauta, apuração, né, tudo que envolve apuração, dados, entrevista, parará... Passo por texto... porque todos passam por texto, mesmo roteiro, tem texto... tem edição, tem a arte, e tem distribuição. Então todo o meu percurso é da pauta à distribuição. Mas o fino, né, o específico de cada módulo tem a ver com o produto que eles vão entregar. E o produto, por sua vez, tem a ver com o patrocínio que eu vou ter.

Com a consolidação desse modelo de captação via projetos, conseguem aos poucos inverter a lógica de prioridades, desenvolvendo projetos de interesse próprio e propondo aos possíveis parceiros para patrocínio (ao invés de desenvolver projetos com base nas necessidades das empresas financiadoras).

Fonte 12: Mas essa virada pra escola, de um ano, a gente desenhou o processo, o percurso todo, o modelo de negócio possível, e aí foi atrás de captação pruma coisa que já existia né, um produto já criado. E aí se inverte a lógica e a gente consegue ter mais liberdade pra fazer o produto de acordo com o que a gente quer. E agora a gente tá tentando também não ter um produto necessariamente linkado à captação. Né, a gente captar, ó, eu vou fazer isso... você quer me ajudar a financiar esse módulo de checagem? Ou esse... o último vai ser do genocídio da juventude negra... a gente já captou uma parte, então tem este projeto, você quer entrar neste projeto?

Em termos de organização, o grupo tem dois núcleos: um é a Escola de Jornalismo, com estrutura jurídica de associação e responsável pelo processo formativo; o outro é a Agência, com estrutura jurídica de empresa e produção de conteúdo customizado. Ambas se complementam tanto em termos financeiros quanto de formação, pois com a Agência os jovens contam com um espaço que permite aproximação com o mercado e oportunidade de atuação profissional:

Fonte 11: Eu tenho dois CNPJs. Um de associação, que é pra Escola de Jornalismo, que tem conselho, a gente tá trabalhando agora o conselho jovem, pra que tenha mais interferência da galera, e pra que a gente - porque a Escola de Jornalismo é uma associação sem fins lucrativos, é uma organização da sociedade civil, é uma coisa que tem que continuar existindo. E a gente tem o CNPJ de empresa (...) Porque é onde a gente faz os tramos mais rápidos, é onde a gente consegue inovar mais, porque tem mais flexibilidade de grana, de projeto, de orçamento, de conversa... e que eu posso entregar um

produto que tenha mais a ver com uma demanda de fora. A Escola não. A Escola tem um processo pedagógico. Então são cabeças, são estruturas, são desenhos, granas, tudo diferente. E a ideia é que os jovens que passam pela formação depois possam entrar nessa história da agência e se aproximar mais do mercado.

A equipe tem sete pessoas, com as seguintes funções: coordenação jornalística, coordenação pedagógica, desenho de projeto, agência e sistematização, administrativo, apoio de produção, mídias sociais, relações externas. Os produtos finais da escola são publicados em veículos como The Guardian, na BBC, no Nexo, no Intercept, na Folha, no Uol TAB. A relação com o mercado se estende à participação de jornalistas dessas redações, com orientação e avaliação final desse produto.

A crítica de mídia e análise da cobertura da imprensa sobre a periferia é, como nas outras iniciativas citadas, ponto inicial e base do processo de formação e produção, assim como a vontade de influenciar a pauta dessa imprensa. O “protocolo jornalístico”, as técnicas de reportagem como pauta e apuração, não são particularmente questionados, estando realmente em questão a origem e o perfil dos jornalistas e suas fontes (o mesmo se observa na *Agência Mural* e no *Periferia em Movimento*).

Fonte 12: Ah, tem uma parte de... olhar o que tá saindo na imprensa e o que que não está saindo. Entender onde que a galera que tá aqui não tá representada. E de que forma que as pautas estereotipam, né, não vão de encontro com o que eles vivem, com o que eles são, da forma com que eles querem ser retratados. E aí um processo de... que eu acho que também a escola vai passando, assim, de ir buscando outras referências, até no ensino, pra que a gente consiga pensar em agenda pública, em o que é pauta, em edição, em quem são as fontes, quem são os personagens da matéria, né. De que forma a gente vai construir a matéria, onde que a gente quer distribuir... pra chegar... pra retratar outra parte da realidade que não tá retratada nos veículos tradicionais, né. Mas é isso. Eu acho que tem uma coisa do protocolo, da apuração e tal, que vem dessa raiz, que acho que não tem muito o que questionar, e tem uma conversa, também, com a imprensa tradicional, que é tipo, de que forma também que a gente consegue mostrar (e daí acho que entram nossas parcerias aí) que eles precisam da gente. Na verdade. Que eles precisam se transformar e olhar pro jornalismo que tá saindo daqui, né, que tá saindo das periferias, um jornalismo local.

Com relação ao público, apresentam a mesma ambivalência já citada entre dois enfoques, um sendo as periferias e o outro sendo a grande imprensa – com a diferença de que a *Énois* estabelece um recorte no público jovem. A ideia de pautar a grande imprensa aparece como nos veículos já descritos, para desconstruir dos estereótipos sobre as periferias e a entrada dessas narrativas no circuito geral de informação. Mas também percebem, o que ainda é tido como uma questão, que precisam pensar em como fazer essa volta para os bairros de periferia, público que acabam por não alcançar. As jornalistas, pelo lugar que ocuparam no mercado, têm mais facilidade de publicar reportagens nas redações do que fazer uma

distribuição coordenada e sistemática nas periferias – além de que a distribuição em veículos com repercussão facilita o processo de captação.

Fonte 12: Ah, acho que a gente tem um público alvo inicial, que são os jovens, né, das periferias. Gente parecido com quem tá dentro da escola... que começa na origem da Énois, de jornalismo de jovem pra jovem, e aí a linguagem, tudo, vai atrair esse público parecido. Mas a gente também tem um... faz um esforço muito grande de criar diálogo com a sociedade. Que é isso, a gente tá publicando em veículos que não são os veículos das periferias. É uma questão que a gente se questiona, né, o quanto que a gente também... precisa fazer esforços pra se distribuir mais localmente.

Fonte 11: E eles se rasgam muito. Tem uma questão dentro de sala de aula que é... "tô vendendo minha quebrada pra Folha". Tô vendendo minha quebrada pro Profissão Repórter. Mas na minha quebrada mesmo, continua o problema do... meu vizinho que bate na mulher. Como é que eu faço? Como é que eu vivo isso? Como é que eu venho aqui pro centro, fico cheio de informação, agora eu assino o Nexo, não sei o quê [tom irônico], e volto lá... e meu irmão tá no tráfico, entendeu? (...) Tipo, como é que eu... como que eu transito entre esses dois universos de uma maneira um pouco mais saudável. E essa coisa de... não vou esquecer daonde eu vim, também, porque essa coisa de entrar numa redação e se moldar, tipo, eu não quero esquecer. Né. Eu não posso esquecer. Então tem essa... não tem gabarito, mas é uma questão. Meeesmo, assim. Como é que volta.

Esse conflito entre a realidade de origem e a circulação por espaços que colocam os jornalistas frente a contradições e ao choque de realidades diversas também é tratado na pesquisa de Figaro:

A busca por uma colocação no mercado de trabalho, as dificuldades e o distanciamento das questões da periferia que definem a origem dos integrantes dessas iniciativas são fatos a serem destacados como definidores de sua trajetória em direção à formação de um discurso que assume a identidade da periferia. Inserir-se no mercado de trabalho no modelo tradicional de jornalismo requer do sujeito que assuma no seu discurso um ethos marcado por posições conflituosas em relação à sua origem e ao discurso em defesa de práticas sociais emancipatórias ou de defesa dos menos favorecidos. O sujeito deve transitar do seu espaço de origem para outros, em que as ordens sociais e simbólicas são distintas e conflitantes. Instaura-se uma contradição que se define pelo choque entre as realidades simbólicas percebidas pelo sujeito. Inserir-se neste mercado de trabalho, de certa forma, significa distanciar-se das questões que marcaram a origem de cada um. Altera-se a trajetória profissional desses jornalistas que se veem distantes do modelo convencional de jornalismo e passam a buscar alternativas para uma atuação profissional que combine práticas jornalísticas e uma certa militância social em prol das comunidades que vivem nestas áreas. Ser da periferia confere a seu discurso autoridade para falar de uma realidade suficientemente conhecida por eles, permitindo que situem seu discurso num lugar que possam ser reconhecidos como legítimos porta-vozes dessas comunidades. (FIGARO, 2018, p. 178-9)

A esse acesso à prática jornalística e sua mobilização para fins de consciência crítica (propiciada tanto pela análise do noticiário quanto pela produção posterior de suas próprias narrativas) pode-se adicionar o acesso ao digital (enquanto não somente facilitador de publicação e difusão em termos técnicos, mas propiciador da articulação entre pessoas com realidades semelhantes) e os antecedentes, as iniciativas que fizeram parte desse processo de criação de uma narrativa outra, expressa no enfoque daquilo que é importante para essa

parcela da população. Ao refletir sobre o processo de constituição da *Rede Jornalistas das Periferias*, um dos membros do *Periferia em Movimento* destaca a percepção de que aquilo que fazem “não é nada novo”, afirmando que o que mudou foi o acesso à internet e o acesso à universidade.

Fonte 7: aí a gente começa a falar e discutir exatamente esse fazer jornalístico nas periferias em São Paulo, né. De onde que a gente vem, né, do que que a gente é resultado, né, a gente se vê como resultado de um processo que não é de agora, né, um... uma necessidade de contar essas histórias a partir de dentro. Com olhar jornalístico, né. Porque o rap já contava as histórias, os... escritores, né, já contavam essas histórias, os nossos escritores. Né, as manifestações culturais todas, de uma certa forma já contavam essas histórias.

(...) o que tem de novo, talvez, seja esse acesso à universidade, que talvez as gerações anteriores não tiveram, e o acesso à internet.

Pesq.: Que, pra publicação, facilita, né?

Fonte 7: É. Porque aí a gente conseguiu se conectar com outras pessoas que tão em outro canto da cidade, outro país... discutindo as mesmas coisas, os mesmos temas, a partir duma perspectiva como a nossa. E consegue se articular a partir disso, né? Porque eu acho que esse é o diferencial que existe, né, essa articulação possibilitada pelo acesso à internet e ao ensino superior. Principalmente. Né, não que o ensino superior ele seja necessário, mas... o acesso ao ensino superior é importante pra questão do... da gente entender as técnicas, entender como é que funciona esse... sistema, como que tá estruturado, e de democratizar esse conhecimento.

Retomando o texto da *Rede Jornalistas das Periferias* utilizado como referência no capítulo 3, vemos que aqui se trata, precisamente, “(...) da luta de nossos antepassados, do acesso à universidade e da apropriação das tecnologias digitais (...)”. O uso que se faz, por sua vez, do “olhar jornalístico”, combina reproduções de aspectos do modelo convencional de jornalismo, como praticado pelas corporações de mídia, e de experimentações no que diz respeito a origem das fontes e dos jornalistas, formatos de organização e gestão, publicação e disseminação, contato com públicos específicos. Enquanto algumas práticas da grande mídia dão força e legitimidade para essas narrativas, particularmente no que diz respeito aos valores e técnicas editoriais, que fazem com que os conteúdos sejam lidos como jornalismo e não como ativismo, por exemplo, outras práticas podem apresentar obstáculos para o cumprimento dos objetivos dos grupos.

Aspectos que hoje são um problema também para o jornalismo de corporações, como as relações com os públicos, parecem ser problemas também para os grupos nas periferias. A falta nesses jornalistas de conhecimentos sobre as pessoas para quem falam ecoa um desconhecimento da profissão como um todo sobre seus próprios públicos, suas demandas e necessidades. O lugar do jornalista é muitas vezes encarado, no *ethos* profissional, como daquele que sabe e decide o que os leitores deveriam saber, assim como daquele que então produz e entrega esse material.

Pesquisa do *Tow Center*¹⁰⁹ mostra, com base em estudo de caso com jornalistas de educação em Nova York, perspectivas muito parecidas com relação ao público imaginado que aparecem em etnografias clássicas dos anos 70, mesmo que haja hoje mais informações e análises sobre audiência – e maior abertura, pelos próprios jornalistas, de interação com esse público. Na era do impresso, a audiência percebida podia ser dividida em 4 grupos principais: arquétipos bem conhecidos dos jornalistas, seus pares profissionais, suas fontes e seus conhecidos íntimos e familiares. O pesquisador destaca: “Sugestões vindas de estranhos eram frequentemente desconsideradas ou rejeitadas. Esse viés instintivo na direção de leitores ‘conhecidos’ ameaçava excluir outros segmentos de leitores, menos familiares, afetando as escolhas que jornalistas faziam na seleção, reportagem e produção de narrativas”¹¹⁰. Que essas imagens continuem tendo ressonância pode reproduzir também os efeitos em termos de narrativa.

Os veículos aqui estudados se colocam num lugar de dar conta de demandas excluídas, entre outros por esse processo de seleção, que passa pela audiência percebida, principalmente pela diversidade de perfis de quem produz essas narrativas. Mas, paradoxalmente, e semelhante ao que se percebe no jornalismo da grande mídia, não parecem eles mesmos contar com muita informação sobre o público que almejam alcançar, que não seja delineamentos ainda gerais, como “moradores das periferias”, se ancorando também em suas próprias percepções, as de suas fontes, e as de conhecidos e de familiares (“nossos pais e mães”). Esse fator pode impor limitações sérias para veículos que dependem fortemente de uma articulação local.

Não que ignorem essa questão – frequentemente se referem a ela quando falam em “sair da bolha” e conseguir maior alcance/integração com o público. Não apresentam ainda muitos caminhos claros de como fazê-lo (tem sido um problema para o jornalismo como um todo, afinal), mas os que apresentam como potenciais são frustrados por outras demandas organizacionais e pela necessidade de recursos. Se por um lado a flexibilidade no modelo de atuação (gestão, organização do trabalho) seria uma vantagem, pois permitiria o surgimento de práticas novas e mais adequadas ao contexto atual, isso significa também um dispêndio muito maior de energia e de tempo dos jornalistas na construção desses processos, que em

109 Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center_reports/how-journalists-imagine-their-readers.php Acesso em: 2 Ago. 2019

110 Tradução minha. Original: “Input from strangers was often disregarded or dismissed. This instinctive bias toward ‘known’ readers threatened to exclude other, less familiar reader segments, affecting the choices journalists made while selecting, reporting and crafting stories”.

uma empresa tradicional já estariam consolidados. Se torna bastante relevante, portanto, o apoio de fundações e organizações (como a Open Society, no caso da *Mural*, e o Impact Hub, no caso do *Periferia em Movimento*) para suporte pelo tempo necessário para se desenvolver essas estruturas.

No complexo entrecruzamento de pessoas e processos que compõe o jornalismo, com práticas que combinam códigos de conduta para sua produção e discursos que os justificam, o jornalismo das periferias de São Paulo coloca-se em lugar semelhante à maioria dos veículos de jornalismo independente: o de uma defesa da “utopia” do jornalismo, a prática do jornalismo “de verdade”, criticando as limitações das empresas de mídia e suas concessões a interesses e influências externas. A diferença maior parece ser que a crítica, como feita pelos jornalistas das periferias, ecoa a de outras iniciativas que apontam uma lacuna fundamental na imprensa hegemônica de cada época há mais de 150 anos. O que as imprensas negra e operária apontaram antes, assim como o jornalismo das periferias aponta hoje, é que o discurso de universalidade defendido pelos veículos tradicionais não se sustenta frente à clara negligência destes para com populações marginalizadas. E que esse discurso constroi uma noção de verdade a ser criticada, por conta, justamente, dessa lacuna fundamental.

Com o levantamento histórico dessas experiências jornalísticas, quis explorar a quais aspectos os jornalistas das periferias se referiam ao se colocar como continuidade desse processo. Parece claro que essa crítica fundamental é algo que se mantém ainda hoje, de maneira atualizada (uma resistência que perdura tanto tempo quanto o problema ao qual se refere). Argumento, porém, que não se trata de uma continuidade estrita, agenciamentos específicos tendo sido colocados em prática em torno a esse princípio – o olhar de inspiração foucaultiana leva a buscar transformações e configurações específicas, e não a mudança em cima do desenvolvimento do mesmo.

Chama a atenção a analogia de algumas formas de atuação daquelas imprensas com o jornalismo das periferias atualmente: o aspecto de causa de sua linha editorial; a maior horizontalidade da gestão e propriedade coletiva do veículo; o não objetivo de lucro; a sustentação e distribuição através da articulação e apoio de comunidades; a produção de narrativas com algum espaço de participação do público. Mas também há notáveis diferenças. A primeira delas sendo que, enquanto nas imprensas negra e operária quem produzia os periódicos eram cozinheiros, auxiliares de drogaria, condutores de veículos, estivadores, padeiros, sapateiros, barbeiros, carpinteiros, gráficos etc., as narrativas são hoje produzidas

por jornalistas – há, portanto, um processo de profissionalização. Isso talvez explique, também, a diferença em termos do trabalho voluntário: se naquelas imprensas a produção era totalmente voluntária (sendo necessário por vezes tirar dinheiro do próprio bolso para pagar pelo papel), nesta o voluntariado deixa de ser o predominante. Mesmo que os recursos não venham facilmente, e não sejam suficientes para quase nenhum dos envolvidos, trata-se fundamentalmente de um trabalho remunerado.

Ainda outra diferença está nas relações com organizações externas. Embora haja indícios de que participantes da imprensa negra e operária relacionavam-se também com a grande imprensa, alguns deles sendo inclusive trabalhadores desta, a relação do jornalismo das periferias com as empresas de mídia se configuram de maneira distinta, havendo agora uma pressão mais socialmente justificada por diversidade nas redações, por mudança nos enfoques de reportagem (“pautar a grande mídia”, “mostrar pros jornais que eles precisam da gente”). De forma que aquilo que esses jornalistas constituem como a sua prática parece oferecer maior potencial de influência nas práticas convencionais. Nesse sentido, o apoio de fundações aparece aqui como bastante significativo, uma vez que esses recursos significam potencial real (ainda que transitório) de sustentabilidade para boa parte das experiências emergentes em jornalismo sem fins lucrativos, que aos poucos estabelecem novos pilares para a atividade.

Nesse contexto, a ideia de governamentalidade parece particularmente explicativa, pois não se trata somente de um governo das “normas tradicionais”, em que se reproduz o que está estabelecido como certo, nem de um livre governo de si, em que cada agente inventa suas práticas sem referência ou influência por aquilo que já está consolidado, mas justamente pelo encontro dessas duas lógicas: trata-se de uma relação entre as normas mais ou menos dominantes na área e a constituição da ética particular dos jornalistas dentro de suas organizações, sendo que nenhuma das duas se submete inteiramente à outra. Uma boa formulação talvez seja que os jornalistas das periferias de São Paulo *são conduzidos* pelos valores e práticas convencionais do jornalismo ao mesmo tempo em que se apropriam deles e *os conduzem também*, constituindo outras maneiras de realizar a atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão surge de um experimento simples: primeiro, busca-se na chamada “grande mídia” as matérias que falam sobre populações e áreas marginalizadas, ou seja, as periferias; depois, analisa-se quantas matérias tratam dessa realidade e, principalmente, como tratam. Os veículos jornalísticos das periferias analisados nessa dissertação partem precisamente desse experimento de crítica de mídia. O que perceberam, com ele, sobre a cobertura jornalística de São Paulo, é algo que poderia facilmente ser percebido no restante do país: as periferias recebem menor e pior cobertura jornalística. Perceberam que quando se fala (e pouco se fala) sobre as áreas periféricas de São Paulo nos grandes jornais, são reportados os estereótipos da criminalidade e da violência, com ocasional destaque para “histórias de superação”, entendidas então como exceções. Esse jornalismo não fala com e nem para as periferias. Com isso, as pessoas que moram nessas regiões não veem suas realidades retratadas de maneira justa, nem têm acesso a informações básicas que o jornalismo teria por missão fornecer: informações sobre seus problemas de infraestrutura, sobre sua história e seus acontecimentos, sobre seus eventos e suas produções culturais, etc.

Com base nesse experimento de crítica, formam-se veículos jornalísticos a partir de um argumento: se os jornais de São Paulo falam quase que somente do centro de São Paulo, nós, moradores, vamos então reportar diretamente das periferias – mostrar que as periferias são mais do que violência, e que São Paulo é mais do que seu centro. Esse argumento, essa intenção de disputar narrativas, é comum aos dois grupos que estudei. Minha vontade de estudar esses grupos parte justamente dessa denúncia: ao dizer que há uma lacuna no jornalismo “tradicional”, lacuna esta que diz respeito a toda uma parcela da população, o que é colocado em questão é o discurso de universalidade do jornalismo. Aquele que diz que ele serve a todos, universalmente, como o discurso que a *Folha de S. Paulo* sustenta quando elege como mote: “Um jornal a serviço do Brasil”. É possível então perguntar: a Folha de que São Paulo está a serviço de que Brasil? O que, para mim, particularmente, suscita um tipo de questão: quando e como surge esse discurso de jornalismo universalista? Como esse discurso funciona nas práticas jornalísticas? E então, como funcionaria um jornalismo que questiona essa universalidade?

A tendência para esse tipo de pergunta foi desenvolvida no contexto mais amplo da minha trajetória acadêmica até aqui, e dos projetos ou grupos de pesquisa dos quais fiz parte nesse período. Cinco anos atrás, movida pela vontade de entender a que os jornalistas se

referem quando dizem buscar a verdade, encontrei um valor que, mesmo quando discutido, ocupa um lugar de fundamento: não se pode dizer jornalismo sem se partir da busca pela verdade. À época do trabalho de conclusão de curso, em 2015, minha questão era algo como: quando e como surge esse discurso do jornalismo que busca a verdade? E também: como esse discurso funciona na ética e nas práticas jornalísticas? Desenvolvi aquele trabalho a partir de pesquisas como a de Eduardo Meditsch, e Adelmo Genro Filho, que discutem o jornalismo como uma forma de conhecimento. Com o aporte conceitual de Foucault, comecei a desenvolver questões nas quais avancei nesta dissertação, mas que lá eram ainda gerais, como: se o jornalismo é um conhecimento, com origem na modernidade, com base em que construímos esse conhecimento?

Ao mesmo tempo, aquele que já era à época meu orientador desenvolvia uma perspectiva de crítica à forma-empresa do jornalismo. Também com alguma inspiração de Adelmo Genro Filho, olhava para o formato empresarial do jornalismo como apenas um dos formatos que ele poderia apresentar. Essa perspectiva permitia, em linhas gerais, conceber que talvez a crise do jornalismo incidisse nas limitações do jornalismo como praticado nas empresas de mídia, esse formato sendo o dominante nesse período específico. Consequentemente, visualizar alternativas a essa crise talvez passasse por questionar esse modelo, e buscar o que pode se encontrar além dele.

Em torno a essa possibilidade, junta-se uma equipe de trabalho em 2016, desenvolvendo um projeto que chamamos *GPSJor - Governança, Produção e Sustentabilidade para um jornalismo de Novo Tipo*. Percebendo a necessidade de conceber um aparato teórico para analisar o jornalismo além do modelo empresarial, e também a importância de apontar que o problema da crise não se encontraria somente na dimensão financeira, mas na intersecção entre ela e as demais dimensões da atividade jornalística, desenvolvemos o conceito de governança social do jornalismo. Com base nessa ideia, realizamos uma pesquisa com a população e os jornalistas de Joinville, discutindo também a literatura acadêmica sobre crise e experiências emergentes no jornalismo.

Essa dissertação se encontra no escopo do *GPSJor*, pois analisa experiências emergentes de jornalismo em contraste com o modelo empresarial. Faz parte também de um esforço coletivo dessa mesma rede de pesquisadores, que trabalha simultaneamente, e em conjunto, em torno a três enfoques principais: um **esforço contextual**, que entende a crise do jornalismo em relação com a história de formação da atividade, e descreve novas experiências

visualizando nelas outros modelos possíveis; um **esforço teórico**, que discute os fundamentos epistemológicos da atividade, e busca entendê-la a partir de suas práticas, mais do que sua norma; e um **esforço analítico**, que envolve descrever o perfil da categoria, suas condições de trabalho, os efeitos de precarização, a identidade profissional, os arranjos produtivos, etc. Isso tudo para dizer que meu trabalho parte de um esforço contextual de entender o jornalismo das periferias como experiência emergente em meio a mudanças estruturais da atividade, passa por um esforço teórico no qual busco me afastar de um modelo normativo de análise, para então contribuir com o esforço analítico, descrevendo suas práticas e questões no que diz respeito à governança, à produção e à sustentabilidade. Destaco então algumas observações desse processo.

Busquei trazer à superfície as disputas envolvidas tanto na constituição de um modelo de jornalismo mais ou menos dominante, no contexto das empresas de mídia, quanto na construção de um discurso de crise que defende partes desse modelo, no contexto de mudanças estruturais. Esse movimento me pareceu importante para analisar os valores e práticas jornalísticas (assim como os discursos que os justificam) em conjunto com os lugares e momentos históricos onde surgem e se modificam, e não como obviedades a serem reforçadas e defendidas.

Num primeiro momento, tentei entender o contexto de crise, reunindo discursos e elementos concretos desse processo, ou seja, por um lado a defesa dos jornalistas e acadêmicos sobre a atividade, e por outro as mudanças concretas no trabalho, na organização, nas possibilidades de financiamento, nos hábitos de leitura, etc. Num segundo momento, busquei em recortes da história do jornalismo brasileiro, nos séculos XIX e XX, o reencontro da disputa entre um modelo de jornalismo que surgia e se firmava com a industrialização da imprensa, e periódicos que denunciavam, nessa imprensa, lacuna semelhante àquela que o jornalismo das periferias denuncia ainda hoje. A partir de um texto da Rede Jornalistas das Periferias, que cita esses periódicos como parte da “luta dos antepassados” da qual seriam continuidade, realizei um levantamento da Imprensa Negra e da Imprensa Operária no Brasil.

Destaco dois aspectos desse levantamento. Primeiro, a aparente pouca atenção concedida a essas experiências pela pesquisa em jornalismo. A maior parte dos trabalhos que encontrei, que realizam esse resgate, são de áreas como educação, história e ciências sociais. As experiências aparecem na história do jornalismo brasileiro, mas como um capítulo menor, podendo esse resgate ser ampliado. Em segundo lugar, é notável a quantidade de periódicos e

a persistência de produção destes, sendo a maioria bancados com recursos do próprio bolso dos produtores ou com apoio das comunidades às quais se dirigiam. Isso é particularmente impressionante na Imprensa Negra, que se inicia em 1833, e cujos periódicos aqui identificados, 124, aparecem de maneira quase ininterrupta a partir do fim do século XIX até o fim do século XX. Com esse levantamento, pude fazer um delineamento inicial de dois agenciamentos distintos de produção jornalística: um em contexto empresarial, com objetivos de lucro; e outro em um contexto comunitário, com direção a causas sociais.

Incluir essas experiências como jornalismo, ou antecedentes do jornalismo que temos hoje, é uma escolha que acarreta consequências nos termos do que definimos como jornalismo. É possível questionar, por exemplo, que periódicos da imprensa operária, movidos por discurso de caráter ideológico, não se encaixam na concepção de um jornalismo informativo, de um jornalismo isento. O que quis argumentar aqui foi que poderia ser interessante revisitar essa história de disputas para entender a constituição mesma dessas definições que hoje mobilizamos. Foi também particularmente interessante perceber como há aspectos do jornalismo das periferias que são análogos aos percebidos nesse agenciamento “outro”, como o objetivo voltado a uma causa, a produção por pessoas que fazem parte do grupo ao qual se referem, a organização menos hierárquica, etc.

Tentei explicitar uma construção normativa que operaria em grande parte da pesquisa em jornalismo, ocasionando uma tendência à análise “*top-down*” da atividade – ou seja, que parte dos valores estabelecidos para se estudar as práticas. Com a abordagem conceitual de Foucault desenvolvi uma base a partir da qual compreender as práticas dos grupos que estudo, que abre espaço para o reconhecimento das disputas discursivas que constroem essas práticas e esses valores, como mencionei anteriormente. E ao mesmo tempo, que me permite olhar para o jornalismo das periferias sem opor “novos” e “velhos” meios de maneira estanque, sem encarar a norma como algo que se impõe sem resistência ou a criação de novas maneiras como algo que se faz sem referência ao que já está estabelecido. Com as ideias de governo e governamentalidade, desenvolvi um olhar voltado a identificar a construção de códigos de conduta, em conjunto com discursos que os justificam, através de dinâmicas das quais ambos os jornalistas das periferias e os meios tradicionais fazem parte, assim como os públicos, as fontes, a academia, etc.

Com relação à esforço de descrição e análise dos processos de produção e valores dos grupos estudados, trata-se de contribuição a um campo maior de pesquisa, particularmente da

Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade dos Jornalistas, que tem se dedicado a analisar veículos diversos, ampliando a compreensão sobre as formas possíveis que a atividade pode assumir. Cabe aqui destacar limitações da pesquisa: por ser inteiramente baseada nas percepções dos jornalistas e suas descrições dos processos de produção/organização (além de revisão bibliográfica), faltam a ela a observação desses processos e a análise de conteúdo e de interações com o público, para se compreender mais profundamente suas práticas efetivas. Tais abordagens não foram possíveis dado o tempo limitado para realização do estudo.

É possível elencar alguns caminhos de pesquisa a partir das questões discutidas aqui. Primeiramente, parece importante investir em estudos que falem sobre a (falta de) diversidade nas redações e veículos jornalísticos, tendo como potenciais perguntas: qual a presença de diversidade racial e social nas redações e organizações jornalísticas brasileiras? Como as cotas e ações afirmativas afetam (ou não) esse quadro? Quais os efeitos da falta de diversidade no conteúdo jornalístico produzido?

Outra vertente que poderia ser melhor explorada pela pesquisa em jornalismo é a de práticas jornalísticas “outras”, como a Imprensa Negra e a Imprensa Operária, ambas parecendo receber pouca atenção dos acadêmicos da área. O que encontrei nessa revisão histórica excede em muito o espaço de que dispunha aqui para sua análise, e consiste em levantamentos que oferecem informações ainda a ser exploradas, como temáticas, práticas editoriais, trajetória de seus integrantes e, em especial, os aspectos do funcionamento e produção dessas impressas. Estudos sobre esses arquivos poderiam ser utilizados pela pesquisa em jornalismo no enriquecimento e diversificação das narrativas sobre os primórdios da imprensa no país (nas quais, embora apareçam, têm muitíssimo menos espaço que a imprensa comercial, que conta com biografias, descrições de trajetórias de veículos e análises pormenorizadas, além da esquematização de suas práticas em manuais). Particularmente na Imprensa Negra, pode ser interessante também analisá-la em comparação com a Black Press¹¹¹ nos Estados Unidos (HUTTON, 1993).

Há muito o que se explorar do trabalho de Foucault nos estudos de jornalismo: menos por oferecer respostas e mais por propor novas bases a partir das quais formular perguntas. Os conceitos de saber-poder, discurso, governo e governamentalidade são os principais de uma série de noções que podem ser úteis para se pensar o jornalismo como constituído por (e

111 Há esforços de levantamento dessa imprensa por acadêmicos, caso do Black Press Research Collective, que estuda a Black Press tanto nos Estados Unidos (histórica e contemporaneamente), quanto na diáspora africana: <http://blackpressresearchcollective.org> Acesso em: 16 ago. 2019.

afetando outras) relações de poder, entrelaçadas com a produção de saber e de verdade. Apesar de haver já no campo incursões nesse sentido, parece faltar um esforço sistemático de discussão sobre os conceitos e premissas foucaultianos em relação com o jornalismo, e não somente uma aplicação pontual de seus conceitos. A governamentalidade é uma ideia particularmente potente, por apresentar uma ligação, efetuada ao fim de sua vida, dos eixos principais do autor: saber, poder e subjetivação. Por fim, a ideia de governança, aqui ancorada em ideias foucaultianas, tem funcionado bem como modelo analítico, podendo-se avançar em sua construção conceitual e em seu uso para a descrição de outras práticas emergentes de jornalismo.

REFERÊNCIAS

- AITAMURTO, Tanja. Crowdfunding for Journalism. In: VOS, Tim P.; HANUCH, Folker (Org.). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. John Wiley & Sons, 2019.
- ANDREJEVIC, Mark. Theory review power, knowledge, and governance: Foucault's relevance to journalism studies. *Journalism Studies*, v. 9, n. 4, p. 605–614, 2008.
- ARAUJO, Valmir Teixeira De. Primórdios da Mídia Negra e Imprensa Abolicionista no Brasil. In: XI Encontro Nacional de História da Mídia, 2017, São Paulo.
- BALLADARES, Ângela Pereira Oliveira. Rodolpho Xavier: trajetória intelectual na imprensa negra no pós-abolição. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019, Florianópolis.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (Brasil, 1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BARONI, Alice; AGUIAR, Leonel; RODRIGUES, Felipe. Novas configurações discursivas no jornalismo: narrativas digitais nas favelas do Rio de Janeiro. *Estudos da Comunicação*, v. 9, n. 1976, p. 309–327, 2011.
- BASTALICH, Wendy. Reading foucault: Genealogy and social science research methodology and ethics. *Sociological Research Online*, v. 14, n. 2–3, 2009.
- BECKER, Beatriz; WALTZ, Igor. Mapping Journalistic Startups in Brazil: An Exploratory Study. In: ROBINSON, Laura; SCHULZ, Jeremy; WILLIAMS, Apryl (Org.). *Brazil: Media from the Country of the Future*. Emerald Publishing Limited, 2017. v. 13. p. 113–135.
- BENSON, Rodney. Field theory in comparative context: a new paradigm for media studies. *Theory and Society*, v. 28, n. 3, p. 463–498, 1999.
- BERMEJO, Fernando et al. *Digital journalism: Making news, breaking news*. Nova York: Open Society Foundations, 2014.
- BEVIR, Mark. *A Theory of Governance*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, Ltd., 2013. v. 26.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História (São Paulo)*, v. 26, n. 2, p. 118–143, 2007.
- BLAIR, Margaret M. *Ownership and control: rethinking corporate governance for the twenty-first century*. Washington: Brookings Institution Press, 1995.
- BROCK, George. *Out of Print*. Londres: Kogan Page, 2013.
- CAIRES, Mariana de Souza. *Jornalismos em construção: mídia como meio, processo e produto em modelos para além da academia*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Comunicação Social/Jornalismo). Unesp, São Paulo.
- CARDOSO, Alcina de Lara; ARAÚJO, Silvia Maria Pereira. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Editora UFPR, 1992.
- CARVALHO, Gilmar Luiz De. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*. 2009. Dissertação (Mestrado – História Econômica) Universidade de São Paulo, São Paulo.

- CHALABY, Jean K. *The invention of journalism*. New York: Palgrave Macmillan, 1998.
- CHAMPAGNE, Patrick. The “double dependency”: the journalistic field between politics and markets. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Org.). *Bourdieu and the journalistic field*. Malden, Cambridge: Polity Press, 2005. p. 48–63.
- CLAUMANN, Ricardo Bez. *OCDE e governança corporativa: construção e legitimação de um modelo*. 2015. Dissertação (Mestrado – Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CORRÊA, Elizabeth Saad. O jornalismo contemporâneo no Brasil: as mídias digitais como elo entre a crise e a busca de uma nova identidade. *Comunicação e Sociedade*, v. 9, n. 10, p. 49, 2012.
- CREECH, Brian; ROESSNER, Amber. Declaring the value of truth: Progressive-era lessons for combatting fake news. *Journalism Practice*, v. 13, n. 3, p. 1–17, 2018.
- CREMONINI, Caetano Braun. *Sofrimento de Jornalistas: expectativas de reconhecimento e reconfiguração do mundo do trabalho*. 2019. Dissertação (Mestrado – Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DAVID, Levy; NIELSEN, Rasmus Kleis; ESSER, Frank. *Comparative Perspectives on the Changing Business of Journalism and Its Implications for Democracy*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica politeia, 2017.
- DENT, Chris. “Journalists are the confessors of the public”, says one Foucaultian. *Journalism*, v. 9, n. 2, p. 200–219, 2008.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, p. 165–181, 2017.
- DIAS, Robson. A episteme de Foucault como recurso metodológico frente aos paradigmas de Hackett da Teoria da Notícia: uma experiência no estudo de Prêmios em Jornalismo. *Interin*, v. 21, n. 1, p. 84–107, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 253–259.
- DONSBACH, Wolfgang. Journalism as the new knowledge profession and consequences for journalism education. *Journalism*, v. 15, n. 6, p. 661–677, 2014.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). *Revista Brasileira de Historia*, v. 5, n. 10, p. 197–207, 1985.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a Comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 28, n. 2, p. 69–83, 2005.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. [S.l.]: Editora Vozes, 1978.

FIGARO, Roseli. *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. *Contemporanea | Comunicação E Cultura*, v. 15, n. 1, p. 47–63, 2017.

FONSECA, João Gabriel Da. A insurgência da ação direta na Imprensa Operária da Primeira República em A Plebe. *Revista Três Pontos*, v. 10, n. 1, p. 5–14, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder-Saber. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos & Escritos IV*. 2.ed ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. .

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Politics and the Study of Discourse. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Org.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. The University of Chicaco Press, 1991a.

FOUCAULT, Michel. Questions of Method. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Org.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicaco Press, 1991b.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de Si, 1982. *Verve*, v. 6, p. 321–360, 2004.

GERALDO, Endrica. “Sono straniero!”: trabalhadores italianos e as relações entre identidade nacional e de classe na imprensa operária em São Paulo (1920 e 1930). *Historias e Perspectivas*, n. 56, p. 93–118, 2017.

GINOSAR, Avshalom. Media Governance: A Conceptual Framework or Merely a Buzz Word? *Communication Theory*, v. 23, n. 4, p. 356–374, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, José Roberto. *O Getulino - Um jornal de carapinha: Jornal editado por jovens negros em Campinas (1923/1925)*. 2012. Tese (Doutorado – História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. Michel Foucault, Discurso e Mídia. *Revista Anagrama*, v. 3, n. 2, p. 1–11, 2010.

GUIRRO, Leandro Antonio. *Intelectualidade e imprensa paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)*. 2013. Dissertação (Mestrado – História) Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

HARLOW, Summer; SALAVERRÍA, Ramón. Regenerating Journalism: Exploring the “alternativeness” and “digital-ness” of online-native media in Latin America. *Digital Journalism*, v. 4, n. 8, p. 1001–1019, 2016.

HAUSER, Vanessa. *A prática das redações em contexto de crise: continuidades e rupturas no jornalismo*. 2014. Tese (Doutorado – Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

HEINONEN, Ari; LUOSTARINEN, Heikki. Re-Considering “Journalism” for Journalism Research. In: LÖFFELHOLZ, Martin; WEAVER, David (Org.). *Global Journalism Research: Theories, Methods, Findings, Future*. Nova York: Wiley-Blackwell, 2009. p. 227–239.

HOBBS, Mitchell. On Discourse and Representation: Reflections on Michel Foucault’s Contribution to the Study of the Mass Media. In: Annual Conference of the Australian Sociological Association, 2008.

HUNTER, Andrea. “It’s like having a second full-time job”: Crowdfunding, journalism and labour. *Journalism Practice*, v. 10, n. 2, p. 217–232, 2016.

HUTTON, Frankie. *The early Black press in America, 1827 to 1860*. Westport: Greenwood Press, 1993.

JOSEPHI, Beate. Journalism in the global age: Between normative and empirical. *Gazette*, v. 67, n. 6, p. 575–590, 2005.

JUKES, Stephen. Back to the Future. *Journalism Practice*, v. 12, n. 8, p. 1–10, 2018.

KOVACK, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LABASSE, Bertrand. Du journalisme comme une mésoépistémologie. *Communication*, v. 33, n. 1 (online), 2015.

LE CAM, Florence; RUELLAN, Denis (Org.). *Changements et permanences du journalisme*. Paris: Editions L’Harmattan, 2014.

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. *Líbero*, v. 17, n. 34, p. 145–154, 2014.

LELO, Thales Vilela. *Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional*. 2019. Tese (Doutorado – Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LEMKE, Thomas. *Foucault, Governmentality and Critique*. Londres, Nova York: Routledge, 2016.

LENE, Hérica. O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos. *Revista Fronteiras*, v. 8, n. 3, p. 212–222, 2006.

LIMA JÚNIOR, Ariovaldo. *Jornal Ìrohìn: Estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006)*. 2009. Dissertação (Mestrado – Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- LIMA, Samuel. Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2018.
- LOPES, Fernanda Lima. Jornalismo: uma profissão em crise? *Intexto*, n. 24, p. 58–72, 2011.
- MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *Historias & Perspectivas*, n. 39, p. 89–135, 2008.
- MANCINI, Paolo. What scholars can learn from the crisis of journalism. *International Journal of Communication*, v. 7, n. 1, 2013.
- MANNA, Nuno; FERREIRA, Thiago; JÁCOME, Phellipy. Recontextualizações do -ismo: disputas em torno do jornalismo “em crise”. *Revista Famecos*, v. 24, n. 3, 2017.
- MARQUES, José Geraldo. *Imprensa e resistência negra: o projeto integracionista em discursos do Getulino*. 2008. Tese (Doutorado – Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MATEUS, Samuel. Journalism as a field of discursive production – performativity, form and style. *Catalan Journal of Communication & Cultural Studies*, v. 10, n. 1, p. 63–77, 2018.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Media e Jornalismo*, v. 1, n. 1, 2002.
- MELLADO, Claudia; VAN DALEN, Arjen. Between Rhetoric and Practice: explaining the gap between role conception and performance in journalism. *Journalism Studies*, v. 15, n. 6, p. 859–878, 2014.
- MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e mundialização: Problemas teórico-metodológicos. *Sur le Journalisme*. v. 6, p. 68–81, 2017.
- MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Inovações na governança jornalística diante da crise. In: COLUSSI, Juliana; SILVA, Flávia Gomes-Franco e; ROCHA, Paula Melani (Org.). *Periodismo ubicuo: convergencia e innovación en las nuevas redacciones*. Bogotá: Ed. Universidad del Rosario, 2018.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do Jornalista Brasileiro - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MIRANDA, Rodrigo. *Um caminho de suor e letras: A militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino (Campinas, 1923-1926)*. 2005. Dissertação (Mestrado – História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MORAES, Ângela. A crise do Jornalismo e o Discurso Legitimador. *Estudos*, v. 38, n. 4, p. 663–678, 2011.
- MOURA, Clóvis. *A Imprensa Negra - estudo crítico de Clóvis Moura. Legendas de Miriam Ferrara*. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002.
- MYLLYLAHTI, Merja. Paywalls. In: VOS, Tim P.; HANUCH, Folker (Org.). *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. John Wiley & Sons, 2019.
- NEVEU, Erik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.
- NEWMAN, Nic et al. *Reuters Institute digital news report 2015*. Oxford, 2015.

- NEWMAN, Nic *et al.* *Reuters Institute Digital News Report 2019*. Oxford, 2019.
- OLIVEIRA, Franciele Rocha De; LIMA, Taiane Anhanha; PEDROSO, Guilherme. A “fim de combater estultos preconceitos de raça” nasce a imprensa negra em Santa Maria/RS em 1919: levantamento dos jornais, a partir da campanha de preservação dos jornais da imprensa negra. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2019.
- PACKER, Jeremy. The Conditions of Media’s Possibility: A Foucauldian Approach to Media History. In: VALDIVIA, ANGHARAD (Org.). *Media History and the Foundations of Media Studies*. Wiley-Blackwell, 2013. .
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Org.). *A Era Glacial do Jornalismo* v.2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51–70.
- PAUWELS, Caroline; PICONE, Ike. The tussle with trust: Trust in the news media ecology. *Computer Law & Security Review*, v. 28, n. 5, p. 542–550, 2012.
- PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O Jornalismo Em Tempo De Mudanças Estruturais. *Intexto*, v. 1, n. 24, p. 38–57, 2011.
- PERUZZO, Cicilia M Krohling. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. Recife: 1998.
- PERUZZO, Cicilia M Krohling; VOLPATO, Marcelo De Oliveira. Rádio Comunitária e liberdade de expressão no Brasil. *Chasqui*, v. 109, p. 39–43, 2010.
- PICKARD, Victor. Can government support the press? Historicizing and internationalizing a policy approach to the journalism crisis. *Communication Review*, v. 14, n. 2, p. 73–95, 2011.
- PICKARD, Victor; WILLIAMS, Alex T. Salvation Or Folly?: The promises and perils of digital paywalls. *Digital Journalism*, v. 2, n. 2, p. 195–213, 2014.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2015.
- PUPPIS, Manuel. Media Governance: A New Concept for the Analysis of Media Policy and Regulation. *Communication, Culture & Critique*, v. 3, n. 2, p. 134–149, 2010.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- REINARDY, Scott. Newspaper journalism in crisis: Burnout on the rise, eroding young journalists’ career commitment. *Journalism*, v. 12, n. 1, p. 33–50, 2011.
- REIS, Carlos Antonio Dos. *A África impressa: identidades e representações da África na imprensa negra paulista (1916-1978)*. 2016. Tese (Doutorado – História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.
- RIEFFEL, Rémy *et al.* Le « gouvernement » des journalistes. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*. v. 2, n. 2, p. 4-11, 2013.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo? *Comunicação e Espaço Público*, v. 10, n. 1/2, p. 133–139, 2006.

RINGOOT, Roselyne; RUELLAN, Denis. Journalism as permanent and collective invention. *Brazilian Journalism Research*, v. 3, n. 2, p. 67–76, 2007.

RINGOOT Roselyne, UTARD Jean Michel (Org.). *Le Journalisme en Invention*. Nouvelles Pratiques, nouveaux acteurs. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

ROESSNER, Amber *et al.* “A measure of theory?”: Considering the role of theory in media history. *American Journalism*, v. 30, n. 2, p. 260–278, 2013.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin Da. *Racismo em Pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000*. 2011. Dissertação (Mestrado – Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, José Antônio Dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. 2011a. Dissertação (Mestrado – História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, José Antônio Dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. *Historiae*, v. 2, n. 3, p. 143–160, 2011b.

SANTOS, Roberto Dos. *Pedagogias da negritude e identidades negras em Porto Alegre: jeitos de ser negro no Tição e no Folhetim do Zaire (1978/1988)*. 2007. Dissertação (Mestrado – Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas.

SANTOS, Pedro de Souza. *Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915-1937)*. 2007. Dissertação (Mestrado – Educação). Universidade São Francisco, Itatiba.

SCHMIDT, Benito Bisso. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. *Historia em Revista*, v. 6, 2000.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Imagens de negros: a imprensa paulista no final do século XIX e como através de suas páginas, os brancos viam os negros*. 1986. Dissertação (Mestrado – Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SCHWARTZ, Clarissa *et al.* De cinturões de miséria a exército de consumidores. Evolução do narrar a periferia metropolitana no século XXI. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILES, Ignacio; BOCZKOWSKI, Pablo J. Making sense of the newspaper crisis: A critical assessment of existing research and an agenda for future work. *New Media & Society*, v. 14, n. 8, p. 1375–1394, 2012.

SILVA, Aline Rodrigues Da; CARNEIRO, Sueli dos Reis; BORGES, Thiago de Souza. *Periferia em Movimento: documentário a respeito de movimentos sociais na periferia e seus efeitos sobre a população*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Comunicação Social / Jornalismo). Universidade de Santo Amaro, São Paulo.

SILVA, Livia Lima Da; SILVA, Vagner de Alencar. Blog Mural: a prática do jornalismo colaborativo na cobertura on-line da periferia de São Paulo, Brasil. In: IV International Conference on Online Journalism. Universidade do Porto, 2015, p. 603–614.

SILVA, Márcia Veiga Da. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. Tese (Doutorado – Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Tiago Rosa Da. Sujeitos, projetos e lutas políticas: um olhar sobre a imprensa negra em Bagé/RS no Pós-abolição (1913-1952). *Aedos*, v. 10, n. 22, p. 327–346, 2018.

SILVA, Mariana da Rosa. *Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil*. 2017. Dissertação (Mestrado – Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Mariana da Rosa; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Novas experiências de jornalismo no Brasil: potências e limites para uma nova governança social. *LIBERO. ISSN impresso: 1517-3283 / ISSN online: 2525-3166*, v. 21, n. 41, p. 155–171, 2018.

SOUZA, Juliana Salles De; AYALA, Lilian Crepaldi de Oliveira. Sobre, para e a partir das Periferias: as características do Jornalismo de Quebrada. *Intercom*, 5, 7, 8, 10-13, 2010.

SOUZA, Rosângela Ferreira De. *Pelas páginas dos jornais: recortes identitários e escolarização do social do negro em São Paulo (1920-1940)*. 2013. Tese (Doutorado – Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. *Imprimindo a anarquia: o jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do século XX*. 2017. Dissertação (Mestrado – Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. O movimento operário e a Greve Geral nas páginas de A Plebe. *Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, v. 1, p. 1–15, 2015.

STRONGREN, Fernando Figueiredo; SILVA, Marcelo Da. Foucault e a verdade: um olhar sob o jornalismo. *Intercom*, p. 1–15, 2010.

TAVARES, Luisa; MICK, Jacques. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. *Brazilian Journalism Research*, v. 13, n. 2, p. 120–145, 2017.

TELES, Luciano Everton Costa. Imprensa e mundos do trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas (1890-1920). *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, p. 186–212, 2013.

TELES, Luciano Everton Costa. O jornal Vida Operária: instrumento de conscientização, mobilização e luta dos trabalhadores de Manaus. *Dialogos*, v. 15, n. 3, p. 611–630, 2011.

VAZ, Paulo; BAIENSE, Carla. Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia, Guarapuava: 2011.

VOGEL, Daisi Irmgard. Sobre Foucault e o Jornalismo. *Verso e Reverso (online)*, n. 53, 2009.

VOS, Tim P.; THOMAS, Ryan J. The discursive construction of journalistic authority in a post-truth age. *Journalism Studies*, v. 19, n. 13, p. 1–10, 2018.

- WAGEMANS, Andrea; WITSCHGE, Tamara; DEUZE, Mark. Ideology as resource in entrepreneurial journalism: The French online news startup mediapart. *Journalism Practice*, v. 10, n. 2, p. 160–177, 2016.
- WAHL-JORGENSEN, Karin. Is There a ‘Postmodern Turn’ in Journalism? In: PETERS, CHRIS; BROERSMA, MARCEL (Org.). . *Rethinking Journalism Again: Societal Role and Public Relevance in a Digital Age*. Londres, Nova York: Routledge, 2017. .
- WEAVER, David H.; WILLNAT, Lars. *The Global Journalist in the 21st Century*. New York: Routledge, 2012.
- WITSCHGE, Tamara; HARBERS, Frank. Journalism as Practice. In: VOS, Tim P. (Org.). . *Journalism*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018. p. 105–123.
- WOITOWICZ, Karina Janz. Trajetórias de militância pelo jornalismo. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, São Luiz, 2006.
- ZELIZER, Barbie. *Taking Journalism Seriously: News and the Academy*. [S.l.]: SAGE Publications, 2004.

APÊNDICE A – Levantamento de periódicos da Imprensa Negra
continua

Nome do periódico	Localidade	Data¹¹²	Fontes¹¹³
O Mulato ou O Homem de Cor	Rio de Janeiro - RJ	1833	(PINTO, 2010; DOMINGUES, 2018))
Brasileiro Pardo	Rio de Janeiro - RJ	1833	(PINTO, 2010; DOMINGUES, 2018)
O Cabrito	Rio de Janeiro - RJ	1833	(PINTO, 2010; DOMINGUES, 2018)
O Lafuente	Rio de Janeiro - RJ	1833	(PINTO, 2010; DOMINGUES, 2018)
O Crioulinho	Rio de Janeiro - RJ	1833	(DOMINGUES, 2018)
O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social	Recife - PE	1876	(PINTO, 2010; DOMINGUES, 2018)
Ethiôphico	Pelotas - RS	1886	(DOMINGUES, 2018)
Treze de Maio	Rio de Janeiro - RJ	1888	(DOMINGUES, 2018)
O Exemplo	Porto Alegre - RS	1892	(PINTO, 2010; SANTOS, 2011; DOMINGUES, 2018; OLIVEIRA et al., 2019)
O Baluarte	Campinas - SP	1903	(MIRANDA, 2005; DOMINGUES, 2018)
A Alvorada	Pelotas - RS	1907	(FERRARA, 1985; SANTOS, 2011; DOMINGUES, 2018; OLIVEIRA et al., 2019; BALLADARES, 2019)
O Rio Branco	Bagé - RS	1913	(SILVA, 2018)
O Menelick	São Paulo - SP	1915	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Xauter	São Paulo - SP	1916	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A Rua	São Paulo - SP	1916	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A Hora	Rio Grande - RS	1917	(SANTOS, 2011)

¹¹² Os anos são, por vezes, não a data de inauguração do periódico, mas da edição mais antiga encontrada.

¹¹³ A escolha por dispor as fontes ao lado de cada periódico, e não ao pé da tabela, justifica-se pela intenção de dar a ver os jornais mais e menos estudados do levantamento.

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
O Alfinete	São Paulo - SP	1918	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2019; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Bandeirante	São Paulo - SP	1918	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A Liberdade	São Paulo - SP	1919	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A Liberdade	Bagé/Porto Alegre - RS	1919	(SANTOS, 2011; SILVA, 2018; BALLADARES, 2019)
Rebate	Santa Maria -RS	1919	(OLIVEIRA ET AL., 2019)
Cruz e Souza	Lages - SC	1919	(DOMINGUES, 2018)
A Sentinella	São Paulo - SP	1920	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A Defeza	Bagé - RS	1920	(SILVA, 2018)
O Kosmos	São Paulo - SP	1922	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Succo	Santa Maria -RS	1922	(SANTOS, 2011; OLIVEIRA ET AL., 2019)
O Palmeira	Bagé - RS	1922	(SILVA, 2018)
Elite	São Paulo - SP	1923	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2019; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Getulino	Campinas - SP	1923	(FERRARA, 1985; MIRANDA, 2005; MARQUES, 2008; CARVALHO, 2009; SANTOS, 2011; GONÇALVES, 2012; GUIRRO, 2013; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Clarim da Alvorada	São Paulo - SP	1924	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; SOUZA, 2013; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
A Tesoura	Porto Alegre - RS	1924	(SANTOS, 2011; DOMINGUES, 2018)
O Rouxinol	Bagé - RS	1924	(SILVA, 2018)
A Revolta	Bagé - RS	1925	(SILVA, 2018; DOMINGUES, 2018)
A Federação	Rio de Janeiro	1926	(DOMINGUES, 2018)
O Astro	Cachoeira do Sul - RS	1927	(SANTOS, 2011)
Auriverde	São Paulo - SP	1928	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009)
O Teimoso	Bagé - RS	1928	(SILVA, 2018)
O Patrocínio	Piracicaba - SP	1928	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016)
Progresso	São Paulo - SP	1928	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; SANTOS, 2011; GUIRRO, 2013; DOMINGUES, 2018)
O Tagarela	Rio Grande - RS	1929	(DOMINGUES, 2018)
O Boato	Bagé - RS	1929	(SILVA, 2018)
Chibata	São Paulo - SP	1932	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009)
O Vaqueano	Santa Maria -RS	1932	(OLIVEIRA ET AL., 2019)
Evolução (revista)	São Paulo - SP	1933	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; DOMINGUES, 2018)
Brasil Novo	São Paulo - SP	1933	(SANTOS, P. 2007)
A Frente Negra	Salvador - BA	1933	(DOMINGUES, 2018)
A Voz da Raça	São Paulo - SP	1933	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; SANTOS, 2011; SOUZA, 2013; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Cultura: Revista da Mocidade Negra	-	1934	(DOMINGUES, 2018)
Lampeão	Bagé - RS	1934	(SILVA, 2018)

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
Tribuna Negra	São Paulo - SP	1935	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Clarim	São Paulo - SP	1935	(FERRARA, 1985; SANTOS, P. 2007; CARVALHO, 2009; REIS, 2016)
O Estímulo	São Carlos - SP	1935	(FERRARA, 1985; DOMINGUES, 2018)
A Raça	Uberlândia - MG	1935	(FERRARA, 1985; DOMINGUES, 2018)
Socega Leão	Bagé - RS	1937	(SILVA, 2018)
O 28 de Setembro	Bagé - RS	1937	(SILVA, 2018)
Alvorada	São Paulo - SP	1945	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Senzala (revista)	São Paulo - SP	1946	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Novo Horizonte	São Paulo - SP	1946	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
União	Curitiba - PR	1947	(FERRARA, 1985/DOMINGUES, 2018)
Quilombo (revista)	Rio de Janeiro - RJ	1948	(FERRARA, 1985; CARVALHO, 2009; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Redenção	Rio de Janeiro - RJ	1950	(DOMINGUES, 2018)
Mundo Novo	São Paulo - SP	1950	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Cruzada Cultural	São Paulo - SP	1951	(REIS, 2016)
A Voz da Negritude	Niteroi - RJ	1952	(FERRARA, 1985; DOMINGUES, 2018)
Em Dia	Porto Alegre - RS	1955	(DOMINGUES, 2018)
Notícias de Ébano	Santos - SP	1957	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Mutirão	São Paulo - SP	1958	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Hífen	Campinas - SP	1960	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
Niger (revista)	São Paulo - SP	1960	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
Nosso Jornal	Piracicaba - SP	1961	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Colored	Blumenau - SC	1962	(DOMINGUES, 2018)
Correio d'Ébano	Campinas - SP	1963	(FERRARA, 1985; REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
A voz do 13	Santa Maria -RS	1965	(OLIVEIRA ET AL., 2019)
Árvore das Palavras	São Paulo - SP	1974	(DOMINGUES, 2018)
O Quadro	São Paulo - SP	1974	(DOMINGUES, 2018)
Biluga	São Caetano - SP	1974	(DOMINGUES, 2018)
Nagô	São Carlos - SP	1975	(DOMINGUES, 2018)
Boletim IPCN	Rio de Janeiro - RJ	1976	(DOMINGUES, 2018)
Tição	Porto Alegre - RS	1977	(SANTOS, R. 2007; DOMINGUES, 2018)
Objetivo	Uberaba - MG	1977	(DOMINGUES, 2018)
Sinba	Rio de Janeiro - RJ	1977	(DOMINGUES, 2018)
Afro-Latino-América (seção do jornal Versus)	São Paulo - SP	1977	(DOMINGUES, 2018)
Brasil-África	São Paulo - SP	1977	(DOMINGUES, 2018)
Negrice	São Paulo - SP	1977	(DOMINGUES, 2018)
Abertura	São Paulo - SP	1978	(DOMINGUES, 2018)
Jornegro	São Paulo - SP	1978	(REIS, 2016; DOMINGUES, 2018)
O Saci	São Paulo - SP	1978	(DOMINGUES, 2018)
Vissungo	São Paulo - SP	1979	(DOMINGUES, 2018)
Ébano (revista)	-	1980	(DOMINGUES, 2018)
Revista do MNU	-	1980	(DOMINGUES, 2018)
Nêgo	Salvador - BA	1981	(DOMINGUES, 2018)

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
Angola	Recife - PE	1981	(DOMINGUES, 2018)
Africus	Rio de Janeiro - RJ	1982	(DOMINGUES, 2018)
Folhetim do Zaire	Porto Alegre - RS	1982	(SANTOS, R. 2007)
Zumbido	São Luis - MA	1982	(DOMINGUES, 2018)
Frente Negra	Rio de Janeiro - RJ	1982	(DOMINGUES, 2018)
Voz do Negro	Belo Horizonte - MG	1984	(DOMINGUES, 2018)
Afro-Brasil	Salvador - BA	1984	(DOMINGUES, 2018)
Nizinga	Rio de Janeiro - RJ	1984	(DOMINGUES, 2018)
Elêmi	Salvador - BA	1985	(DOMINGUES, 2018)
Jornal da Comunidade Negra	São Paulo - SP	1985	(DOMINGUES, 2018)
Raça e Classe	Brasília - DF	1986	(DOMINGUES, 2018)
Akomabu	São Luis - MA	1986	(DOMINGUES, 2018)
Negritude	Recife - PE	1986	(DOMINGUES, 2018)
Chama Negra	São Paulo - SP	1986	(DOMINGUES, 2018)
Trovão	São Paulo - SP	1986	(DOMINGUES, 2018)
Boletim de Maria Mulher	Porto Alegre - RS	1987	(DOMINGUES, 2018)
Maioria Falante	Rio de Janeiro - RJ	1987	(DOMINGUES, 2018)
Jornal Nacional do MNU	-	1987	(DOMINGUES, 2018)
Tribuna Afro Brasileira	São Paulo - SP	1989	(DOMINGUES, 2018)
Unegro	-	1989	(DOMINGUES, 2018)
Sim da Vida	Rio de Janeiro - RJ	1990	(DOMINGUES, 2018)
Djumbay	Recife - PE	1992	(DOMINGUES, 2018)
Malungos	João Pessoa - PB	1995	(DOMINGUES, 2018)
Africas Gerais	Belo Horizonte - MG	1995	(DOMINGUES, 2018)
Jornal Educa-Ação Afro	Florianópolis - SC	1995	(DOMINGUES, 2018)

Levantamento de periódicos da Imprensa Negra

continuação

Nome do periódico	Localidade	Data	Fontes
Ìrohìn	Brasília - DF	1996	(LIMA JÚNIOR, 2009; DOMINGUES, 2018)
Black People (revista)	-	1996	(DOMINGUES, 2018)
Raça Brasil (revista)	-	1996	(DOMINGUES, 2018)
Jornal Questões Negras	Rio de Janeiro - RJ	1998	(DOMINGUES, 2018)
Legítima Defesa	São Paulo - SP	1998	(DOMINGUES, 2018)
Gbàlà: Uma Revista a Serviço da População Afro-Brasileira (revista)	-	1998	(DOMINGUES, 2018)
Negro Cem por Cento (revista)	-	1998	(DOMINGUES, 2018)
Quilombos	São Paulo - SP	1999	(DOMINGUES, 2018)

APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas em grupo semiestruturadas

Funcionamento:

- 1) Quantas pessoas participam ativamente do projeto?
- 2) Vocês têm reuniões (com que frequência, quais os assuntos)?
- 3) Como o trabalho é dividido entre os membros?
- 4) Trabalham em grupo ou individualmente?
- 5) Trabalham em parcerias com outros coletivos? Como?
- 6) Quantas horas semanais, em média, cada um dedica ao coletivo?
- 7) Quais as fontes de financiamento?

Pauta/Apuração/Narrativa:

- 8) Como surgem as ideias de pautas?
- 9) O que são assuntos importantes/de relevância?
- 10) Onde buscam informações e contatos para as matérias?
- 11) Adotam alguma regra para padronizar os formatos de escrita ou narrativa?
- 12) Uma reportagem deve conter que características para ser considerada boa? O grupo (ou alguém do grupo) faz essa avaliação e sugere melhorias?

Público:

- 13) Qual o público-alvo da produção jornalística?
- 14) Há acompanhamento de audiência no site/redes sociais? Quem acompanha o que vocês produzem?
- 15) Como são as interações com o público (tanto no online quanto fora, na rua)?
- 16) Pensam em interagir de outras maneiras que ainda não colocaram em prática?

Formação:

- 17) O que se ensina nas oficinas ou cursos oferecidos pelo grupo?
- 18) Quem ministra essas formações?
- 19) Quem geralmente procura as oficinas ou cursos? Como são divulgadas?
- 20) Por que acham importante oferecer essas formações?
- 21) Os participantes das formações acabam entrando para o grupo fixo? Com que frequência?

Percepções sobre jornalismo:

- 22) Por que acham importante criar e continuar trabalhando nesse coletivo? Por que é importante que ele exista?
- 23) Houve mudanças desde a missão inicial?
- 24) Para vocês, o que é jornalismo?
- 25) Percebem diferenças entre o que vocês fazem e o que é feito em jornais tradicionais? E com relação ao que se aprende na faculdade?